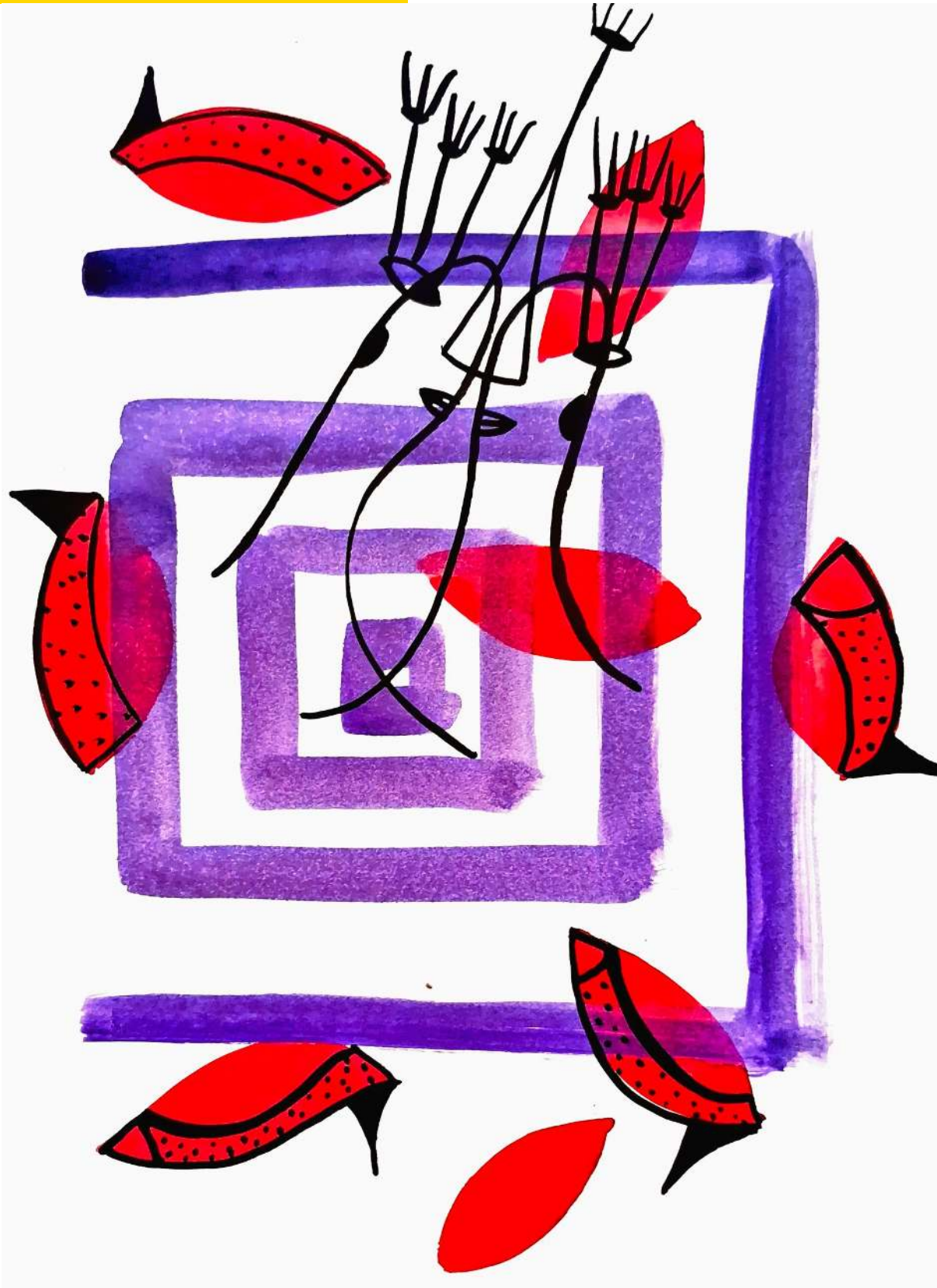
REVISTA

COR

LGBTQIA+

Nº 9



TEMA LIVRE

COR LGBTQIA+
Curitiba, v. 1, n. 9, jul. 2025
Publicação semestral da Faculdade de Direito - Setor de Ciências Jurídicas
Universidade Federal do Paraná
Praça Santos Andrade, 50 - Centro, Curitiba - PR, 80020-300

ISSN 2764-0426

CAPA

IGOR MACIEL
AGRADO (TÉCNICA MISTA S/ PAPEL, 2024)

PROJETO GRÁFICO

ISABEL CECCON IANTAS

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Revista COR LGBTQIA+. – n. 9, v. 1 (jul. 2025). Curitiba, 2025.

Semestral.

Endereço eletrônico:
https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/

ISSN 2764-0426.

1. PessoasLGBTQIA+-Periódico.

CDU 342.7

Bibliotecário:PedroPauloAquilanteJunior – CRB-9/1626

A Revista COR LGBTQIA+ é um periódico com caráter técnico-científico, com periodicidade semestral, publicado em formato digital pela primeira vez em julho de 2021, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, em conjunto com a equipe COR, formada por estudantes, militantes, professoras(es) e pesquisadoras(es) de todo o Brasil.

Seu surgimento veio de uma demanda do movimento estudantil LGBTI+ por um espaço para publicação e discussão a respeito das pautas e conteúdos relacionados à temática de gêneros e sexualidades.

Tem como objetivo reunir as mais relevantes pesquisas e trabalhos com a temática LGBTQIA+, promovendo a pesquisa científica e a produção de trabalhos de excelência. Seu intuito é difundir e publicizar temas urgentes para o movimento, visando a democratização do conhecimento produzido neste campo e o diálogo com as diversas áreas do conhecimento que integram o escopo proposto.

EQUIPE EDITORIAL

LEANDRO FRANKLIN GORSDORF | ANABELLA PAVÃO DA SILVA | JOANA ZILLER | DENISON MELO DE AGUIAR | LEANDRO REINALDO DA CUNHA

COMITÊ CIENTÍFICO

ALBERTO JOÃO NHAMUCHE | ANABELLA PAVÃO DA SILVA | ANA PAULA MARTINS HUPP | ANDREI DOMINGOS FONSECA | ANGELA COUTO MACHADO FONSECA | ANNA CAROLINA HORSTMANN AMORIM | ARTHUR ROGOSKI GOMES | BÁRBARA DUTRA FONSECA | CARLA CARDI NEPOMUCENO DE PAIVA | CAROLINA ROMANAZZI FREIRE | DANDARA RUDSON SOUZA DE OLIVEIRA | DANIELI KLIDZIO | DENISON MELO DE AGUIAR | EDUARDO LIMA | ÉLIDA SILVA FERREIRA | ELIVELTON MAGALHÃES LIMA | EMILLY JOYCE OLIVEIRA LOPES SILVA | EWERTON DA SILVA FERREIRA | FERNANDA MARIA MUNHOZ SALGADO | FERNANDO DA SILVA CARDOSO | GUSTAVO BORGES MARIANO | HADASSA FREIRE DA SILVA GONÇALVES SANTOS | HELOISA PANCOTTI | HIDERLINE C. DE OLIVEIRA | ISABEL CECCON IANTAS | JAC RIBEIRO | JAQUELINE CARVALHO QUADRADO | JEAN COSTA SANTANA | JEZIEL SILVEIRA SILVA | JOALISSON OLIVEIRA ARAUJO | JOANA ZILLER | LEANDRO FRANKLIN GORSDORF | LEANDRO REINALDO DA CUNHA | LUCAS CAPITA QUARTO | LUÍSA DE FREITAS LOPES | MANOEL RUFINO DAVID DE OLIVEIRA | MARCIO NICOLAU | MARIA FERNANDA PIRES | MARINA DE FÁTIMA DA SILVA | NIZAR AMIN SHIHADEH | PÉRICLES DE SOUZA MACEDO | RAFAEL DOS REIS AGUIAR | RAPHAEL DE ANDRADE RIBEIRO | ROGÉRIO MELO | THABATA VIEIRA ARECHAVALETTA | TIAGO DA SILVA ANDRADE | WALDYR BARCELLOS JUNIOR | WEZELLEY CAMPOS FRANÇA | WILLIAM ROSLINDO PARANHOS

SUMÁRIO

ARTIGOS CIENTÍFICOS 05

Estudantes LGBTQIAPN+ nas licenciaturas do campus IX da UNEB: possíveis entraves e desafios 06
Yngrid Sofia Barbosa

Subjugação ou libertação? Uma análise materialista-dialética da questão trans e sua luta 22
César Alexandre da Silva Aprile

Gênero e direitos: um olhar sob a Lei Maria da Penha 40
Manoela Teixeira Alves
William Daldegan

Corpos à venda: mercantilização de mulheres trans na vitrine do capitalismo digital 62
Luiz Carlos da Costa Braga Júnior

Entre a invisibilidade e a produção de presença nas políticas públicas: da criação da Assttral à Liga Transmarxista no sul de Minas Gerais 74
Joice Guimaraes Silva
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Entre o masculino e o feminino: a fluidez de gênero nas representações de Pabllo Vittar na Revista Pop-se sob a perspectiva da análise de discurso crítica 94
Élidi Preciliana Pavanelli-Zubler

Juventude LGBTQIA+ e família: entre o acolhimento e a rejeição 106
Tales Gandi Veloso de Andrade
Mariana Timótea Godinho
Ludmila de Paula Soares

A manifestação dos discursos hostis direcionados à comunidade LGBTQIAPN+ em cultos religiosos no Brasil 124
Rodrigo Ribeiro Dos Santos
Marcus Antônio Assis Lima

A despatologização do pensamento: considerações metodológicas integrativas acerca de pessoas trans* sob tutela do sistema socioeducativo no Brasil 138
Juliana Raquel Muzzi de Morais
Bruno da Silva Campos

ENSAIOS 153

O pudor é a forma mais inteligente de perversão: abuso de drogas, chemsex e violências homoafetivas 154
Icaro Machado Ribeiro
Leonardo Rogério Vieira

TRABALHOS ARTÍSTICOS 177

Cores de Corisco 178
Honácio Braga de Araújo

ENTREVISTAS 187

O Centro de Referência LGBT Janaína Dutra enquanto instrumento de acolhimento da população LGBTQIAPN+ de Fortaleza/CE: entrevista com Alan Luz e Amanda Félix 188
Mayara Barreto de Castro

O papel da Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual (DECRIM) no combate à transfobia em Fortaleza/CE: entrevista com Yasmin Ximenes Pontes 202
Mayara Barreto de Castro

ARTIGOS CIENTÍFICOS

ESTUDANTES LGBTQIAPN+ NAS LICENCIATURAS DO CAMPUS IX DA UNEB: POSSÍVEIS ENTRAVES E DESAFIOS

LGBTQIAPN+ STUDENTS IN DEGREE COURSES AT UNEB CAMPUS IX: POSSIBLE OBSTACLES AND CHALLENGES

Yngrid Sofia Barbosa[1]

Resumo: este trabalho, desenvolvido a partir da temática estudante LGBTQIAPN+ nas licenciaturas da UNEB campus IX: possíveis entraves e desafios é resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual da Bahia. A comunidade LGBTQIAPN+ vivem cotidianamente enfrentando desafios e entraves em seus diversos contextos e modos de vida, e essa pesquisa, mostrará que no sistema educacional essa realidade não é diferente, diversos desafios e entraves podem ser considerados fatores para que essa comunidade não permaneça nos espaços escolares, universitários e por consequência não conseguem acessar o mercado de trabalho. Ao concluir, foi possível analisar e discutir os relatos que essa comunidade vivencia desde a educação básica, ingresso, desafios e permanências no ensino superior nas licenciaturas.
Palavras-chave: comunidade LGBTQIAPN+; formação em licenciaturas; violência.

Abstract: this work, developed based on the theme of LGBTQIAPN+ students in undergraduate courses at UNEB campus IX: possible obstacles and challenges, is the result of a Course Completion Work (TCC) for a Degree in Pedagogy at the State University of Bahia. The LGBTQIAPN+ community lives daily, facing challenges and obstacles in their different contexts and ways of life, and this research will show that in the educational system this reality is no different, different challenges and obstacles can be considered factors for this community not to remain in school or university spaces and, consequently, are unable to access the job market. In conclusion, it was possible to analyze and discuss the reports that this community experiences from basic education, entry, challenges and stays in higher education in undergraduate courses.
Keywords: LGBTQIAPN+ community; degree training; violence.

1 INTRODUÇÃO

Para a população LGBTQIAPN+[2] viver no Brasil é um ato de resistência e de lutas por garantia de direitos básicos. Essa população, na maioria das vezes, vive subjugada, sofrendo atos de violência, marginalização e exclusão, não apenas em âmbito social macro, como também em termos de acesso à educação, em especial, a educação superior. As narrativas e ações de negação e preconceito que envolvem a orientação sexual e a identidade de gênero, costumam marginalizar e excluir essa população dos espaços educacionais.

Como mulher Trans e acadêmica do Curso de Pedagogia da UNEB em Barreiras, além de sofrer na pele situações de violência, exclusão e marginalização, percebo e dialogo com

[1]Mulher trans/travesti, Pedagoga, Mestranda em Ciências Humanas e Sociais - Universidade Federal do Oeste da Bahia, ativista/militante das causas LGBTQIAPN+, palestrante.

[2]A sigla LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais. Abraça uma parcela dos grupos de diversidade sexual e de gênero, compreendendo não apenas nomenclaturas de orientação sexual, mas também de identidade de gênero e até mesmo anatômico como no caso das pessoas intersexuais (Cartilha INCLUZE, 2023, p.16-18).

pessoas LGBQIAPN+, que também são vítimas de tais situações, tanto no contexto dos espaços formais de educação, quanto ao acesso e oportunidades no mercado de trabalho.

Nesse sentido, os desafios são cotidianos na busca de alternativas viáveis que transformem a realidade das populações LGBQIAPN+. Os obstáculos e rótulos que essa população enfrenta, envolve práticas de discriminação, humilhação e até mesmo agressividade com poucas oportunidades em uma sociedade com padrões e regras pouco acolhedoras às diferenças. Essa população que segue padrões e comportamentos contrários a cisheteronormativa[3] em sua maioria, encontra-se à margem do Estado e da sociedade, vivendo em situações de risco imersa na prostituição, drogas, com dificuldades econômicas, problemas de saúde física e mental excluída do mundo cultural e educacional.

De outra parte, o mercado de trabalho demanda por jovens talentosos, com boa formação e qualificação profissional, desafiando ainda mais a população LGBTQIAPN+ que geralmente encontra barreiras, oriundas da situação de vulnerabilidade provocada pela ruptura de vínculos familiares e por situações de discriminação dentro do ambiente familiar e escolar, o que repercute acesso e conclusão da educação básica, a cursos profissionalizantes e, por conseguinte, ao acesso e permanência em cursos superior.

Todavia, alguns desafiam o sistema, e com muita coragem acessam a educação escolar e superior, marcadas por relações de preconceito, discriminação, hostilidade e violência contra pessoas não heterossexuais, aspectos que incidem sobre a sua permanência nesses espaços e muitos desafios.

Nesse sentido é importante a discussão que envolve conquistas de acesso ao ensino superior para mulheres Trans, Travestis e Transgêneros em instituições públicas. A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) por meio da resolução CONSU nº 1.339/2018 que estabelece reserva de vagas de cotas para pessoas Transgêneros, transexuais e travestis, para além das cotas para negros, indígenas quilombolas, ciganos e Pessoas Com Deficiência (PCDs), reitera compromisso de inclusão social, garantindo que pessoas LGBTQIAPN+ ingressem na universidade, com políticas não apenas de acesso, como também de inclusão dessas.

O presente trabalho monográfico é resultado de pesquisa, propondo-se a prospectar quais os possíveis entraves e desafios de estudantes LGBTQIAPN+ das licenciaturas do campus IX da UNEB, levando em consideração as questões de gênero e sexualidade, as formas de preconceitos, discriminação e hostilidade sofridas no espaço educacional, discutindo entraves e desafios que possivelmente ocorrem durante o período de graduação em licenciaturas. Ademais, consta de mapeamento de estudantes LGBTQIAPN+ nas licenciaturas do campus IX da UNEB; relatos e vivências de trajetórias de vida e percursos

[3] Uma sociedade cisheteronormativa é aquela na qual a cisgeneridade é a norma e os padrões de comportamentos heterossexuais são dominantes e todos aqueles contrários a esse padrão são estigmatizados e punidos (Sá, Szyty, 2021, p. 52).

associadas aos desafios vivenciados no ensino superior analisando e discutindo, por fim, possíveis entraves e desafios relatados nessa experiência, visando o mercado de trabalho.

Desse modo, justifica-se esse estudo, acreditando que ela poderá colaborar com a reflexão e o combate a toda e quaisquer formas de discriminação e exclusão da população LGBTQIAPN+ no acesso e continuidade de sua formação profissional e inserção no mercado de trabalho com especial ênfase, sua preparação e enfrentamento de possíveis entraves e desafios como futuros professores. Ademais, a orientação sexual e identidade de gênero não podem configurar como uma barreira de acesso ao mundo de trabalho, as licenciaturas objetivam a profissionalização docente e a imersão de pessoas LGBTQIAPN+ precisa ser acolhida em ambientes escolares mais justos e igualitários que deem continuidade ao processo de inclusão e valorização desse grupo.

2 POPULAÇÕES LGBTQIAPN+: ACESSO E PERMANÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR E UNIVERSITÁRIO

A população LGBTQIAPN+ representa a diversidade de orientações e identidades de gêneros que simbolizam e são vivenciadas por um conjunto de pessoas pertencente a uma parcela da população mundial. O movimento LGBTQIAPN+ no Brasil vem ganhando espaço na medida em que políticas públicas vêm garantindo um avanço significativo de inclusão, lutas e reconhecimento dessas pessoas e seus direitos. Apresentado através do manual de comunicação LGBTQIAPN+ do Tribunal de Justiça de Sergipe (Sergipe, 2022) a comunidade tem sua composição apresentada pelas denominações a seguir:

> LESBICAS: É uma orientação sexual e diz respeito a mulheres (cisgênero ou transgênero) que se sentem atraídas afetiva e sexualmente por outras mulheres (também cis ou trans).
> GAYS: É uma orientação sexual e se refere a homens (cisgênero ou transgênero) que se sentem atraídos por outros homens (também cis ou trans).
> BISSEXUAIS: são pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente tanto com homens quanto com mulheres (inclusive homens e mulheres transgênero, que também podem ser bissexuais).
> TRANS: Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Algumas pessoas trans recorrem a tratamentos médicos, que vão da terapia hormonal à cirurgia de redesignação sexual. São usadas as expressões homens trans e mulher trans.
> TRAVESTI: É uma pessoa que não se identifica com o sexo biológico e se veste/se comporta como de outro sexo, de forma temporária ou permanente. Atualmente, a palavra travesti adquiriu um teor político de ressignificação de termo historicamente tido como pejorativo.
> QUEER: O termo em inglês, que pode ser traduzido como "estranho", é usado para designar as pessoas que não se identificam como sendo 100% homem ou 100% mulher, mas se veem como sendo de um terceiro gênero, fluido/andrógino, com característica masculinas e femininas. A pessoa queer também

> não vê sua orientação sexual definida como hetero ou homossexual.
> INTERSSEXO:A intersexualidade descreve as pessoas que podem nascer com genitais correspondentes a um sexo, mas ter o sistema reprodutivo e os hormônios do outro. Ou podem apresentar uma anatomia sexual que não é nem masculina nem feminina — o que leva alguns intersexos a fazer a cirurgia de redesignação sexual. No passado, essas pessoas eram chamadas de hermafroditas.
> AGÊNERO: Pessoa que não se identifica ou não se sente pertencente a nenhum gênero.
> PANSSEXUAL: Atração sexual ou romântica por qualquer sexo ou identidade de gênero.
> NÃO-BINÁRIE: Expressão utilizada para denominar aqueles seres humanos que não se classificam exclusivamente em nenhum dos gêneros binários - masculino ou feminino.
> +: Utilizado para incluir outros grupos que as letras não descrevem (Sergipe, 2022, p. 10-20).

Em 2015, a Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais (ABGLT), realizou uma pesquisa nacional sobre estudantes LGBTQIAPN+ e o ambiente escolar, no que resultou em um relatório de análises e resultados da primeira pesquisa nacional virtual realizada no Brasil sobre as experiências nas instituições educacionais do público investigado. A pesquisa contou com a participação de 324 organizações de todos os estados do país, Distrito Federal, exceto o Estado do Tocantins. (Secretaria de Educação ABGLT, 2016).

Os participantes responderam um questionário online seguindo alguns critérios de participação; maior de 13 anos, estudantes que se auto declaram LGBTQIAPN+ no ensino médio no Brasil no ano de 2015. O questionário tinha objetivo de responder sobre as suas experiências na escola no ano de 2015, foram questionados se terem escutado comentários preconceituosos, sentir-se (in)seguro/a, ser agredido/a e se sentir bem na escola. Também foram perguntados/as sobre suas experiências acadêmicas, atitudes em relação à escola e a disponibilidade de acolhimento para estudantes LGBTQIAPN+ Diante dessa pesquisa realizada pela ABGLT[4] os dados foram analisados e apresentados no relatório da seguinte forma:

> In(segurança): • 60%2 se sentiam inseguros/as na escola no último ano por causa de sua orientação sexual. • 43% se sentiam inseguros/as por causa de sua identidade/expressão de gênero. Comentários Pejorativos: Muito/as estudantes ouviram comentários pejorativos sobre pessoas LGBT 48% ouviram com frequência comentários LGBTfóbicos feitos por seus pares. 55% afirmaram ter ouvido comentários negativos especificamente a respeito de pessoas trans. Agressão / violência: • 73% foram agredidos/as verbalmente por causa de sua orientação sexual. • 68% foram agredidos/as verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero. • 27% dos/das estudantes LGBT

[4] ABGLT: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, designada pela sigla ABGLT, cujo nome e fins foram aprovados em 31 de janeiro de 1995, data de sua fundação, por 31 entidades, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado.

> foram agredidos/as fisicamente por causa de sua orientação sexual. • 25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero. • 56% dos/das estudantes LGBT foram assediados/as sexualmente na escola. Resposta da escola / da família: • 36% dos/das respondentes acreditaram que foi "ineficaz" a resposta dos/das profissionais para impedir as agressões. • 39% afirmaram que nenhum membro da família falou com alguém da equipe de profissionais da escola quando o/a estudante sofreu agressão ou violência. Faltas: Os/as estudantes tinham duas vezes mais probabilidade de ter faltado à escola no ultimo mês se sofreram níveis mais elevados de agressão relacionada à sua orientação sexual (58,9% comparados com 23,7% entre os/as que sofreram menos agressão) ou expressão de gênero (51,9% comparados com 25,5%). Bem-estar: Os/as estudantes LGBT que vivenciaram níveis mais elevados de agressão verbal por causa da orientação sexual ou expressão de gênero (frequentemente ou quase sempre) tinham 1,5 vezes mais probabilidade de relatar níveis mais elevados de depressão (73,7% comparados com 43,6% [que sofreram menos agressão] no caso da orientação sexual; 67,0% comparados com 45,3% no caso da identidade/expressão de gênero), Acolhimento de estudantes LGBT: • Para 64% dos/das estudantes não existia nenhuma disposição no regulamento da escola (ou desconheciam a existência) a este respeito • Apenas 8,3% dos/das estudantes afirmaram que o regulamento da escola tinha alguma disposição sobre orientação sexual, identidade/expressão de gênero, ou ambas (ABGLT. 2016, p. 19).

Os dados produzidos pela ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos) são o ponto de partida para a nossa discussão, ao indicar o quanto o ambiente escolar é um espaço excludente para pessoas LGBTQIAPN+, que violam direitos básicos de acesso à política pública de educação à liberdade, integridade física e psicológicas de diversos sujeitos que manifestam suas orientações sexuais e identidades de gênero contrárias a cis heteronormatividade.

Nesse sentido a escola como principal espaço de acesso ao mundo do conhecimento, não dispõe muitas vezes, do acolhimento e segurança necessária para esse púbico. Ao contrário, acaba se tornando um espaço de violência, exclusão e discriminação. Ainda no relatório uma vítima expõe a sua vivência no espaço escolar que afirma os dados apresentados a seguir:

> Me descobri no primeiro semestre como lésbica, e poucos meses depois como homem trans, e tive minha perspectiva de vida completamente alterada. Desde que eu cortei o cabelo e passei a me vestir com roupas que eu julgo mais "a minha cara", passei também a temer andar na rua. Passei a receber olhares de ódio na rua. Eu, um jovem de classe média alta, branco, morando em um bairro rico, levei um choque de realidade ao perceber que eu tinha muitos privilégios e que minha expressão de gênero tirou quase todos eles de mim. Esse ano, tudo mudou para mim, eu tenho medo de andar na rua sozinho, eu tenho medo de me assumir para meus pais, eu tenho medo de nunca ser capaz de concluir minha transição, de não ser aceito no mercado de trabalho. Eu tenho medo de tudo e de todos. (depoimento de estudante trans, 16 anos, estado de São Paulo (ABGLT, 2016, p. 28).

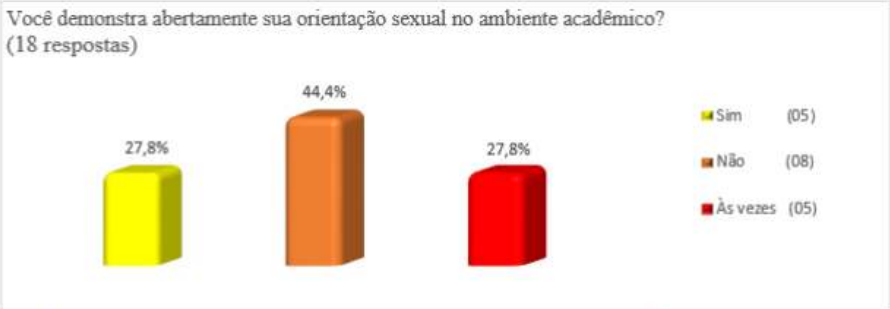
Esses relatos e depoimentos de pessoas LGBTQIAPN+ no espaço escolar são comuns e próximos da realidade, frequentemente os sujeitos LGBTQIAPN+ estão relatando mais a sua indignação e os tipos de violências sofridas nestes espaços. Ademais, esses fatores, corroboram para a evasão escolar, pois, o ambiente escolar e universitário acaba se tornaram espaços de inseguranças e violações de direitos, o que se repete também nos espaços de trabalhos, quando acessados. Conforme demostra a pesquisa a seguir:

> Por meio das 1016 respostas efetuadas no questionário disponibilizado online, o relatório retrata níveis elevados e alarmantes de agressões verbais e físicas, além de violência física; ao mesmo tempo expõe níveis baixos de respostas nas famílias e nas instituições educacionais que fazem com que tais ambientes deixem de ser seguros para muitos estudantes LGBT, resultando em baixo desempenho, faltas e desistências, além de depressão e o sentimento de não pertencer a estas instituições por vezes hostis (ABGLT, 2015, p. 13).

Os relatos do público pesquisado retratam as práticas de discriminação que são extremamente fortes e nos fazem pensar de que forma estamos nos preparando para fazer valer os direitos sociais dessas pessoas. Será que escola está garantindo políticas que atendam e acolham esse público e estimulem a concluir a educação básica e ingressar no ensino superior? Como ingressam e permanecem esses sujeitos no ensino superior? Questões essas que serão desenvolvidas e interpretadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

No tocante ao acesso e permanência a no ensino superior comungamos da observação de (Santos, 2017) onde os grupos LGBTQIAPN+ encontram dificuldades durante o ingresso e sua permanência, de tais modos que estes sujeitos não se expressam nas suas orientações e identidades no ensino superior com medo da aceitação do ambiente acadêmico universitário e o medo de permanecer e pertencer esse espaço heteronormativo. Como retrata o gráfico retirado de sua pesquisa realizada em 2017.

GRAFICO 1 - Percentual de Estudantes LGBT que não/demonstram sua orientação sexual no ambiente acadêmico.



FONTE: Gráfico elaborado a partir do questionário online aplicado aos estudantes do curso de Pedagogia – Educação do Campo do 5º ao 10º período.

Fonte: Os desafios da permanência de estudantes LGBT na universidade: uma perspectiva da diversidade sexual no curso de Pedagogia – Educação do Campo (UFPB, 2017).

O medo, a não aceitação, a repressão à orientação sexual e identidade de gênero de alunos e acadêmicos, faz com que muitos não permaneçam nestes espaços, ou quando permanecem são obrigados a resistir, desafiar e quebrar todos os padrões ali impostos. A trajetória de pessoas LGBTQIAPN+ nos espaços escolares é marcada por luta e dor. Ainda que haja registros sobre avanços e conquistas em termos de políticas públicas, os dados seguem apontando que o Brasil é o país que mais violenta essa comunidade. Quanto a escola:

> [...] somente será democrática quando for um espaço de inclusão social. O respeito à diferença e o direito à singularidade são premissas básicas na construção desse espaço, no qual todos são diferentes, em que cada um, com sua individualidade, possa contar com o reconhecimento, a orientação e o apoio (Figueiró, 2007, p. 73).

Não tão distante da realidade escolar, o ambiente universitário para o público LGBTQIAPN+ também é um espaço que segrega essa população, que não oferece condições de permanência e acolhimento necessário, onde ingressam, porém não se sentem sujeitos pertencentes daqueles espaços, ocasionando uma desistência e por vezes enxergam o ambiente universitário um lugar que reproduz todos os preconceitos vivenciados na família e na educação básica. Assim o público LGBTQIAPN+ acreditam que:

> Ter professores/as e funcionários/as acolhedores/as na instituição educacional pode ter um efeito positivo sobre as experiências educacionais de qualquer estudante, aumentando sua motivação para aprender e se envolver positivamente na instituição educacional. Visto que estudantes LGBT muitas vezes se sentem inseguros/as e rejeitados/as na instituição educacional, ter acesso a profissionais na instituição educacional que deem apoio pode

> ser crítico para a criação de ambientes aprimorados de aprendizagem para estudantes LGBT. Assim, examinamos as relações entre a presença de profissionais acolhedores/as e vários indicadores do clima na instituição educacional. Os resultados mostram que a presença de profissionais da instituição educacional que acolhem estudantes LGBT é um dos aspectos críticos para a melhoria do clima na instituição educacional (ABGLT, 2016, p. 60).

Com isso, a luta gravita em torno da construção de escolas e universidades pautadas na inclusão, com equidade, respeito e, sobretudo, um acolhimento necessário e que garantam uma ampla discussão que atendam todas as diversidades com um ensino humano, crítico e participativo.

3 A LGBTFOBIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nesse tópico será contextualizado e discutido quais os principais desafios enfrentados pelos participantes LGBTQIAPN+ em sua trajetória na educação básica.

Ao serem questionados quais os principais desafios que esses pertencentes a comunidade LGBTQIAPN+ enfrentaram até a conclusão do ensino médio, os participantes declaram que:

> Bom, eu enfrentei mais desafios durante o ensino fundamental 02, fui alvo de muitas piadinhas, um colega apalpou minhas partes íntimas e falou nem "saco tem" me chamava de bichinha, mulherzinha porque não veste uma saia e não tinha argumento pra responder, até por ser muito tímido só sorria e aceitava calado e também sem entender muito, pra mim era algo normal e no ensino médio por não ser assumido foi até mais tranquilo nesse período, não recebi muitas ofensas, mas vivia retraído com os sentimentos também, mas já sabendo quem eu era e da minha sexualidade, sofria mais piadinhas nas ruas (Participante 1).

Esse comportamento relatado pelo participante 1 nos indica um dos fatores que contribuem para que pessoas LGBTQIAPN+ não concluam o ensino médio. São comentários constrangedores, ofensivos que deixam traumas até a vida adulta, comentários equivocados, sempre relacionando orientações sexuais e identidades de gênero ao sexo biológico de nascimento, sempre tratando pessoas LGBTQIAPN+ de modo diminuitivo “bichinha, mulherzinha”. O relato do próximo participante nos mostra o quanto as pessoas LGTQIAPN+ se sentem inferiorizadas e vivem sendo apontadas como pessoas incapazes.

Sempre nos colocam como alvo de inferioridade ou até mesmo de incapacidade cognitiva, ao longo desse processo, diversos apontamentos foram feitos, como se eu(nós) não tivéssemos o direito do acesso à educação tanto quantos os normais (Participante 2).

O participante 2 utiliza o termo “normais” para se referir as pessoas que não segue um padrão da cisheteronormatividade, mas que independente da sua raça, cor, condições econômicas, sociais, de suas orientações sexuais e identidades de gênero tem direito acesso à educação, como traz o texto da Constituição Federal:

> A Constituição Federal estabelece que: Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino (BRASIL, 2008a).

Os próximos relatos apresentam na sua maioria falas em comuns, a LGBTfobia[5] nos espaços escolares sendo proferidas pelos colegas, exclusão por parte de professores, e a indiferença no tratamento quando alguém é pertencente a comunidade, que se sentia ofendida, excluídas, constrangidas e desconfortáveis.

Em aulas didáticas onde havia discursos de ódios para com a comunidade onde me atingia. (Participante 3)

Passamos por muitos preconceitos por partes dos colegas de classe e algum tipo de exclusão por parte de alguns professores e alguns alunos. (Participante 4)

Diversas vezes, sofri desrespeito tanto por parte de colegas quanto de professores, muitas vezes tentando relevar esses preconceitos. (Participante 5)

A indiferença no tratamento por parte dos colegas de turma e docentes. Colegas heterossexuais e preconceitos, e professores heterossexuais e religiosos que também eram intolerantes. A forma como era tratado me deixava constrangido e desconfortável. (Participante 6)

Diante disso, podemos ressaltar a importância do acolhimento que essa comunidade necessita e deve ser garantida tanto pelos professores, pelos colegas e equipe escolar, para que estudantes LGBTQIAPN+ na educação básica das nossas escolas consigam concluir o ensino médio e seguir para o ensino superior, assim:

> Dentro de um cenário educacional destoante das necessidades e especificidades de estudantes LGBT, suas vulnerabilidades são maximizadas, influenciando diretamente seu desempenho escolar, o que torna o acesso e a permanência nas instituições de

[5]O termo também se popularizou, uma vez que antes utilizava-se homofobia para designar o ódio à população LGBTQIA+. Usamos a palavra para nomear qualquer forma de violência ou desprezo motivadas por sua orientação sexual ou/e identidade de gênero. Atualmente, está equiparada ao crime de racismo, previsto na Lei nº 7.716/89, que pune todo tipo de discriminação ou preconceito (Cartilha INCLUZE, 2023, p. 26).

> ensino ainda mais difíceis para esta população, contribuindo para os altos índices de evasão e repetência no ensino, aprofundando assim desigualdades sociais (Diagnostico LGBT[6], 2018, p. 27).

Ao serem questionados se já sofreram algum tipo de violência física ou psicológica no ambiente escolar, todos os participantes relatam que sofreram algum tipo de violência, isso é um retrato da realidade vivenciada pela comunidade LGBTQIAPN+ e enfrentam como desafios nos espaços escolares, resultando na sua evasão e abandono.

Ao serem questionados se enfrentaram dificuldades para ingressar no ensino superior, os participantes responderam que:

> Não. (Participante 1)
> Até aqui está sendo tudo um pouco normalizado, aos poucos estamos tomando nosso espaço. (Participante 2)
> dificuldade de locomoção para residir em casas de parentes já que não tenho a condição de me sustentar e nem fazer faculdade na cidade onde morava. (participante 3)
> Tive algumas dificuldades por parte de falas de algumas pessoas de que eu nunca conseguiria um diploma. (Participante 4)
> Não. (participante 5)
> Não, o acesso ao ensino superior na universidade pública foi bem tranquilo e livre, sem empecilhos. (Participante 6)

As respostas dos participantes são claras, que não encontraram dificuldades para o ingresso no ensino superior, mas podemos observar que ainda há desafios e entraves que dificultam este acesso, sejam por falta de estímulos ou até mesmo por não conseguir concluir a educação básica, devido ao preconceito, como pessoa LGBTQIAPN+ ter que residir em casa de parentes, ouvir falas que os desmotivam de ingressar em um curso de nível superior, mas também podemos ver esse engajamento de querer ocupar os lugares que por tanto tempo foram nos negados. Assim, podemos afirmar que maioria dos participantes acha desafiador permanecer no ambiente universitário, para além das suas vivencias e trajetórias como pessoas LGBTQIAPN+ da educação básica até o ingresso ao ensino superior, essas pessoas enfrentaram diversas barreiras que podem estar relacionadas desde a sua própria orientação/identidades de gênero, bem como outros fatores que dificultam e desafiam essa permanência.

O ingresso num curso de nível superior, não significa que não será desafiador a permanência tanto para outras pessoas quanto para o público LGBTQIAPN+, mas quando falamos dos desafios enfrentados pela comunidade para permanecer na universidade está relacionado à o novo espaço, que as discussões, as manifestações, as diversidades estão mais afloradas, e com isso também pode ser um espaço segregador, ofensivo que limitam

[6]O Diagnóstico da Juventude LGBT faz parte da reformulação do pacote, o Brasil Mais Jovem 2018, e é uma importante ferramenta do Governo para compreender a realidade social de jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

essas manifestações acerca das orientações e identidades, que ativam gatilhos e talvez possam ser reproduzidos e vivenciados situações e preconceitos que viveram na educação básica, seja a ausência de outros corpos territórios, corpos estes que estão em condições de representatividades assim como nos traz (Cordeiro 2020), seja a falta de acolhimento dos professores universitários e talvez a falta de políticas de permanências, como a ausência de atendimento social, apoio psicológico e pedagógico, pois, além dos desafios da vida em família, contexto social, conviver com o preconceito nos espaços universitários não garantirá a permanência.

Dos 6 participantes da pesquisa, 4(quatro) relataram que não presenciaram algo que caracterizasse LGBTfobia no espaço universitário,2(dois) relataram presenciar falas e discursos como ocorrem na educação básica, apesar disso a maioria considera o espaço universitário seguro e acolhedor para a comunidade. A seguir observaremos o relato de um participante:

> Poucos se falam, mas vejo um respeito de ambos, pelo menos no meu departamento e pela faculdade ser inclusiva e tal tendo outra perspectiva isso ajuda a combater, mas não posso falar por todos, porque sei que tem muitos corpos que sofrem violência e preconceito como o corpo negro, travesti e trans. A aceitação é bem mais severa, se tem logo por conta das leis que assegura isso e eu como homem cis e branco, reconheço meu privilégio e sei que muitas vezes, passo despercebido como um corpo fora da linha do preconceito (Participante 1).

As pautas de combate a LGBTfobias são extremamente importantes e fundamentais em todos os ambientes, e se faz necessário debate, discussões, seminários e pesquisas nos cursos de licenciaturas, pois além de fortalecer a igualdade e dignidade de pessoas LGBTQIAPN+ nos espaços universitários, esse trabalho também refletirá ali na formação dos futuros licenciados. Em relação aos docentes universitários podemos refletir que:

> Cabe ressaltar ainda que o quadro docente, na sua maioria, não recebe formação para desenvolver ações educativas relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, além de não ser abordado por programas de formação continuada para profissionais de educação, mesmo que se tenha a clareza da importância do tema, uma vez que perpassa a vida social, escolar e familiar de estudantes e agentes escolares (Diagnostico LGBT, 2018,p. 28).

E ao serem questionados como os docentes debatem as pautas de LGBTQIAPN+ nos cursos de Licenciatura, os sujeitos responderam que, debatem de forma imparcial, como uma luta de todos e para todos, outros relatam não ter presenciado a pauta ser debatida. E

que os docentes precisam trabalhar dentro dos cursos de licenciaturas, essa temática, ou ao menos incentivando a pesquisa e projetos que envolvam a comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu analisar quais os possíveis entraves e desafios que os estudantes LGBTQIAPN+ dos cursos de Licenciatura da UNEB - Campus Barreiras, quais sejam, pedagogia, letras, matemática e ciências biológicas, procurando discutir e compreender através dos relatos dos participantes da entrevista, suas trajetórias, vivências como desafios enfrentados desde a educação básica, e percursos até o ensino superior. Diante disso foi possível realizar um mapeamento destes sujeitos que se autodeclaram pertencentes a comunidades LGBTQIAPN+, bem como suas diversas orientações e identidades de gênero, com a aplicação de 25 questões abertas e fechadas, onde os participantes responderam desde as suas informações socioeconômicas e seus relatos quando estudantes da educação básica até o ingresso ao ensino superior e sua trajetória nos cursos de licenciatura.

Diante da análise dos dados fornecidos pelos estudantes, foi possível identificar que sua maioria é estudantes com renda inferior ao um salário-mínimo, oriundos da rede pública de ensino e que durante a educação básica sofreram violências físicas e psicológicas que poderiam ser fatores que contribuíssem para a não permanência no ambiente escolar, como já foi desenvolvido na pesquisa, grande índice de evasão e abandono dessas pessoas do ambiente escolar é por não conseguir desafiar esse CIS(tema) que marginaliza, exclui e violenta a comunidade, fazendo estes se sentirem inferiores e que pouco recebem um acolhimento necessário, seja no ambiente familiar como também no escolar, mas estes sujeitos enfrentaram essas barreiras e violências e concluíram o ensino médio e ingressaram no ensino superior.

Com isso foi possível observar que além dos desafios de permanência na educação básica, no ensino superior não é diferente, como dito anteriormente ingressar no ensino superior não significa permanência, e com os participantes da pesquisa não é distante essa realidade, a maioria relata que não teve dificuldades em acessar, mas que está sendo desafiador permanecer seja por questões familiares, exclusão social e por mesmo não se sentir pertencentes ao ambiente universitário, tendo em vista que o ambiente universitário em sua totalidade apresenta uma diversidade de pessoas, com diferentes culturas, pensamento e religião, sendo fatores que muitas vezes não respeitam as orientações e identidades destes sujeitos, que utilizam justificativas religiosas, ideologias e pensamentos que segregam e colocam estes sujeitos em posição de exclusão.

Foi possível identificar nos relatos dos sujeitos que estes nos cursos de licenciaturas da UNEB campus IX já presenciaram situações de LGBTfobias e até foram alvos não

somente de colegas mas também por parte de docentes, de sentir perseguido em um componente curricular devido a sua orientação sexual e isso é o que os torna como desafios e entraves, bem como a ausência de um núcleo de gênero e sexualidade onde essas pessoas poderiam ter um acolhimento psicossocial, grupos de trabalhos, desenvolvimentos de pesquisas, bem como formação de coletivos que fortaleçam a pauta dentro da instituição, além da importância da formação continuada dos docentes acerca da temática para que sejam trabalhadas em sala de aula nos componentes curriculares, formação com técnicos e colaboradores no tratamento e acolhimento caso essas vítimas se sintam perseguidas, ofendidas ou exclusas por ser LGBGTQIAPN+, esse acolhimento tornaria o espaço universitário como referência não somente para os cursos de licenciaturas mas também para os outros ofertados, e talvez assim as pessoas não teriam necessidade de esconder suas orientações/identidades pois estaria em um ambiente que não lhe apresentará desafios por sua condição de ser LGBTQIAPN+,

Cabe ressaltar importância de trabalhar a temática no campus colocando estes sujeitos em seus lugares de ocupação e representatividade, alguns participantes relatam já ter atuado na docência e tiveram desafios e entraves sendo visível essa exclusão e outros tem de certo modo receio desse preconceito velado e camuflado que terão que enfrentar após a formação, ter que esconder suas orientações/identidades e manifestações, mesmo que estes se “comportam” e tenha “postura docente”

Dessa forma, conclui se que apesar de todas as conquistas de direitos que a comunidade LGBTQIAPN+ avançou nos últimos tempos, ainda precisamos reafirmar esses direitos e lutar por dignidade e igualdade, no que diz a educação precisamos combater todas as formas de violação e violências que este público enfrenta como desafios na educação básica e também no ensino superior.

Assim, é necessário formações, pesquisas que contribuem até mesmo a informação de pessoas que não são pertencentes a comunidades, mas que lidam e precisam acolher e garantir que elas ocupem os espaços escolares, universitários, de trabalho e assim tendo dignidade e reconhecimento das suas potencialidades, é garantir a permanência dessas pessoas com total respeito, acolhimento e, sobretudo uma inclusão que não seja somente na teoria, mas na prática, e isso será mais um passo para que essa comunidade possa sair do mapa da violência, vulnerabilidade, piores índices de extermínio e sendo multiplicadoras de conhecimento, trabalho, educação pautadas na liberdade e igualdade e competência humana, sendo sujeitos que não precisam abandonar mais os espaços devido à violência, discursos de ódio, exclusão e desrespeito de suas vivencias LGBTQIAPN+.

REFERÊNCIAS

ABGLT. **Relatório da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no brasil 2016**: As Experiências de Adolescentes e Jovens LGBT em nossos Ambientes Educacionais.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude. **Diagnostico da Juventude LGBT 2016**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Juventude, 2016.

Cartilha INCLUZE. **LGBTQIAPN+ 2023**. Salvador - Bahia, Brasil.

CORDEIRO, Janivaldo Pacheco. **Corpo-território-LGBT+**: Imagens e narrativas de professores/as transviados/as na educação básica. 2020.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Homossexualidade e educação sexual**: construindo o respeito à diversidade. Londrina: UEL, 2007.

Sá, N. N. & Szylit, R. Cisheteronormatividade e luto na experiência familiar da pessoa não-cisgênero. **Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia**, v. 07, n. 01, 45-72, 2021;

SANTOS, Jailson Batista dos. **Os desafios da permanência de estudantes LGBT na universidade**: uma perspectiva da diversidade sexual no curso de Pedagogia – Educação do Campo. João Pessoa: UFPB, 2017.

SERGIPER. Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social de Sergipe. **Manual de Comunicação LGBTQIAPN+**, Sergipe 2022.

Recebido em: 21/02/2025
Aceito em: 10/04/2025

SUBJUGAÇÃO OU LIBERTAÇÃO? UMA ANÁLISE MATERIALISTA-DIALÉTICA DA QUESTÃO TRANS E SUA LUTA

SUBJUGATION OR LIBERATION? A DIALECTICAL-MATERIALIST ANALYSIS OF THE TRANS QUESTION AND ITS STRUGGLE

César Alexandre da Silva Aprile[1]

Resumo: este artigo busca analisar a questão trans a partir de uma perspectiva marxista e materialista-dialética, contrastando-a com abordagens idealistas, pós-modernas e liberais. Ele critica o materialismo mecânico por sua visão reducionista e estática do gênero, enquanto ressalta como o materialismo dialético, com foco nas contradições e na transformação contínua, permite compreender a construção histórica e material do gênero. A análise aborda como o capitalismo instrumentaliza tanto o reacionarismo quanto o relativismo para dividir e controlar, enfatizando a necessidade de integrar a luta trans na luta de classes.
Palavras-chave: Materialismo Dialético; Materialismo Mecânico; Trans.

Abstract: this article aims to analyze the trans issue from a Marxist and dialectical-materialist perspective, contrasting it with idealist, postmodern, and liberal approaches. It critiques mechanical materialism for its reductionist and static view of gender, while highlighting how dialectical materialism, with its focus on contradictions and continuous transformation, enables an understanding of the historical and material construction of gender. The analysis discusses how capitalism instrumentalizes both reactionary thought and relativism to divide and control, emphasizing the need to integrate the trans struggle into the class struggle.
Keywords: Dialectical Materialism; Mechanical Materialism; Trans.

1 INTRODUÇÃO

A questão das pessoas trans tem se mostrado um tema de intenso debate e polarização, envolvendo diversas perspectivas políticas, sociais e culturais. Esse debate abrange desde os setores conservadores e liberais até correntes progressistas, gerando posições contraditórias sobre os direitos, a existência e as lutas desse grupo. No campo das análises de esquerda, a abordagem marxista, fundamentada no materialismo dialético, oferece um arcabouço teórico para compreender as raízes históricas e materiais dessa questão, bem como suas implicações estruturais e superestruturais dentro do sistema capitalista.

Neste contexto, é fundamental avançar na análise das opressões de gênero sob a perspectiva dialética, superando visões dogmáticas e revisionistas que frequentemente subestimam ou distorcem a complexidade dessa realidade. A luta das pessoas trans não pode ser vista de forma isolada ou meramente identitária; ela deve ser compreendida como

[1] Historiador, professor e escritor, com atuação destacada na educação básica, na pesquisa crítica e na produção de materiais didáticos. Possui graduação em História (Licenciatura) pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), além de três especializações Lato Sensu: em Psicopedagogia (Universidade Cruzeiro do Sul, 2023), Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (UFPI, 2024) e Direitos Humanos (i9 Educação, 2025).

parte de um cenário mais amplo de contradições estruturais no capitalismo, onde questões de classe, gênero e outras formas de opressão se entrelaçam de maneira intrínseca.

Compreender a questão trans por meio do materialismo dialético implica reconhecer como fatores econômicos e históricos moldam as relações de gênero e como essas, por sua vez, impactam a base econômica e cultural da sociedade. Essa abordagem permite identificar os elementos materiais que sustentam a opressão das pessoas trans, destacando que essa luta não é apenas por reconhecimento, mas também por transformação das condições materiais e históricas que perpetuam a exploração e a desigualdade.

2 OS CONCEITOS MARXISTAS

Para compreendermos melhor o tema a ser tratado, é fundamental esclarecer os conceitos que serão utilizados ao longo da análise, com destaque para o materialismo dialético. Este método filosófico, central ao pensamento marxista, busca compreender as transformações do mundo por meio das contradições internas dos fenômenos, reconhecendo que toda mudança ocorre devido a essas contradições, de forma contínua e interconectada.

Vamos começar com o conceito fundamental de materialismo, conforme explicado por Vladimir Lênin:

> O materialismo é a admissão dos "objetos em si", ou fora do espírito; as ideias e as sensações são, para ele, copias ou imagens desses objetos. A doutrina oposta (idealismo) professa a inexistência dos objetos "independentemente do espírito"; os objetos são "combinações de sensações" (Lênin, 1909).

Essa definição deixa claro que, para o materialismo, o mundo existe independentemente da percepção humana, sendo a realidade externa objetiva e concreta. As ideias e sensações que formamos são reflexos dessa realidade. Em contrapartida, o idealismo, ao colocar a mente ou a consciência como central na construção da realidade, argumenta que o mundo exterior não tem existência autônoma e que os objetos são construções mentais, resultantes da interação de sensações. Essa dicotomia entre materialismo e idealismo é fundamental para entender os diferentes caminhos que a filosofia tomou ao abordar a relação entre mente e mundo.

Josef Stalin, um dos principais teóricos marxistas, explica o materialismo dialético como:

> O materialismo dialético é a concepção filosófica do Partido marxista-leninista. Chama-se materialismo dialético, porque o seu

> modo de abordar os fenômenos da natureza, seu método de estudar esses fenômenos e de concebê-los, é dialético, e sua interpretação dos fenômenos da natureza, seu modo de focalizá-los, sua teoria, é materialista (Stalin, 1938).

Nesse contexto, Stalin enfatiza que o materialismo dialético não é apenas uma teoria filosófica, mas uma abordagem prática e científica para entender a realidade. A dialética, nesse caso, se refere ao processo de análise das contradições que existem nos fenômenos e que impulsionam a transformação da realidade, enquanto o materialismo destaca que a matéria, e não a consciência ou ideias abstratas, é a base de tudo o que existe.

Dessa forma, o materialismo dialético se torna uma ferramenta essencial para compreender o mundo de maneira dinâmica e em constante mudança, considerando as relações materiais e as contradições internas que movem a evolução dos processos naturais, sociais e históricos.

Porém, o materialismo dialético contrasta com o materialismo mecanicista, como citado por Paul Langevin:

> Este ideal condicionou também as ciências da vida. Diderot, por exemplo, em sua "Interpretação da natureza", cita Maupertius que assim definiu o animal:
> "um sistema de diferentes moléculas orgânicas que, por um impulso inicial dado por aquele que criou a matéria em geral, foram combinadas até que cada uma reencontre o lugar o mais conveniente... sua figura e ao seu repouso."
> E La Mettrie escreveria seu livro sobre a Máquina Humana.
> Estando assim nosso passado e nosso futuro contidos no impulso inicial dado ao imenso projétil ao qual o determinismo mecanicista compara o universo, a atitude do homem, e a da ciência, não pode ser mais que contemplativa, como ela é na astronomia, o que levou a um fatalismo, com este paradoxo de que a ciência, resultado das necessidades da ação, chegue somente a negar a própria possibilidade da ação (Langevin, 1945).

Ou seja, essa passagem expõe a visão do determinismo mecanicista, que sugere que o universo e os seres humanos são produtos de um impulso inicial e seguem uma trajetória predeterminada, levando a uma visão fatalista e a uma ciência que se limita a observar, sem permitir ação transformadora.

Já o último conceito do materialismo, é o materialismo histórico que é: "O materialismo histórico é a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social, aos fenômenos da vida da sociedade, ao estudo desta e de sua história" (Stalin 1938).

O materialismo histórico, conforme exposto por Stalin, trata-se de uma abordagem teórica que aplica os princípios do materialismo dialético à compreensão dos fenômenos sociais e históricos. Ao contrário de explicações idealistas ou metafísicas, que buscam as

causas dos eventos históricos em ideias ou planos divinos, o materialismo histórico afirma que as condições materiais e as relações de produção são os fatores determinantes que moldam a sociedade, a política e a cultura.

Outro conceito importante abordado por Mao Zedong é o revisionismo, que não deve ser confundido com revisionismo histórico, e o dogmatismo. Mao explica esses conceitos da seguinte forma:

> Dogmatismo e revisionismo, ambos são contrários ao marxismo. Seguramente, o marxismo tem de avançar, desenvolver-se com o desenvolvimento da prática, não pode ficar parado. O marxismo deixaria de ter vida se ficasse estagnado, estereotipado. Contudo, os princípios básicos do marxismo não devem ser violados; violá-los seria cometer erros. Constitui dogmatismo abordar o marxismo dum ponto de vista metafísico e tomá-lo como algo rígido. Constitui revisionismo negar os princípios básicos do marxismo, negar a sua verdade universal. O revisionismo é uma forma da ideologia burguesa. Os revisionistas apagam a diferença entre o socialismo e o capitalismo, entre a ditadura do proletariado e a ditadura da burguesia. Na realidade, o que eles propõem não é a linha socialista mas sim a capitalista. Nas circunstâncias atuais, o revisionismo é mais pernicioso que o dogmatismo. Uma das nossas importantes tarefas atuais na frente ideológica é proceder à crítica ao revisionismo (Zedong, 1957).

Ou seja, o dogmatismo é visto como uma forma rígida e inflexível de entender o marxismo, que o reduz a um conjunto de normas fixas, sem espaço para o desenvolvimento ou adaptação à realidade social e histórica em constante transformação. Essa visão, ao tentar preservar os princípios do marxismo de maneira excessivamente rígida, impede a evolução das ideias e da prática marxista, tornando-o uma ideologia estagnada.

Por outro lado, o revisionismo é descrito como uma distorção mais perigosa, que nega os princípios fundamentais do marxismo e propõe uma acomodação com o capitalismo. Mao critica os revisionistas por suavizarem as contradições entre o socialismo e o capitalismo e entre a ditadura do proletariado e a ditadura da burguesia. Para ele, o revisionismo representa uma ideologia burguesa disfarçada, que tenta apagar a luta de classes e enfraquecer o movimento socialista, comprometendo a revolução proletária.

3 A QUESTÃO RELATIVA AO PÓS-MODERNISMO

O debate sobre a identidade, em particular o gênero, tem sido profundamente influenciado por diferentes correntes filosóficas. O pós-modernismo, ao questionar a existência de verdades absolutas e enfatizar a construção social das identidades, propõe que categorias como gênero são produtos de discursos e narrativas sociais. Judith Butler, uma das principais teóricas pós-modernas, argumenta que o gênero é performativo, ou seja,

é constituído pelas próprias expressões que se dizem serem seus resultados. Como ela afirma em Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da Identidade:

> Que configurações de poder constroem o sujeito e o outro, essa relação binária entre 'homens' e 'mulheres', e a estabilidade interna desses termos? Que restrições estariam operando aqui? Seriam esses termos não problemáticos apenas na medida em que se conformam a uma matriz heterossexual de conceituação de sexo e do desejo? Como questionar um sistema epistemológico/ontológico? Qual a melhor maneira de problematizar as categorias de gênero que sustentam a hierarquia dos gêneros e a heterossexualidade compulsória? (Butler, 2018, p. 8).

A proposta de Butler é justamente questionar as identidades fixas e "naturais", incitando uma investigação de formas políticas de ação não baseadas nelas. Ela defende que essas identidades, longe de serem universais ou imutáveis, são, na realidade, produtos sociais e discursivos, que devem ser subvertidos para possibilitar novas formas de ação política.

Todavia, essa perspectiva pós-moderna contrasta com abordagens materialistas que veem o gênero como uma construção histórica e social, influenciada por fatores econômicos e estruturais. A crítica ao pós-modernismo, nesse contexto, destaca que a ênfase na construção discursiva do gênero pode obscurecer as condições materiais e as relações de poder que moldam as identidades de gênero:

> A crítica ao pós-modernismo é tão mais relevante uma vez que o projeto iluminista, matriz do modernismo e de suas palavras de ordem liberdade, igualdade e fraternidade, objeto de rejeição do pós-modernismo, é uma promessa ainda não cumprida. E, ao mesmo tempo, as premissas pós-modernistas, que se pretendem tão avançadas e despidas de ilusões, não deixam de ser uma operação ideológica de desqualificação das lutas sociais e dos projetos de uma nova sociedade. Negam as possibilidades da autonomia dos sujeitos e reduzem o destino humano ao aprisionamento, seja nas estruturas da linguagem, seja nas micro e macroestruturas da sociedade. A consequência política das teses pós-modernistas é um misto de conformismo e acomodamento ao status quo (Moraes, 2015).

Essa crítica ao pós-modernismo reflete a ideia de que, ao enfatizar construções discursivas e identitárias, o pós-modernismo pode obscurecer os aspectos materiais e estruturais que influenciam as identidades, como o poder e as condições econômicas que moldam o gênero e a opressão das mulheres, conforme uma perspectiva mais materialista.

A partir dessa análise, podemos perceber que a filosofia pós-modernista oferece uma reflexão importante sobre como as identidades sociais são construídas, questionando as

categorias tradicionais. No entanto, o relativismo do pós-modernismo, com sua ênfase na multiplicidade de experiências individuais, dificulta a criação de uma teoria política coesa que aborde as questões estruturais subjacentes que moldam essas identidades, como o capitalismo, a exploração e a opressão.

O pós-modernismo, ao desconsiderar o materialismo dialético e a análise histórica do gênero, que examina o surgimento do gênero e suas relações com a sociedade de classes, contribui para o fortalecimento do individualismo. Isso dificulta a criação de um terreno comum para a ação política coletiva, resultando na falta de uma base ideológica capaz de unir pessoas que compartilham a mesma opressão — como mulheres e pessoas trans — dentro das contradições geradas pelo sistema capitalista.

4 A QUESTÃO DO GÊNERO E SEXO

Uma das questões mais polêmicas no debate sobre a luta trans diz respeito às questões biológicas, especialmente quando alguns utilizam argumentos sobre o sexo para criar um determinismo em relação à identidade transexual. Mas será que essas alegações, como as relacionadas às genitálias, estão realmente corretas? A definição biológica seria, então, o único critério determinante para definir quem é homem ou mulher? E seriam os cromossomos a base absoluta para encerrar o debate sobre identidade de gênero?

Pois bem, a questão do sexo e da identidade de gênero é frequentemente mal compreendida e simplificada, especialmente quando se tenta vinculá-la a aspectos biológicos fixos, como a genitália ou os cromossomos sexuais. No entanto, a realidade biológica é bem mais complexa e desafiadora para essa visão determinista.

A questão do determinismo do sexo, especialmente no que diz respeito à genitália, é questionada ao se considerar os casos das pessoas intersexuais, que nascem com características biológicas que não se ajustam facilmente ao binário rígido de sexo. Em muitos desses casos, essas pessoas são submetidas a intervenções médicas, forçadas a se conformar com um dos polos desse binário, muitas vezes sem justificativa médica real e com consequências traumáticas:

> O discurso que reitera as cirurgias normalizadoras do sexo como o único meio de sobrevivência social para o intersexo apresenta-se com um traço sub-reptício de eugenia em virtude dos intersexuais afrontarem, com o seu corpo, os padrões socialmente impostos e internalizados como normais. As cirurgias servem, portanto, de ferramenta para a recuperação de uma suposta humanidade não realizada pela anomalia deste corpo. Tais procedimentos não possuem caráter humanitário, pois as cirurgias, na maioria dos casos, são feitas, reitera-se, em crianças recém-nascidas que não podem expressar sua vontade e às quais é imposta uma vida de ajustes de todas as ordens, através de cirurgias seguidas, terapias hormonais, medicamentosas e psicológicas que colocam em risco a saúde e a integridade dessas pessoas.

> Ademais, o êxito dessas intervenções não é garantido e pode, inclusive, desencadear uma situação de desordem no futuro, quando estas crianças forem adultas, pois uma escolha que não tenha por premissa o interesse da criança, e sim o interesse da família em se auto proteger dos estigmas sociais que a rondam, pode significar a violação do equilíbrio psicológico dessas pessoas, como também a violação de uma gama de direitos humanos, tais como: o direito à liberdade sexual; o direito à autonomia; o direito à integridade (física, psicológica, afetiva, e sexual); o direito à segurança do corpo; o direito à privacidade; o direito ao prazer sexual; o direito às escolhas reprodutivas livres e responsáveis, e, sobretudo, o direito à saúde (Oliveira, 2015, p, 99-100).

A questão dos cromossomos sexuais também é frequentemente simplificada, sendo comum associá-los a um binário rígido: indivíduos com cromossomos XX são considerados femininos e aqueles com cromossomos XY, masculinos. No entanto, essa visão não reflete a complexidade da biologia humana. Estudos recentes e avanços nas tecnologias de sequenciamento de DNA têm mostrado que a biologia das pessoas não segue sempre esses padrões simplistas. Como afirma Claire Ainsworth:

> Novas tecnologias em sequenciamento de DNA e biologia celular estão revelando que quase todo mundo é, em graus variados, uma colcha de retalhos de células geneticamente distintas, algumas com um sexo que pode não corresponder ao do resto do corpo (Ainsworth, 2015).

Isso demonstra que os cromossomos sexuais, por si só, não determinam de forma simples a identidade de gênero ou as características sexuais de uma pessoa. Por exemplo, pessoas podem ter variações cromossômicas como a síndrome de Klinefelter (XXY) ou Turner (X0), e essas condições podem ter efeitos sobre o desenvolvimento físico e hormonal. Ou seja, a biologia humana é muito mais dinâmica e diversa do que a abordagem tradicional tem sugerido, o que abre espaço para uma compreensão mais inclusiva e complexa das identidades de gênero.

Porém, agora que respondemos as perguntas destacadas, voltemos a questão relativa ao gênero. Comecemos então com a pergunta mais importante, o que é gênero? “Para o marxismo, as mulheres, tanto quanto os homens, são apenas um conjunto de relações sociais, historicamente adaptadas e mudando em função das mudanças da sociedade em seu processo de desenvolvimento” (Adrianzen, 1974).

A análise proposta encontra respaldo nas origens históricas do gênero, conforme Friedrich Engels descreve o surgimento da opressão das mulheres e a formação do gênero no contexto da sociedade de classes. Engels observa a transição da sociedade em que o “direito materno” foi substituído pela formação da família patriarcal. Ele explica:

> O desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida (Engels, 1884).

No entanto, a análise do desmoronamento do direito materno não se deve a uma abstração teórica, mas sim à compreensão materialista dialética, que reconhece a necessidade de condições materiais e objetivas para que esse processo ocorresse. É importante, contudo, afastar a interpretação dos materialistas mecânicos e dos essencialistas biológicos, que, ao enfatizarem a reprodução humana como a principal causa da opressão das mulheres, cometem um erro ao naturalizarem essa opressão. Seria um equívoco afirmar que a reprodução, por si só, é o fator determinante para a opressão feminina, visto que muitos animais selvagens se reproduzem de maneira similar aos seres humanos, mas não apresentam a mesma estrutura de opressão de gênero observada nas sociedades humanas. A razão fundamental para a queda do "direito materno" foi, na realidade, a criação de valor econômico — a mais-valia —, que foi apropriada por uma pequena classe dominante, resultando na formação das divisões sociais:

> Feministas marxistas como Mariarosa Dalla Costa e outras de um grupo feminista da Itália fizeram uma análise teórica do trabalho doméstico sob o capitalismo. Dalla Costa argumentou de forma detalhada que através do trabalho doméstico, as mulheres estão reproduzindo o trabalhador, uma mercadoria. Daí, de acordo com elas, é errado considerar que apenas valor de uso é criado através do trabalho doméstico. O trabalho doméstico também produz valor de troca – a força de trabalho. Quando a reivindicação salarial de trabalhadoras domésticas surgiu, Dalla Costa apoiou como um movimento tático para fazer a sociedade perceber o valor do trabalho doméstico. Ainda que a maioria não concordasse com sua conclusão de que trabalho doméstico cria mais valia, nem apoiasse a luta por salários para trabalho doméstico, ainda assim sua análise criou uma grande discussão nos círculos feministas e marxistas em todo o mundo e levou a uma maior consciência de como o trabalho doméstico serve ao capital (Gandhi, 2006).

O papel da mulher na reprodução foi transformado, passando de uma posição de status elevado para uma condição de subordinação, como instrumento de trabalho e subjugação.

A queda do direito materno, observada por Engels, marcou o início da formação da família patriarcal enquanto unidade econômica, onde as relações de poder se estruturavam em torno da figura do patriarca. Um exemplo prático disso pode ser visto na estrutura das

famílias nobres, nas quais a posição da mulher era profundamente influenciada pela quantidade de terras que ela trazia para o casamento. Como aponta Mark:

> A posição das mulheres nobres era ditada pela situação econômica de cada uma, ou seja, a quantidade de terra que elas traziam para o casamento. Isto porque posse da terra equivalia a poder e, portanto, a qualidade de vida e as oportunidades por autonomia variavam significativamente no seio das classes superiores(Mark, 2019).

Ou seja, a posição das mulheres, especialmente nas classes altas, estava intimamente ligada à posse de recursos materiais, refletindo uma hierarquia social que concentrava poder nas mãos dos homens e determinava o papel da mulher como uma figura subordinada. Essa configuração da família patriarcal não só consolidou o poder masculino, mas também contribuiu para a marginalização das mulheres, cujos direitos e liberdades eram restringidos conforme os interesses econômicos da classe dominante.

Outro aspecto que também evidencia a marginalização das mulheres ocorre com o aparecimento da burguesia na Idade Média, onde:

> As mulheres da nova burguesia podiam trabalhar com seus maridos e pais em uma dada atividade econômica e , muitas vezes, sucediam a seus maridos nos negócios quando da morte destes. A mulher como trabalho barato era um conceito já bem estabelecido através do sistema feudal e perpetuou-se pelo sistema corporativo porque as mulheres eram juridicamente não-entidades e, consequentemente, podiam receber menos que os homens. Ao mesmo tempo, muitas mulheres, durante este período, aparecem em documentos jurídicos como tendo sido multadas devido a diversas infrações, ao invés de seus maridos, um descolamento significativo das condições precedentes da Idade Média Inicial(Mark, 2019).

Isso significa que, com o surgimento da burguesia, a marginalização das mulheres não apenas persistiu, mas foi, em certa medida, reforçada e até naturalizada dentro da nova estrutura econômica e social emergente. Embora as mulheres tenham passado a participar ativamente de atividades econômicas, sua posição nas relações de trabalho permaneceu inferior, refletindo uma clara divisão de gênero no mercado. O fato de serem consideradas “mão de obra barata” e de poderem ser remuneradas de forma inferior aos homens revela como o sistema econômico burguês continuou a explorar sua força de trabalho, sem lhes assegurar os mesmos direitos e compensações.

Com o advento do capitalismo, as contradições sociais se intensificaram, à medida que a ideologia patriarcal foi absorvida e perpetuada pela nova classe dominante. Essa absorção

não foi acidental: tratava-se de uma estratégia consciente de manutenção e reprodução das relações de exploração. Subordinar as mulheres era funcional à lógica capitalista, pois permitia extrair uma maior quantidade de mais-valia — ou seja, maximizar o trabalho não remunerado, sobretudo através da exploração da força de trabalho feminina.

Essa exploração se manifestava, em um primeiro momento, nas disparidades salariais entre homens e mulheres: pela mesma função, as mulheres recebiam menos. Essa desigualdade salarial contribuía diretamente para a acumulação de capital por parte dos patrões. Posteriormente, com a consolidação do modelo de família nuclear, a opressão das mulheres assumiu novas formas. A divisão sexual do trabalho foi reforçada dentro do âmbito doméstico, relegando às mulheres a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo e pela criação dos filhos — tarefas essenciais para a reprodução da força de trabalho, mas invisibilizadas e não remuneradas.

Nesse modelo, a mulher passou a ser identificada quase exclusivamente com o espaço privado, com o lar e com os cuidados, enquanto o homem ocupava o espaço público e produtivo. Essa separação artificial, porém funcional ao capital, garantiu a continuidade da exploração em dois níveis: o mercado se apropriava da força de trabalho feminina com menor custo, ao mesmo tempo em que o trabalho doméstico gratuito assegurava as condições para que a classe trabalhadora em geral pudesse continuar a produzir.

Assim, o capitalismo não apenas se beneficiou da exploração direta das mulheres no mercado, como também instrumentalizou a instituição da família nuclear para consolidar a divisão sexual do trabalho — perpetuando, dessa forma, a opressão de gênero como pilar estrutural da ordem burguesa.

Ou seja, podemos afirmar que o gênero, longe de ser uma característica fixa ou determinada por um binário biológico essencialista, é uma construção social historicamente situada. Ele varia conforme os contextos culturais, econômicos e ideológicos, sendo moldado pelas necessidades específicas de cada modo de produção. A própria existência de múltiplas identidades de gênero, como as identidades trans, evidencia que as normas sociais sobre o que é considerado “masculino” ou “feminino” são altamente flexíveis, contingentes e politicamente construídas.

No entanto, embora a sociedade tenha desenvolvido estruturas que marginalizam sistematicamente aqueles que desafiam tais normas, a resistência não surge de forma automática. Nem todos os sujeitos que vivem fora das normas dominantes o fazem de maneira ativa ou consciente. É justamente por isso que a crítica marxista se mostra imprescindível: ela fornece as ferramentas teóricas e políticas para compreender que a opressão de gênero, assim como a de classe, não é uma questão de desvio ou de má vontade individual, mas sim uma engrenagem funcional ao sistema capitalista.

A superação dessas opressões não virá de apelos morais, reformas pontuais ou inclusão simbólica, mas da transformação radical das estruturas sociais, econômicas e

ideológicas que sustentam a desigualdade. E essa transformação, como bem sabemos, só será possível por meio da luta de classes, da organização coletiva e da revolução social.

5 A TRANSFOBIA NO BRASIL

Quando falamos de violência no Brasil, não há do que nos surpreendermos, segundo um estudo ONU, Brasil liderou ranking de homicídios no mundo em 2023:

> O Brasil lidera a lista dos 10 países do mundo onde são registradas mais mortes violentas, segundo o Estudo Global sobre Homicídios que a ONU divulgou nesta sexta-feira (8) em Viena.
> O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) estima que em 2021 foram registrados 458 mil homicídios em todo o mundo. A taxa global foi de 5,8 por 100 mil habitantes e 81% das vítimas eram homens e meninos.
> O relatório toma 2021 como ano de referência, mas, como nem todos os países forneceram dados para o ano, a data de origem dos números de homicídios não corresponde especificamente a um determinado período (Grandi, 2023).

Isso não é diferente em relação a comunidade trans, onde em 2022, o país continuou sendo por 13 anos, o país que mais mata pessoas trans no mundo, mesmo a transfobia ser crime no Brasil desde 2019:

> Apesar de a transfobia ser crime no Brasil desde 2019, o país é ainda o que mais mata pessoas trans e travestis em todo o mundo pelo 13° ano consecutivo.
> O número de assassinatos de mulheres trans e travestis é o maior desde 2008 — ano em que o dado começou a ser registrado.
> Conforme o relatório de 2021 da Transgender Europe (TGEU), que monitora dados globalmente levantados por instituições trans e LGBTQIA+, 70% de todos os assassinatos registrados aconteceram na América do Sul e Central, sendo 33% no Brasil, seguido pelo México, com 65 mortes, e pelos Estados Unidos, com 53.
> Os dados apontam também que, nos últimos 13 anos, pelo menos 4.042 pessoas trans e de gêneros diversos foram assassinadas entre janeiro de 2008 e setembro de 2021.
> Entre outubro de 2020 e setembro de 2021 foram registrados 375 assassinatos no mundo, o que representa um aumento de 7% em relação ao ano anterior.
> O relatório mostra que o Brasil teve 125 mortes. Por outro lado, só no ano de 2020, Associação Nacional de Travestis e Transexuais reportou 175 transfeminicídios e mapeou 80 mortes no primeiro semestre de 2021.
> As maiores vítimas de transfeminicídio são mulheres. De acordo com o documento da Transgender Europe, 96% das pessoas assassinadas em todo o mundo eram mulheres trans ou pessoas transfeminadas; 58% das pessoas trans assassinadas eram profissionais do sexo; a idade média das pessoas assassinadas é de 30 anos; 36% dos homicídios ocorreram na rua e 24% na própria residência.
> Os dados da organização (TGEU) são obtidos por movimentos trans e organizações da sociedade civil que realizam alguma categoria de monitoramento profissional em seus países. Mas, esses números não representam a transfobia no Brasil (Pinheiro, 2022).

Além da questão dos homicídios, também não surpreendem os constantes ataques à comunidade trans na internet, com ofensas de todos os tipos — especialmente em grupos de redes sociais, como no Facebook — que utilizam termos como "tonhão" para se referir, de forma pejorativa, a pessoas trans. Isso é inadmissível, sobretudo quando consideramos que, em nosso país, existem cerca de 4 milhões de pessoas trans e não binárias, segundo um estudo realizado pela Faculdade de Medicina de Botucatu, da Universidade Estadual Paulista (UNESP):

> Pesquisa inédita na América Latina aponta que 1,9% da população brasileira é de pessoas transgênero ou não binárias: são 4 milhões de indivíduos em uma população estimada em 2020 pelo Banco Mundial em 212,6 milhões de cidadãos.
> (...) Foram entrevistadas 6.000 pessoas em 129 municípios de todas as regiões do país.
> Segundo os participantes do projeto, os resultados mostram a urgência de políticas de saúde voltadas para esse público. A professora da Faculdade de Medicina de Botucatu Maria Cristina Pereira Lima, autora do artigo, destaca que homens trans necessitam de consultas ginecológicas periódicas, por exemplo. Ela também lembra que, em todo o mundo, a expectativa de vida das pessoas trans é mais baixa (Segalla, 2021).

Esses dados revelam que milhões de pessoas estão sendo objetivamente marginalizadas, ofendidas e oprimidas diariamente, com o uso das redes sociais como ferramenta para perpetrar e potencializar os ataques e a violência que já fazem parte da rotina da comunidade LGBTQIAPN+.

Além disso, os ataques e ofensas a comunidade trans, é tão alarmante, que um levantamento da Folha de S. Paulo, divulgado em 2022, mostrou que 17 das 27 mulheres trans e travestis com mandatos políticos em exercício no país sofreram com algum tipo de violência transfóbica:

> No primeiro capítulo de uma série de três reportagens a serem publicadas na semana do Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia (17 de maio), a Folha mostrará a rotina de ataques sofridos por esse grupo.
> Durante a apuração, a reportagem procurou as 27 trans eleitas para as Casas legislativas no país, das quais 24 responderam aos pedidos de entrevista (veja abaixo galeria com relatos). Desse contingente, 17 relataram situações de violência política transfóbicas e 11 sofreram ameaças (Rodrigues; Santos, 2022).

Ou seja, notamos que no Brasil, assim como em outros lugares do mundo, a comunidade trans enfrenta uma rotina de perseguição, ameaças e outras formas de violência e opressão.

6 A LINHA DE MASSAS

A questão em relação a violência a comunidade trans, não existe uma solução simples e fácil. Assim como tudo que existe em nossa realidade material concebida passa por um processo de ação e análise fundamentado nas necessidades reais dessa população, que é, em grande parte, marginalizada e oprimida. Isso pode ser feito a partir de um enfoque prático e integrador, baseado na compreensão das condições sociais e econômicas que levam à violência e à exclusão, sem se limitar a apenas respostas ideológicas ou preconceitos populares.

Primeiramente, é necessário um movimento que se construa a partir da realidade das massas, o que implica em ouvir e aprender com as experiências e necessidades da comunidade trans. Isso se relaciona ao conceito de "linha de massa", que é uma abordagem que parte das realidades concretas das pessoas oprimidas, para poder oferecer soluções que atendam suas necessidades de forma efetiva:

> A linha de massa é o elo entre teoria e prática e o método para garantir que os comunistas – aquela parte da classe trabalhadora que é mais consciente – deem liderança à classe trabalhadora. Os comunistas não devem ficar atrás do nível espontâneo de consciência da classe trabalhadora, nem correr muito à frente desse nível a ponto de isolá-los da classe trabalhadora.
> Agarrada firmemente, a linha de massa garantirá que a linha política dos comunistas revolucionários esteja cada vez mais de acordo com a realidade, corresponda de perto às necessidades reais da classe trabalhadora e, portanto, que a vanguarda consciente da classe trabalhadora se reúna em torno do Partido Comunista revolucionário, o Partido político da classe trabalhadora. A longo prazo, é uma garantia segura de que a prática correta do Partido conquistará a massa da classe trabalhadora e a liderará em sua luta diária e na luta pelo socialismo (Communist Federation of Britain (Marxist-Leninist), 1977).

Todavia, a questão mais importante é, por que a linha de massas deve ser aplicada?

> Embora o Partido Comunista revolucionário seja absolutamente essencial para a luta da classe trabalhadora pelo sucesso do socialismo, o Partido não pode ser um substituto para a classe. O Partido liderará a classe trabalhadora, mas é a própria classe que tomará o poder do estado, esmagará o estado burguês e construirá o socialismo(Communist Federation of Britain (Marxist-Leninist), 1977).

A construção desse movimento deve ser sólida, baseada na conscientização das massas sobre as condições em que vivem as pessoas trans, e no entendimento de que as concepções populares, muitas vezes distorcidas, sobre as identidades trans são, em grande parte, resultado de desinformação ou preconceito cultural. Não se pode confiar em uma

abordagem que simplesmente reflita as percepções errôneas e limitadas da sociedade sobre a comunidade trans, mas sim em um esforço consciente de educar e transformar as mentalidades para combater estigmas e promover respeito.

A luta contra a violência transgênera deve ser integrada ao movimento mais amplo de justiça social, que envolve também a defesa dos direitos das mulheres e a eliminação de todas as formas de discriminação de gênero. A libertação das pessoas trans não deve ser tratada como uma questão isolada, mas sim como parte da luta por um mundo mais igualitário e justo. Combatendo a transfobia e outras formas de opressão, é possível construir uma sociedade onde todos, independentemente de sua identidade de gênero, possam viver com dignidade e respeito.

Assim, como Mao afirma "O povo, e só o povo, constitui a força motriz na criação da história universal" (Zedong, 1945). Logo é preciso que os grupos de apoio e as organizações envolvidas no combate à violência contra a comunidade trans também incorporem a "linha de massa" em suas práticas, criando espaços seguros para que as próprias pessoas trans possam expressar suas necessidades e desejos, e se organizarem para alcançar mudanças.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta da comunidade trans não pode — e não deve — ser reduzida a um apelo à tolerância, à boa convivência ou à celebração da diversidade em moldes liberais. Essas abordagens, embora pareçam progressistas à primeira vista, operam dentro de um horizonte político estreito, onde a opressão é tratada como um desvio moral ou cultural que pode ser corrigido por meio da educação, da empatia ou da representatividade simbólica. Essa visão é, no fundo, profundamente conciliatória e despolitizadora. Ela transforma a opressão em um problema de opinião ou de linguagem, mas jamais toca nas estruturas concretas que a produzem e a reproduzem.

A questão trans não é, portanto, uma simples demanda identitária. Ela expressa, de forma nítida, a falência de um sistema que precisa categorizar, fixar e normatizar os corpos e os sujeitos para poder explorá-los com maior eficácia. O capitalismo, desde seu surgimento, organizou o mundo a partir de binarismos funcionais à divisão do trabalho: homem/mulher, público/privado, razão/emoção, força/fragilidade. Essas categorias não são naturais nem eternas. São construções históricas com função econômica e política.

O gênero, nesse contexto, não é apenas uma identidade individual — é uma tecnologia social de controle. O sistema cisheteronormativo que rege nossas vidas não está dissociado das relações de produção; ao contrário, ele é um dos alicerces que permite a exploração do trabalho, a reprodução da força de trabalho e a manutenção da ordem capitalista. A marginalização das pessoas trans, portanto, é funcional ao capital: ela mantém a divisão sexual do trabalho, alimenta mercados paralelos de exploração extrema (como o da

prostituição compulsória e do trabalho informal precarizado) e, ainda, reforça ideologias de normalidade que justificam toda a ordem burguesa.

A transfobia não é um resíduo do passado, uma espécie de "atraso" que o progresso corrigirá. É um fenômeno moderno, orgânico ao próprio desenvolvimento das sociedades capitalistas. A intensificação da violência contra pessoas trans nos últimos anos — seja por meio de ataques físicos, assassinatos, exclusão do mercado de trabalho ou linchamentos virtuais nas redes sociais — não ocorre apesar da modernização neoliberal, mas justamente como expressão de sua lógica mais profunda. O neoliberalismo prometeu liberdade, mas entregou um mundo de competição generalizada, destruição dos laços sociais, mercantilização de tudo — inclusive da própria subjetividade. Nesse cenário, corpos dissidentes são tratados como erro de sistema, e a violência contra eles é uma tentativa de restaurar a ordem simbólica do capital.

Não se trata, portanto, de melhorar a imagem da comunidade trans na televisão, no cinema ou na política institucional — embora isso possa ter efeitos pontuais. Trata-se de entender que toda essa engrenagem simbólica está a serviço da reprodução de um sistema que lucra com a exclusão. A figura da pessoa trans ocupa, muitas vezes, o lugar do "excesso", do "inclassificável", do "anômalo" — aquilo que precisa ser expurgado ou assimilado para que a norma funcione. Por isso a existência trans, em sua forma mais radical, é um desafio à própria ideia de normalidade sobre a qual o capitalismo constrói suas bases. E por isso também o sistema reage com brutalidade.

Aqui entra a centralidade do materialismo histórico-dialético. Essa abordagem não vê as opressões como fenômenos isolados, mas como partes integrantes de uma totalidade social contraditória. A luta trans, quando compreendida dentro dessa perspectiva, não é periférica, mas estratégica. Ela revela com clareza a relação entre corpo, trabalho, reprodução social e dominação ideológica. E mostra que não é possível destruir a transfobia sem destruir também as bases materiais que a sustentam — isto é, o próprio modo de produção capitalista.

Não é por meio de leis punitivas, campanhas publicitárias ou inclusão institucional que a comunidade trans encontrará libertação. Essas medidas, muitas vezes celebradas como grandes vitórias, não passam de concessões que o sistema faz para manter sua legitimidade e evitar rupturas. São migalhas jogadas ao chão para conter a fome de justiça. São mecanismos de apaziguamento, não de transformação.

A libertação trans — e, por extensão, a libertação de todos os oprimidos — só será possível num processo revolucionário que destrua as estruturas de exploração de classe, de gênero e de raça. Isso significa não apenas derrubar o capital como relação econômica, mas também destruir o Estado burguês, a família patriarcal, a moral sexual repressora e o conjunto de instituições que regulam os corpos e impõem normas de existência. Significa

construir uma nova forma de vida, em que a liberdade não seja o direito de consumir ou ser tolerado, mas a capacidade de existir plenamente, sem medo, sem violência e sem coerção.

A luta trans é, portanto, uma trincheira da luta de classes. Uma das mais radicais, aliás. Porque não desafia apenas quem está no poder, mas a própria maneira como o poder se organiza e se reproduz nos corpos, nos desejos, nas subjetividades. É uma luta que escancara as contradições mais íntimas da sociedade capitalista e que, por isso mesmo, aponta para a necessidade de sua superação.

REFERÊNCIAS

ADRIANZEN, Catalina. **Marxism, Mariátegui and the Women's Movement**. 1974. Disponível em: https://marxists.wikis.cc/subject/women/authors/adrianzen/1974.htm. Acesso em: 25 jan. 2025.

AINSWORTH. Claire. **Sex Redefined**. 2015. Disponível em: https://www.nature.com/articles/518288a. Acesso em: 25 jan. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

Communist Federation of Britain (Marxist-Leninist). **Grasp Firmly the Mass Line in Base-Building**. 1977. Disponível em: https://www.marxists.org/history/erol/uk.secondwave/mass-line.htm. Acesso em: 25 de Janeiro de 2025.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 1884 Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1884/origem/index.htm. Acesso em: 25 jan. 2025.

GANDHI, Anuradha. Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista. Março de 2006. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/gandhi/2006/correntes/index.htm. Acesso em: 25 jan. 2025.

GRANDI, Guilherme. Brasil lidera lista dos 10 países com maior número de homicídios, diz ONU. **Gazeta do Povo**, 2023. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/brasil/brasil-lidera-lista-10-paises-maior-numero-homicidios-diz-onu/. Acesso em: 25 jan. 2025.

LANGEVIN, Paul. **Materialismo Mecanicista e Materialismo Dialético**. 1945. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/langevin/1945/mes/materialismo.htm. Acesso em: 25 jan. 2025.

LÊNIN, Vladimir I. **Materialismo e Empirocriticismo**. 1909. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/lenin/1909/empiro/index.htm. Acesso em: 25 jan. 2025.

MARK, Joshua J. **As Mulheres na Idade Média**. World Hystory Encyclopedia, 2019. Disponível em: https://www.worldhistory.org/trans/pt/2-1345/as-mulheres-na-idade-media/. Acesso em: 25 jan. 2025.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Pós-modernismo, marxismo e feminismo**. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/05/pos-modernismo-marxismo-e-feminismo/. Acesso em: 25 jan. 2025.

OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de Albuquerque. Os Corpos Refeitos: A Intersexualidade, a Prática Médica e o Direito À Saúde. **Revista de Biodireito e Direito dos Animais**, Florianopolis, Brasil, v. 1, n. 1, p. 78–102, 2015.

PINHEIRO, Ester.Há 13 anos no topo da lista, Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo. **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo. Acesso em: 25 jan. 2025.

RODRIGUES, Artur; SANTOS, José Matheus. Trans na política enfrentam rotina de perseguição e ameaças de morte no país. **Folha de São Paulo**, 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/politicas-trans-enfrentam-rotina-de-perseguicao-e-ameacas-de-morte-no-pais.shtml. Acesso em: 25 jan. 2025.

SEGALLA, Vinícius. Brasil tem 4 milhões de pessoas trans e não binárias, revela estudo da Unesp, inédito no país. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/11/22/brasil-tem-4-milhoes-de-pessoas-trans-e-nao-binarias-revela-estudo-da-unesp-inedito-no-pais. Acesso em: 25 jan. 2025.

STALIN, Josef V. **Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico**. Setembro de 1938. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/stalin/1938/09/mat-dia-hist.htm. Acesso em: 25 jan. 2025.

ZEDONG, Mao. **Discurso pronunciado na Conferência Nacional do Partido Comunista da China sobre o Trabalho de Propaganda**. 12 de Março de 1957. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/mao/1966/citas/cap02.htm. Acesso em: 25 jan. 2025.

ZEDONG, Mao. **Sobre o governo de coalizão**. Obras Escolhidas, Tomo III. 24 de Abril de 1945. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/mao/1966/citas/cap11.htm. Acesso em: 25 jan. 2025

Recebido em: 25/01/2025
Aceito em: 24/04/2025

GÊNERO E DIREITOS: UM OLHAR SOB A LEI MARIA DA PENHA

GENDER AND RIGHTS: A LOOK UNDER THE MARIA DA PENHA LAW

Manoela Teixeira Alves[1]
William Daldegan[2]

Resumo: o presente artigo discute, a partir da teoria feminista, o gênero e a relevância de sua observância para a garantia de direitos e a forma com que se relaciona com a Lei Maria da Penha. Com base em uma metodologia qualitativa de caráter analítico-descritivo, objetiva-se, com maior especificidade, investigar a forma como foi criada a referida lei e seu papel na garantia dos direitos das mulheres; analisar o que dizem as decisões acerca de sua aplicação às mulheres trans; além de mapear dados informacionais acerca da violência de gênero no país nos últimos anos. Serão abordadas, primordialmente, premissas do debate teórico basilar da pesquisa. Após, analisa-se a supramencionada lei, sua formulação, aplicação e papel na garantia dos direitos das mulheres. Apreciando-se, por fim, dados informacionais em paralelo ao exposto. No decorrer do trabalho, observou-se, em suma, uma ampla correlação entre os ideais vigentes e disseminados na sociedade, às hierarquias de gênero, a violência e violação dos direitos das mulheres. Conjunturas históricas e culturais, como patriarcado e machismo, interferem diretamente na vida das mulheres, colocando-as em uma situação de vulnerabilidade, em razão do seu gênero. A Lei 11.340/06, surge como um avanço, garantindo e protegendo os direitos das mulheres, havendo posicionamentos favoráveis a sua aplicação às mulheres trans, visto que a lei faz referência a gênero e não sexo. Com os dados, notou-se a persistência da violência, vislumbrando-se uma relação entre escolha da vítima e sua identidade de gênero, havendo, apesar dos avanços, um longo caminho a ser percorrido.
Palavras-chave: Gênero; Mulheres; Maria da Penha; Trans; Feminismo.

Abstract: this article discusses, based on feminist theory, gender and the relevance of its observance for the guarantee of rights and the way it relates to the Maria da Penha Law. Based on a qualitative methodology of an analytical-descriptive nature, the objective is to investigate, with greater specificity, how the aforementioned law was created and its role in guaranteeing women's rights; to analyze what decisions say about its application to trans women; in addition to mapping informational data about gender violence in the country in recent years. The main premises of the theoretical debate that underpins the research will be addressed. After that, the aforementioned law, its formulation, application and role in guaranteeing women's rights will be analyzed. Finally, informational data will be assessed in parallel to the above. In short, throughout the work, a broad correlation was observed between the current and disseminated ideals in society, gender hierarchies, violence and violation of women's rights. Historical and cultural contexts, such as patriarchy and machismo, directly interfere in women's lives, placing them in a vulnerable situation due to their gender. Law 11.340/06 appears as a step forward, guaranteeing and protecting women's rights, with positions in favor of its application to trans women, since the law refers to gender and not sex. The data revealed the persistence of violence, with a connection between the victim's choice and their gender identity being seen. Despite the progress, there is still a long way to go.
Keywords: Gender; Women; Maria da Penha; Trans; Feminism.

> [...] Há muito tempo, Édipo, velho e cego, vagava pelas estradas.
> Ele parou ao sentir um cheiro familiar. Era a Esfinge.
> Édipo disse: "Gostaria de fazer-te uma pergunta.
> Por que eu não reconheci minha mãe?"
> "Porque você deu a resposta errada", lhe disse a Esfinge.
> "Mas foi tal resposta que tornou tudo possível", disse Édipo.

[1]Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Graduanda em Direito pela Faculdade Anhanguera de Pelotas.

[2] Docente e pesquisador do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) – curso de Relações Internacionais – e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). É doutor em Relações Internacionais pelo San Tiago Dantas (UNESP/ UNICAMP/ PUC-SP).

> "Não", ela disse. "Quando eu perguntei 'O que caminha com quatro pernas pela manhã, duas à tarde e três à noitinha', tu respondestes 'Homem'.
> Você não disse nada sobre a Mulher."
> "Mas quando você diz Homem", falou Édipo, "isso inclui as mulheres também.
> Todo mundo sabe disso."
> Ela lhe replicou: "Isso é o que você pensa"[...] (Rukeyser; 2014).

1 INTRODUÇÃO

À vista do poema apresentado, depreende-se que as mulheres têm suas individualidades e visões, adversas vezes, marginalizadas e sua presença ocultada. Em um cenário desigual e opressivo, as mulheres, em razão de seu gênero, são constantemente vítimas de violência em diferentes níveis, com suas vozes silenciadas e segurança precarizada, devendo serem tomados direcionamentos a fim de garantir-lhes efetivamente seus direitos.

Sob esta ótica, tem-se como uma vitória dos esforços e protagonismo do movimento feminista e das mulheres pela efetivação dos direitos humanos, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Objetivando proteger as mulheres, as quais se encontram, tradicionalmente, em uma conjuntura de vulnerabilidade social em relação aos homens, a referida lei criou meios de prevenção, combate e punição às violências praticadas contra as mulheres, contendo uma abordagem interdisciplinar e intersetorial frente a um fenômeno complexo.

A teoria feminista discute a vida das mulheres e a subordinação ou a assimetria injustificada entre homens e mulheres. Ante a isto, Pateman (1995) destaca que o contrato original, o qual construiu o patriarcado moderno, instituiu a liberdade do homem e a subordinação das mulheres, as quais foram inseridas na esfera privada. Assim, quando Enloe (2014) afirma que o pessoal é político destaca que as relações adversas vezes tidas como meramente privadas estão incrustadas de poder, havendo, em uma sociedade patriarcal, um menosprezo pelo que é feminizado. Dito isto, Joan Scott (2017) salienta o gênero, em seu sentido estrutural, como uma fonte primária que significa as relações de poder existentes. Podendo este ser compreendido, segundo Tickner (2001), como uma união de características mutáveis formuladas cultural e socialmente.

A presente pesquisa discute o gênero e a relevância de sua observância para a garantia de direitos e a forma com que se relaciona com a Lei n° 11.340/2006, Lei Maria da Penha. Com maior especificidade, (i) investiga a forma como foi criada a Lei e o seu papel na garantia dos direitos das mulheres; (ii) analisa o que dizem as decisões acerca de sua aplicação às mulheres trans; (iii) mapeia dados informacionais acerca da violência de gênero no país nos últimos anos. A partir de uma metodologia qualitativa de caráter analítico-descritivo, tomar-se-á fontes primárias e secundárias, com dados informativos oriundos de

contribuições e coletas já existentes do Instituto Patrícia Galvão[3], Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA)[4], do Senado Federal (2024)[5], da ONU Woman[6], do Transgender Europe (TGEU)[7], Fórum Brasileiro de Segurança Pública[8], Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)[9], além da análise de pesquisas bibliográficas, legislativas e jurisprudenciais.

Deste modo, o artigo subdivide-se em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção são abordadas as premissas do debate teórico basilar desta pesquisa. Na segunda, é analisada a Lei Maria da Penha, sua formulação, aplicação e papel na garantia dos direitos das mulheres. Por sua vez, a terceira, é dedicada à apreciação de dados informacionais acerca da violência contra as mulheres em paralelo ao até então exposto.

2 CONJUNTURA VIGENTE À LUZ DOS FEMINISMOS

A teoria feminista explica a subordinação ou a assimetria injustificada das posições econômicas e sociais entre mulheres e homens, almejando e empenhando-se em melhorar a vida das mulheres, reivindicando um caráter emancipatório a fim de superar dominação. Sob esta ótica, somente ao final da década de 1980, se iniciam debates epistemológicos da extensão da teoria feminista nas Relações Internacionais (RI), vindo multidisciplinarmente tecer críticas aos fundamentos do campo (Tickner, 2001). Ante a isto, Tickner (2001, p.31, tradução nossa)[10] evidencia que as estruturas de gênero são "[...] socialmente construídas, historicamente variáveis e sustentadas através de relações de poder que as legitimam [...]". Sendo o conhecimento um reflexo dos interesses da sociedade que o produz, salienta-se que nas RI, este tem sido, ordinariamente, produzido por e para homens, sobretudo os de elite.

As análises de gênero na política internacional são em si um fenômeno político que observa aquilo que é constantemente ignorado e que pode ser muito frutífero (Enloe, 2014). Ante a isto, torna-se pertinente salientar algumas das correntes do feminismo, como:

[3] Dados e Fontes - Banco com pesquisas, dados e fontes sobre a violência contra a mulher (agenciapatriciagalvao.org.br).
[4] Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) (Associação Nacional de Travestis e traTransexuais – A Maior Rede de Pessoas Trans do Brasil).
[5] Senado Federal (Mapa Nacional da violência de gênero).
[6] ONU Woman (Welcome | UN Women – Headquarters).
[7] Transgender Europe (TGEU) (Homepage - TGEU - Transgender EuropeTGEU – Transgender Europe).
[8] Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública).
[9] Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) (Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania).
[10] [...] gender structures are socially constructed, historically variable, and upheld through power relations that legitimize them [...]

QUADRO 1 - Correntes da teoria feminista

Liberal	Acredita que a discriminação impede as mulheres de seguirem seus interesses racionais, devendo ser removidos os obstáculos que as neguem igualdade de oportunidades e direitos. Compreende que o conhecimento existente, por geralmente não incluir as mulheres, acaba sendo tendencioso e não objetivo, o que deve ser corrigido com a inclusão.
Radical	Tem como causador da opressão das mulheres o patriarcado. Aduz que os grupos dominantes, dados homens, impõem sua visão distorcida da realidade, defendendo que haja uma elevação na consciência para que se formule formas de conhecimento das mulheres, salientando que elas devem celebrar suas virtudes e peculiaridades, não almejando ser iguais aos homens.
Socialista	Tem como razão da opressão feminina as distinções materiais entre mulheres e homens. Assim, conforme o ponto de vista, como as mulheres contêm uma vida estrutural e sistematicamente diferente da masculina, podem desenvolver pontos de vista únicos sobre diversas temáticas.
Pós-coloniais	Tem a economia como um fator explicativo relevante, além da intersecção entre capitalismo, imperialismo, racismo, colonialismo e opressão feminina. Esta destaca, desafiando a diferenciação de doméstico e global, que as estruturas de dominação ultrapassam níveis, expondo o modo como isto implica nas múltiplas formas de opressão das mulheres do Terceiro Mundo.
Pós-moderna	Aduzem que seria uma simplificação da complexidade que envolve a identidade dos indivíduos delimitar suas experiências ao gênero, servindo estas interpretações para ordenar a conjuntura social hierarquicamente. Logo, com métodos desconstrutivistas, avaliam o modo pelo qual constituem-se as interligações entre fenômenos internacionais e gênero.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Tickner (2001).

Em face destas perspectivas, depreende-se a existência de múltiplas faces de dominação em diferentes conjunturas, sendo o gênero transversal a outras dimensões do social, uma vez que é praticamente impossível apartar a noção de gênero das interseções culturais e políticas na qual é produzida e firmada. Neste sentido, mesmo com a existência de distinções culturais, a forma pela qual as relações de gênero se expressam são quase sempre desiguais, sendo o gênero, em seu sentido estrutural, uma fonte primária que significa as relações de poder existentes (Scott, 2017). Ainda assim, Scott (2017) ressalta a influência das construções econômicas e políticas que por meio de estruturas institucionais podem naturalizar e até mesmo legalizar a vida das mulheres como dotadas de um status inferior. Dessa forma, para muitas feministas a igualdade é considerada impossível, uma vez que, por definição, gênero significa relações desiguais, devendo-se dar visibilidade ao gênero, para que, assim, possa se ir além de sua dinâmica opressiva (Tickner, 2001). Para as feministas o gênero pode ser compreendido como:

> [...] um conjunto de características variáveis, mas construídas social e culturalmente: aqueles como poder, autonomia, racionalidade, atividade e público são estereotipicamente associados à masculinidade; seus opostos (...) estão associados à feminilidade (...) Características associadas à masculinidade hegemônica variam ao longo do tempo e da cultura e são sujeitas a alterações de acordo com as exigências do poder. Elas servem

> para apoiar o poder masculino e a subordinação feminina e também reforçar o poder dos grupos dominantes [...] (Tickner, 2001, p.15, tradução nossa)[11].

A partir da percepção de que o gênero não é natural, mas sim sócio e culturalmente construído, Butler (2018b) expõe que os atos de gênero são performativos, uma representação, não havendo uma identidade preexistente que possa medir as diversas formas que o corpo se mostra, assim, não pode se confundir gênero com uma verdade inerente e intrínseca. Sob esta ótica, Guacira Lopes Louro (2004) evidencia que a drag, por exemplo, é mais de um, tanto mais de um gênero quanto mais de uma identidade, o que acaba por escancarar a construtividade que envolve o gênero, não sendo este fixo e nem resultante do sexo, podendo ser fluído e significado de formas distintas em diferentes corpos.

A aplicação do conceito de gênero ao feminismo proporciona uma expansão dos horizontes sobre quem são as mulheres, vindo a abranger feminilidades, muitas vezes invisibilizadas. Koyama (2001, p.1, tradução nossa)[12] destaca que o pronunciamento de grupos de mulheres antes silenciadas fazem com que outras feministas repensem as suas percepções e quem estas representam, salientando que esse processo embora "[...] às vezes leve a uma dolorosa percepção de nossos próprios preconceitos e opressões internalizadas como feministas, ele eventualmente beneficia o movimento ao ampliar nossas perspectivas e nosso eleitorado [...]".

Ao tecer críticas ao dimorfismo, cissexismo, sexismo e a lacunas do movimento feminista, o feminismo transgênero ou transfeminismo faz com que o feminismo avançe como um todo em direção à libertação, destacando que as mulheres trans e não trans devem defender umas às outras reciprocamente, incorporando, assim, a política de coligação feminista de que se não defendermos umas as outras ninguém o fará (Koyama, 2001). Dessa forma, o transfeminismo abrange diversas vozes, elos e lutas, para além das exposições normalizadoras, vislumbrando novos caminhos para a sociedade a qual é composta por diferenças e não por universalidades (Rodarte, 2022). A sociedade e o próprio feminismo devem observar e escutar as experiências de diferentes mulheres e feminilidades considerando a sua pluralidade (Nascimento, 2021). Acredita-se, pois, na relevância de honrar tanto as diferenças quanto às semelhanças das mulheres e, ao confrontar privilégios, investiga-se as internalizações de ideias patriarcais de gênero e mandamentos heterossexistas.

11 [...] a set of variable but socially and culturally constructed characteristics: those such as power, autonomy, rationality, activity, and public are stereotypically associated with masculinity; their opposites (...) are associated with femininity [...] Characteristics associated with hegemonic masculinity vary across time and culture and are subject to change according to the requirements of power. They serve to support male power and female subordination and they also reinforce the power of dominant groups [...]

12 [...] while this process sometimes leads to a painful realization of our own biases and internalized oppressions as feminists, it eventually benefits the movement by widening our perspectives and constituency [...]

Logo, o transfeminismo enxerga a atribuição de gênero e sexo como um construto político e social, defende um ambiente livre para o indivíduo atribuir seu próprio sexo ou não-sexo, e as identidades de gênero construídas e fundamentadas no que nos parece genuíno (Koyama, 2001). Ainda assim, Koyama (2001) expõe que o gênero e sexo como socialmente construídos e a distinção entre ambos traçada de modo artificial para uma convêniencia. O gênero, relevante no desmantelamento de atitudes tradicionais, ainda deixaria espaço para estruturas discriminatórias de base biológica, sendo, na experiência e realidade trans, o sexo físico, mais mútavel e artificial do que o sentido internamente. Dessa forma, o transfeminismo apresenta um novo olhar sobre o feminismo tido como padrão, propicia um novo olhar e pensar sobre as interligações existentes entre sexo-gênero-desejo, pluraliza as sujeitas do feminismo, de forma a serem ultrapassadas as universalidades e essencialismos que acabam por limitar à liberdade das performances de gênero (Nascimento, 2021).

O gênero se distingue do biológico e, a partir dele, são atribuídos modos de agir e ser, além de direitos, deveres e funções distintas, conforme Barreda (2012, p. 101, tradução nossa)[13]: "[...] relações, papéis e identidades ativas construídas pelos sujeitos ao longo de suas vidas, em nossas sociedades, produzindo e reproduzindo historicamente relações de desigualdade social e de dominação/subordinação [...]". Diante disso, Enloe (2014) destaca que em uma sociedade patriarcal há um menosprezo pelo que é feminizado, tendendo os homens, com efeito, a tentarem atribuir a seus oponentes feminilidade, com intuito de retirar-lhes traços viris como racionalidade e força. Nessas disputas, nota-se uma marginalização das mulheres a menos que elas se revistam de um estilo específico masculinizado de ação e discurso, o que torna relevante destacar o fato de muitos governos aparentarem serem clubes de homens com uma ocasional entrada de mulheres, sendo, a título de ilustração, uma das funções mais úteis desempenhadas por Margaret Thatcher (1979-1990) a ruptura com o entorpecimento de gênero (Enloe, 2014).

Assim, ao demonstrar que o mundo depende, de certa forma, da feminilização das mulheres, evidencia-se que este, ao mesmo tempo, depende de noções artificiais de masculinidade (Enloe, 2014). As definições de feminilidade e masculinidade são relacionais e dependem uma da outra para conter significado (Tickner, 2001), dessa forma, a masculinidade em si não existe senão comparada a feminilidade. Bozon (2004) destaca que a regulamentação da masculinidade através do contraponto dicotômico, manifesta-se por meio de uma rejeição a comportamentos afeminados ou femininos. Na família patriarcal os papéis das mulheres e dos homens eram socialmente construídos, não advindo de um destino biológico (Nogueira; Passos, 2020). Dessa forma, o patriarcado, o qual foi construído e expressado histórico e culturalmente, influenciou na formulação de regras,

13 [...] relaciones, roles e identidades activas construidas por los sujetos a lo largo de sus vidas, en nuestras sociedades, históricamente produciendo y reproduciendo relaciones de desigualdad social y de dominación/subordinación [...]

comportamentos, papéis sociais, entre outros, e nas próprias definições de gênero as quais interferem diretamente no estilo de vida vigente e na própria formulação do Estado.

Com o contrato original, meio pelo qual construiu-se o patriarcado moderno, houve a criação de direitos políticos dos homens sobre as mulheres com o estabelecimento de um acesso sistemático a seus corpos. Sob esta ótica, Pateman (1995, p. 24-25, tradução nossa)[14] destaca este pacto como sexual-social, uma vez que a nova sociedade formulada pelo pacto original é de ordem patriarcal: "[...] o contrato social é uma história de liberdade: o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher [...]". À vista disto, depreende-se que as mulheres foram objetos do pacto, não participando deste no qual os homens modificaram sua liberdade natural em face da segurança de uma liberdade civil, sendo inseridas na esfera privada, por intermédio dos contratos de casamento, na figura de esposas subservientes. Sob esta perspectiva, destaca-se a necessidade de se observar a esfera privada pois, ao preterir, por exemplo, o contrato matrimonial, acaba-se por ignorar metade do pacto original, não podendo o âmbito público ser integralmente compreendido sem o privado.

Não obstante, merece destaque como uma das percepções mais subversivas elaboradas pelas feministas nas últimas décadas a ideia de que "o pessoal é político", o que exprime que muitas das relações que eram tidas como privadas ou meramente sociais estão incrustadas de poder, além de que, por serem tidas como particulares, contêm um poder desigual e apoiado pelas autoridades públicas (Enloe, 2014). Logo, tal afirmação sugere que:

> [...] a política não é moldada apenas pelo que acontece nos debates legislativos, nas cabines de votação, nas sessões de estratégia dos partidos políticos, nos tribunais ou nas salas de guerra. Embora os homens que dominam a vida pública em tantos países tenham dito às mulheres para permanecerem na proverbial cozinha (...) esses mesmos homens usaram as suas inúmeras formas de poder público para construir as relações privadas de modo a reforçar o seu controle político masculinizado. Sem estas manobras deliberadas de gênero, o domínio dos homens sobre a vida política poderia ser muito menos seguro [...] (Enloe, 2014, p. 348, tradução nossa)[15].

Dentro da lógica estritamente diferencial e binária, na qual as mulheres são tidas como inferiores, os homens explicaram o mundo sob a ótica deles, definindo o que é tido como relevante de modo a se tornarem centrais no discurso (Lerner, 2019). Dessa forma, ao

14 [...] El contrato social es una historia de libertad, el contrato sexual es una historia de sujeción. El contrato original constituye, a la vez, la libertad y la dominación. La libertad de los varones y la sujeción de las mujeres [...]

15 [...] that politics is not shaped merely by what happens in legislative debates, voting booths, political party strategy sessions, court rooms, or war rooms. While men who dominate public life in so many countries have told women to stay in the proverbial kitchen (...), those same men have used their myriad forms of public power to construct private relationships in ways that have bolstered their own masculinized political control. Without these deliberate gendered maneuvers, men's holdover political life might be far less secure [...]

considerar o político como pessoal, nota-se que uma categoria não pode ser integralmente compreendida sem que se leve em consideração a outra. Aceitar que o pessoal é político é a certo ponto perturbador, porque torna anciloso que relações antes tidas e imaginadas como estritamente privadas ou tão somente sociais estão impregnadas de poder, sendo, diversas questões tidas como marginais como, por exemplo, ideologias da masculinidade e política de casamento, cabíveis de análise como centrais para o Estado (Enloe, 2014). Neste viés, destaca-se a perspectiva de Butler (2018a) sobre a precariedade, uma condição politicamente induzida de vulnerabilidade e de potencial exposição de parcelas da população à violência arbitrária do ente estatal, isto tanto doméstica quanto urbana, ou até modos distintos não representados pelo poder público em si, todavia contra o qual a via judicial do mesmo não assegura compensação e proteção suficientes. Sendo as mulheres, na conjuntura desigual vigente, excluídas da tomada de decisões em diversos níveis, vislumbrando elas, muitas vezes nos direitos, uma forma de alavancar o combate às opressões.

3 DE MARIA DA PENHA À LEI E OS ALCANCES DE SUA APLICAÇÃO

> A lei não pode forçar os homens a serem bons; mas pode impedi-los de serem maus (Autor desconhecido).

O fenômeno da violência de gênero é um problema global que pode se expressar de diferentes formas e esferas, vindo, com a era da globalização, a serem formulados diversos esforços internacionais a fim de fortalecer e promover a proteção dos direitos humanos (Miranda; Azeredo, 2016). O enquadramento da violência de gênero como uma violação dos direitos humanos foi decisivo e transpassou a temática tida como privada para uma problemática pública a qual deve ser solucionada e requer a intervenção e atenção do Estado (Simões; Luz, 2016). A criação de leis e mecanismos em esfera nacional e internacional salienta o almejo e a busca pela proteção dos direitos das mulheres, sendo, a título de ilustração, dois casos de violência doméstica de grande repercussão em âmbito global o “Volodina vs. Rússia” e “Maria da Penha vs. Brasil” (Costa, 2024). No caso brasileiro, os suportes e medidas legais eram insuficientes para proteger as vítimas de violência doméstica, visto que a consideravam como privada, negligenciavam os abusos cometidos nos lares, havendo uma impunidade cíclica (Santos, 2024). Mesmo com previsão constitucional e do compromisso assumido perante a comunidade internacional, enquanto signatário de diversos tratados e instrumentos normativos sobre a proteção dos direitos das mulheres, o Brasil não dava a devida atenção a efetiva punição e eliminação da violência doméstica e familiar contra a mulher (Tannuri; Hudler, 2015).

Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de dupla tentativa de feminicídio por parte de seu marido, buscou justiça por dezenove anos e seis meses, tornou-se um símbolo da luta por uma vida livre de violência. No ano de 1994, escreveu a obra Sobrevivi...posso contar a qual chegou às organizações não governamentais internacionais - Centro para Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) - que, conjuntamente com a autora, em 1998, denunciaram o caso a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) principal fórum de debate e concepção de políticas sobre os direitos das mulheres e igualdade de gênero nas Américas (Bandeira; Almeida, 2015). Com a presença e atuação de atores supranacionais e transnacionais em defesa dos direitos humanos, pela primeira vez em sua história, foi acatada uma denúncia de violência doméstica na CIDH (Tosi, 2014).

Mesmo envolvido em um litígio internacional sobre graves violações de direitos humanos e deveres garantidos em documentos assinados, o Brasil manteve-se silente. Considerando-se que o Estado é responsável, dentro do sistema internacional, por aquilo que se compromete ao se tornar signatário de um tratado ou convenção, esse deve tomar medidas necessárias à sua implementação (Faria, 2022), sendo o Brasil considerado responsável pela inobservância dos direitos, garantias e proteções judiciais previstas na Convenção Americana de Direitos Humanos, pela violação da Convenção Interamericana de Belém do Pará, pela demora injustificada e negligente tratamento do caso de Maria da Penha (Tosi, 2014). Destacada a tolerância e omissão brasileira em face da violência doméstica intentada contra as mulheres, a Comissão realizou diversas recomendações ao Brasil (Piovesan; Pimentel, 2011). Foi a primeira vez, na esfera do sistema interamericano de proteção aos direitos humanos, que um país foi condenado por um caso de violência doméstica, um caso exemplar, que exprime a relevância de um órgão internacional na solução de eventual falha ou inconsistência do direito doméstico de um país (Tosi, 2014). Em um contexto de precariedade, Maria da Penha foi:

> [...] uma dessas tantas vítimas da violência perpetuada na figura do seu próprio Estado, o qual permitiu que seus direitos fossem violados. Ela é uma dessas mulheres cujas histórias não ganhariam visibilidade com as teorias mainstream das RI, mas que se tornam o objeto central na Teoria Feminista [...] (Faria, 2022, p. 21).

À luz disto, observada a ausência de ações efetivas e medidas legais, foi elaborado, em 2002, um Consórcio de ONGS Feministas, além de juristas e feministas com especialidade no tema, para o desenvolvimento de uma lei de combate a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Um fator notório para a elaboração desta

legislação era a existência de elevadas taxas de violência contra as mulheres no âmbito das relações afetivas, além da quase integral impunidade dos agressores (Barsted, 2012). O caso de Maria da Penha, verificado como de violência contra a mulher em razão de seu gênero, evidenciou que o fato de ser mulher não somente intensifica o padrão de recorrência, mas também aviva a impunidade dos agressores (IMP, 2024). Após diversos debates entre a sociedade, Legislativo e Executivo, o Projeto de Lei foi aprovado, sendo sancionada em agosto de 2006, a Lei 11.340 ou Lei Maria da Penha (IMP, 2024). A supracitada lei é uma das respostas mais relevantes dadas pelo Brasil às recomendações do relatório emitido pela CIDH/OEA. O Estado brasileiro, no cumprimento das obrigações assumidas ao aderir à Convenção Americana de Direitos Humanos, acatou a supremacia do direito internacional sobre o interno, algo que não é uma prática constante e comum no Brasil (Tosi, 2014). Dito isto, destaca-se que:

> [...] Foi necessário que o Estado brasileiro estivesse sobre a pressão interna e externa e fosse impulsionado pelos Tratados Internacionais para consolidar uma legislação específica contra a violência de gênero ou, em outras palavras, que buscasse uma solução eficiente para sanar o machismo histórico do país [...] (Locatelli, 2019, p. 190).

Assentada em preceitos constitucionais, a Lei Maria da Penha almeja remodelar a cultura patriarcal incrustada na sociedade, normatiza a temática e promove a formulação de políticas públicas contra a violência de gênero no Brasil, reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), como uma das três melhores leis do mundo ao enfrentamento da violência contra as mulheres (Locatelli, 2019).

As alterações decorrentes da Lei Maria da Penha modificaram diferentes âmbitos e revelaram as remanescentes estruturas patriarcais, além de contribuir no combate a discriminação e redução as disparidades de gênero que subsistem no cotidiano (Santos, 2024). Enquanto instrumento de afirmação dos direitos humanos das mulheres e meio de combate às estruturas machistas e patriarcais brasileiras, a lei age como ferramenta preventiva e repressiva a violência doméstica contra a mulher, um marco nacional no combate à violência de gênero (Barbosa, 2024).

Ciente das desigualdades de gênero e de sua correlação com as estruturas de poder vigentes, a Lei 11.340 garante uma proteção diferenciada a um grupo socialmente vulnerável em harmonia com o princípio da isonomia e com as previsões constitucionais (Tannuri; Hudler, 2015). Logo, em uma conjuntura patriarcal onde o que é feminizado é menosprezado, a lei, adota uma perspectiva feminista, depreende a violência, primordialmente nas relações interpessoais, como um dos principais meios de poder que forçam as mulheres a posições subordinadas vista a permanência de padrões

discriminatórios contra elas nas esferas públicas e privada (Barsted, 2011). Ampliando a definição de violência a fim de contemplar os abusos e constrangimentos de natureza psicológica, sexual, física, moral e patrimonial (Piovesan; Pimentel, 2011).

Dentre as inovações introduzidas pela Lei 11.340, tem-se a mudança no paradigma de enfrentamento da violência contra a mulher a qual, até o advento do diploma legal, era tratada como infração penal de menor potencial ofensivo, nos conformes da Lei 9.099/95. Tal aplicação demonstrava a equivocada percepção que se tinha sobre a referida violência, além de propiciar uma naturalização e legitimação de padrões de violência, em reforço das hierarquias de gênero vigentes (Piovesan; Pimentel, 2011). Não obstante, depreende-se que a ineficácia da supramencionada lei:

> [...] revelava o paradoxo do Estado romper com a clássica dicotomia público-privado, de forma a dar visibilidade a violações que ocorrem no domínio privado, para, então, devolvê-las a este mesmo domínio, sob o manto da banalização, em que o agressor é condenado a pagar à vítima uma cesta básica ou meio fogão ou meia geladeira [...] (Piovesan; Pimentel, 2011, p. 113).

Tal abordagem era insatisfatória, inadequada e culminava, consequentemente, na ausência de credibilidade no aparato de Justiça. Neste momento o Brasil divergia de dezessete países da América Latina por não dispor até 2006 de uma legislação específica sobre violência contra a mulher (Tosi, 2014). Com a Lei Maria da Penha criaram-se mecanismos para coibir, reparar e punir a violência doméstica e familiar, estabelecendo medidas e ações para assistência, prevenção e proteção das mulheres nestas situações, estimulando a formação de um banco de estatísticas e coadunando-se com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher de Belém do Pará, cabendo ao Estado agir com diligência, conter uma política integrada, assegurar recursos efetivos e idôneos (Piovesan; Pimentel, 2011). Ainda assim, a Lei Maria da Penha, trouxe a incorporação da perspectiva de gênero para tratar a violência doméstica, incorporando um viés preventivo, multidisciplinar e integrado, fortalecendo a repressão, consolidando um conceito de família mais amplo e visível ao direito à livre orientação sexual.

Visto o gênero como socialmente construído e performático, a Lei Maria da Penha e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ao conceituarem a violência doméstica e familiar contra as mulheres se referem ao termo gênero e não sexo (Tannuri; Hudler, 2015). Logo, juridicamente, é mulher, independentemente do órgão sexual, a pessoa que contenha esta identidade de gênero (Fernandes, 2024). Dito isto, sendo a orientação sexual, o sexo biológico e identidade de gênero conceitos distintos e independentes, destaca-se e vislumbra-se a pauta da

possibilidade de aplicação da Lei 11.340/06 às mulheres trans. Propicia, a aplicação do conceito de gênero ao feminismo, uma amplificação dos horizontes sobre quem são as mulheres, acolhe feminilidades plurais, adversas vezes invisibilizadas, contempla e escuta as diferentes mulheres.

Quanto a jurisprudências neste sentido pode-se destacar a ementa do processo 20171610076127RSE[16], do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (2018), a qual expõe que o gênero feminino advém e decorre da autodeterminação individual, pelo modo que a pessoa se comporta, apresenta-se socialmente e se identifica, não sendo a cirurgia ou a alteração do registro de identidade condicionantes para ser considerada mulher, mas sim apenas opções disponíveis. Não obstante, salienta que não há analogia in malam partem, uma vez que o gênero não é somente o biológico, mas sim uma construção social e dessa forma, quando identificada como mulher a vítima passa a carregar e estar exposta a estereótipos seculares de submissão e vulnerabilidade, o que ressalta-se no relacionamento com o agressor e justifica a aplicação da Lei 11.340. Ainda assim, no REsp 1977124[17], do Superior Tribunal de Justiça (STJ, 2022), esse exteriorizou que as relações humanas são complexas, não devendo o direito alicerçar-se em argumentos reducionistas e simplistas. Dessa forma, abaliza a distinção entre sexo e gênero, notabiliza que o feminismo vai além ao demonstrar as relações de poder que decorre das hierarquias de gênero e produzem injustiças no contexto do patriarcado. Logo, em uma perspectiva não meramente biológica a mulher trans mulher é.

Apesar da decisão do STJ não ser aplicável integralmente aos casos semelhantes e em discussão no Poder Judiciário, há, com essa decisão histórica, uma possível tendência a uma redução das divergências sobre o assunto. Seu entendimento gerou efeitos em outros órgãos incumbidos e relacionados a violência contra a mulher, como pode ser visto em resoluções e portarias como, por exemplo, na Recomendação nº 128 do Conselho Nacional de Justiça e no protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. É relevante evidenciar que há Projeto de Lei (PL 8032/2014) em tramitação no Congresso Nacional a fim de incluir a proteção de transgêneros e transexuais na Lei Maria da Penha, começando a tramitar, em 2017, o Projeto de Lei do Senado (PLS 191), o qual também visava garantir a proteção legal as mulheres integralmente, independentemente do sexo biológico, no entanto sua proposição foi arquivada (STJ, 2023). Destaca-se, em âmbito da CIDH, a chegada desta discussão no caso de Vicky Hernández vs Honduras, no qual em 2021, foi condenado o Estado hondurenho, onde o Tribunal conteve entendimento em mesmo sentido, aplicando-se as leis de proteção à mulher nos casos de agressões em face de mulher trans (Melo; Veras, 2024).

16 TJDFT, Acórdão:1089057; Processo: 20171610076127RSE, relator George Lopes, 1ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 05/04/2018, Publicado no DJE 20/04/2018, pág. 119/125. Disponível em: JurisDF (tjdft.jus.br).

17 REsp n. 1.977.124/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, STJ, julgado em 5/4/2022, DJe de 22/4/2022. Disponível em: STJ - Jurisprudência do STJ.

A Lei 11.340/2006 é um marco histórico de proteção dos direitos humanos do gênero feminino, e em decorrência disto, das famílias e da sociedade como um todo (Tannuri; Hudler, 2015). Simbolizando esse diploma legal o resultado de uma exitosa ação de advocacy feminista. O caso de Maria da Penha fomentou avanços e permitiu uma ruptura com a invisibilidade que encobre o padrão de violência, tornando-se um símbolo contra a impunidade (Piovesan; Pimentel, 2011).

4 PERSISTINDO EM FERIR

Com a Lei Maria da Penha, verificou-se um crescimento no número de denúncias de violência doméstica, o que, de certa forma, demonstrou um progresso na conscientização das mulheres sobre seus direitos e uma próspera confiança no Estado e na sua capacidade de proteção (Rodrigues; Costa; 2025). Como reflexos do marco legal, segundo dados da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, divulgados pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres[18], de abril de 2006 a outubro de 2009, houve uma elevação de 1.704% no número de registros, contabilizando a busca por informações quanto à referida legislação, de 2007 a outubro de 2009, um total de 293.890 registros (Brasil, 2009). O caso de Maria da Penha evidenciou, quando verificado como de violência contra a mulher em razão de seu gênero, que o fato de ser mulher não só intensifica o padrão de recorrência, mas também aviva a impunidade dos agressores (IMP, 2024). Sob essa ótica, segundo o estudo "Medo, ameaça e risco: percepções e vivências das mulheres sobre violência doméstica e feminicídio"[19], realizado pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com a Consulting do Brasil, em novembro de 2024, 95% das entrevistadas na pesquisa, expôs que embora os homens saibam que a violência doméstica é crime, eles têm a convicção de que não serão punidos (Galvão, 2024).

Quase tão antiga quanto a humanidade, a violência contra a mulher afeta a vida de inúmeras mulheres de adversas conjunturas e formas, sendo uma problemática de saúde pública que persiste em se perpetuar (Aguiar et al., 2024). Essa forma de violência não é somente uma manifestação da desigualdade de gênero, mas também contribui para que mantenha-se o desequilíbrio de poder vigente entre homens e mulheres, sendo a violência, utilizada, em alguns casos pelos perpetradores, conscientemente, como um modo de subordinação (Garcia; Freitas, 2013). De acordo com o supramencionado estudo do Instituto Patrícia Galvão, entre as razões mencionadas pelas mulheres para continuar em uma relação violenta o medo aparece com 46%, sendo a cultura machista citada em 44% como ânimo para o feminicídio íntimo.

18 Disponível em: SPM divulga balanço da Central de Atendimento à Mulher — Ministério das Mulheres.
19 Disponível em: Dados e Fontes | Dados e Fontes - Banco com pesquisas, dados e fontes sobre a violência contra a mulher.

Sob esse viés, torna-se relevante salientar a pesquisa "Percepção dos Homens sobre a Violência Doméstica Contra a Mulher"[20], realizada pelo Instituto Avon (2013) em parceria com o Data Popular onde 16% dos homens entrevistados admitiram terem sido violentos com a atual ou ex-companheira e 12% reconhecem que praticaram violência com a atual companheira. Todavia, quando questionados de outro modo, no qual as violências não foram nomeadas como tal, mas sim como uma lista de atitudes, 56% dos homens admitiram ter praticado alguma forma de violência contra a mulher, como ameaça, ter a impedido de sair de casa, humilhado em público, dado tapa ou soco, empurrado, entre outras. O que acaba por demonstrar que adversas formas de violência não são vistas como tais, mas sim como comportamentos normalizados ou naturalizados dentro das relações, sendo a atitude agressiva percebida e assumida. Evidenciando, ainda, como a cultura da violência está disseminada e, de certo modo, invisibilizada na conjuntura social, um olhar com essa lente, pode ser um modo de compreender a razão das violências ainda continuarem crescendo (Pública, 2024).

Conforme dados do "18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública"[21], do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), em 2023 houve um crescimento de todas as modalidades de violência contra as mulheres no Brasil, sendo os aumentos de:

QUADRO 2 - Crescimento da violência contra mulheres no Brasil em 2023

Stalking	34,5%
Violência psicológica	33,8%
Ameaças	16,5%
Agressões decorrentes de violência doméstica	9,8%
Tentativa de homicídio contra mulheres	9,2%
Tentativa de feminicídio	7,1%

Fonte: Elaborado pelos autores com base no 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024).

Não obstante, ainda do mesmo anuário, destaca-se que 90% dos assassinos de mulheres são homens, sendo que matou a vítima mulher em 63% dos casos o parceiro íntimo, 21,2% o ex-parceiro íntimo e 8,7% das vezes familiar. Acontecendo, 41,4% das mortes violentas de mulheres, de forma conjunta, em casa. Tais dados acabam por evidenciar a existência, em grande parte dos casos, de uma relação entre a vítima e o autor,

20 Disponível em: SPM divulga balanço da Central de Atendimento à Mulher — Ministério das Mulheres.
21 Disponível em: Dados e Fontes | Dados e Fontes - Banco com pesquisas, dados e fontes sobre a violência contra a mulher.

sendo as residências o ambiente mais inseguro para as mulheres, sobressaindo as mortes na rua, as quais ocupam o segundo lugar mais comum (Pública, 2024).

Para além do contexto dos crimes em si, um aspecto que notabiliza e ilustra a gravidade do fenômeno, em suas heterogêneas formas, é o número de acionamentos da Polícia Militar, em 2023, houve 848.036 ligações para o 190 relacionadas a casos de violência contra a mulher, sendo isto, quase duas ligações por minuto, o que indica, acima de tudo, que há mulheres em situações de violência precisando de ajuda a cada minuto (Pública, 2024). Para além das fronteiras, conforme números disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE)[22] sobre casos notificados nas repartições consulares, em 2023, 1556 mulheres pediram apoio das autoridades brasileiras no exterior com relação a violência de gênero e/ou doméstica (Federal, 2024). Não obstante:

> [...] Globalmente, aproximadamente 51.100 mulheres e meninas foram mortas por seus parceiros íntimos ou outros membros da família durante 2023 [...] Em outras palavras, uma média de 140 mulheres e meninas em todo o mundo perderam suas vidas todos os dias nas mãos de seus parceiros ou parentes próximos [...] (ONU Mulheres; UNODC; 2024, p. 6, tradução nossa)[23][24].

Tais dados transcrevem e tornam ancilosa a extensão do contexto de vulnerabilidade no qual as mulheres se encontram, sendo o fenômeno da violência de gênero recorrente e disseminado mundialmente. Havendo um menosprezo vigente, na sociedade patriarcal, pelo que é feminizado (Enloe, 2014). Ante a isto, de acordo com o "Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024"[25], realizado em 2025, pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), das 122 vítimas de assassinatos em 2024, localizadas e consideradas na referida pesquisa, 117 eram travestis e mulheres trans. Ainda, segundo o mencionado dossiê, travestis e mulheres trans são alvo preferencial de crimes violentos letais intencionais, além de terem até três vezes mais chances de serem assassinadas do que homens trans, pessoas transmasculinas e pessoas não binárias. À luz disto, destaca-se que:

> [...] Observando o contexto de (anti)gênero, o Brasil segue como o país do transfeminicídio. Travestis e mulheres trans representam 97% dos casos, com 1.141 assassinatos, nos últimos oito anos contabilizados nesta pesquisa. Esse dado corrobora o ranking global publicado pela TGEU, mostrando que o mesmo cenário se repete ao redor do mundo [...] (Benevides, 2025, p. 76).

22 Disponível em: mapa internacional.pdf.

23 [...] Globally, approximately 51,100 women and girls were killed by their intimate partners or other family members during 2023 [...] In other words, an average of 140 women and girls worldwide lost their lives every day at the hands of their partner or a close relative [...]

24 Disponível em: Femicides in 2023: Global estimates of intimate partner/family member femicides | Publications | UN Women – Headquarters.

25 Disponível em: dossie-antra-2025.pdf.

De acordo com a atualização anual do seu projeto global de Monitoramento de Assassinatos Trans, da Transgender Europe (TGEU)[26], de 2024, 350 pessoas trans e de gênero diverso foram assassinadas entre 01/10/2023 e 30/09/2024, sendo as vítimas de 94% dos assassinatos relatados mulheres trans ou pessoas trans femininas. Liderando o Brasil, pelo 17º ano consecutivo, o ranking de países, com 30% do total de casos. Sendo o número de assassinatos deste ano o terceiro maior desde que teve início o monitoramento em 2008, igualando-se ao total de 2020 (TGEU, 2024).

À vista disto, nota-se a existência de que a motivação, assim como a escolha da vítima, muitas vezes têm a ver com a identidade de gênero expressa pelas vítimas, colocando, o ódio ao feminino, as vítimas travestis e mulheres trans como alvo preferencial a assassinatos (Benevides, 2025). Identificada como mulher, a vítima carrega e está exposta estereótipos de submissão, opressão e vulnerabilidade no relacionamento com o agressor. Havendo uma condição precária sendo essa um cenário politicamente induzido de vulnerabilidade e de potencial exposição de partes da população a violência arbitrária do ente estatal ou até advinda de formas heterogêneas a ele, porém contra o qual o mesmo não garante proteção o suficiente (Butler, 2018a). Ante a isto, salienta-se que:

> [...] Os casos de mulheres em situação de violência, têm evidenciado a necessidade do debate sobre essa problemática no modelo de sociedade patriarcal vigente. Este é um problema que está estruturalmente enraizado no país. Nesse sentido, percebe-se que há uma forte reprodução da cultura machista e misógina na sociedade brasileira, em que é imposto à mulher a posição de inferioridade em relação ao homem, tornando-a subordinada [...] (Figueiredo *et al*., 2024).

Diante dos dados apresentados, observa-se a necessidade de serem buscados meios efetivos para o enfrentamento dessa problemática histórica. Logo, apesar das conquistas obtidas, ainda persiste a violência doméstica contra as mulheres no Brasil, mantendo-se a luta por uma sociedade com mais equidade, menos machista, menos violenta e que pare de ferir as mulheres e seus direitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, as mulheres foram e ainda são, de certa forma, marginalizadas, tendo as suas singularidades e presenças ofuscadas. Sendo tradicionalmente reféns dos homens em diversos contextos, estabelecendo-se uma desigualdade que acabou por perpetuar na sociedade uma visão da figura feminina como inferior, isto sob um olhar machista e misógino o qual acaba por sustentar diversas formas de violência contra as

26 Disponível em: Will the cycle of violence ever end? TGEU's Trans Murder Monitoring project crosses 5,000 cases - TGEU - Transgender EuropeTGEU – Transgender Europe.

mulheres que perduram até hoje, encontrando-se, as mulheres, em razão do seu gênero, em uma posição de vulnerabilidade, tendo sua segurança precarizada.

Como uma das vitórias do protagonismo e dos esforços feministas e das mulheres na busca pela efetivação dos seus direitos destaca-se a Lei Maria da Penha. Seu caso expôs as constantes violações aos direitos humanos que diversas mulheres passavam no Brasil sem que houvesse punição dos seus agressores, sendo necessária a atuação de uma instância internacional para influenciar no direito interno do país. Proporcionando um debate sobre as formas eficazes para enfrentar a violência contra as mulheres, sob uma ótica interssecional a fim de garantir a proteção dos direitos e da dignidade da pessoa humana, produzindo uma percepção mais aprofundada e ampla quanto a sua aplicabilidade. Neste sentido, nota-se que a referida lei faz referência a gênero e não sexo, o que vem a salientar e vislumbrar a pauta da possibilidade de sua aplicação às mulheres trans, já havendo decisões nesse sentido. Quando da análise dos números de violência contra as mulheres trans e travestis apresentados previamente, nota-se que a motivação e a escolha de vítima, muitas vezes esta interligada com a identidade de gênero expressada.

Logo, embora muita coisa tenha mudado, sendo diversos direitos conquistados, ainda há um longo caminho a ser percorrido, pois percebe-se que a violência ainda persiste em existir em números elevados, evidenciando a necessidade do debate acerca desta problemática social, a qual requer soluções e medidas por parte do Poder Público para seu enfrentamento. Isto para que se tenha promoção da igualdade de gênero e garanta-se que as mulheres, integralmente, tenham pleno acesso aos seus direitos e vivam em uma sociedade sem violências, menos machista e preconceituosa, com respeito aos direitos e as pluralidades, em uma conjuntura onde a segurança seja uma realidade para todos, onde quer que estejam.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Gracielle Almeida de et al. Lei Maria da Penha: análise do dispositivo jurídico à luz de indicadores de violência contra a mulher no Rio Grande do Sul. **Caderno Pedagógico**, *[S. l.]*, v. 21, n. 10, p. e10001, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n10-427. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/10001. Acesso em: 15 fev. 2025.

AVON, Instituto. Percepção dos Homens sobre a Violência Doméstica Contra a Mulher. **Data Popular**, 2013. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/. Acesso em: 15 fev. 2025.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 501–517, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/31865. Acesso em: 6 out. 2024.

BARBOSA, João Paulo de Carvalho. **Direito Internacional da Mulher**: o reconhecimento do direito à igualdade como medida combativa à violência de gênero no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e sua influência no direito processual brasileiro. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/74637/1/2024_dis_jpcbarbosa.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

BARREDA, Vitoria. Género y travestismo en el debate. *In*: **Derecho a la Identidad de Género**: Ley Nº 26.743. Buenos Aires: La Ley, 2012.

BARSTED, Leila Linhares. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. *In*: **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BARSTED, Leila Linhares. O avanço legislativo contra a violência de gênero: a Lei Maria da Penha. **Revista EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57 (Edição Especial), p. 90–110, jan.–mar. 2012. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistadireito/edicoes/revista57/revista57.pdf. Acesso em: 6 out. 2024.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Brasília, DF: Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), 2025. ISBN 978-65-986036-1-8. Disponível em: https://antrabrasil.org/dossie-antra-2025.pdf. Acesso em: 15 fev. 2025.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. 2004. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1225/bozon_sociologia%20da%20sexualidade_parte1.pdf. Acesso em: 27 ago. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). **SPM divulga balanço da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180**. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-atendimento-a-mulher. Acesso em: 15 fev. 2025.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5143563/mod_resource/content/1/Judith%20Butler%20-%20Corpos%20em%20Aliança%20e%20a%20Política%20das%20Ruas.pdf. Acesso em: 27 ago. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

COSTA, Amanda Moura da. Violência contra a mulher no âmbito do Direito Humano Internacional: o julgamento dos casos Volodina e Maria da Penha. **Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual**, n. 287, 2024. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/Direito/article/view/6617. Acesso em: 3 dez. 2024.

DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. Tribunal de Justiça. **RSE20171610076127**, rel. George Lopes, 5 abr. 2018. Disponível em: http://www.tjdft.jus.br. Acesso em: 8 set. 2024.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases**: making feminist sense of international politics. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2014.

FARIA, Maria Vitória Gomes. **Lei Maria da Penha**: a atuação das redes feministas transnacionais e nacionais na proteção internacional do direito humano das mulheres. Brasília: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais). Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/15046. Acesso em: 6 dez. 2024.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Lei Maria da Penha**: o processo no caminho da efetividade. 5. ed. Salvador: Editora JusPODIVM, 2024.

FIGUEIREDO, Camila Celestino et al. A Lei Maria da Penha no Brasil: atualidade e outras reflexões. **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, *[S. l.]*, v. 1, p. 1218–1234, 2024. Disponível em: http://anais2.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/view/1825. Acesso em: 15 fev. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/. Acesso em: 15 fev. 2025.

GALVÃO, Instituto Patrícia. **Medo, ameaça e risco**: percepções e vivências das mulheres sobre violência doméstica e feminicídio. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão/Consulting do Brasil, 2024. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/. Acesso em: 3 dez. 2025.

GARCIA, Leila Posenato; FREITAS, Lúcia Rolim Santana de; HOFELMANN, Doroteia Aparecida. Avaliação do impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões no Brasil, 2001-2011. **Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília**, v. 22, n. 3, p. 383-394, set. 2013. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742013000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2025.

IMP. Instituto Maria da Penha. **Quem é Maria da Penha**. 2024. Disponível em: https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html. Acesso em: 08 set. 2024.

KOYAMA, Emi. **The transfeminist manifesto**. Eminism.org, 2001. Disponível em: http://eminism.org/readings/pdf-rdg/tfmanifesto.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOCATELLI, Laís. As mulheres e os direitos humanos no direito brasileiro – Constituição e Lei Maria da Penha. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, v. 19, 2019. Disponível em: https://www.ibdh.org.br/revista/article/view/120. Acesso em: 06 out. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. São Paulo: Editora Autêntica, 2004.

MELO, Álvaro Veras Castro; VERAS, Érica Verícia Canuto de Oliveira. A aplicação da Lei Maria da Penha a mulheres trans: o entendimento do STJ no REsp 1977124 e a jurisprudência interamericana sobre os direitos LGBTQIA+. **Cadernos de Dereito Actual**, *[S. l.]*, n. 25, p. 504-513, 2024. Disponível em: https://cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/874. Acesso em: 10 nov. 2024.

MIRANDA, José Alberto Antunes de; AZEREDO, Caroline Machado de Oliveira. Violência de gênero à luz da globalização. **Rev. Fac. Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 68, p. 421-454, jan./jun. 2016. DOI: https://doi.org/10.12818/P.0304-2340.2016v68p421. Disponível em: https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1764/1679. Acesso em: 06 set. 2024.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. Coord. Djamila Ribeiro. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Coleção Feminismos Plurais).

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. A divisão sociossexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do COVID-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Caderno CRH**, Salvador, v. 33, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/39683. Acesso em: 06 set. 2024.

ONU MULHERES; UNODC. **Femicides in 2023**: Global estimates of intimate partner/family member femicides. 2024. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2024/02/femicides-in-2023-global-estimates. Acesso em: 03 dez. 2025.

PATEMAN, Carole. **El contrato sexual**. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana - Iztapalapa, 1995.

PIOVESAN, Flávia; PIMENTEL, Sílvia. A Lei Maria da Penha na perspectiva da responsabilidade internacional do Brasil. *In*: **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

RODARTE, Ana Paula Veloso Silveira Teodoro. Transfeminismo: vivências, (r)ex(s)istências e autodeterminação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, e84067, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n284067. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/6wn7R7zyFm4sN57Jz7gvFbc. Acesso em: 06 jul. 2024.

RODRIGUES, Francisco Ismael Salvador; COSTA, Suzete Antonia; HEES, Carlos Alexandre. Direitos fundamentais e igualdade de gênero: políticas públicas, efetivação dos direitos das mulheres e o papel do Judiciário. **Revista Foco**, *[S. l.]*, v. 18, n. 2, e7649, 2025. DOI: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n2-023. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/7649. Acesso em: 15 fev. 2025.

RUKEYSER, Muriel. Mito/Myth. **Fragmentum**, v. 2, 2014. DOI: https://doi.org/10.5902/13779. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/13779. Acesso em: 26 ago. 2023.

SANTOS, Cristian Souza dos. **Lei Maria da Penha**: avanços e desafios na proteção das mulheres. Capão da Canoa: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2024. Curso de Direito. Disponível em: https://repositorio.unisc.br/handle/11624/3917. Acesso em: 10 nov. 2024.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, *[S. l.]*, v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721. Acesso em: 13 jul. 2024.

SENADO FEDERAL. **Mapa nacional da violência de gênero**: nova base de dados – Mulheres brasileiras no exterior. Brasília: Senado Federal; Observatório da Mulher contra a Violência, 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/observatoriodamulher/mapa-internacional.pdf. Acesso em: 3 dez. 2024.

SIMÕES, Bárbara Helena; LUZ, Cícero Krupp da. A questão de gênero como vulnerabilidade da mulher: da Convenção de Belém do Pará à Lei Maria da Penha. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 265-278, jan./jun. 2016. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/revistadhp/article/view/1861. Acesso em: 06 out. 2024.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1977124/SP**. Relator: Ministro Rogério Schietti Cruz, 05 abr. 2022. Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Inicio. Acesso em: 08 set. 2024.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. Sexta Turma estendeu proteção da Lei Maria da Penha para mulheres trans. **Notícias**, Especial, 2023. Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/29012023-Sexta-Turma-estendeu-protecao-da-Lei-Maria-da-Penha-para-mulheres-trans.aspx. Acesso em: 08 set. 2024.

TANNURI, Claudia Aoun; HUDLER, Daniel Jacomelli. A possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha às transexuais femininas vítimas de violência doméstica. **Revista do Nudem**, 2015. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentos/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher.pdf. Acesso em: 07 set. 2024.

TGEU. Transgender Europe. **Will the cycle of violence ever end?** TGEU's Trans Murder Monitoring project crosses 5,000 cases. Transgender Europe (TGEU), 2024. Disponível em: https://tgeu.org/news/tmm5000/. Acesso em: 15 fev. 2025.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations**. New York: Columbia University Press, 2001.

TOSI, Irene Bassanezi. **A Lei Maria da Penha e o regime interamericano de proteção dos direitos humanos**. Brasília: Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/16031. Acesso em: 06 out. 2024.

Recebido em: 31/03/2025
Aceito em: 11/06/2025

CORPOS À VENDA: MERCANTILIZAÇÃO DE MULHERES TRANS NA VITRINE DO CAPITALISMO DIGITAL

BODIES FOR SALE: THE COMMODIFICATION OF TRANS WOMEN IN THE SHOWCASE OF DIGITAL CAPITALISM

Luiz Carlos da Costa Braga Júnior[1]

Resumo: o capitalismo digital tem reconfigurado profundamente as relações sociais, econômicas e culturais, transformando corpos em mercadorias e performances em produtos de consumo. Nesse cenário, as mulheres trans ocupam uma posição ambígua: ao mesmo tempo em que ganham visibilidade e, em alguns casos, autonomia financeira por meio de plataformas digitais, são submetidas a processos de fetichização, exploração e marginalização. Este artigo analisa a dinâmica da mercantilização de corpos trans no contexto do capitalismo digital, com foco nas mulheres trans que, devido às barreiras sistêmicas de exclusão social e discriminação, são frequentemente empurradas para trabalhos sexualizados em plataformas online. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica crítica e análise de conteúdo de perfis em plataformas digitais voltadas à prática da prostituição como forma de comercialização dos corpos trans. O texto investiga como a performatividade de gênero e a biopolítica operam no ambiente digital, transformando identidades trans em objetos de consumo. Enquanto as plataformas oferecem espaços de autoexpressão e geração de renda, também reproduzem dinâmicas de poder desiguais, nas quais mulheres trans são reduzidas a produtos fetichizados, apagando suas lutas e subjetividades. A interseccionalidade é mobilizada para evidenciar como raça, classe e gênero se articulam na intensificação das opressões vividas por essas mulheres, especialmente as negras. O artigo também reflete sobre a contradição entre visibilidade e violência: apesar da ampla exposição de seus corpos, mulheres trans seguem vulneráveis à marginalização e à violência física. A crítica ao capitalismo digital vai além da denúncia e propõe caminhos de resistência política, ética e social, com foco na construção de plataformas mais igualitárias e no reconhecimento da dignidade das identidades trans.
Palavras-chave: Capitalismo digital, Mulheres trans, Mercantilização de corpos.

Abstract: digital capitalism has profoundly reconfigured social, economic, and cultural relations, transforming bodies into commodities and performances into consumer products. In this context, trans women occupy an ambiguous position: while they gain visibility and, in some cases, financial autonomy through digital platforms, they are also subjected to processes of fetishization, exploitation, and marginalization. This article analyzes the dynamics of the commodification of trans bodies within the framework of digital capitalism, focusing on trans women who, due to systemic barriers of social exclusion and discrimination, are often pushed into sexualized labor on online platforms. The research adopts a qualitative approach, based on a critical literature review and content analysis of profiles on digital platforms geared toward prostitution as a form of trans body commercialization. The text investigates how gender performativity and biopolitics operate in digital environments, turning trans identities into objects of consumption. While platforms offer spaces for self-expression and income generation, they also reproduce unequal power dynamics in which trans women are reduced to fetishized products, erasing their struggles and subjectivities. Intersectionality is mobilized to highlight how race, class, and gender intersect in intensifying the oppressions experienced by these women, especially Black women. The article also reflects on the contradiction between visibility and violence: despite the extensive exposure of their bodies, trans women remain vulnerable to marginalization and physical violence. The critique of digital capitalism goes beyond denunciation and proposes paths of political, ethical, and social resistance, with a focus on building more egalitarian platforms and recognizing the dignity of trans identities.
Keywords: Digital capitalism, Trans women, Commodification of bodies.

[1] Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UEPB). Atua na linha de pesquisa Gênero, Diversidade e Relações de Poder. Desenvolve estudos voltados às questões sociais contemporâneas com ênfase nas desigualdades de gênero e sexualidade.

1 INTRODUÇÃO

A ascensão do capitalismo digital trouxe consigo uma transformação radical na dinâmica de consumo e visibilidade, especialmente no que se refere às corporalidades. O mercado digital, estruturado em torno da lógica da atenção e da estética, instaura um espaço no qual corpos são convertidos em mercadorias e suas performances, em produtos de consumo. Nesse ambiente, as mulheres trans, cujas existências desestabilizam as normas cis-heteronormativas, ocupam uma posição paradoxal. Ao mesmo tempo em que conquistam visibilidade e, por vezes, alguma autonomia financeira por meio do trabalho sexual em plataformas online, estão expostas a violências sistemáticas, como a precarização do trabalho, o assédio constante, a imposição de padrões cisnormativos e a hiperfetichização de seus corpos.

O mercado do trabalho sexual digital impõe uma lógica de visibilidade performática que exige das mulheres trans a constante encenação de uma identidade desejável e consumível. Essa exigência está diretamente relacionada à performatividade de gênero, conforme teorizada por Judith Butler em *Gender Trouble* (1990), para quem "o gênero não é uma essência fixa, mas um conjunto de atos repetidos que produzem a ilusão de uma identidade estável" (Butler, 1990, p. 25). No contexto das plataformas digitais, essa performatividade é instrumentalizada pelo mercado, que transforma atos de autoexpressão em mercadoria. Assim, as mulheres trans são compelidas a negociar suas identidades em espaços onde sua existência é, ao mesmo tempo, reconhecida como fonte de lucro e reduzida a um espetáculo de desejo. A tensão entre autonomia e exploração revela como a lógica do capital captura a performatividade de gênero, esvaziando sua potência subversiva e reiterando normas cisheteronormativas sob a aparência da diversidade.

O poder de regulação desses corpos se manifesta de forma contundente nas plataformas digitais, que operam como dispositivos de controle e exploração. Michel Foucault, em Microfísica do Poder (1984), já havia apontado como o poder moderno não atua apenas pela repressão, mas pela produção de corpos dóceis e úteis. No contexto digital, esse poder se atualiza por meio de algoritmos, termos de uso e modelos de remuneração que moldam o comportamento e limitam a autonomia das usuárias. Assim, a autoexpressão das mulheres trans é frequentemente reduzida a conteúdo performativo moldado pela lógica do consumo e da visibilidade mercantil.

A exploração sexual e a precariedade econômica enfrentadas por essas mulheres não são desvios ou falhas do sistema, mas expressões das desigualdades estruturais de raça, classe e gênero que se aprofundam no capitalismo digital. A visibilidade que gera lucro para plataformas e consumidores coexiste com a persistência da violência física, simbólica e institucional. Essa contradição revela a face excludente e perversa do sistema, no qual os corpos trans são simultaneamente consumidos e descartados. Diante disso, torna-se urgente uma reflexão crítica sobre essas práticas e a construção de formas de resistência coletiva,

políticas de proteção e estruturas de acolhimento que valorizem as identidades das mulheres trans de maneira ética, plena e efetivamente inclusiva.

2 CAPITALISMO DIGITAL E A MERCANTILIZAÇÃO DO CORPO TRANS: VISIBILIDADE, FETICHIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO

A mercantilização do corpo no capitalismo digital não se limita à estética ou ao entretenimento; ela reflete uma cadeia mais profunda de desigualdades estruturais. Byung-Chul Han, em Psicopolítica (2018), argumenta que o neoliberalismo transforma os indivíduos em "projetos de desempenho", onde a autoexploração se torna a norma. Ele afirma que "o sujeito de desempenho explora a si mesmo até o esgotamento, sem a necessidade de um patrão externo" (Han, 2018, p. 45).

No contexto das plataformas digitais, as mulheres trans são pressionadas a performar suas identidades de gênero de maneira hipervisível, tornando-se "produtoras de conteúdo" que alimentam a máquina de consumo digital. Shoshana Zuboff, em *The Age of Surveillance Capitalism* (2019), complementa essa análise ao mostrar como as plataformas extraem valor dos comportamentos e corpos dos usuários, transformando-os em dados comercializáveis. A autora descreve esse processo como "a expropriação da experiência humana como matéria-prima para a produção de previsões comportamentais" (Zuboff, 2019, p. 98). Assim, as trans não apenas performam suas identidades, mas também são reduzidas a dados e imagens que geram lucro para as plataformas, enquanto enfrentam a precariedade e a exploração.

A performatividade de gênero, como proposta por Butler (1990), oferece uma lente crucial para compreender como esses corpos marginalizados são posicionados nesse cenário. Para a autora, o gênero não é uma essência fixa, mas um conjunto de atos repetidos que produzem a ilusão de uma identidade estável, sustentada pelas normas sociais. No contexto do capitalismo digital, essas performances são constantemente negociadas e reinterpretadas pelas dinâmicas de consumo e visibilidade das plataformas.

Para mulheres trans, a necessidade de performar o gênero em espaços que recompensam padrões específicos de aparência e comportamento pode tanto desafiar as estruturas normativas quanto reforçar a instrumentalização de suas identidades. Essa tensão evidencia como a performatividade de gênero está intrinsecamente ligada às forças econômicas e culturais que regulam os corpos no mercado digital, ou seja, essa regulação dos corpos se manifesta por meio do poder sobre os mesmos.

A análise de Foucault sobre o poder é fundamental para compreender como as plataformas digitais operam como dispositivos de controle e regulação dos corpos e das subjetividades das mulheres trans. Foucault, em suas obras como Vigiar e Punir (1975) e A Vontade de Saber (1976), argumenta que o poder não é apenas uma força repressiva centralizada, mas uma rede difusa que permeia todas as relações sociais, moldando

comportamentos e identidades. Ele descreve o poder como produtivo, criando normas e padrões que os indivíduos internalizam e reproduzem.

No que se refere ao capitalismo digital, as plataformas funcionam como mecanismos de poder que disciplinam e regulam as performances de gênero, transformando a autoexpressão em um espetáculo controlado por algoritmos e normas de visibilidade. Foucault também introduz o conceito de biopoder, que se refere ao controle dos corpos e das populações por meio de mecanismos que regulam a vida, desde a saúde até a sexualidade.

Essa noção se alinha com a exploração das mulheres trans nas plataformas digitais, onde seus corpos são simultaneamente visibilizados e controlados, reduzidos a objetos de consumo e dados comercializáveis. A biopolítica, como discutida por Foucault e ampliada por Jasbir Puar (2007), revela como as plataformas digitais não apenas exploram, mas também regulam as identidades trans, reforçando normas de gênero e perpetuando desigualdades estruturais.

O ambiente digital oferece uma visibilidade condicionada aos corpos trans, marcada pela fetichização e pela lógica do consumo. Esse fetiche, porém, não representa uma aceitação plena ou emancipatória, mas sim uma forma de controle simbólico e mercantilização que ocorre à distância, nos limites da tela. Fora do espaço digital, esses mesmos corpos continuam sujeitos à marginalização social e à violência material, revelando o abismo entre a visibilidade fetichizada e o reconhecimento efetivo.

Nesse sentido, Jasbir Puar (2007), em sua análise sobre biopolítica, argumenta que a visibilidade das identidades trans não significa necessariamente empoderamento, mas pode funcionar como mecanismo de exploração, por meio do controle do desejo, da sexualidade e da exposição pública. Giorgio Agamben (1995), por sua vez, ao introduzir o conceito de “vida nua”, oferece uma chave importante para compreender essa dinâmica: corpos que são mantidos em um limiar de existência, passíveis de serem eliminados ou explorados sem que isso configure crime. Ele afirma que “a vida nua é a vida exposta à morte, uma vida que pode ser eliminada sem que isso constitua um crime” (Agamben, 1995, p. 8).

Nesse enquadramento, as mulheres trans aparecem como sujeitos cuja existência é simultaneamente hipervisível no plano do desejo e invisível no plano dos direitos, corpos consumidos digitalmente, mas descartáveis socialmente.No contexto do capitalismo digital, as mulheres trans são frequentemente tratadas como "vidas nuas", conceito de Giorgio Agamben para designar existências expostas à violência soberana, cujas vidas só são valorizadas enquanto geram lucro.

Achille Mbembe, em Necropolítica (2003), expande essa análise ao mostrar como o poder decide quem pode viver e quem deve morrer. Mbembe argumenta que "a necropolítica é a forma mais extrema de poder, onde a soberania se expressa na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer" (Mbembe, 2003, p. 12). Para as mulheres

trans, especialmente as negras, a violência estrutural e a falta de proteção nas plataformas digitais refletem uma necropolítica que as coloca em constante risco de morte, enquanto seus corpos são consumidos como espetáculo.

No meio digital, essa dinâmica se expressa de forma especialmente aguda. Plataformas como *OnlyFans*, *Twitter/X* e *Instagram* oferecem visibilidade às mulheres trans, sobretudo às negras, desde que essa exposição se alinhe aos códigos do desejo dominante e à lógica do consumo. *OnlyFans*, por exemplo, permite que mulheres trans obtenham renda através da venda de conteúdo erótico, mas essa aparente autonomia econômica está condicionada à conformidade com padrões hipersexualizados e fetichizantes. Da mesma forma, no *Twitter/X*, conteúdos explicitamente sexualizados envolvendo corpos trans circulam com ampla visibilidade, enquanto denúncias de assédio, ameaças ou discurso transfóbico são frequentemente ignoradas ou tratadas com indiferença pelas políticas de moderação da plataforma. Já no Instagram, a censura seletiva sobre corpos dissidentes e o apagamento de conteúdos educativos sobre identidades trans revelam uma moralidade algorítmica que silencia o político em nome de um controle estético.

Essas plataformas, ao mesmo tempo que lucram com a exposição dos corpos trans, falham sistematicamente em garantir condições mínimas de segurança, bem-estar e reconhecimento. A ausência de mecanismos eficazes de proteção, como a remoção rápida de conteúdos abusivos, a validação de denúncias ou o suporte psicossocial, expõe essas mulheres a um contínuo estado de vulnerabilidade. Nesse sentido, a lógica necropolítica opera de forma silenciosa mas eficaz: transforma essas vidas em espetáculo rentável, ao mesmo tempo em que as mantém desprotegidas diante da violência. São corpos visíveis enquanto objeto de desejo, mas invisíveis enquanto sujeitos de direito, evidenciando uma economia da morte que lucra com a exposição e descarta o viver.

Puar (2007) também propõe o conceito de “assemblage” (agregação), que nos ajuda a entender como as identidades trans estão conectadas a diversas forças sociais, políticas e econômicas que as tornam simultaneamente vulneráveis e visíveis. No capitalismo, essas identidades não são fixas, mas emergem e se reconfiguram conforme as demandas do mercado.

Para as mulheres trans, essa reconfiguração é ainda mais complexa, pois seus corpos, muitas vezes percebidos como "exóticos", são consumidos em grande escala, mas sua agência e humanidade são ignoradas. A fetichização de suas identidades não leva em consideração as violências estruturais que enfrentam no cotidiano, como as altas taxas de discriminação, marginalização e violência física, conforme evidenciado pelos dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

A tecnologia, como discutida por Donna Haraway em *A Cyborg Manifesto* (1985), pode operar como instrumento de dominação ou de emancipação, dependendo das formas de apropriação e resistência que emergem em sua interface com os corpos. Haraway afirma

que "o *cyborg* é uma criatura em um mundo pós-gênero, onde as fronteiras entre humano e máquina, natural e artificial, são borradas" (Haraway, 1985, p. 149). A figura do ciborgue é, portanto, uma contestação às noções essencialistas de natureza, identidade e corpo, uma metáfora poderosa para pensar as existências trans, que desestabilizam binarismos de gênero e desafiam o imperativo da normatividade biológica.

Nesse sentido, as mulheres trans que atuam em plataformas digitais, encarnam essa ambiguidade ciborguiana: são, ao mesmo tempo, sujeitos de autoexpressão e alvo de regulação algorítmica. Embora tais plataformas possam oferecer autonomia financeira e visibilidade, também reproduzem hierarquias cisnormativas e racializadas, reafirmando desigualdades sob a aparência de liberdade. Safiya Umoja Noble, em *Algorithms of Oppression* (2018), argumenta que "os algoritmos não são neutros; eles refletem e reproduzem as desigualdades estruturais da sociedade" (Noble, 2018, p. 1). Assim, a tensão entre visibilidade e violência que atravessa a experiência digital das mulheres trans reflete a complexidade das relações entre tecnologia, gênero e poder, cuja promessa de um mundo pós-gênero convive com a persistência das estruturas de exclusão.

A exploração das mulheres trans no capitalismo digital não pode ser compreendida sem essa análise interseccional. Patricia Hill Collins, em *Black Feminist Thought* (1990), destaca como as identidades marginalizadas são moldadas por múltiplas opressões que se sobrepõem. Ela argumenta que "a interseccionalidade nos permite entender como raça, gênero e classe se cruzam para criar formas específicas de opressão" (Collins, 1990, p. 221).

Para as mulheres trans negras, essa intersecção cria barreiras adicionais, como a criminalização de suas existências e a falta de acesso a oportunidades formais de trabalho. Kimberlé Crenshaw, em *Mapping the Margins* (1991), cunhou o termo "interseccionalidade" para descrever como as mulheres negras são invisibilizadas tanto pelo feminismo branco quanto pelos movimentos antirracistas. Crenshaw afirma que "a interseccionalidade é uma lente para entender como diferentes formas de desigualdade operam juntas e se exacerbam mutuamente" (Crenshaw, 1991, p. 1245). No contexto das mulheres trans, essa invisibilidade se traduz em uma dupla marginalização: enquanto seus corpos são fetichizados e consumidos, suas vozes e demandas são ignoradas.

A fetichização das mulheres trans no capitalismo digital reflete uma dinâmica perversa de desumanização. Diante dessa realidade, Frantz Fanon, em *Black Skin, White Masks* (1952), discute como o colonialismo e o racismo reduzem os corpos negros a objetos de desejo e repulsa. Ele afirma que "o corpo negro é fetichizado como um objeto de desejo e medo, ao mesmo tempo em que é desumanizado" (Fanon, 1952, p. 12).

No caso das mulheres trans, essa lógica se intensifica: seus corpos são constantemente capturados por regimes de visibilidade que os transformam em espetáculo, enquanto suas subjetividades são deslegitimadas ou apagadas. A identidade, longe de ser uma essência estável, é produzida discursivamente por meio de relações de poder que

classificam, hierarquizam e regulam os corpos. Nesse processo, as mulheres trans são frequentemente posicionadas como figuras "exóticas" e "desejáveis", moldadas por um olhar cisheteronormativo que as consome simbolicamente, mas não as reconhece como sujeitos plenos de direito. O desejo que as torna visíveis é o mesmo que reforça sua marginalidade, revelando uma economia afetiva em que o valor de suas existências é negociado nos termos da fetichização e da cisnormatividade. Assim, a redução à aparência desejada opera como uma forma de controle, que simultaneamente hipervisibiliza e silencia — um dispositivo que afirma o corpo, mas nega a vida.

A exploração sexual de mulheres trans no capitalismo digital evidencia uma intersecção complexa entre tecnologia, economia e violência estrutural. Ao transformar corpos em mercadorias visíveis e consumíveis, as plataformas digitais amplificam não apenas as desigualdades de gênero e classe, mas também perpetuam um ciclo de fetichização e desumanização.

Butler (1990) nos lembra que "a performatividade de gênero não é apenas uma questão de identidade, mas também de resistência e transformação" (Butler, 1990, p. 33). Contudo, ao revisitar as contribuições de pensadoras como Butler (1990) e Puar (2007), é possível enxergar potenciais espaços de lutas e mudanças estruturais.

A luta por direitos e dignidade para as mulheres trans exige ações coletivas e redes de apoio. Silvia Federici, em *Caliban and the Witch* (2004), destaca a importância da organização coletiva contra a exploração capitalista. Ela afirma que "a resistência coletiva é a única forma de enfrentar as estruturas de poder que oprimem as mulheres e outros grupos marginalizados" (Federici, 2004, p. 12).

Para as mulheres trans, a criação de redes de apoio e iniciativas comunitárias pode ser uma forma de resistir à violência estrutural e construir alternativas econômicas. Angela Davis, em *Women, Race, and Class* (1981), argumenta que a solidariedade entre diferentes grupos marginalizados é essencial para a luta por justiça social. Davis afirma que "a luta por liberdade deve ser interseccional, unindo mulheres, negros, trabalhadores e outros grupos oprimidos" (Davis, 1981, p. 45). No contexto das mulheres trans, essa solidariedade pode se traduzir em alianças com movimentos feministas, antirracistas e LGBTQIAPN+, criando um frente unido contra a exploração e a violência.

Diante dessa realidade, é essencial discutir formas de resistência e criação de redes de apoio para mulheres trans. Iniciativas comunitárias, organizações não-governamentais e movimentos sociais desempenham um papel crucial na promoção de direitos e na construção de alternativas econômicas. Além disso, é fundamental pressionar por regulações mais justas para plataformas digitais, garantindo maior transparência e proteção para trabalhadoras. A criação de espaços de discussão e educação também é essencial para combater a desinformação e o preconceito.

Apesar da exploração, as mulheres trans encontram formas de resistir e subverter as normas de gênero. bell hooks, em *Feminism is for Everybody* (2000), argumenta que o feminismo deve ser inclusivo e reconhecer as lutas de todas as mulheres, incluindo as trans. Ela afirma que "o feminismo é para todo mundo, porque a luta contra o patriarcado é uma luta por liberdade e justiça para todos" (hooks, 2000, p. 1).

Para as mulheres trans, a criação de conteúdo em plataformas digitais pode ser vista como uma forma de agência, onde elas reivindicam espaço e visibilidade em um sistema que as marginaliza. Jack Halberstam, em *The Queer Art of Failure* (2011), propõe que o fracasso pode ser uma forma de resistência às normas capitalistas e heteronormativas. Halberstam argumenta que "o fracasso é uma forma de resistência que desafia as expectativas de sucesso impostas pelo capitalismo" (Halberstam, 2011, p. 88). No contexto das plataformas digitais, as mulheres trans desafiam as expectativas de gênero ao performar identidades que escapam às normas binárias, criando espaços de autonomia e subversão.

Portanto, a luta por direitos e dignidade para mulheres trans exige mudanças significativas, sobretudo na sociedade enquanto consumidora do trabalho exercido por essas mulheres. Essa mudança não apenas ressignifica a visibilidade dessas mulheres, mas também cria um espaço ético e sustentável de reconhecimento, onde suas identidades e experiências possam ser celebradas em sua totalidade, sem redução a estereótipos ou objetos de consumo.

Em última instância, a verdadeira emancipação das mulheres trans depende da construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e capaz de respeitar a diversidade de corpos e identidades, reconhecendo e combatendo as forças opressoras que ainda operam, muitas vezes de maneira invisível, nas interações e sistemas digitais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração sexual de mulheres trans no capitalismo digital é um fenômeno complexo que revela as profundas desigualdades estruturais da sociedade contemporânea. Ao transformar corpos em mercadorias visíveis e consumíveis, as plataformas digitais amplificam não apenas as disparidades de gênero e classe, mas também perpetuam um ciclo de fetichização e desumanização. Como discutido ao longo deste texto, a performatividade de gênero, a biopolítica e a interseccionalidade são ferramentas teóricas essenciais para compreender como as mulheres trans são simultaneamente visibilizadas e exploradas nesse contexto.

A análise de autores como Judith Butler (1990); Jasbir Puar (2007); Byung-Chul Han (2018) e Shoshana Zuboff (2019) nos permite enxergar como o capitalismo digital opera como um dispositivo de poder que regula e explora os corpos trans, transformando suas

identidades em produtos de consumo. A fetichização desses corpos, embora possa gerar visibilidade e, em alguns casos, autonomia financeira, não elimina as violências estruturais que essas mulheres enfrentam no cotidiano. Pelo contrário, muitas vezes reforça a marginalização e a desumanização, especialmente quando consideramos as interseções de raça, classe e gênero, como destacado por Patricia Hill Collins (1990) e Kimberlé Crenshaw (1991).

A tecnologia, embora ofereça espaços de autoexpressão e geração de renda, também perpetua dinâmicas de poder desiguais. Como apontado por Donna Haraway e Safiya Umoja Noble, os algoritmos e as normas de visibilidade das plataformas digitais não são neutros; eles refletem e reproduzem as desigualdades estruturais da sociedade. Para as mulheres trans, isso significa que, mesmo ao conquistarem visibilidade, elas continuam sujeitas a formas sutis e explícitas de violência e exclusão.

No entanto, é importante reconhecer a resiliência e a agência das mulheres trans, que, mesmo em um sistema opressor, encontram formas de resistir e subverter as normas de gênero. Como argumenta bell hooks (2000), o feminismo deve ser inclusivo e reconhecer as lutas de todas as mulheres, incluindo as trans. A criação de redes de apoio e iniciativas comunitárias, como proposto por Silvia Federici (2004) e Angela Davis (1981), é essencial para construir alternativas econômicas e políticas que promovam a dignidade e os direitos das mulheres trans.

Portanto, a luta por justiça e equidade para as mulheres trans no capitalismo digital exige uma transformação profunda nas práticas e normas que regem as plataformas digitais e a sociedade como um todo. Isso inclui a criação de políticas públicas que garantam proteção e inclusão, a regulação das plataformas digitais para evitar a exploração e a violência, e a promoção de uma cultura que valorize e respeite a diversidade de corpos e identidades. A verdadeira emancipação das mulheres trans só será possível em uma sociedade que reconheça e combata as forças opressoras que ainda operam, muitas vezes de maneira invisível, nas interações e sistemas digitais.

Em última instância, a visibilidade das mulheres trans no capitalismo digital não deve ser apenas uma conquista individual, mas um chamado para a construção de um futuro onde todas as identidades sejam celebradas em sua totalidade, sem redução a estereótipos ou objetos de consumo. Essa transformação depende de um compromisso coletivo com a equidade, a inclusão e o respeito à dignidade humana, reconhecendo que a luta por justiça social é uma luta por todos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O Poder Soberano e a Vida Nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AGUSTÍN, Laura. **Sex at the Margins**: Migration, Labour Markets and the Rescue Industry. London: Zed Books, 2007.

ANTRA. **Relatório sobre violência e discriminação contra pessoas trans no Brasil**. 2020. Disponível em: https://antrabrasil.org/category/violencia/. Acesso em: 27 jan. 2025

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**: Feminism and the Subversion of Identity. New York: Routledge, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought**: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. 2. ed. New York: Routledge, 1990.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

DAVIS, Angela. **Women, Race, and Class**. New York: Vintage Books, 1981.

FANON, Frantz. **Black Skin, White Masks**. Tradução de Charles Lam Markmann. London: Pluto Press, 1952.

FEDERICI, Silvia. **Caliban and the Witch**: Women, the Body and Primitive Accumulation. Brooklyn: Autonomedia, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A vontade de saber**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FOUCAULT, Michel. V**igiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

HALBERSTAM, Jack. **The Queer Art of Failure**. Durham: Duke University Press, 2011.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução de Maurício Liesen. São Paulo: Editora Âyiné, 2018.

HARAWAY, Donna. A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century. *In*: HARAWAY, Donna. **Simians, Cyborgs, and Women**: The Reinvention of Nature. New York: Routledge, 1985. p. 149-181.

hooks, bell. **Feminism is for Everybody**: Passionate Politics. Cambridge: South End Press, 2000.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2003.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of Oppression**: How Search Engines Reinforce Racism. New York: NYU Press, 2018.

PUAR, Jasbir K. **Terrorist Assemblages**: Homonationalism in Queer Times. Durham: Duke University Press, 2007.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism**: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power. New York: PublicAffairs, 2019.

Recebido em: 04/02/2025
Aceito em: 03/07/2025

ENTRE A INVISIBILIDADE E A PRODUÇÃO DE PRESENÇA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: DA CRIAÇÃO DA ASSTTRAL À LIGA TRANSMARXISTA NO SUL DE MINAS GERAIS

BETWEEN INVISIBILITY AND THE PRODUCTION OF PRESENCE IN PUBLIC POLICIES: FROM THE CREATION OF ASSTTRAL TO THE TRANSMARXIST LEAGUE IN THE SOUTH OF MINAS GERAIS

Joice Guimaraes Silva[1]
Marta Gouveia de Oliveira Rovai[2]

Resumo: o artigo apresenta uma pesquisa desenvolvida relativa à comunidade LGBTI+ da cidade de Alfenas, especialmente com mulheres trans/travestis de cidades sul mineiras, por meio de material do Acervo Amhor da Universidade Federal de Alfenas. Através das fontes disponibilizadas pelo acervo é possível encontrar jornais e revistas que tratam de demandas de mulheridades trans e travestis, como a Revista da Diversidade produzida pelo Movimento Gay de Alfenas, o que nos permite questionar sobre os discursos produzidos em relação às suas existências e direitos, além de suas relações dentro do movimento LGBTI+ e suas ações de resistência contra os estigmas e preconceitos, narrando a si mesmas e produzindo visibilidade sobre suas demandas. Utilizando-se dessas fontes organizadas pelo Acervo Amhor, e fazendo uso da história oral, o estudo pretende compreender a constituição ou não de um movimento trans de luta por direitos, políticas públicas e representatividade.
Palavras-chave: Políticas públicas; Assttral; Liga Trans Marxista; História Oral; Alfenas.

Abstract: The article presents research carried out on the LGBTI+ community in the southern cities of Alfenas and Guaxupé in Minas Gerais, especially with trans/transvestite women, using digitized material from the Amhor Collection at the Federal University of Alfenas. Through the sources made available by the collection, it is possible to find newspapers and magazines that deal with the demands of trans and transvestite women, such as the Revista da Diversidade produced by the Movimento Gay de Alfenas, which allows us to question the discourses produced in relation to their existence and rights. , in addition to their relationships within the LGBTI+ movement and their resistance actions against stigmas and prejudices, narrating themselves and producing visibility about their demands. Using these sources organized by the Amhor Collection, and making use of oral history, the study aims to understand the constitution or not of a trans movement fighting for rights, public policies and representation.
Keywords: Public policies; Assttral; Trans Marxist League; Oral History; Alfenas.

[1] Graduada em história pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL - MG). Professora de história na educação básica. Atuou como pesquisadora de Iniciação Científica (CNPq), participou de projetos de extensão relacionados à história oral, história pública, movimento LGBTQIA+, acervos, cultura popular negra e patrimônio cultural. Publicou artigos sobre o acervo Amhor e suas pesquisas, além de ser coautora no livro Celebrando o orgulho: 24 anos de lutas e conquistas do Movimento Gay de Alfenas.

[2] Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Pós-Doc pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UNIFAL-MG. Foi professora substituta na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). É professora colaboradora da Pós-Graduação de Humanidades, direitos e outras legitimidades, na Universidade de São Paulo (USP) e professora no Mestrado da Universidade de Montes Claros (Unimontes-MG). É pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO), da Universidade de São Paulo, e do Formatio (Processos de Formação e Profissionalidade Docente (Formatio/UNIFAL).É coordenadora do Grupo Amhor: acervo de memória e história do roogulho LGBTQIA+ no sul de Minas Gerais. Foi coordenadora institucional do PIBID/UNIFAL entre 2015 e 2022. É diretora de História Pública da Anpuh-BR. Foi diretora regional sudeste da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), entre 2020 e 2022. Vice-coordenadora do GT de Gênero da ANPUH-MG (2022-2024). Foi coordenadora do Núcleo de Atenção à Mulher (NAM) e chefe do Departamento de Direitos Humanos e Inclusão (UNIFAL-MG) entre 2022 e 2023. Possui Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998), tendo pesquisado sobre a juventude durante o Estado Novo.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo procuramos compartilhar uma pesquisa desenvolvida junto a mulheres transexuais e a travestis nas cidades de Alfenas e Guaxupé, no sul de Minas Gerais, com o objetivo de visibilizar modos diversos de organização contra o silenciamento de suas histórias e memórias, promovido pelas práticas de certa militância cisgênera e pela dificuldade em se conquistar políticas públicas que protejam seus corpos. Desde 2022, o grupo Amhor[3], formado por estudantes da Graduação na Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), vem digitalizando, catalogando e organizando documentos de diversas tipologias – impressos, fotográficos, institucionais e orais – com a finalidade de disponibilizar publicamente fontes para pesquisas e criar produtos que permitam publicizar a memória e a história LGBTQIA+ de Minas Gerais. Entre suas ações estão a criação de um acervo digital, exposições museológicas, propostas didáticas e livros, além de debates acadêmicos, minicursos e discussões com as comunidades fora da Academia

Ao organizar o material doado para o Acervo pelo Grupo Gay de Alfenas (MGA)[4], percebemos o número muito reduzido de informações relacionadas à existência de pessoas e ao movimento trans/travesti, a não ser em fotografias relativas às Paradas, mantendo certo estereótipo sobre seus corpos, ligados ao erotismo, e ocultando suas vidas cotidianas e demandas. Diante das ausências, decidimos evidenciar os poucos documentos que encontramos e, também, contribuir na produção de fontes que pudessem valorizar experiências, por meio da metodologia da história oral de vida (Meihy, 2005).

Para esta apresentação selecionamos excertos da Revista Diversidade, produzida entre os anos 2009 e 2015 pelo Movimento Gay de Alfenas (MGA), em que se fazia referência à criação da Associação de Travestis e Transexuais de Alfenas (Assttral) e às políticas públicas para a população trans no sul de Minas Gerais, pelos quais procuramos discutir processos de silenciamentos em meio ao movimento LGBTQIA+. Além destes documentos, a partir do acervo organizado, trazemos trechos de entrevistas realizadas com mulheridades e feminilidades que atuaram na Assttral, no passado, e com as criadoras da Liga Transmarxista, desde 2023, a fim de evidenciar suas experiências de resistência contra opressões sociais e apagamentos históricos, em busca de direitos.

Pretendemos discutir como elas se organizaram e se inserem hoje na militância social e política, criando seus próprios espaços e meios de luta em defesa de políticas públicas específicas. Até o momento, o grupo realizou 17 entrevistas com pessoas de diferentes gerações, e nós escolhemos publicizar, neste texto, parte das narrativas de Wall Alves e de

[3] Este artigo apresenta reflexões a partir do Projeto de pesquisa Amhor: a construção de um acervo virtual sobre as memórias e histórias LGBTQIA+ voltado à produção de fontes, à pesquisa em arquivos e às práticas escolares em perspectiva de história pública, desenvolvido na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) pelas autoras. Dele fez parte a Iniciação Científica intitulada Mulheridades e feminilidades nos acervos Bajubá, Close e Arquivo Mineiro e na história sul-mineira por meio do Acervo Amhor, financiada pelo CNPq entre 2023 e 2024.

[4] O MGA é uma ONG LGBTQIA+ que, desde 2001 tem atuado politicamente na cidade, com conquistas importantes na área da saúde e jurídica. Seu principal expoente é Sander Simaglio, um de seus fundadores e presidente, responsável por conceder vasto material ao grupo e ao projeto Amhor.

Dany Motta, duas mulheres trans que pertenceram ao Assttral entre os anos de 2009 e 2010, em Alfenas; e de Natália, uma jovem travesti[5] que foi uma das criadoras da Liga, que atua em Guaxupé, Guaranésia, Muzambinho e Alfenas[6].

Suas histórias são aqui orientadas pelas seguintes questões: Como outros membros pensam ou pensaram as mulheres trans/travestis no movimento LGBTQIA+, em suas cidades? Como as mulheres trans e travestis pensam sua inserção no movimento em defesa de direitos de pessoas trans? Quais foram/são as relações desiguais de poder dentro dos próprios coletivos, produzindo formas de silenciamento na luta por políticas públicas LGBTQIA+? Como suas demandas são evidenciadas nas lutas por direitos e reconhecimento em novas ações individuais e coletivas?

2 O MOVIMENTO GAY DE ALFENAS E A ATUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS NO SUL-MINEIRO

Pesquisadoras/es como Regina Facchini (2005) e Renan Quinalha (2017) apresentam em seus trabalhos a disputa política entre os diferentes grupos na trajetória do movimento marcado pela sigla GLBT, especialmente entre as décadas de 1960 e 1990. A historiadora Rita Colaço (2023), no entanto, chama a atenção para o fato de que a maioria das pesquisas aponte eventos vitoriosos do movimento e se restrinja ao eixo Rio-São Paulo, num processo de luta retilínea e limitada a alguns grupos. Segundo a autora, é importante destacar que a historiografia não deve tratar somente de ações políticas que trouxeram conquistas ao movimento, mas também àquelas desqualificadas pelo Estado, pela sociedade cisheteronormativa e pela própria estigmatização gerada por posturas transfóbicas internas.

Predomina, ainda, uma narrativa hegemonicamente masculina e cisgênera sobre o movimento GLBT, que sofreu mudanças na sigla na medida em que diferentes identidades se fizeram visíveis socialmente no enfrentamento a acontecimentos majoritariamente destacados como “gays”. Como exemplo, a historiografia aponta a militância do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), do Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais, do Grupo Somos de Afirmação Homossexual, em São Paulo entre 1978 e 1983, do Triângulo Rosa e do Atobá, no Rio de Janeiro, além do Grupo Gay da Bahia, criado em 1980, referências marcadas pelo predomínio masculino e representante da letra G (Facchini, 2005; Quinalha, 2017). Este “carimbo” também esteve presente na formação do Movimento Gay de Minas (MGM), no Grupo Gay de Varginha e no Movimento Gay de Alfenas (MGA), criados posteriormente em Minas Gerais sob inspiração desses modelos no Brasil.

É fundamental, no entanto, apontar que em Minas Gerais ocorreram lutas de mulheres cis lésbicas e bissexuais, travestis e transexuais, que procuravam enfrentar a invisiblização de suas existências dentro do movimento LGBTQIA+ local e diferenciar suas pautas e

[5] Os termos trans e travesti foram utilizados de acordo com a autonomeação pelas entrevistadas.
[6] As entrevistas foram transcritas, transcriadas, conferidas e autorizadas por elas.

estratégias dissonantes do padrão hegemônico. Destacamos a organização da primeira Parada GLBT em Minas Gerais, coordenada pelo Grupo de Lésbicas e Simpatizantes (GLS) e pela Associação Lésbica de Minas (ALEM), no ano de 1998 (Maria Ferraz, 2021), que abrigou corpos trans e travestis, mas pouco lembrado nos discursos e nos registros relativos às manifestações.

O processo de debates e conquistas na história do movimento brasileiro, hegemonicamente gay e cisgênero, os inconformismos das mulheridades e feminilidades contra hierarquizações e silenciamentos de gênero promoveram discussões que levaram, em 2008, à I Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBT, na qual se oficializou a sigla LGBT. A inversão de letras indicava uma reivindicação antiga de lésbicas contra uma herança patriarcal e lesbofóbica (Facchini, 2005).

De forma semelhante, por longo tempo a comunidade trans/travesti foi tratada como um apêndice do movimento intitulado como "gay" nos anos 1990 e GLBT. Quanto às travestilidades e transexualidades, Renan Quinalha (2017) lembra que organizações como a Turma OK, em 1962, a Associação de Travestis e Liberados (Astral), em 1992, foram marcos fundamentais na resistência contra a ditadura, o preconceito e a morte. A atuação das militantes da Astral estimulou a formação de outras entidades como a Rede Nacional de Travestis (Renata), a Rede Nacional de Travestis e Liberados (Rentral), a Associação Nacional de Travestis e Liberados na luta contra a AIDS (ASTRAV) e a Articulação Nacional de Transgêneros, mais tarde gerando a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, em 2004 (Campos; Hur, 2017), que assumiu o seu protagonismo na defesa de políticas públicas.

No entanto, essas associações não se fizeram presentes no sul de Minas Gerais, como pudemos perceber nos documentos do acervo e no levantamento de pesquisas sobre a região. Ainda nos anos 2000, não era possível identificar um movimento específico de pessoas travestis e transexuais, e isso pode ser compreendido, em parte, pelo conservadorismo predominantes na cultura do interior mineiro, marcada pela imposição dos valores cristãos que alimentam a lgbtfobia. Em 2001, foi criado o Movimento Gay de Alfenas (MGA), uma ONG criada por homens gays e cisgêneros comprometidos em defender a luta pela criação de políticas em defesa dos direitos da população LGBTQIA+ no sul de Minas Gerais.

Este grupo se dedicou e conquistou diferentes políticas públicas, nos anos 2000, tornando-se a entidade criada um Centro de Referência Sul Mineiro para a população LGBT+, entre os mais de 50 que havia no Brasil. Como tal, concorreu a vários editais propostos pelo Ministério da Justiça, em decorrência do Programa Brasil sem Homofobia, durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. O Centro de Referência ficava numa casa, no centro da cidade de Alfenas, e atuava em conjunto com escolas, Centros de Referência de Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), submetidos à subsecretaria de direitos humanos, oferecendo

acompanhamento psicológico e jurídico, além de realizar a distribuição de insumos, de prevenção ao DST/AIDS, principalmente para trabalhadoras do sexo, nas ruas e boates.

Em relação às ações voltadas para travestis e mulheres trans, foram criados o Projeto "De esquina em esquina" e "Em cima do salto" (2011), que contavam com parcerias com as universidades locais – Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e Universidade Prof. Edson Antônio Velano (Unifenas) – envolvendo docentes e discentes dos cursos de medicina, psicologia e enfermagem. A ONG realizava uma parceria com as faculdades e, com estudantes e docentes, faziam o trabalho de distribuição de preservativos e sachês de gel lubrificante, mas rodoviárias, ruas, boates e, também, durante a Parada LGBTQIA+ na cidade. Havia orientações e uma espécie de entrevista, procurando encaminhar travestis e mulheres trans para o atendimento, se necessário, nos centros de saúde (Rovai *et al*., 2024).

Ressalte-se que não havia a participação direta da comunidade trans na elaboração e organização dos projetos, sendo seus corpos objeto de intervenções. Desta forma, cabe destacar que muito da militância de travestis se limitou a um "ativismo solitário", semelhante ao que Michele Pires Lima percebe em sua pesquisa junto à comunidade na cidade de Manaus. Ao falar com Nichole, uma de suas entrevistadas, a autora afirma:

> [...] que os mais simples atos como informar sobre o universo trans para pessoas cisgêneros, ou apresentar determinado comportamento que, para a sociedade não condiz com o imaginário cultural brasileiro sobre travestis e transexuais, tornou-se parte de uma resiliência individual e proativa de mudança social. A "oralitura" oportuniza o (re)conhecimento de narrativas subterrâneas, silenciadas, carregadas de (res)sentimentos e objetividades singulares de vida que, em grande medida, não podem ser ouvidas, vistas e sentidas no corpus documental escrito. O ativismo solitário ou individual que procuramos discutir só foi possível pela chave operacional da história oral que visa reconhecer a complexidade das diferenças humanas (Lima, 2021, p. 143).

Como Nichole, encontramos trajetórias de ativismo solitário entre nossas entrevistadas, três delas apresentadas aqui e que fizeram de suas vidas formas de congregação de pessoas, para além da militância organizacional. Danny e Wall, por não se sentirem representadas, acabaram fazendo de suas profissões – cabeleireira e agente de saúde respectivamente – modos de anunciar as existências trans/travestis, denunciar as violências contra elas e cuidar dos corpos.

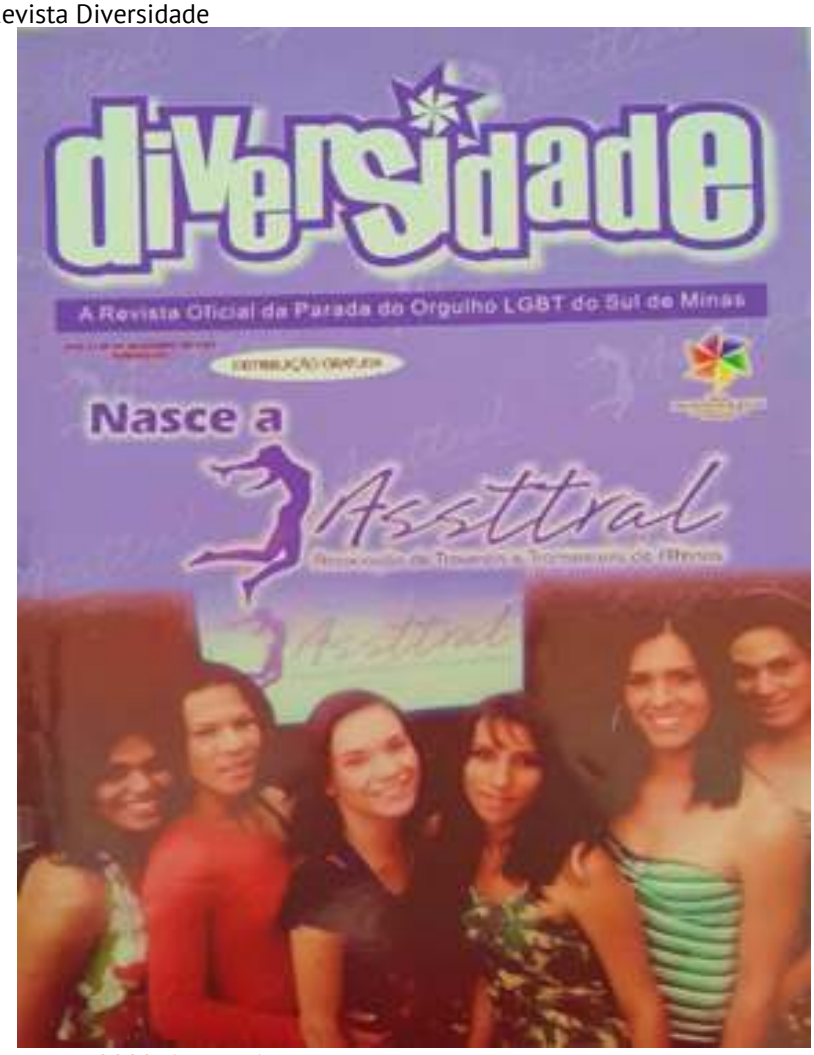
Nathália, mais jovem do que elas, não se sentiu identificada com a organização política que, embora lhe trouxesse satisfação ideológica, foi considerada por ela também o lugar do masculino e da cisgeneridade. Isto fez com que ela, junto a outras pessoas LGBTQIA+ buscassem criar seus próprios caminhos em busca de políticas públicas. Por isso, apesar da criação de uma associação chamada Associação de Travestis e Transexuais de

Alfenas, pelo MGA, elas jamais se sentiram representadas por ações coordenadas por homens cisgêneros que vedavam seus protagonismos, como observado em suas entrevistas. Como apontou Lima, a história oral nos permite conhecer a complexidade e a desigualdade das relações, mesmo quando estamos tratando do movimento social LGBTQIA+.

3 A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DE ALFENAS (ASSTTRAL)

Em novembro de 2009, a capa do número 9 da Revista Diversidade, publicação criada pela ONG, anunciava a criação da Associação de Transexuais e Travestis de Alfenas, com a chamada Nasce a Assttral, acompanhada da imagem de um grupo de mulheres trans e travestis que participavam do MGA. No entanto, ao longo das 46 páginas do periódico não pudemos encontrar qualquer menção acerca do que seria uma nova ONG ou um projeto do MGA, nem a perspectiva da comunidade trans/travesti como agentes de sua criação.

IMAGEM 1 - Capa Revista Diversidade



Fonte: Revista Diversidade, 2009. Acervo Amhor.

Danny Motta, uma das mulheres trans que aparecia na imagem da capa, durante sua entrevista, realizada em 2023, afirmou que naquele momento houve uma pequena adesão de trans e travestis na Assttral, e que isso se explicaria, em parte, porque a "marca gay" não se dissipou dos discursos e da presidência do Movimento Gay de Alfenas. Também, devido ao fato de elas não se sentirem como agentes de uma associação que havia sido criada sem que elas fossem consultadas e participassem do debate sobre suas próprias demandas. Mesmo assim, algumas delas chegaram a participar de encontros entre o MGA e a Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, entre 2009 e 2010, quando o tema tratava de mulheridades, mas sem que tivessem o protagonismo de fala:

> As meninas pouco frequentaram o MGA. Fizeram por um tempo alguns cursos profissionalizantes, como cabeleireiro, mas poucas souberam do curso, e as que souberam, não aproveitaram as oportunidades. Eu me tornei cabeleireira. Participamos de palestras com pessoas ilustres, mas não me recordo o nome delas, falando de sexualidade, instruções de como pedir pra mudar o nome de batismo e usar o nome social, em lugares públicos. Eu também fui a eventos que tratavam dos direitos das mulheres trans. Aprendi muito, mas não éramos ouvidas! [...] Participávamos com shows artísticos de algumas transformistas, com música, barraca do movimento gay (MGA), com cartazes... Mas acho que faltou e falta mais participação das meninas para que seja mais fácil ir atrás de benefícios para todas. Acho que poderia ter mais informações sobre os vários gêneros. Hoje poderia ter novamente uma sede, ter mais palestras, cursos, para reunir as pessoas que queiram ajudar e ser ajudadas em suas diferenças. No Assttral, poucas foram as que participaram ou se sentiram representadas" (Danny Motta, 2022).

Sobre a validade do Assttral como feito político, Wall Alves, hoje uma agente de saúde na cidade de Alfenas, tece críticas ao processo como a Associação foi criada. Para ela, a letra "G" predominou como marca da masculinidade e da cisgeneridade no movimento:

> O MGA criou a Assttral antes que a gente criasse!... Uma forma de barrar nosso protagonismo! A gente não se reconhecia como movimento gay, nem se sente representada pela sigla. A gente respeita, mas não se vê englobada neste "G". Infelizmente! Não era um lugar pra nós! Até porque era só MGA, Movimento Gay de Alfenas! As outras letras não estavam ali... Eu vejo que no movimento LGBT são lutas diferentes, são vozes diferentes, que precisam ser reconhecidas e evidenciadas (Wall Alves, 2023).

Foi possível observar no material pesquisado (Revista Diversidade, fotografias e jornais) a presença tímida, e mais como notícias do que como sujeitas, de travestis em eventos de formação e prevenção do HIV/AIDS, nos quais a Assttral era nomeada, mas não era protagonista. Esta organização não chegou a ser uma associação autônoma, mas um núcleo dentro do MGA, coordenado por homens cisgêneros. Isso significa dizer que, apesar

da conquista de políticas públicas para acolher, cuidar e proteger a população trans/travesti, como o Projeto "Acolhendo as diferenças" desenvolvidos dentro da sede da ONG, pelo qual as mulheridades e feminilidades receberam treinamento técnico, com aulas de computação e de formação em estética a fim de que pudessem ampliar as possibilidades de uma profissão, Danny e Wall lembram que o abandono dos cursos por parte delas era grande pelo não envolvimento direto na construção das propostas. Outra política pública desenvolvida no sul de Minas Gerais, intitulada "De cara pra vida", relacionada ao combate à lipodistrofia (causada por remédios tomados por pessoas portadoras do HIV/AIDS), é reconhecida pela comunidade transgênera como fundamental para a sua saúde, nos anos 2009-2011, mas as críticas recaem sobre os processos não inclusivos de seus corpos como protagonistas das decisões (Rovai *et al.*, 2024).

Em entrevista concedida anteriormente, em 2019, Wall já apontava esta questão relativa ao problema provocado pela letra "G", desconstruindo a imagem de um movimento capaz de abarcar todas as demandas:

> São demandas diferentes, são vozes diferentes. São problemas específicos, entendeu? O gay não vai lutar pelo nome social dele; não vai lutar pela saúde dele. Já está lá pra ele. O nome dele não o ofende [...] quando eu estou num lugar cheio de gente e alguém me chama de João – não que meu nome seja esse – eu não tenho vontade nenhuma de levantar! [...] tem uma travesti lá, toda plastificada, maravilhosa, e o atendente faz questão de chamar João, sendo que tá escrito lá pra chamar de Maria?! Ele faz questão de chamar o João! Então, o gay não vai entender isso. Pro movimento gay avançou-se muito em direitos. Pras transexuais não! (Wall Alves, 2019, *apud* Rovai, 2020, p. 23).

No ano de 2010, o MGA assinou um convênio com a Coordenadoria Especial de Política para Mulheres que previa o atendimento psicológico e gratuito a mulheres lésbicas, trans e travestis na sede da ONG. No ano seguinte, junto à Assttral, seus criadores estiveram presentes na IV Conferência Municipal de Políticas para Mulheres, cujo tema era o combate à feminilização da pobreza e a erradicação da miséria a partir da independência econômica das mulheres (Revista Diversidade, 2010). Em discussão, reivindicava-se políticas públicas quanto ao uso do nome social, o tratamento hormonal e o enfrentamento à violência corpos dissidentes. Apesar dessas pautas, o agenciamento das trans/travestis foi submetida às lideranças masculinas do MGA e pouco se avançou quanto aos benefícios da comunidade trans. Wall não chegou a participar desses eventos, porque considerava que, apesar dos debates, as feminilidades trans não participavam, de modo autônomo, de seus direcionamentos, sendo reduzidas a um papel secundário e ao imaginário, muitas vezes, reduzido à patologização de gênero e sua ligação com as políticas de prevenção ao HIV.

Sobre a patologização de corpos trans/travestis, Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012, p. 579) tratam da violência com que travestis e pessoas transexuais são abordadas e orientadas pelas instituições jurídicas e médicas, na procura de adequar o seu corpo e o registro civil de seu nome ao gênero proposto pela sociedade cisgênera, mas impondo a elas realizarem cirurgias de redesignação genital sem que muitas vezes desejem ou tenham condições. De acordo com as autoras, este é "um poderoso discurso que tem como finalidade manter os gêneros e as práticas eróticas prisioneiras à diferença sexual", tornando a passabilidade uma possibilidade de opressão social que impõe o modelo cisgênero como estética, validação e disciplina dos corpos trans.

Em sua entrevista, Wall fez críticas à concepção que embasou durante anos as políticas públicas relacionadas à comunidade trans: "Eles nos deram o HIV de presente, como se esta doença nos pertencesse. Só somos lembradas para fazer cirurgia e para falarmos da doença, nos reduzindo a um corpo sobre o qual o Estado age, para 'nos curar'. Isto cansa!". Como agente de saúde no município de Alfenas, nos últimos anos a entrevistada desenvolveu, junto a médicos e enfermeiros no Sistema Único de Saúde (SUS), o projeto "Transformar"[7], que procura acompanhar as existências de homens trans, transmasculinos, mulheres transexuais e travestis, de forma a ouvi-las, compreender suas especificidades, oferecer escuta e todo tipo de orientação e tratamento. Por isso, ela critica a forma como as políticas públicas, principalmente nos anos 2000 (quando fazia parte do MGA), abordavam seus corpos:

> O que mais me deixa indignada é que na definição de nossos corpos como trans/travestis, o Estado queira por a mão sobre eles e discipliná-los. Tenho que realizar a cirurgia para ser aceita; tenho que amputar o meu corpo para ser validada. Um fonoaudiólogo tem que tratar minha voz, para que eu me encaixe numa feminilidade cisgênera. Só somos aceitas se nos aproximamos da cisgeneridade. Não quero ser uma mulher cisgênera; sou uma mulher trans. E os movimentos, as políticas públicas, muitas vezes, não compreendem isso. Ficam nos patologizando (Wall Alves, 2022).

Wall aponta a necessidade de que o movimento LGBTQIA+ e as políticas públicas vislumbrem o corpo trans não como objeto de discursos médicos e jurídicos, ou abstratamente políticos, associando-os a pautas secundárias, à biologização, ou à perspectiva de doenças e morte, mas que possam ser compreendidos como potência política e social, capaz de subverter as normas sociais e enfrentar o cisheteroterrorismo cultural; ou seja, um regime de verdades repetidas por diversos caminhos, por várias instituições, que produzem a invisibilidade como um dos mecanismos para estigmatizar, apagar ou eliminar

[7] O projeto "Transformar" tem por objetivo auxiliar pessoas que estão passando pelo processo de transição/exteriorização de gênero com o agendamento das consultas até o processo de hormonioterapia, mas levando em conta seus desejos e especificidades emocionais e físicas.

corpos dissidentes (Adad, Nascimento e Martins, 2020). Sobre as práticas de cisheteroterrorismo, Letícia Carolina Nascimento afirma:

Contra este conjunto de práticas excluidoras, os corpos trans/travestis acabam por reinventar o campo da política, como afirma Paul Preciado (2011), pois são corpos engajados, indisciplinados, não submissos. Danny, Wall e também Nathália demonstram, em suas narrativas, que seus corpos são potência políticas e não apenas efeitos de discursos reguladores, seja da sociedade transfóbica quanto do próprio movimento LGBTQIA+, que tenta traduzi-los, torná-los secundários ou invisíveis. Elas apontam que é preciso construir uma contra-história, que lhes permita visibilizar suas singularidades, fazendo parte de uma "multidão *queer*" que intervém nos "dispositivos biotecnológicos de produção da subjetividade sexual" e de gênero, para que possam ser reconhecidas as suas existências e os danos a elas causadas cada vez que suas histórias são negligenciadas.

4 A LIGA TRANS-MARXISTA DE GUAXUPÉ/ALFENAS

A Liga Trans-marxista surgiu na cidade de Guaxupé e atua, também, nas cidades de Guaranésia e Alfenas, desde 2023. Ela foi criada por uma nova geração de pessoas trans e travestis preocupada com a invisibilidade das pautas e necessidades da população transgênera no Sul de Minas. O grupo promove encontros e oficinas que busca construir espaços de escuta e troca de experiências, formação política que unem a questão identitária à consciência de classe, procurando garantir a participação dessa população na elaboração de soluções e políticas públicas. Segundo o grupo, a Liga conta com um comitê organizado através do centralismo democrático, de caráter marxista, e contando com suas cinco fundadoras: Natália Miranda de Jesus, Maria Tereza Franchi Silva e Melissa Helena das Chagas Pires, a estudante Beatriz Dutra Simão Rocca, a professora Walessa Aparecida Rodrigues e com Juliano Lima de Oliveira, que é DJ, produtor de eventos e colaborador, assim como, do Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH), que tem sido fundamental para acolher denúncias e oferecer auxílio à população trans com a documentação e o acesso a serviços públicos. O grupo também realizou na cidade de Alfenas o Primeiro Encontro da Visibilidade Trans, no ano de 2024, em colaboração com o Coletivo Sub Urbano e o CRDH.

Natália Miranda, mulher trans, fundadora da Liga Trans Marxista da cidade de Guaxupé, demonstra em sua narrativa a falta de atenção às demandas de mulheridades e feminilidades dentro de movimentos sociais e de partidos políticos, ao longo da história em Minas Gerais, dirigindo suas críticas a partidos políticos e, ainda, ao MGA, que mantém a sua sigla:

> A construção da Liga partiu muito dessa necessidade de as demandas serem trabalhadas. No partido eu não sou vista para falar dos assuntos de gente grande, né? É jogado como pauta secundária; é uma coisa que se pode esperar. Vai ficando nesse lugar de 'depois a gente vê'! E nos coletivos LGBT, eu vejo que acaba virando a mesma coisa. Total falta de entendimento do que que é uma pessoa LGBT além do G e no geral. Aí a tentar voltar com isso, só que aí a gente tem uma questão que é tipo quando você tá em partidos políticos, se você é de uma minoria social política, você acaba sendo um escanteado para falar apenas daquele assunto, né? Então, eu tava acostumada sempre a falar de Economia, de política externa, e aí de repente "Ah, você vai falar sobre LGBT, especificamente mulheres trans?!"...
> Aí, procurando um pouco de coletivos de LGBT na região, tem essa questão também que parece que é apenas sobre homens gays, né? Até quando a gente olha o MGA que foi fundado em 2001, se não me engano, e eles colocam que defendemos a comunidade, e essa comunidade era apenas gay! Mas a sigla LGBT no Brasil foi instituída em 1999. Então, já não era mais pra ser movimento gay, né? Existe uma falta muito grande de local mesmo de a gente poder discutir e trazer nossas pautas e terem essas pautas respeitadas tanto nos movimentos de esquerda, os partidos de esquerda, quanto nos coletivos LGBT! (Natália Miranda, 2024).

A entrevista com Natália Miranda retomou a questão da hegemonia masculina e cisgênera apontada por Wall dentro do MGA e dos grupos políticos, em geral. As duas, separadas por uma geração, nos ajudam a compreender a permanência de modos de silenciamento e apagamento de seus corpos, relegados a um 'não lugar' na sociedade, quando suas demandas e especificidades são deixadas de lado ou consideradas "desvios" de pautas "mais importantes". Elas rompem com esse silenciamento, mostrando que a memória é um direito da comunidade e que ao ser privada do espaço de debate, tendo suas especificidades consideradas como obstáculos a lutas mais gerais, gera-se uma condição de não pertencimento e de sua culpabilização dentro dos movimentos sociais que se pautam por questões de classe, por exemplo, como se suas reivindicações fossem apartadas ou menos importantes:

> Daí a importância dessas mulheridades e feminilidades historicamente silenciadas – mas não silenciosas - ocuparem os espaços para narrarem a si mesmas, pois quando fazem isso se constroem entre a norma e a transgressão, o conformismo e a subversão, mostrando como são sujeitas em movimento (Rovai, 2017, p. 403).

O processo de construção de memória dentro do movimento LGBT nos ajuda a compreender as formas que esses coletivos, especialmente a partir da ótica de mulheres trans, organizam-se, uma vez que a memória exerce uma função constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, demonstrando a importância para a construção do sentimento de pertencimento, continuidade e coerência de uma pessoa ou de

um grupo em sua reconstrução (Pollak, 1992, p. 204). Essas mulheridades, apesar de não se sentirem pertencentes ao Movimento Gay de Alfenas, devido à predominância do discurso gay, resistem e criam formas de subversão, de luta e de representação para que suas pautas sejam visibilizadas:

> A Liga Trans surgiu mais ou menos disso, dessa percepção da invisibilidade nos grupos. Começou como um grupo cultural, porque a gente tava querendo fazer alguns projetos na área de fotografia audiovisual, pois eu já trabalhei bastante tempo com fotografia. E aí acabamos chegando ao ponto de perceber que apenas mostrar isso não bastava. A gente tinha que dar início, organizar e lutar pelas nossas pautas no Sul de Minas. Então, acabamos expandindo para ser um coletivo de formação política mesmo (Natália Miranda, 2024).

Enquanto tem suas vivências atravessadas pela violência e pelo negligenciamento de grupos políticos e movimentos sociais, é importante salientar que o "ato de colocar em silêncio" promovido cotidianamente não produz silêncio, e essas mulheridades têm se organizado em luta por acesso a direitos essenciais, contra a despatologização do gênero, na defesa da produção de um conhecimento coletivo dissidente, pela escuta de sua voz, entre outras diversas lutas cotidianas. Para Jaqueline Gomes de Jesus (2012) o ativismo social, a partir da perspectiva de pessoas transgêneras, deve ser compreendido como um meio de possibilitar o aumento da consciência política da própria população.

> A visibilização cada vez maior da população trans se enquadra em um projeto político de emancipação, relacionado à publicização de suas necessidades específicas, suas histórias, suas posições sociais, e com isso se nota algo que o feminismo negro identificou quando de seu surgimento, nos anos 70 do século XX: ao não levar em conta a intersecção entre raça e gênero, o feminismo tradicional não levava em conta as particularidades das mulheres negras, ou sequer as reconhecia como mulheres, cujo modelo idealizado eram as mulheres brancas (COLLINS, 1990).No que se refere às mulheres transexuais e às travestis, é patente que, em nossa sociedade, elas não recebem o mesmo tratamento dado às mulheres cisgênero, popularmente tidas como mulheres "de verdade", tampouco as mesmas oportunidades, de modo que as mulheres transexuais e as travestis, além de serem vitimadas pelo machismo, também o são por uma forma de sexismo, de base legal -biologizante, que lhes nega o estatuto da feminilidade ou da "mulheridade" (Jesus, 2012, p. 6).

Por esse projeto que denuncia as desigualdades entre a cisgeneridade e a transgeneridade as pessoas passam a se perceberem e são percebidascomo integrantes de um grupo social antes invisível, mas se negam a permanecer assim historicamente, e ousam partilhar crenças e sentimentos com outros indivíduos trans e com a própria comunidade na

qual vivem, começando a se comprometer subjetivamente com o grupo e com a ampliação de suas vozes e ações. É o que fazem pessoas como Wall e Natália, junto de outros segmentos antes secundarizados pelas militâncias políticas não transgêneras.

Desse modo, as formas de organização de mulheres trans, em coletivos ou não, para a luta cotidiana por direitos e reconhecimento, conforme aponta Jesus (2010), se torna cada vez mais visível, a partir de manifestações públicas, fabricando novas realidades sociais, reconfigurando relações de gênero e demarcando identidades pessoais e sociais. Podemos assim, compreender que essas mulheridades e feminilidades não se resumem aos sofrimentos e violações a que estão submetidas; pelo contrário, elas não se colocam na condição de vítimas, como demonstra Rovai (2017), pois ao analisarem sua própria história inserida em situações de exclusão e discriminação, elas produzem um exercício de compreensão de suas experiências e projetam caminhos de enfrentamento às violações de direitos. Natália afirma que prestar atenção aos corpos de crianças e adolescentes trans/travestis, por exemplo, foi fundamental para que pudessem construir uma militância específica, voltada à sua comunidade, capaz de produzir efeitos futuros:

> Então, esse grupo é uma coisa que a gente tá tentando montar para ver se começamos com encontros para seus pais poderem dialogar e compartilhar as suas experiências mesmo! Mas o foco nosso agora tem sido com adolescentes. A gente tem um trabalho de trazer o adolescente, chamar para conversar, e é uma coisa bem livre. Elas e eles trazem as suas questões e quando alguém tá falando, ninguém mais fala, sem julgamentos! É um ambiente bem seguro para as pessoas poderem se expor e criar amizade dentro da comunidade também. Sentirem-se pertencentes, porque isso é um grande problema que nós temos, que muitas vezes a gente não faz parte da sociedade, a gente existe à parte dela.
> Quando a gente começou a trabalhar com adolescente, começou com uma menina que chama Melissa. Ela atualmente é a liderança do grupo! Acabou de fazer 18 anos! Ela é uma das pessoas que tem nome retificado, e ela é uma menina que estudava numa escola particular com bolsa. Aí ela se assumiu, começou a sofrer milhares de violências, até que atiraram a bolsa dela e teve que sair da escola... Quando a gente encontrou com ela, era uma pessoa muito quietinha, muito para baixo, muito sem perspectiva de futuro... E foi uma pessoa que abraçou com tudo a Liga! Veio com tudo com a gente!! Acreditou muito e hoje ela é uma liderança, né? Ela tá uns seis meses com a gente.
> E foi quando realmente ali, eu falei: "A gente realmente tem possibilidade de fazer algo, a gente é importante! O que estamos fazendo é importante! E eu acho que é muito gratificante também ver esse impacto que tem na vida dos outros e pessoalmente também isso faz o impacto muito grande, né? Que você acaba conhecendo muita gente, muitos contatos, acaba criando essas relações com essas pessoas! E, no meu caso, principalmente, eu acabo virando mãe de muitas dessas meninas. É uma coisa muito gratificante esse trabalho! (Natália, 2024).

A projeção de caminhos que buscam o reconhecimento e a visibilidade de pautas de mulheridades e feminilidades se mostra como ferramenta para a constituição de espaços

democráticos que respeitem a diversidade e acolham suas especificidades. Natália, fundadora da Liga Trans, afirma que o surgimento do movimento se deu devido à necessidade de acolher e construir um lugar de afeto e esperança para pessoas trans, que atualmente participam do grupo de jovens, adultos e também adolescentes:

> A gente tem criado um espaço que seja minimamente um pouco mais seguro, mais tranquilo para essas pessoas poderem ser o que são. Aqui na Liga, eu vejo que a gente tem dado mais esperança para elas. Eu vejo que elas têm outra visão: "Não, pera aí, né? Às vezes, eu quero estudar. Sim. Quero fazer uma faculdade"... Não sei se a gente tem dado mais segurança para as pessoas, mas eu acho que a gente tem dado esperança! Você pode ser o que quiser, né? (Natália Miranda, 2024).

Por meio do afeto, a Liga Trans busca mostrar a pessoas trans que elas podem ocupar os diversos espaços e podem ser o que desejarem, rompendo e ressignificando a lógica de silenciamento e segregação. Importante salientar que a movimentação política por direitos e reconhecimento da população LGBT pode também se manifestar fora de movimentos. Como exemplo, podemos citar o trabalho desenvolvido por Wall Alves, com o projeto "Transformar", o meio pelo qual desenvolve caminhos para que a população trans acesse seus direitos, especialmente na área da saúde:

> Eu sempre pensei no coletivo. Eu nunca pensei pra mim... Eu podia, por estar no setor público, podia cuidar de mim. 'Que se dane tudo!". Eu não fiz o tratamento, enquanto todos não puderam fazer. Eu não passei pelo médico, enquanto elas não passassem. Exigi que não seja só da área, e sim da cidade inteira. Não só as transexuais, mas as travestis vítimas de silicone industrial. Encontramos um caminho nosso! (Wall Alves, 2022).

Além da busca por direitos a todas as "suas irmãs e irmãos", como carinhosamente Wall chama pessoas trans, ou para "seus filhos e filhas", como aponta Natália, elas também ressignificam os espaços em que seus corpos se fazem presentes e produzem visibilidade coletiva, demonstrando que a população trans/travesti pode e deve ocupar os diversos territórios da cidade, inclusive cargos públicos, como é o caso de Wall. As narradoras demonstram em suas narrativas a potência de suas vivências e nos ensinam como a resistência está se constituindo como lugar de busca por representatividade, direitos e afetos, produzindo no coletivo o sentimento de esperança por dias melhores.

Apesar de suas narrativas, vivências, memórias e história ocuparem um "não lugar" em instituições, como nos lembra Pollak (1992, p. 3) essas memórias e ações subterrâneas prosseguem seu trabalho de subversão, questionando e aflorando em momentos de crise

em sobressaltos. O que o autor chama de memórias subterrâneas não se referem apenas a questões políticas referentes a uma memória nacional, mas também a um enquadramento de memória produzido por pessoas e grupos, uns sobre outros, procurando produzir silenciamentos de comunidades minoritárias. No entanto, a memória vai sendo produzida em busca da reafirmação das identidades, no cotidiano, o que significa dizer que o silenciamento não necessariamente produz silêncios:

> O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.
> Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais freqüência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (Pollak, 1989, p. 3).

Ainda que silenciadas, mas não silenciosas, essas mulheridades e feminilidades estão cotidianamente buscando meios para visibilizar sua luta e construir redes de cuidado coletivo que beneficiem essa população que é violentada diariamente, combatendo o silenciamento. A narrativa de Natália evidencia, ainda, uma preocupação com o fato de que a sua militância não desmereça nem apague a existência de nenhum outro segmento, apontando para a possibilidade de parcerias, confluências e acolhimentos coletivos, entre pessoas trans e cisgêneras. Apesar das especificidades, há a consciência de que é preciso alargar os diálogos:

> A Liga Trans, apesar do nome que dá a impressão de que é uma coisa que só tem as pessoas trans, tem também mulheres das comunidades LBI e pessoas cisgêneras. Com protagonismo das pessoas trans, mas as mulheres cis que fazem parte da comunidade também fazem a luta junto com a gente, até porque as pautas das pessoas trans acabam sendo muito ligadas às pautas feministas cisgêneras. A gente vê pautas importantíssimas como dignidade menstrual, como essas formas de aborto seguro. A gente não tem nenhum tipo de financiamento, mas alianças, que a gente tem, por exemplo, com a CRDH... Sempre tem algum caso de direitos humanos não sendo respeitados, ou alguém que tá precisando de algum auxílio, ou de advogados ou de psicólogos, assistente social... A gente encaminha para o CRDH para eles poderem ajudar... A gente tem bastante psicólogos que trabalham conosco e cobrem valores sociais para as pessoas que fazem parte do nosso grupo.
> Também tentamos instruir as pessoas o máximo possível sobre direitos e dialogar com mães e pais... Estamos criando um grupo de acolhimento para mães e pais, pois quando você transiciona, não faz isso sozinho; sua família transiciona junto; seus amigos e a sociedade de certa forma está, ou deveria estar, transicionando junto. (Natália, 2024).

A fala de Natália se refere a uma aliança entre o feminismo cisgênero e o transfeminismo que, como afirma Letícia Nascimento (2021) passa pela compreensão de que é impossível permanecer insistindo na categoria universal e abstrata mulher, para se construir um movimento não apenas epistêmico, mas político, realizado por mulheres transexuais e travestis, em torno de sua desoutrização pelas mulheres e pelos homens cisgêneros e do reconhecimento de sua história de lutas, mesmo quando estas foram apagadas, mas reescritas por vozes como a de Danny, Wall e Natália.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos mostrar, por meio deste artigo, a importância de compreender as existências e resistências mulheres trans e travestis no Sul de Minas Gerais, inseridas em relações de poder históricas que tentaram promover silenciamentos e apagamentos nos movimentos sociais LGBTQIA+, destinando-as a um "não lugar" na sociedade. Consideramos que este pequeno texto possa contribuir para a construção de uma história e de uma historiografia trans/travesti que leve em conta as múltiplas mulheridades e feminilidades que trazem em seus corpos afetos e reivindicações de direitos singulares e históricos pouco contemplados nas políticas públicas, apesar das conquistas. Não negamos que elas existem, mas as narrativas nos falam de aspectos profundos de uma sociedade transfóbica que não vê os corpos trans como sujeitas de direitos e de amor (Nascimento, 2021).

Os obstáculos de gênero nas instituições apontados pela fala de Danny, Wall e Natália, como o exemplo do Movimento Gay de Alfenas, marcadamente cisgênero e masculino, não são considerados por elas como determinantes e paralisantes de suas lutas individuais e coletivas. Embora suas vidas e a de sua comunidade tenham sido atravessadas por disputas de poder que tentaram impedir seu protagonismo histórico, suas vozes demonstram que as mulheridades e feminilidades dissonantes têm se organizado em luta por acesso a direitos essenciais, contra a patologização do gênero, a transfobia e em direção à construção de um conhecimento que represente suas diversas lutas cotidianas, em alianças. O reconhecimento de suas histórias no passado e de suas conquistas no presente fortalece a compreensão de que elas não são desprovidas de história, de que sempre estiverem presentes nos espaços com seus corpos e sonhos, e que não se entregaram ao controle cisnormativo (Nascimento, 2021).

Como afirma Jesus (2010) o movimento social organizado pela comunidade trans/travesti em busca de políticas públicas que atendam os seus direitos se apresenta cada vez mais visível, a partir da criação de seu próprio caminho e ferramentas públicas, reconfigurando as narrativas históricas, as relações de gênero e as perspectivas de futuro em busca de uma vida mais digna. Danny, Wall e Natália, em especial, mostram um ativismo social comprometido com a consciência política de que são integrantes de um grupo social

antes invisível, mas que se reconstrói de forma autônoma em busca de seu próprio agenciamento histórico.

REFERÊNCIAS

ADAD, Jane; NASCIMENTO, Letícia; MARTINS, Lucivando. Aprendizagens em educação e as diferenças – resistências ao heteroterrorismo cultural: que só os beijos te tapem a boca. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. 1-24, e614985928, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343219810_Aprendizagens_em_educacao_e_as_diferencas_-_resistencias_ao_heteroterrorismo_cultural_que_so_os_beijos_te_tapem_a_boca. Acesso em: 10 mar. 2025.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERRAZ, Maria Cruz. **Em busca da visibilidade**: O movimento das mulheres lésbicas em Belo Horizonte (1998-2014). 286 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, *[S. l.]*, v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150. Acesso em: 15 abr. 2025.

MEIHY, José C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

NASCIMENTO, Leticia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBTQIA+ (NUH). **Violência contra a população Trans e Travesti em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Lemos Mídia, 2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

PRECIADO, Paul. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, jan-abr/2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/yvLQcj4mxkL9kr9RMhxHdwk/. Acesso em: 12 mar. 2025.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2017.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. "A gente é pessoa!": narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0105, jan./abr. 2020. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0105. Acesso em: 12 mar. 2025.

ROVAI, Marta G. O. **História Oral e histórias das mulheres**: rompendo silenciamentos. São Paulo, Letra e Voz, 2017.

ROVAI, Marta G. O. *et al*. **Celebrando o orgulho**: 24 anos de lutas e conquistas do Movimento Gay de Alfenas (2000-2024). Teresina: Cancioneiro, 2024.

Recebido em: 17/09/2024
Aceito em: 08/11/2024

ENTRE O MASCULINO E O FEMININO: A FLUIDEZ DE GÊNERO NAS REPRESENTAÇÕES DE PABLLO VITTAR NA REVISTA POP-SE SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

BETWEEN THE MASCULINE AND THE FEMININE: GENDER FLUIDITY IN PABLLO VITTAR'S REPRESENTATIONS IN POP-SE MAGAZINE FROM THE PERSPECTIVE OF CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS

Élidi Preciliana Pavanelli-Zubler[1]

Resumo: buscamos neste texto refletir sobre os discursos e identidades presentes na capa da Revista Pop-se, que destaca a artista Pabllo Vittar. A análise objetiva compreender como as identidades de gênero da artista são representadas e discutir a constituição dessas identidades na sociedade atual. Para embasar essa investigação, serão utilizados autores da Análise de Discurso Crítica (ADC) que abordam temas como discurso, identidade e gênero, incluindo Azem e Filho (2008), Moita Lopes e Bastos (2010), e Moita Lopes (2003). A análise da imagem revela provocações às visões essencialistas e homogêneas da sociedade, ao apresentar duas versões da mesma artista, o que parece questionar os estereótipos de feminino e masculino. Conclui-se que a imagem provoca reflexões sobre o conservadorismo, ao convidar os leitores a reconsiderar as normas sociais e a reconhecer que os papéis de gênero são construções sociais.
Palavras-chave: Gênero; Identidade; Análise crítica do discurso; representação; Pabllo Vittar.

Abstract: In this text, we seek to reflect on the discourses and identities present on the cover of Pop-se Magazine, which highlights the artist Pabllo Vittar. The analysis aims to understand how the artist's gender identities are represented and to discuss the constitution of these identities in today's society. To support this investigation, we will use authors of Critical Discourse Analysis (CDA) who address themes such as discourse, identity and gender, including Azem and Filho (2008), Moita Lopes and Bastos (2010), and Moita Lopes (2003). The analysis of the image reveals provocations to the essentialist and homogeneous views of society, by presenting two versions of the same artist, which seems to question the stereotypes of feminine and masculine. We conclude that the image provokes reflections on conservatism, by inviting readers to reconsider social norms and to recognize that gender roles are social constructions.
Palabras clave: Gender; Identities; Critical discourse analysis; representation; Pabllo Vittar.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual, em um contexto globalizado, está passando por transformações culturais, econômicas, sociais e políticas. Essas mudanças dão origem a novos comportamentos, modos de vida e práticas sociais, o que, conforme destacado por Moita Lopes (2003), provoca constantes questionamentos sobre as formas de se viver em sociedade. Tais reflexões afetam, de acordo com o autor, a maneira como tradicionalmente se compreendiam categorias como classe social, gênero, sexualidade, idade, raça,

[1] Doutoranda e mestra em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora de Língua Portuguesa na rede estadual de ensino de Mato Grosso (Seduc/MT). Sua atuação e pesquisas concentram-se, principalmente, nos seguintes temas: formação continuada de professores, linguística aplicada, metodologias ativas, multiletramentos, letramentos críticos, gênero e diversidade. Participa do Grupo de Estudos em Linguagens, Letramentos, Tecnologias e Diferenças (GELLTED).

nacionalidade, entre outras. Nesse cenário, a atenção dos estudos acadêmicos se volta para as identidades, uma vez que o conceito de identidade é considerado "um construto central na compreensão das mudanças sociais, políticas, tecnológicas, culturais e econômicas" (Moita Lopes, 2003, p. 17).

As tecnologias de informação e comunicação desempenham um papel importante nesse contexto, ao possibilitar a visibilidade de um mundo multicultural que, por muito tempo, permaneceu oculto. Movimentos feministas, LGBTQIA+, antirracistas, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, entre outros, têm encontrado espaço tanto em mídias alternativas quanto em veículos de comunicação mais consolidados para expor suas realidades e defender suas pautas. Um exemplo disso é a revista Pop-se, foco de análise deste estudo, que se propõe a oferecer "uma resposta adequada ao conservadorismo brasileiro com cores, posicionamento e qualidade" (ABC, 2021, s/p), conforme descrito pelo editorial do periódico.

A revista Pop-se ilustra como a mídia pode ser um agente questionador de estruturas sociais, ao proporcionar um canal para debates progressistas e dar visibilidade a narrativas que confrontam o status quo. Ao tratar de questões como diversidade, inclusão e justiça social, a Pop-se não apenas reflete as mudanças em curso na sociedade brasileira, mas também contribui ativamente para elas, promovendo uma compreensão mais ampla e inclusiva das identidades.

Entretanto, o surgimento dessas novas formas de expressão e reconhecimento das identidades não acontece sem obstáculos. As resistências provêm tanto de setores conservadores quanto de estruturas sociais profundamente arraigadas que procuram preservar o status quo. No entanto, a capacidade de questionar, desconstruir e reconstruir os conceitos de identidade é essencial para o avanço social e para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Dessa maneira, o estudo das identidades e a análise crítica das mídias que as retratam são elementos centrais para entender e lidar com as complexas dinâmicas da sociedade contemporânea.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar as formas pelas quais as identidades de gênero da artista Pabllo Vittar são construídas e representadas na capa de Revista Pop-se, edição 2 de 2029, bem como refletir sobre como essas identidades se articulam no contexto social contemporâneo. Para sustentar teoricamente essa análise, recorre-se a contribuições da Análise de Discurso Crítica (ADC), especialmente aquelas que exploram as noções de discurso, identidade e gênero, como as propostas por Azem e Filho (2008), Moita Lopes e Bastos (2010) e Moita Lopes (2003). A escolha da capa se justiça pela relevância da artista no contexto midiático atual e por trazer elementos que contestam as identidades de gênero.

Para desenvolver essa discussão[2], inicialmente apresentamos uma seção teórica sobre discurso e identidades, seguida de uma análise da capa da revista em questão, e, por fim, trazemos algumas reflexões com base nos dados apresentados.

2 IDENTIDADE(S) E DISCURSO

Para a análise das representações de Pabllo Vittar na capa da Revista Pop-se, adota-se como base teórica a perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC), articulada aos estudos de gênero e identidade de autores como Moita Lopes (2003, 2010) e Butler (1990). Essa escolha se justifica pela necessidade de compreender a identidade de gênero não como uma essência fixa ou natural, mas como uma construção discursiva, performativa e historicamente situada. Ao conceber o gênero como efeito de práticas sociais e linguísticas, essa abordagem permite problematizar as representações midiáticas que tensionam normas heterocisnormativas e binarismos identitários.

Identidade é definida pelo dicionário *online Oxford Languages* como: i) a qualidade de ser idêntico; e ii) um conjunto de características que diferenciam uma pessoa ou coisa, possibilitando sua individualização. Em um sentido restrito, identidade refere-se à individualização do ser. No entanto, ao expandirmos essa análise, podemos considerar que identidades (no plural, dado sua multiplicidade e variadas possibilidades) também se relacionam com uma identificação coletiva, como as que unem povos e culturas. A partir dessa perspectiva, nesta seção, buscamos situar nossa posição teórica em relação à concepção de discurso e identidades.

No campo das ciências humanas, baseamo-nos em Azem e Filho (2008), que entendem que nossa identidade é moldada tanto pela forma como nos vemos quanto pela maneira como os outros nos percebem. Esse processo de desenvolvimento ocorre por meio da assimilação e é validado pela confirmação do outro. Azem e Filho (2008) destacam que todas as sociedades humanas selecionam aspectos de sua cultura para se afirmar. Essa seleção atua como uma forma de autodefinição ou identidade atribuída, permitindo a unidade de grupo, proteção territorial e, em alguns casos, manipulações. Para os autores, as identidades podem se mesclar com sentimentos importantes como gênero, raça, ideologia e política, formando diferentes modos de coesão social. Assim, a importância de estudar as identidades está em "focalizar a constituição de suas fronteiras, questionando em cada caso quais são os critérios para sua definição e como, em seu contexto, seus próprios elementos são identificados e reconhecidos" (Azem e Filho, 2008, p. 93).

Azem e Filho (2008, p.93) também ressaltam que a identidade é "uma concepção dinâmica, constituída e transformada na interação entre grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem fronteiras entre tais grupos", determinando quem

[2] A discussão aqui apresentada foi proposta como trabalho avaliativo na disciplina intitulada Discurso e Identidade no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, da UFMT de Cuiabá/MT.

faz ou não parte deles. Portanto, é fundamental compreender esses processos de organização social que mantêm as distinções entre “nós” e os “outros”.

Para entender as identidades na vida social, recorremos a Moita Lopes e Bastos (2010, p. 10), que defendem uma abordagem teórica que não valorize os binarismos identitários tradicionais (como branco ou negro, homem ou mulher, heterossexual ou homossexual). Em vez disso, eles sugerem a busca de sentido nos "espaços opacos", nas fronteiras em que ideias, pessoas e culturas em movimento se cruzam e se misturam. Para os autores, oferecer novas perspectivas é essencial nas práticas sociais contemporâneas, especialmente em um contexto permeado pelos avanços tecnológicos, pois essa nova visão pode abrir caminhos alternativos para a vida social, propondo “uma epistemologia alternativa que gera novos objetos de estudo e outras interpretações e compreensões” (Moita Lopes e Bastos, 2010, p. 10).

Moita Lopes e Bastos (2010) explicam que o enfoque nos fluxos identitários surge motivado por estudos, políticas e ações na contemporaneidade que contestam visões essencialistas e homogeneizadoras de nossas sociabilidades, como ocorre nos movimentos feministas, queer, antirracistas e teorizações pós-coloniais, por exemplo. Essas contestações surgem “em um mundo que faz a crítica aos ideais da modernidade de progresso, cientificidade e racionalidade, que apagavam o corpo e sua história” (Moita Lopes e Bastos, 2010. p. 10).

Ao abordar o tema das identidades nos estudos linguísticos, Moita Lopes (2003) destaca que essa questão surge em meio à compreensão da linguagem como discurso. Em outras palavras, “uma concepção que coloca como central o fato de que todo uso da linguagem envolve ação humana em relação a alguém em um contexto interacional específico” (Moita Lopes, 2003, p. 19). Dessa forma, é difícil conceber o discurso sem levar em conta os sujeitos envolvidos no contexto de produção, pois “todo discurso provém de alguém com marcas identitárias específicas que o situam na vida social e o posicionam de maneira singular no discurso, assim como seus interlocutores” (Moita Lopes, 2003, p. 19).

Moita Lopes (2003) ressalta a importância da alteridade e da situacionalidade como aspectos essenciais do discurso, uma vez que todo ato discursivo é direcionado a alguém e toda prática discursiva está inserida em um contexto sócio-histórico-cultural específico.

Nessa linha, Moita Lopes (2003) defende que os objetos sociais não são dados naturalmente, mas são negociados, construídos, reformulados e organizados pelos seres humanos na busca por compreender o significado dos acontecimentos. Ou seja, os significados são o resultado de processos sociointeracionais em que nos envolvemos diariamente para entender o mundo ao nosso redor (Moita Lopes, 2003, p. 23).

3 REVISTA POP-SE: MANIFESTO VISUAL E INTELECTUAL

Apresentando-se na internet como uma publicação colecionável, a revista Pop-se teve sua primeira edição em 2018 e mistura os formatos de revista e art book[1]. O editorial da publicação, frequentemente, destaca em seus editoriais que seu propósito é atuar como um manifesto dos tempos atuais, oferecendo uma síntese da vida contemporânea, empoderando seus leitores e rompendo com as burocracias culturais. A revista promete um conteúdo intelectual acessível, descrito como "sem arrogância, democrático e possível", composto por grandes reportagens e textos densos e intensos. Tudo isso é apresentado em layouts visualmente marcantes, com imagens de forte impacto e apelo estético inquestionável (Tipoteca, 2022).

A revista Pop-se foi criada em 2018, a publicação vem sendo organizada pelos jornalistas e diretores de criação Allex Colontonio e André Rodrigues. Conforme informações disponíveis em seu site oficial, as edições são trimestrais, tanto em formato impresso quanto digital. A Editora C4 é responsável pela coordenação e gestão da revista, enquanto a direção de arte está sob os cuidados de Anderson Miguel e Christian Toledo. O projeto gráfico, conforme indicado no expediente, foi desenvolvido por Zé Renato Maia e Richard Kovàcs. Ainda segundo o site, as fotografias da capa e do ensaio principal são de autoria de Salvador Cordaro, com a arte digital das imagens produzida pela Fujocka Creative Images e por Marcelo Calenda.

A edição número 02, lançada em 2019, traz a artista Pabllo Vittar como capa. Assim como em outras edições anteriores, a capa apresenta uma composição gráfica com duas versões da mesma artista, conforme exibido a seguir.

IMAGEM 1 - Capa da edição 02/2019 da revista Pop-se



Fonte: Revista Diversidade, 2009. Acervo Amhor.

[3] Artbooks costumam reunir imagens artísticas que exploram uma obra ou conceito específico, sendo, por vezes, lançados como itens para colecionadores. Frequentemente, funcionam como compilações visuais centradas em um determinado tema.

Ao fazermos uma análise ampla da capa da revista, percebemos que ela adota um design bastante simples, sem muitos textos ou imagens além da principal. Apresenta textos em rosa, um fundo azul e uma imagem central composta por duas versões da mesma artista. Trata-se de uma montagem digital, na qual a artista aparece em suas versões que podem ser socialmente associadas a identificações feminina e masculina.

Essa edição da revista é dedicada a Pabllo Vittar, cantora, compositora, performer e *drag queen*, que iniciou sua carreira em 2009, mas sua projeção nacional ocorreu com o lançamento da música *Open Bar* (2015), uma versão em português do *hit Lean On*, que viralizou nas redes sociais e rapidamente ganhou destaque global, o que fez de Pabblo a *drag queen* mais seguida nas redes sociais, de acordo com a CNN Brasil (2021).

A ascensão de Pabllo, no entanto, não pode ser atribuída apenas ao talento musical: sua visibilidade está intrinsecamente ligada à sua identidade como *drag queen* e artista *queer*, cuja performance desestabiliza normas tradicionais de gênero e sexualidade. Como afirma Preciado (2008), a performance de gênero pode ser compreendida como um ato político e estético que subverte as fronteiras da identidade normativa. Pabllo incorpora essa perspectiva ao levar para o mainstream uma expressão artística queer que antes era marginalizada. Pabllo é considerada um ícone queer mundial e foi descrita por Shannon Sims, da revista internacional *The New York Times*, como um símbolo da "fluidez de gênero" (2017).

Sua figura pública emerge, portanto, como um corpo-discursivo que resiste e afronta os padrões heteronormativos, o que amplia sua relevância cultural e simbólica. Segundo Butler (1990), o gênero é performativo, ou seja, não é algo que se é, mas algo que se faz e refaz — e Pabllo, ao performar diferentes expressões de feminilidade e masculinidade, torna visível essa dimensão construtiva do gênero. A escolha da Revista Pop-se em apresentar "duas versões" da artista pode ser lida como uma resposta a esse debate, pois rompe com a lógica binária ao mostrar que ambas as expressões de Pabllo — consideradas tradicionalmente masculinas ou femininas — coexistem em um mesmo corpo, questionando a ideia de que gênero seja uma essência fixa.

O impacto de sua imagem também precisa ser lido à luz do avanço de discursos conservadores e de pautas anti-gênero no Brasil a partir de 2014, momento em que setores políticos e religiosos passaram a atacar diretamente iniciativas educacionais, culturais e artísticas que promovem a diversidade. Conforme argumenta Richard Miskolci (2017), o "pânico moral" em torno da ideologia de gênero mobilizou discursos de ódio e desinformação que visam manter o controle sobre os corpos e as sexualidades dissidentes. Pabllo Vittar tornou-se, nesse cenário, alvo frequente de ataques, inclusive por parte de figuras públicas e campanhas políticas, o que só reforça o caráter político de sua presença na mídia.

Em resposta a isso, os idealizadores da revista – que se comprometeram a oferecer uma reação adequada ao conservadorismo – trouxeram como figura central um ícone *queer*, Pabllo Vittar, conhecida por representar a fluidez de gênero, justamente em um momento em que os debates sobre padrões e estereótipos de gênero estavam em alta.

As visões conservadoras baseadas em binarismos se ancoram em uma lógica essencialista que entende as categorias de gênero e sexualidade como naturais, fixas e excludentes. Essa perspectiva sustenta uma divisão rígida entre masculino e feminino, homem e mulher, heterossexual e homossexual, entre outras oposições. Segundo Joan Scott (1995), o pensamento binário opera como um "princípio organizador da diferença social", legitimando desigualdades ao apresentar essas categorias como universais e imutáveis.

No campo da Análise de Discurso Crítica, autores como Moita Lopes (2003) destacam que o gênero deve ser compreendido como uma prática discursiva e performativa, ou seja, como algo construído nas relações sociais e nos discursos que circulam. Ele afirma que "o gênero não é um dado biológico, mas um efeito de discursos que nos atravessam" (Moita Lopes, 2003, p. 35). Portanto, desafiar os binarismos é também questionar os discursos que produzem e reforçam essas divisões.

Dessa forma, a escolha editorial da Pop-se não é neutra: ao colocar Pabllo em destaque, a revista participa de uma disputa simbólica em torno da visibilidade LGBTQIAPN+ e da legitimidade de expressões de gênero não-normativas. Como apontam Moita Lopes e Bastos (2010), discursos que circulam na mídia são atravessados por relações de poder e podem tanto reproduzir quanto desafiar normas sociais. Assim, a imagem da artista opera como uma prática discursiva que visibiliza identidades dissidentes e convida à reflexão sobre os limites e as possibilidades do gênero na contemporaneidade.

Nesse sentido, a proposta da revista ao apresentar duas versões de Pabllo Vittar — mesmo ainda se valendo de certos estereótipos — pode ser lida como uma provocação aos discursos conservadores, pois tensiona a noção de uma identidade de gênero fixa e estável. Como argumentam Butler (1990) e Moita Lopes e Bastos (2010), as identidades de gênero são performativas e se constituem no fazer e no repetir, não sendo, portanto, essencialmente masculinas ou femininas. Ao expor a fluidez e a multiplicidade da artista, a imagem sugere que o gênero é uma construção social e simbólica, e não uma expressão direta da biologia.

Focando na versão que socialmente pode ser identificada como feminina, ou também uma versão *drag*, chamada aqui de versão 1, vemos uma Pabllo com longos cabelos loiros, rosto muito maquiado, joias douradas e um biquíni rosa – um estereótipo feminino amplamente explorado pela mídia, como em propagandas de cerveja (que frequentemente retratam mulheres de biquíni com corpos esculturais). A posição de Pabllo, atrás da outra versão, também carrega significado, lembrando a frase clichê da sociedade tradicional: "por trás de todo grande homem, há sempre uma grande mulher". Isso evoca, ainda, a imagem

afetuosa esperada da mulher. Além disso, suas curvas são realçadas, transmitindo sensualidade, com destaque para o bumbum volumoso, pernas torneadas e um olhar direto para a câmera, como se dissesse: "eu estou aqui e sou irresistível".

A escolha do rosa para o batom e o biquíni também pode ser vista como uma afirmação da identidade de gênero, dado que, no Brasil e em muitos países a cor rosa é comumente associada ao feminino. O tom mais suave do rosa parece reforçar a delicadeza ou fragilidade socialmente esperada das mulheres.

Ainda na versão 1, vemos uma figura intensamente feminina e sensual, com lábios volumosos e corados, longos cílios, unhas grandes, maquiagem marcante e joias douradas, o que reforça uma estética deslumbrante. A pose da artista revela algumas tatuagens que também carregam significados importantes para ela, já explicados em algumas entrevistas[4]. Uma delas, no braço direito, exibe uma mulher nua cercada por folhagens e um círculo acima, o que simboliza o poder da feminilidade ou algo semelhante. Outra tatuagem visível é de Lisa Simpson, personagem conhecida por sua inteligência e equilíbrio em meio às trapalhadas de sua família. A escolha de homenagear Lisa com uma tatuagem reflete uma identificação com suas atitudes, personalidade e desejo de transformar o mundo.

Na versão 2, Pabllo aparece vestida de azul, com terno e chapéu, que são representações tradicionalmente associadas ao masculino. Embora a camisa seja rosa, o restante do traje – calças largas, cinto preto, pouca ou nenhuma maquiagem, unhas curtas e cabelo curto – aproxima essa versão de um estilo mais masculinizado. Essa composição remete à figura do "malandro carioca", um estereótipo popularizado em filmes e músicas, normalmente vestido com calça social, terno branco, camisa entreaberta e chapéu panamá (Pimentel, 2023). É uma figura “genuinamente popular que agrega símbolos culturais importantes na formação da identidade brasileira: a religião, a música e a dança” (Pimentel, 2023, p. 8).

No entanto, aqui o terno é azul, em vez de branco, combinado com a camisa rosa, o que parece ser mais uma provocação da revista aos padrões de gênero que, muitas vezes, ditam que "menina veste rosa e menino veste azul", conforme proclamado pela ex-ministra.

Ao observarmos a pose da versão 2, que está à frente da versão 1, isso pode ser interpretado como uma representação simbólica do papel do homem na sociedade patriarcal, tradicionalmente visto como superior ou mais importante que o da mulher. Além disso, a mão da versão 2 agarra a perna da versão 1, um gesto que remete ao estereótipo masculino de "domínio" sobre o corpo feminino.

Apesar de cada uma das versões estar intencionalmente carregada de estereótipos de gênero, fica claro que a proposta da revista é provocar reflexões e desafiar os padrões estabelecidos. Ao olharmos para a capa como um todo, vemos que as duas versões de Pabllo se abraçam, transmitindo uma sensação de intimidade. Esse abraço, junto com a

[4] Como relatado no vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=V9We5-d2D6o.

combinação de cores e a forma como os corpos se entrelaçam, simboliza a fluidez de gênero que Pabllo frequentemente defende. Em várias entrevistas, ela afirma que não vê necessidade de categorizar o que é feminino e o que é masculino: "Você precisa se libertar das posturas culturais e ser você mesmo, livre, sem qualquer amarra" (Vittar, 2019, s/p).

Esse conceito de fluidez reflete o que Moita Lopes e Bastos (2010, p. 11) chamam de processos de hibridização e ambivalência, em que o feminino e o masculino se misturam e convergem. A dualidade apresentada na capa da revista representa um momento crucial da sociedade contemporânea, descrito por Moita Lopes (2003, p. 33): "vivemos tempos em que a vida tradicional, ou seja, muitos valores, éticas, ideologias e percepções da vida social entendidos como verdades naturalizadas, estão sendo profundamente questionados". Pabllo e outros artistas expressam um discurso de libertação dos limites impostos pela tradição, e é essa indiferença em relação à identificação de gênero e sua imagem híbrida que provoca desconforto em algumas pessoas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecemos que a sociedade brasileira atual ainda está fortemente presa a noções fundamentalistas que impõem uma lógica binária, onde "ou se é isso, ou aquilo", destacando as oposições homem/mulher, feminino/masculino, branco/negro, entre outras. No entanto, como apontam Moita Lopes e Bastos (2010, p. 12), a partir de políticas e epistemologias contestatórias, movimentos sociais e teorias pós-coloniais tem-se questionado esses estereótipos, dando visibilidade ao corpo, sua história e propondo uma contestação a esses binarismos. É nesse contexto que se insere a proposta da capa da revista Pop-se, que brinca com esses estereótipos binários (azul/rosa, homem/mulher, masculino/feminino), ao apresentar versões conectadas, quase fundidas ou híbridas da artista, que transita entre ambas as representações.

As provocações feitas pela revista e por muitos outros movimentos artísticos contemporâneos deixam claro que as ações fundamentalistas acabam por destacar ainda mais a relevância das discussões sobre identidades. Como Moita Lopes (2003, p. 17) observa, “essas questões estão na ordem do dia, pois somos constantemente convidados, ou até intimados, a repensar nossas vidas sociais”.

REFERÊNCIAS

ABC, Site ABC da comunicação. POP-SE, uma das mais premiadas revistas do setor gráfico brasileiro, chega à quinta edição apostando em edições impressas e colecionáveis. **ABC**, fev. 2021. Disponível em: https://www.abcdacomunicacao.com.br/pop-se-uma-das-mais-premiadas-revistas-do-setor-grafico-brasileiro-chega-a-quinta-edicao-apostando-em-edicoes-impressas-e-colecionaveis/ Acesso em: 15 abr. 2025.

AZEM, Marina; FILHO, Luiz Vicente Campos. Do norte, do sul, do além-mar, de Mato Grosso. *In*: MACHADO, Maria Fátima Roberto (Org.). **Diversidade sociocultural em Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2008. p. 92 – 135.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**: Feminism and the Subversion of Identity. New York: Routledge, 1990.

CNN Brasil. Pabllo Vittar será a drag mais importante do mundo, diz NY Times. **CNN Brasil**, São Paulo, 6 jul. 2021. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/pabllo-vittar-sera-a-drag-mais-importante-do-mundo-diz-ny-times/. Acesso em: 18 abr. 2025.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Discursos de identidades**: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da; BASTOS, Liliana Cabral (Orgs.). **Para além da identidade**: fluxos, movimentos e trânsitos. Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Discursos de identidade. *In*: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marília (orgs.). **Letramento e diversidade cultural**. 2. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003. p. 25-45.

MOITA LOPES, Luiz Paulo; BASTOS, Leandro. Performatividade, gênero e sexualidade: algumas implicações teóricas e analíticas. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 10, n. 2, p. 357-380, 2010.

PIMENTEL, Paula Cruz. O tipo social do manezinho da ilha e do malandro carioca. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v.17, 2023.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SIMS, Shannon. Transgender Brazilians Embrace Hit Soap Opera: 'Now You Can See Us'. **New York Times**, 2017. Disponível em: https://www.nytimes.com/2017/10/07/world/americas/brazil-transgender-pabllo-vittar.html?smid=url-share. Acesso em: 19 abr. 2025.

SOPACULTURAL, Portal de notícias. Revista POP-SE chega às bancas com o último ensaio fotográfico realizado por Elza Soares. **Sopa Cultural**, maio 2022. Disponível em: https://sopacultural.com/revista-pop-se-chega-as-bancas-com-o-ultimo-ensaio-fotografico-realizado-por-elza-soares/. Aceso em: 13 abr.2025.

TIPOTECA. **Site de vendas**. Disponível em: https://www.tipoteca.com.br/revista-pop-se. Acesso em: 15 abr. 2025.

VITTAR, Pabllo. **Pabllo, elétrica, cromática, polêmica, autêntica e original**. Entrevista concedida a revista Pop-se. Tipoteca, 2019.

Recebido em: 16/02/2025
Aceito em: 14/07/2025

JUVENTUDE LGBTQIA+ E FAMÍLIA: ENTRE O ACOLHIMENTO E A REJEIÇÃO[1]

LGBTQIA+ YOUTH AND FAMILY: BETWEEN WELCOME AND REJECTION

Tales Gandi Veloso de Andrade [2]
Mariana Timótea Godinho [3]
Ludmila de Paula Soares [4]

Resumo: a revelação da sexualidade pelos filhos, a fatídica "saída do armário", configura-se como um momento delicado, marcado por diversas nuances e potencialmente gerador de tensões no âmbito familiar. Atento a esse fenômeno, o presente artigo tem como objetivo analisar os desafios vivenciados por jovens LGBTQIA+, com foco específico em lésbicas, gays e pessoas transexuais (LGT), no processo de afirmação de sua sexualidade e/ou identidade de gênero, bem como as reações de seus familiares diante dessa revelação. Para o desenvolvimento da pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, com a realização de entrevistas em uma escola pública do município de Montes Claros (MG), por meio das quais foram coletados relatos de duas jovens em processo de transição de gênero que enfrentam conflitos familiares em razão de sua identidade. A investigação foi complementada por levantamento bibliográfico, ancorando-se no campo da antropologia da juventude, com base em autores como Pereira (2007), Simmel (2005; 2006) e Maffesoli (1998). Os resultados indicam que a juventude é um período no qual muitos sujeitos LGBTQIA+ passam a compreender sua sexualidade e identidade de gênero, despertando, consequentemente, o desejo de expressá-las socialmente. Contudo, a aceitação desses jovens está condicionada a fatores como a moratória social de que dispõem e o grau de abertura da estrutura familiar à qual pertencem. Observa-se que, enquanto jovens com redes sólidas de sociabilidade e apoio familiar tendem a vivenciar esse processo com menos rupturas, aqueles inseridos em contextos conservadores, com escasso suporte social e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, enfrentam trajetórias marcadas por sofrimento, silenciamento e exclusão.
Palavras-chave: Juventude LGBTQIA+; Família; Gênero; Sexualidade.

Abstract: the disclosure of one's sexuality, often referred to as "coming out of the closet", is a delicate moment, marked by various nuances and frequently generating tensions within the family environment. Aware of this phenomenon, the present article aims to analyze the challenges experienced by LGBTQIA+ youth — with a specific focus on lesbians, gay men, and transgender individuals (LGT) — in the process of affirming their sexuality and/or gender identity, as well as the reactions of their families to such revelations. This study adopts a qualitative approach, including interviews conducted at a public school in the municipality of Montes Claros (MG), through which testimonies were collected from two young individuals undergoing gender transition who reported experiencing family conflict due to their gender identity. The research is also supported by a bibliographic review, grounded in the field of the anthropology of youth, drawing on authors such as Pereira (2007), Simmel (2005; 2006), and Maffesoli (1998). The findings suggest that youth is a life stage during which many LGBTQIA+ individuals come to understand their sexuality and gender identity, which often leads to the desire for disclosure. However, acceptance by family members is shown to be highly dependent on factors such as the social moratorium available to the individual and the degree of openness within the family structure. While youth with strong support networks and liberal family environments tend to experience this process more smoothly, those embedded in conservative contexts, lacking social support and living under socioeconomic vulnerability, face significantly more difficult and painful journeys marked by rejection, silencing, and exclusion.
Keywords: LGBTQIA+; Youth; Family; Gender; Sexuality.

[1] Este texto nasce como proposta para a conclusão da disciplina "Antropologia da Juventude", desenvolvida pelo professor Dr. Giancarlo Marques Machado, no curso de ciências sociais, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

[2] Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM-UFMG). É bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

[3] Licenciada em Filosofia pela Unimontes; Graduanda em Ciências Sociais pela mesma instituição e Pós Graduada em Atendimento Educacional Especializado, pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Professora de Filosofia na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais.

[4] Graduanda do curso de Ciências Sociais e Ciências da Religião pela Unimontes.

1 INTRODUÇÃO[5]

Falar sobre juventude implica reconhecer a pluralidade de identidades forjadas por meio de construções sociais e culturais, uma vez que a heterogeneidade constitui uma característica intrínseca a essa etapa do desenvolvimento humano. A juventude configura-se como um período marcado pela formação e reconfiguração de identidades, tanto subjetivas quanto coletivas, mediadas por relações interpessoais e contextos socioculturais específicos. Diante desse panorama, o presente artigo propõe-se a investigar uma expressão particular da juventude contemporânea: os jovens LGBTQIA+. O foco da análise recai, sobretudo, sobre a relação desses sujeitos com a instituição familiar, considerando os tensionamentos, dinâmicas e processos de (re)significação que atravessam essa convivência.

É amplamente reconhecido que o momento de revelação da sexualidade pelos filhos, a fatídica "saída do armário", é um fato que acarreta diversas nuances. Se por um lado, quando se trata de famílias abertas e tolerantes, a revelação da sexualidade é permeada pela aceitação e o acolhimento, refletindo no fortalecimento de laços e da confiança intrafamiliar, por outro lado, quando se trata de famílias mais conservadoras, como é realidade em muitos lares brasileiros, há, contrariamente, a vivência de dramas e conflitos acirrados, atravessados por sentimentos de rejeição, rupturas nos laços familiares e, em casos extremos, episódios de violência física, emocional ou simbólica. Tais circunstâncias podem culminar na expulsão desses jovens do ambiente doméstico, gerando consequências significativas em suas trajetórias subjetivas, sociais e psicológicas.

Para o desenvolvimento dessa discussão, houve o levantamento bibliográfico de textos que abordam a juventude, especialmente pelo olhar da antropologia da juventude, como é o caso de autores como Pereira (2007), Simmel (2005; 2006) e Maffesoli (1998). Também foram reunidos trabalhos etnográficos, incluindo artigos e monografias, de autores que investigam a relação dos jovens LGBTQIA+ com suas famílias, dentre eles, Perucchi, Brandão e Vieira (2014); Silva (2019); e Oliveira e Barreto (2019). Além disso, desenvolveu-se um trabalho de campo em uma escola pública no município de Montes Claros (MG), na qual foi possível reunir relatos de duas jovens em processo de transição de gênero, que vivenciam conflitos familiares devido à sua sexualidade e identidade de gênero.

No que tange à apresentação dessa discussão, esse artigo se encontra organizado da seguinte maneira: em um primeiro momento, busca-se definir juventude através de um olhar antropológico; posteriormente, discutem-se os conceitos de sexo, gênero e sexualidade, fundamentais para a compreensão da singularidade que envolve a juventude LGBTQIA+; por conseguinte, salienta-se a reivindicação dos jovens à sua sexualidade e/ou identidade de gênero, visto no movimento de "saída do armário", bem como enfrentamento à homofobia, essencialmente no ambiente familiar; por fim, apresentam-se as entrevistas

[5]Este trabalho contou com o auxílio de ferramentas baseadas em Inteligência Artificial (IA), como o ChatGPT (https://chatgpt.com/), utilizadas exclusivamente para fins de correção gramatical, tradução para idiomas estrangeiros e apoio na sistematização e interpretação de dados oriundos das entrevistas realizadas.

colhidas através trabalho de campo junto aos jovens em idade escolar, bem como as análises advindas de seus relatos.

2 JUVENTUDE: UMA DEFINIÇÃO ANTROPOLÓGICA

Em uma análise da juventude sob a ótica das ciências sociais, o antropólogo Alexandre Pereira (2007) empreende um resgate conceitual do termo, reunindo contribuições de diversos estudiosos, especialmente no campo da antropologia. Inicialmente, destaca a perspectiva crítica do sociólogo francês Pierre Bourdieu, que aborda a categoria "juventude" com certo ceticismo, ao considerar que as divisões etárias são construções arbitrárias. Para Bourdieu (1983), os recortes geracionais devem ser compreendidos como construções dialéticas, uma vez que a definição de "jovem" só adquire sentido em contraposição ao que é considerado "velho". Nessa perspectiva, a juventude não se configura como uma categoria objetiva, mas como um termo relacional, cujo significado emerge da oposição entre o novo e o antigo. No entanto, Pereira (2007) ressalta que outros autores propõem abordagens que transcendem os limites etários, compreendendo a juventude como uma experiência socialmente situada e heterogênea, vivida de maneiras diversas conforme os contextos históricos, culturais e individuais.

Em um resgate histórico acerca da constituição da categoria juventude, Pereira (2007) recorre às contribuições do historiador Philippe Ariès (1978) e do sociólogo James Coleman (1961) para contextualizar o surgimento dessa noção. Segundo tais autores, a concepção de juventude começou a se delinear apenas a partir do século XVII, em função do advento do processo de escolarização. Nesse contexto, as crianças foram, pela primeira vez, apartadas do universo adulto, passando a ser reconhecidas como um grupo social que demandava uma educação formal. A instituição escolar, portanto, tornou-se o espaço privilegiado para a construção dessa diferenciação. Posteriormente, verifica-se uma nova segmentação: a separação entre as crianças, alocadas no ensino primário, e os jovens, inseridos no ensino secundário (*high school*). A partir daí, os jovens passam a ser reconhecidos como um grupo etário específico, situado entre a infância e a idade adulta. Tal reconhecimento possibilitou o surgimento de formas próprias de sociabilidade e a consolidação de uma identidade juvenil. Esse fenômeno despertou o interesse de diversos estudiosos, alguns dos quais chegaram a sugerir o aparecimento de um novo tipo de subjetividade: uma cultura juvenil com traços simbólicos e comportamentais singulares.

Outro fator determinante para o surgimento de uma identidade juvenil foi o processo de urbanização. A partir da perspectiva do sociólogo alemão Georg Simmel (2005), a dinâmica entre campo e cidade imprime características distintas nos indivíduos. Enquanto o sujeito do meio rural tende a estar mais enraizado em tradições e práticas comunitárias, o habitante urbano se vê inserido em um contexto marcado pela multiplicidade de estímulos,

pela efemeridade das relações e pela constante transformação social. Nesse contraste, Simmel propõe uma distinção entre dois modos de existência: o mundo tradicional do campo e a experiência fragmentada e acelerada da vida nas cidades. Sob esse prisma, a urbanização se apresenta como um terreno fértil para a emergência de novos estilos de vida e identidades sociais, favorecendo a pluralização das experiências juvenis e ampliando as possibilidades de expressão e pertencimento desse grupo. A vida urbana, com sua complexidade e diversidade, contribui, portanto, para a construção de uma cultura juvenil mais autônoma, dinâmica e multifacetada.

Diversos estudos antropológicos ressaltam a idade como um elemento estruturante das relações sociais, especialmente no que tange à distinção e organização entre grupos. Como observa Pereira (2007, p. 5), a "[...] idade é considerada, junto com o sexo, um princípio de organização social universal". Nesse sentido, observa-se o desenvolvimento, no campo da antropologia, de uma vertente dedicada à análise das idades, suscitando reflexões acerca das formas diferenciadas de interação entre os grupos sociais a partir dos recortes etários. É nesse contexto que emerge a chamada "antropologia da juventude", perspectiva que reconhece a especificidade das experiências juvenis e a singularidade dos processos de socialização entre jovens, despertando o interesse de diversos pesquisadores. No entanto, ainda que se observe o avanço de um campo de estudos voltado à compreensão da juventude, é fundamental destacar que os jovens não constituem um grupo homogêneo. Ao contrário, há múltiplas juventudes e culturas juvenis, atravessadas por marcadores como classe, gênero, etnia, território e orientação sexual, o que confere complexidade e diversidade à vivência juvenil contemporânea.

Um exemplo dessa pluralidade manifesta-se nos grupos de jovens que se organizam em torno de estilos próprios e práticas específicas, fenômeno que dá origem ao conceito de "tribos urbanas". Nesse contexto, o antropólogo brasileiro José Guilherme Magnani (1992, p. 49) define tribo urbana como "pequenos grupos bem delimitados, com regras e costumes particulares em contraste com o caráter homogêneo e massificado que comumente se atribui ao estilo de vida das grandes cidades". Por sua vez, o sociólogo francês Michel Maffesoli (1998) critica a noção de tribo como um conceito fixo, propondo que ela deve ser compreendida como algo fluido e mutável, em que os indivíduos pertencentes a uma mesma tribo urbana podem apresentar características e identidades heterogêneas. Dessa forma, o emprego do termo "tribo" revela-se problemático na medida em que pode induzir a uma percepção equivocada de homogeneidade dentro desses grupos, quando, na realidade, eles são marcados por uma diversidade interna significativa.

Seguindo essa perspectiva, Pereira (2007), valendo-se das contribuições de Margulis e Urresti (1996), destaca que a juventude manifesta-se de formas distintas, uma vez que essa fase da vida é vivenciada de maneira desigual entre os jovens, especialmente quando se consideram determinantes sociais como classe, raça, gênero e regionalidade. As

implicações dessas diferenças são evidenciadas no conceito de moratória social, utilizado pelos autores para descrever o prolongamento e a complexidade dos processos de transição para a vida adulta em determinados grupos sociais.

A moratória social refere-se à possibilidade que os jovens têm de dedicar-se ao "ser jovem", ou seja, de experimentar uma fase marcada por permissividade, em que as responsabilidades e exigências típicas da vida adulta são temporariamente postergadas. Nesse sentido, jovens provenientes de classes sociais economicamente privilegiadas tendem a usufruir de uma moratória social mais ampla e prolongada, o que lhes permite vivenciar a juventude com maior comodidade e liberdade. Em contrapartida, jovens oriundos de classes populares e contextos socioeconômicos desfavorecidos apresentam uma moratória social significativamente reduzida, visto que enfrentam limitações que impedem a fruição plena dessa fase, obrigando-os a assumir precocemente responsabilidades e a vivenciar a juventude de forma mais restrita (Margulis; Urresti, 1996 *apud* Pereira, 2007).

Nessa perspectiva, é possível identificar diversos fatores sociais que influenciam a qualidade da moratória social desfrutada pelos jovens. A classe social se destaca como um elemento fundamental, visto que indivíduos oriundos de camadas socioeconômicas mais baixas experienciam uma juventude permeada por limitações advindas da carência financeira. O gênero também desempenha papel significativo, uma vez que os papéis socialmente construídos e o sexismo restringem a liberdade das mulheres. Além disso, a raça constitui um fator determinante, considerando que o racismo acarreta maiores dificuldades para os jovens negros, manifestadas em vulnerabilidades sociais, exposição à violência e discriminação (Andrade *et al*., 2024). Outro grupo juvenil cuja moratória social se encontra limitada é aquele que integra a comunidade LGBTQIA+, pois a estrutura social vigente, marcada por valores conservadores e cisheteronormativos, impõe barreiras ao exercício pleno da liberdade sexual e da afirmação da identidade de gênero desses jovens.

Diante disso, pode-se afirmar que o conceito de juventude assume múltiplos sentidos, constituindo-se como uma lente para compreender a diversidade de sujeitos e as distintas condições sociais que atravessam essa fase da vida. A seguir, a análise direciona-se aos jovens LGBTQIA+, destacando as especificidades dessa parcela da juventude e os desafios que enfrentam, sobretudo no que concerne à aceitação no âmbito familiar.

3 JUVENTUDE LGBTQIA+

Antes de abordar a relação entre a juventude LGBTQIA+ e seus núcleos familiares, faz-se necessário reconhecer a pluralidade que permeia esse grupo, frequentemente percebido de forma homogênea. Essa diversidade manifesta-se, sobretudo, nas variáveis relacionadas ao sexo, gênero e sexualidade, sendo fundamental para a compreensão das complexas

nuances que compõem o arranjo da sigla LGBTQIA+ e os significados atribuídos a cada uma de suas letras. Trata-se, portanto, de uma juventude múltipla, cujas experiências são marcadas por trajetórias distintas de afirmação identitária e inserção social.

O sexo é comumente compreendido como uma característica pertencente ao campo biológico, associada ao aparato reprodutivo e ao arranjo hormonal que, em termos convencionais, diferencia corpos classificados como masculinos ou femininos. No entanto, a mera atribuição sexual não é suficiente para explicar a complexidade da subjetividade humana, tampouco as relações de poder que perpassam a sociedade por meio da divisão sexual do trabalho e da expectativa normativa de comportamentos. Como afirma a filósofa norte-americana Judith Butler (2024, p. 39), "muitas vezes, o futuro do bebê é imaginado ou desejado por meio do ato de atribuir-lhe um sexo, portanto, a atribuição de sexo não é uma simples descrição de fatos anatômicos, mas uma maneira de imaginar o que esses fatos vão – ou deveriam – significar". É a partir dessa crítica que se fortalece o debate em torno das questões de gênero, entendido como uma construção sociocultural que ultrapassa os limites da biologia e molda papéis, identidades e expectativas em torno do corpo e da subjetividade.

O gênero, por sua vez, está vinculado a fatores sociais e culturais, sendo compreendido como uma construção histórica que define expectativas, comportamentos e papéis sociais atribuídos aos indivíduos com base no sexo designado ao nascimento. Nesse sentido, Judith Butler (2024), em consonância com a historiadora Joan Scott (1989), argumenta que o gênero não é uma expressão natural do sexo biológico, mas uma categoria analítica fundamental para compreender as formas como o poder se estrutura nas relações sociais. Para Butler, o gênero é performativo, isto é, ele não representa uma identidade fixa, mas se constitui por meio de repetidas práticas discursivas e sociais. Já Scott defende que o gênero deve ser concebido como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos e, simultaneamente, como uma forma primária de significar as relações de poder:

> "Gênero", por outro lado, é um termo muito mais amplo e nem sempre se refere a uma pessoa em particular, a seu sentido profundo de si ou ao modo como manifesta certas características legíveis. [...] Para Scott, ao revisitar em 2010 seu artigo inovador, "gênero" não é o que alguém é, mas um modo de interrogar os vários significados que permeiam a relação entre os sexos. Sua visão de gênero requer uma noção de diferença sexual, e essa noção, para além de qualquer tipo de essencialismo biológico, também deve ser interrogada por seus significados históricos e fantasmáticos (Buttler, 2024, p. 204).

Diante dessa relação, é possível afirmar que o gênero opera como um dispositivo central na organização social, afetando diretamente a vivência de jovens LGBTQIA+ e suas possibilidades de reconhecimento e pertencimento.

Nesse ínterim, é fundamental distinguir, também, os conceitos de gênero e sexualidade, ainda frequentemente confundidos no senso comum. A sexualidade diz respeito às pulsões, afetos e desejos dos indivíduos, estando relacionada à atração sexual e afetiva, bem como às preferências e orientações do desejo. Entre os principais exemplos de orientações sexuais, pode-se citar a heterossexualidade, a homossexualidade, a bissexualidade, a pansexualidade e a assexualidade. O gênero, por sua vez, refere-se à identidade, isto é, à forma como a pessoa se reconhece e se posiciona no espectro de gênero, independentemente do sexo biológico atribuído ao nascimento. Nas palavras de Judith Butler (2024, p. 204), "[...] identidade de gênero é um sentido profundo de como alguém se encaixa no contexto marcado pelo gênero, na realidade vivida de seu próprio corpo no mundo". Exemplos de identidades de gênero incluem a cisgeneridade (quando identidade de gênero e sexo atribuído coincidem), a transgeneridade (quando não coincidem) e a não-binariedade (quando a identidade não se enquadra nas categorias tradicionais de masculino ou feminino). Assim, quando se trata da sexualidade de uma pessoa, utiliza-se o termo "orientação sexual"; ao passo que, quando se refere ao modo como ela se identifica em termos de gênero, fala-se em "identidade de gênero".

Orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes, isto é, que se desviam das normas impostas pela cisheteronormatividade, enfrentam diversos desafios em uma sociedade estruturada sobre bases conservadoras e patriarcais. A não conformidade a esses padrões normativos frequentemente resulta em estigmatização, discriminação e, em muitos casos, em diferentes formas de violência direcionadas à comunidade LGBTQIA+. Esses fatores impactam diretamente a vivência da juventude LGBTQIA+, interferindo de maneira significativa na qualidade de sua moratória social. A hostilidade social e familiar restringe não apenas a liberdade de expressão corporal e identitária, mas também o direito de amar e se relacionar livremente, comprometendo o pleno exercício da autonomia afetivo-sexual desses jovens.

Cada letra que compõe a sigla LGBTQIAPN+ (ou, em sua forma ampliada, LGBTQQICAAPF2K+[6]) representa um campo complexo de experiências, identidades e vivências que, por si só, demandam aprofundamentos teóricos e empíricos específicos. No entanto, diante dos limites propositivos deste estudo, optou-se por delimitar a análise a três identidades específicas: L (lésbicas), G (gays) e T (pessoas trans). A partir desse recorte, busca-se compreender os enfrentamentos vivenciados por essa juventude diante das manifestações de homofobia e transfobia, com ênfase nos conflitos emergentes no momento da revelação de suas identidades de gênero e/ou orientações sexuais no âmbito familiar.

Na perspectiva de Perucchi, Brandão e Vieira (2014), a homofobia pode ser compreendida como:

6 Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, questionando, intersexuais, curioso, assexuais, aliados, pansexuais, polissexuais, aamiliares, 2-espíritos e kink.

> [...] uma atitude hostil a homossexuais, de modo a designar o outro como inferior, anormal, desviante [o seu fundamento se encontra] na hierarquia das sexualidades que, baseada na heteronormatividade, confere à heterossexualidade um status superior e à homossexualidade um lugar marginal [...] A homofobia se aproxima de outras formas de discriminação como a xenofobia, o racismo e o antissemitismo, pois consiste em considerar o outro (no caso o/a homossexual e transgêneros) como desigual, inferior, anormal (Perucchi; Brandão; Vieira, 2014, p. 68).

Nesse contexto, é relevante destacar que, em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) tipificou a homofobia e a transfobia como crimes equiparados ao racismo, reconhecendo que tais práticas configuram formas de discriminação que atentam contra a dignidade, a liberdade e a própria existência de pessoas LGBTQIA+[7]. Essa decisão histórica reflete o entendimento de que essas violências, embora direcionadas à orientação sexual e identidade de gênero, operam por meio de mecanismos semelhantes aos do racismo estrutural, manifestando-se em práticas de subjugação, desacato e exclusão social. A homofobia, portanto, pode se expressar nos mais diversos espaços e relações sociais — desde o *bullying* vivenciado em ambientes escolares, passando pelos insultos e agressões em espaços públicos, até os discursos de ódio disseminados nas redes digitais. Em muitos casos, ela se revela de forma ainda mais dolorosa no seio familiar, onde a intolerância pode gerar rupturas afetivas, isolamento e sofrimento psíquico profundo.

4 "SOU O FRACASSO DE TUDO AQUILO QUE ESPERAVAM QUE EU FOSSE": JUVENTUDE LGBTQIA+ E SUA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA

A família é concebida por Perucchi, Brandão e Vieira (2014, p. 69) como "uma instituição por meio da qual um conjunto de valores é transmitido, permitindo aos indivíduos a construção de sua identidade e atribuindo à vida de seus membros um sentido". Nesse contexto, a família exerce um papel central na formação subjetiva e social dos indivíduos, inclusive no que diz respeito às experiências relacionadas à sexualidade. No caso de jovens homossexuais, os autores destacam que, entre os entrevistados em sua pesquisa, a maioria manifestou sentir-se, em algum momento, compelida a revelar sua orientação sexual aos familiares. Como ilustra o relato de Ruan, um dos jovens participantes do estudo:

> Cheguei num ponto que eu não tinha para onde fugir, entendeu? É assim, o armário já tava ficando pequeno pra mim, lá dentro entendeu? Então assim, eu precisava ter essa postura (...) Já fui direto ao meu pai, então assim, era quem precisava saber naquele momento (Ruan, 25 anos).

7 STF equipara ofensas contra pessoas LGBTQIAPN+ a crime de injúria racial. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=512663&ori=1. Acesso em: jul. 2025.

Nesse sentido, a revelação da sexualidade, a fatídica "saída do armário", é frequentemente atravessada por obstáculos e conflitos, sobretudo no contexto de famílias marcadas por valores conservadores e por uma visão heteronormativa da sexualidade. Diante desse ato de revelação, observa-se que, em vez de exercerem uma função protetiva e acolhedora, muitas famílias assumem um papel de repressão e controle. Como apontam Perucchi, Brandão e Vieira (2014, p. 71), a família, nesses casos, "atua como um dispositivo de reiteração da heteronorma através de formas de violência pautadas na inferiorização das experiências desviantes [...]". Assim, em vez de constituir um espaço de afeto e aceitação, o ambiente familiar pode se tornar um lugar de exclusão e sofrimento para jovens LGBTQIA+, comprometendo profundamente sua vivência da juventude e o desenvolvimento de sua identidade.

Diante dessa realidade, em que a família frequentemente deixa de exercer sua função como rede de apoio, muitos jovens LGBTQIA+ optam por buscar amparo em círculos de amizade ou na própria comunidade, criando, assim, redes alternativas de sociabilidade e pertencimento. Esses espaços, muitas vezes informais, mas profundamente significativos, configuram-se como locais seguros onde os jovens encontram acolhimento, escuta e a possibilidade de compartilhar experiências e sofrimentos com aqueles que vivenciam dilemas semelhantes. Trata-se, portanto, de ambientes de resistência afetiva e construção coletiva de subjetividades, que desempenham papel fundamental na formação da identidade e na superação das violências cotidianas impostas pela normatividade social.

A sociabilidade, conforme concebida por Georg Simmel (2006), emerge como resultado de uma "sociação" desprovida de interesses utilitários ou materiais, sendo motivada, sobretudo, pelo prazer de estar com os outros e pelo sentimento de pertencimento a um grupo de iguais. Trata-se daquilo que o autor denomina como a forma mais pura de socialização, uma "convivência sociável", pautada na interação recíproca e no valor intrínseco das relações interpessoais. Para Simmel, a sociabilidade configura-se como uma "forma lúdica de sociação", na qual os indivíduos compartilham afetos, experiências e reconhecimento mútuo, criando um espaço simbólico de suspensão das pressões e conflitos da vida cotidiana. Nesse sentido, para muitos jovens LGBTQIA+, esses espaços de sociabilidade tornam-se fundamentais, pois possibilitam um afastamento das tensões impostas pela heteronormatividade e pela rejeição familiar. É nesse ambiente de acolhimento e identificação mútua que esses jovens encontram liberdade para expressar sua sexualidade, afirmar sua identidade e experienciar relações marcadas pelo respeito e pela aceitação.

Perucchi, Brandão e Vieira (2014) identificam, ainda, uma forma mais sutil, embora igualmente problemática, de reação familiar diante da sexualidade dissidente dos filhos. Trata-se da postura adotada por famílias que, embora não manifestem intolerância ou violência explícita, evitam sistematicamente qualquer diálogo sobre o tema. Segundo os

autores, "[...] a questão de 'fingir não ver' mostra-se como uma maneira que os pais e os familiares se utilizam para evitar o tema, na tentativa de que as práticas desviantes fossem de algum modo caladas ou, ao menos, contidas" (Perucchi *et al*., 2014, p. 72). Essa estratégia do silêncio, ainda que menos agressiva em sua forma, opera como um mecanismo de invisibilização e controle, negando ao jovem o reconhecimento pleno de sua identidade e restringindo a possibilidade de vivenciar sua sexualidade de maneira legítima e acolhida no espaço familiar.

Nesse sentido, Oliveira e Barreto (2019) identificam, a partir de diversos depoimentos, a ocorrência da substituição de um tipo de silêncio pela retomada de uma "normalidade" discursiva, na qual diversos temas são abordados, porém a homossexualidade permanece excluída do diálogo familiar. Em outras situações, esse silêncio é interpretado como um sinal tácito de aceitação, visto que não há manifestações explícitas de objeção à orientação sexual dos jovens. Tal dinâmica faz com que os filhos questionem a pertinência de revisitar tensões pretéritas, sobretudo considerando o tempo decorrido e a atual percepção da relação familiar como "boa" ou funcional.

Os relatos de jovens LGBTQIA+ evidenciam o papel transformador do tempo nas relações familiares, por meio do qual dinâmicas inicialmente marcadas pelo silêncio e pela indizibilidade passam a ser reconfiguradas e, gradualmente, abertas ao diálogo no ambiente doméstico. Em alguns depoimentos compilados por Oliveira e Barreto (2019), observam-se progressos significativos nas relações com a figura materna, caracterizados pela suspensão dos silenciamentos que outrora permeavam essas vivências. Em contrapartida, a persistência de pequenos conflitos cotidianos na relação com a figura paterna está associada à manutenção de silêncios e dificuldades comunicativas, evidenciando que as transformações afetivas no núcleo familiar podem se dar de maneira desigual.

Sob outra perspectiva, Silva (2019) investiga as relações estabelecidas entre jovens transexuais e seus familiares, destacando tanto semelhanças quanto diferenças significativas no que diz respeito à construção da identidade de gênero e à aceitação social e familiar dessas pessoas. Segundo a autora, a letra "T" da sigla designa indivíduos que se identificam com um gênero distinto daquele atribuído no nascimento. Assim, pessoas transexuais desafiam a binariedade tradicional de gênero imposta socialmente, sendo frequentemente percebidas como corpos "dissidentes" em razão dessa não conformidade com normas hegemônicas de identidade de gênero.

No que concerne às pessoas transexuais, a não identificação e a insatisfação com o gênero atribuído no nascimento frequentemente se manifestam já na infância. Nesse sentido, a família figura como o primeiro espaço no qual tais nuances são percebidas e reconhecidas, como observa Silva (2019):

> A família tem um papel muito importante na vida de uma pessoa, fundamentalmente no desenvolvimento psicossexual de uma criança ou adolescente, pois é no âmbito familiar que acontece as primeiras formas demonstrativas de afeto relacionadas a sexualidade e a construção de uma identidade (Silva, 2019, p. 35).

Em uma sociedade predominantemente cisgênera, a experiência de ser uma pessoa transexual implica conviver constantemente com a ambiguidade e a negação identitária. Por exemplo, uma mulher transsexual, na infância, ainda socializada como menino, enfrenta frequentemente comentários de pessoas próximas que questionam sua masculinidade, expressos por frases como "não anda como homem" ou "não fala como homem", culminando na desqualificação de sua identidade de gênero com o argumento de que "não é homem". Posteriormente, ao decidir iniciar a transição, essa mesma pessoa passa a enfrentar afirmações antagônicas, como "não é mulher", "não se parece com mulher" e "nunca será uma mulher de verdade". Dessa forma, para pessoas transexuais, há uma constante negação da possibilidade de serem reconhecidas plenamente como homem ou mulher, configurando um estado de exclusão e marginalização social.

Diante dessa realidade, destaca-se a fala da cantora Linn da Quebrada, proferida em 2022: "[...] Trabalho com o erro, com a falha, com o fracasso. Eu sou o fracasso. Eu fracassei. Sou o fracasso de tudo aquilo que esperavam que eu fosse. Não sou homem, nem sou mulher, sou travesti"[8]. Essa declaração evidencia como a travestilidade, conforme reivindicada por Linn, representa a ocupação de um "não-lugar" marcado pela ambiguidade, pela contradição e pela negação das categorias tradicionais de gênero. Assim, a travesti emerge como uma figura que desafia as normas binárias e hegemônicas, instaurando uma perspectiva crítica sobre as limitações impostas pelas identidades fixas.

O termo "travesti", que originalmente foi utilizado como insulto direcionado a mulheres transexuais marginalizadas e associadas à prostituição, vem passando por um processo de apropriação e ressignificação por parte de muitas dessas mulheres. Nesse contexto, observa-se que as primeiras mulheres transexuais a ocuparem cadeiras no Congresso Federal - Erika Hilton (PSOL) e Duda Salabert (PDT) -, inseridas em um espaço político historicamente conservador em relação à diversidade sexual e de gênero, reivindicam publicamente a identidade travesti como forma de desafiar paradigmas e combater preconceitos profundamente arraigados. Assim, a travestilidade configura-se não apenas como uma identidade de gênero, mas também como uma identidade política, que simboliza uma trajetória de luta, resistência e afirmação frente às exclusões sociais.

Realizada essa breve contextualização, na próxima seção apresentam-se os relatos da juventude LGBTQIA+ reunidos através do trabalho de campo em uma escola pública.

8 Big Brother Brasil (2022). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bukZ3pzVAcI. Acesso em: 24 nov. 2024.

5 RELATOS DA JUVENTUDE LGBT

Por meio de um trabalho de campo realizado em uma escola pública localizada na cidade de Montes Claros, no norte do estado de Minas Gerais, foi possível entrevistar duas jovens em processo de transição de gênero, as quais relataram conflitos familiares relacionados à sua identidade de gênero. A primeira entrevistada, uma jovem de 17 anos, encontra-se em um estágio inicial de sua transição. Embora ainda utilize seu nome e pronomes masculinos, declara estar em um percurso de afirmação para se reconhecer e viver como mulher transexual:

> Eu tenho 17 anos, moro numa região com potencial e que está em constante crescimento em Montes Claros. Planejo ser uma mulher trans; logo, para minha infelicidade, nasci como menino, e isso me deixa profundamente mal, pois o mundo, a sociedade e minha família abominam e demonizam completamente a ideia. Decorrente disso, tenho vários problemas emocionais e mentais. Vamos começar pela minha família, ela é normal dentre muitas, nela eu só considero uma pessoa, meu irmão gêmeo, que também pensa como eu; também planeja ser uma mulher trans. Ambos sofremos preconceitos de nossos familiares todos os dias. É tudo muito sufocante, e isso fica pior com minha disporia de gênero. [O que seria disporia de gênero?] Basicamente sinto uma grande aversão ao meu corpo, pois ele não é da maneira que eu quero que seja. Para ter os traços femininos, eu e meu irmão fazemos uso de anticoncepcionais, que tem efeitos colaterais no corpo e na mente, mas mesmo assim ele alivia minha disporia de gênero que tanto me atormenta.

A jovem que tece seus relatos expressando sua desconformidade e insatisfação com o gênero atribuído ao nascimento, manifestando uma aversão ao corpo masculino, ao que denomina como “disforia de gênero”. Nesse contexto, já iniciou terapia hormonal e está em processo de afirmação de sua identidade como mulher transexual. Ela destaca que a sociedade, especialmente sua família, “abomina” e “demoniza” sua identidade de gênero, o que a coloca em constante convivência com o preconceito e a rejeição no ambiente familiar. Essa hostilidade tem impactos significativos sobre sua saúde física e mental, comprometendo seu bem-estar integral:

> As pessoas das ruas e do centro até me tratam melhor que minha família, mas mesmo assim, eu sei e sinto e presenciei o preconceito e nojo “descarado” de muitas pessoas que não tentam esconder nem um pouco disso. E você me pergunta como vou escapar disso? Impossível. Na escola, em casa, na rua, no curso, no trabalho, em todos os cantos alguém me olha com nojo, ou debocha ou riem de mim. Sendo sincero, eu espero parar de odiar tudo e todos; estou fazendo tratamento, estou fazendo terapia para que eu consiga me amar e amar os outros. Eu não pedi para ser assim, e é isso que mais me machuca. Eu odeio viver assim. Mas ultimamente me sinto otimista, irei estudar e me tornar uma mulher linda e invejável e de grande respeito. Irei e quero esmagar tudo e todos que me fizeram mal, foi eles que me fizeram assim.

Ao longo de seu depoimento, a estudante expressa que é constantemente vista pela sociedade com desprezo, seja no ambiente escolar, acadêmico, nas ruas, em sua residência ou no trabalho. Apesar desse tratamento hostil, manifesta a esperança de que, em algum momento, consiga superar o rancor dirigido às pessoas que a oprimem. Não obstante os inúmeros desafios enfrentados, a jovem mantém um sentimento de otimismo em relação ao futuro, afirmando estar trilhando o caminho para realizar seu sonho de se tornar uma "mulher linda, invejável e digna de grande respeito".

O segundo relato é de uma jovem também de 17 anos, cuja trajetória apresenta semelhanças marcantes com a da primeira entrevistada. Em processo de transição de gênero, ela relata não encontrar acolhimento nem na sociedade nem no seio familiar. Ademais, destaca ter sido vítima de múltiplas formas de violência motivadas pela sua identidade de gênero:

> Sou uma pessoa em processo de transição de gênero através do procedimento transexualizado do SUS. Tenho 17 anos de idade, tenho a pele parda escura e ainda continuo minha luta para minha ascensão socioeconômica e também para minha satisfação com minha harmonização por transição de gênero. Nasci e permaneço em uma família de classe baixa, minha mãe passou toda a sua vida trabalhando de cabeleireira até desgastar e adoecer suas pernas, pela minha educação e pelas poucas políticas públicas e poucas oportunidades, ainda assim ela não conseguiu fazer muita coisa. Estudo em escola pública. Desde a infância eu vivenciei preconceito que inflamam nossa sociedade: já fui vítima de racismo, homofobia e transfobia nas escolas, dentro de casa, na rua; onde mesmo já aconteceu de levar cuspe de pessoas que tinham preconceito comigo. Por conta da minha transexualidade, que manifesta desde a infância, sofri além de preconceito, abuso sexual e pressão religiosa da família, da igreja que minha família frequentava. Meus pais se separaram e, a partir disso, minha vida virou uma bagunça, não possuindo um lar fixo desde então, e escutando sempre meus familiares e parentes frequentemente afirmando que não importava onde eu morasse e com que morasse não teria um lar. A aceitação é como uma gangorra, me faz subir de esperança e decair de decepção ou angústia, boa parte dos familiares fingem que aceitam, mas só ignoram o máximo possível o fato de ser LGBTQIA+. Quando quero expressar meu gênero, me menosprezam e oprimem o meu desejo. Dentro de casa já sofro agressão física, pois ninguém espera que seu afilhado seja trans. Minha vida é rodeada de acontecimentos e experiências muito fortes. Não consigo resumir em poucas palavras no papel, já fugi de casa aos 13 anos, de Minas Gerais parei em Campinas.

O relato da jovem evidencia a interseccionalidade das opressões que ela enfrenta, marcada pela confluência de múltiplos fatores sociais, como raça, classe, gênero e orientação sexual, que moldam sua vivência e dificultam seu processo de afirmação identitária e inclusão social. Ao mencionar sua pele "parda escura" e a origem em uma família de classe baixa, a jovem destaca a influência das desigualdades socioeconômicas e do racismo que permeiam sua trajetória, elementos que reverberam na limitação das

oportunidades educacionais e profissionais, bem como no adoecimento da mãe, que representa a precariedade das condições de vida.

A exposição ao preconceito desde a infância, em diferentes espaços sociais, incluindo a escola, o ambiente doméstico e a rua, evidencia a persistência de violências estruturais e cotidianas que marcam a experiência de jovens LGBTQIA+ racializados e periféricos, naturalmente de baixa moratória social. A referência ao abuso sexual e à pressão religiosa demonstra a complexidade das violências simbólicas e materiais que atravessam não apenas os espaços públicos, mas também o núcleo familiar e comunitário, onde o conservadorismo e o fundamentalismo religioso podem agir como mecanismo de exclusão e repressão.

A instabilidade familiar, agravada pela separação dos pais e pela ausência de um lar fixo, ressalta a fragilidade das redes de apoio tradicionais e o impacto da rejeição familiar, que somada à ambivalência da aceitação, configura um cenário de insegurança afetiva e emocional. A repressão à expressão de gênero e as agressões físicas sofridas em casa evidenciam o exercício da violência direta, enquanto o fingimento de aceitação por parte dos familiares aponta para o silenciamento e a negação da identidade como estratégias de manutenção da ordem heteronormativa.

Por fim, a fuga de casa aos 13 anos e a migração para a cidade de Campinas ilustram a mobilidade forçada como resposta à exclusão e violência, fenômeno documentado em estudos sobre jovens LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social. Essa trajetória aponta para a necessidade de políticas públicas intersetoriais que considerem as múltiplas dimensões da opressão vivenciada por essa população, promovendo acolhimento, proteção e garantia de direitos.

Diante dos relatos apresentados, torna-se evidente a intensidade e a complexidade das violências vivenciadas por ambas as jovens, tanto no espaço doméstico quanto nos espaços públicos. Essas violências assumem múltiplas formas (física, moral, simbólica e sexual) e se manifestam por meio de insultos, agressões, abusos e da coerção imposta por discursos fundamentalistas de matriz religiosa. Tais experiências evidenciam não apenas a marginalização sistemática das identidades trans, mas também a insuficiência das redes de proteção social e familiar. No entanto, apesar do sofrimento, é notável a presença de uma perspectiva de esperança no discurso das jovens, especialmente em relação à possibilidade de alcançar o reconhecimento de sua identidade de gênero feminina. Esse horizonte de afirmação subjetiva atua como força motriz para a resistência cotidiana, revelando a potência das narrativas trans como formas de enfrentamento e reconstrução de si em contextos marcados pela exclusão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões desenvolvidas, observa-se que a noção de juventude começou a ser delineada a partir do século XVII, ganhando, desde então, maior visibilidade social e densidade teórica. Com o avanço da urbanização e o surgimento dos grandes centros urbanos, a juventude passou a se manifestar de forma mais plural, revelando uma multiplicidade de experiências, identidades e formas de sociabilidade. Nesse contexto, o conceito de "tribos urbanas" tornou-se uma ferramenta analítica útil para compreender os diferentes agrupamentos juvenis que se organizam em torno de estilos de vida e práticas culturais específicas. Entre as diversas juventudes possíveis de serem investigadas, este artigo concentrou-se em um recorte específico: a juventude LGBTQIA+. Ao longo do texto, buscou-se compreender como questões relativas à sexualidade e à identidade de gênero impactam as relações desses jovens com suas famílias, revelando tensões, silêncios, rejeições e, em alguns casos, possibilidades de ressignificação e acolhimento.

No decorrer do debate, foi possível constatar que a convivência de jovens LGBTQIA+ no ambiente doméstico, especialmente após a revelação de sua sexualidade e/ou identidade de gênero, e em muitos casos antes disso, em geral, é marcada por experiências incômodas, dolorosas e, frequentemente, violentas. Os relatos de acolhimento, aceitação e apoio familiar, aparentemente, mostram-se exceções diante de um panorama majoritariamente excludente. Essa realidade evidencia a persistência de uma hierarquia sexual e de gênero fortemente conservadora, que se sustenta na lógica da cisheteronormatividade. Tal estrutura normativa atua como um dispositivo de controle e repressão das expressões dissidentes de gênero e sexualidade, contribuindo para a marginalização desses jovens no seio familiar e, por consequência, em outros espaços sociais.

Por outro lado, também foram identificadas configurações familiares em que, embora não haja confrontos explícitos ou embates diretos em relação à sexualidade ou identidade de gênero dos filhos, predomina o silêncio diante dessas questões. Esse silêncio torna-se mais significativo quando se trata de sexualidades não-heterossexuais e identidades não-cisgêneras, sendo frequentemente atravessado por discursos indiretos, marcados por referências em terceira pessoa e pela ausência de diálogo direto com os sujeitos LGBTQIA+. Nesse contexto, muitos jovens optam por aderir ao silêncio dos pais como estratégia de convivência, motivados pelo receio de provocar conflitos e desestabilizar as já frágeis relações familiares. Tal dinâmica revela não apenas a invisibilização das dissidências no âmbito doméstico, mas também os limites do que é considerado "tolerável" dentro da normatividade familiar.

Contudo, quando o ambiente familiar se mostra ausente como espaço de acolhimento, é comum que esses jovens busquem construir vínculos afetivos e redes de apoio em outros espaços, especialmente junto a indivíduos que compartilham vivências semelhantes. Nesse

sentido, a juventude LGBTQIA+ encontra, nas redes de sociabilidade e apoio mútuo, não apenas formas de pertencimento, mas também espaços de resistência coletiva frente à exclusão e à normatividade vigente. Essas redes tornam-se fundamentais para a construção da autoestima, da identidade e da segurança subjetiva desses sujeitos. Ademais, vale ressaltar que os jovens, enquanto categoria social, são tradicionalmente reconhecidos como portadores de uma moratória vital, período em que se presume certa suspensão das exigências da vida adulta, sendo também vistos como agentes dotados de energia, criatividade e potencial transformador. No caso dos jovens LGBTQIA+, esse potencial se manifesta, sobretudo, na reconfiguração dos modos de existir e nas formas de insurgência diante das estruturas que os marginalizam.

Diante das reflexões propostas, conclui-se que o processo de aceitação vivenciado por jovens LGBTQIA+ está profundamente condicionado por múltiplas nuances, entre as quais se destacam a qualidade da moratória social e a configuração da estrutura familiar em que estão inseridos. Para aqueles que dispõem de redes amplas de sociabilidade, apoio institucional e famílias com posturas mais liberais, a afirmação da identidade de gênero e da orientação sexual tende a ocorrer de forma menos conflituosa. Em contrapartida, para jovens inseridos em contextos familiares conservadores, marcados por rigidez normativa, ausência de diálogo e vulnerabilidade socioeconômica, o processo de aceitação mostra-se significativamente mais árduo e doloroso, frequentemente atravessado por experiências de rejeição, violência e silenciamento. Tal constatação evidencia a urgência de políticas públicas e práticas sociais que ampliem os espaços de acolhimento e proteção à diversidade, sobretudo no seio familiar e nas instituições sociais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. G. V. ALMEIDA E PESSOA, V. M., SANTOS MIRANDA, V., & de OLIVEIRA, R. S. Gênero, raça e suas interseccionalidades na academia: o que está sendo produzido sobre a mulher negra? **Revista Serviço Social Em Perspectiva**, v. 8, n.1, p. 178–204, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.46551/rss202410. Acesso em: 9 jan. 2025

ANDRADE, T. G. V. PESSOA, V. M. A. e, MIRANDA, V. S., & OLIVEIRA, R. S. Qual o lugar da mulher negra nos estudos da academia? Uma investigação da produção stricto sensu sobre a mulher negra no Brasil. **Plural**, v. 31, n. 1, p. 31-50, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2024.224349. Acesso em: 9 jan. 2025

ARIÉS, Phillipe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BIG BROTHER BRASIL. **Linn da Quebrada**: "Não Sou Homem Nem Mulher, Sou Travesti!" - BBB 22. YouTube, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bukZ3pzVAcI. Acesso em: 7 nov. 2024.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. *In*: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2024.

COLEMAN, James. **The Adolescent Society**: the social life of the teenager and its impacts on education. New York, Free Press of Glencoe, 1961.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Capítulo lll: A socialidade contra o social. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Florence Universitária, 1998, p. 79-99.

MAGNANI, J. G. C. Tribos urbanas: metáfora ou categoria? **Cadernos De Campo**, São Paulo, 1991. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v2i2. Acesso em: 9 jan. 2025.

OLIVEIRA, Leandro de; BARRETO, Thiago Camargo. **Silêncios em discurso**: Família, conflito e micropolítica em narrativas sobre a revelação da homossexualidade. Sexualidad, Salud y Sociedad, 2019. p. 318-342.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. **Muitas palavras**: a discussão recente sobre juventude nas Ciências Sociais. Ponto Urbe [Online], 2007. Disponível: http://journals.openedition.org/pontourbe/1203. Acesso em: 14 jun. 2023.

PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. **Aspectos psicossociais da homofobiaintrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays**. Juiz de Fora: Estudos de Psicologia, 2014. Disponível em: www.scielo.br/epsic. Acesso em: 07 jun. 2023.

SCOTT, Joan. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989.

SILVA, Joicy Cardoso Da. **Narrativas de Escolarização**: Experiências Familiares E Escolares De Uma Jovem Transexual.Ufpa. 2019.

SIMMEL, Georg. **As Grandes Cidades e a Vida do Espírito**. Mana, 2005, p. 577-591.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Trad. Pedro Caldas, Rio de Janeiro: JorgeZahar Ed., 2006. p. 119.

Recebido em: 07/11/2024
Aceito em: 18/07/2025

A MANIFESTAÇÃO DOS DISCURSOS HOSTIS DIRECIONADOS À COMUNIDADE LGBTQIAPN+ EM CULTOS RELIGIOSOS NO BRASIL

THE MANIFESTATION OF HOSTILE SPEECHES DIRECTED TOWARDS THE LGBTQIAPN+ COMMUNITY IN RELIGIOUS SERVICES IN BRAZIL

Rodrigo Ribeiro dos Santos[1]
Marcus Antônio Assis Lima[2]

Resumo: o artigo investiga os discursos de ódio contra a comunidade LGBTQIAPN+ proferidos durante cultos religiosos no Brasil, especialmente após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Utilizando a análise semiolinguística do discurso de Charaudeau e as teorias dos Atos de Fala de Austin, o estudo explora como líderes religiosos, como o pastor André Valadão, distorcem a liberdade de expressão para incitar hostilidade e violência. O artigo analisa reportagens que documentam esses discursos, que não só marginalizam, mas também legitimam a violência física e simbólica contra a comunidade LGBTQIAPN+. O fenômeno é contextualizado pela necropolítica de Mbembe e o biopoder de Foucault, destacando como esses discursos refletem e reforçam práticas de controle e exclusão social. Ao explorar a conexão entre liberdade religiosa, discurso de ódio e seus impactos na sociedade, o estudo propõe a desconstrução dessas ideologias para promover um ambiente de respeito e inclusão.
Palavras-chave: Comunidade LGBTQIAPN+; Performatividade; Análise do Discurso; LGBTQIAPN+fobia.

Abstract: this article investigates hate speech against the LGBTQIAPN+ community during religious services in Brazil, especially after the election of Jair Bolsonaro in 2018. Using Charaudeau's semiolinguistic discourse analysis and Austin's Speech Act theories, the study explores how religious leaders, such as Pastor André Valadão, distort freedom of expression to incite hostility and violence. The article analyzes news reports that document these speeches, which not only marginalize but also legitimize physical and symbolic violence against the LGBTQIAPN+ community. The phenomenon is contextualized by Mbembe's necropolitics and Foucault's biopower, highlighting how these speeches reflect and reinforce practices of control and social exclusion. By exploring the connection between religious freedom, hate speech, and their impacts on society, the study proposes the deconstruction of these ideologies to promote an environment of respect and inclusion.
Keywords: LGBTQIAPN+ Community; Performativity; Discourse Analysis; LGBTQIAPN+phobia.

[1] Natural de Nova Canaã (BA), filho de Celenilza Ribeiro e Irisvaldo Santos. Graduado em Letras – Inglês pela UNINASSAU, mestrando em Letras pela UESB e jornalista em formação. Atua há mais de seis anos como professor de inglês em diversas cidades do sudoeste baiano. Possui formação em instituições como Wizard e The Place English School, com foco em conversação e tradução. Participou de programas educacionais como o Mais Educação e o Mais Alfabetização. Sua pesquisa atual investiga narrativas de vida LGBTQIAPN+ a partir da semiolinguística, aliando compromisso acadêmico e militância social.

[2] Possui pós-doutorados em Linguagens e Representações (PPGLLR/UESC, 2018) e em Media Communications (Goldsmiths College/University of London, 2013/2014 - bolsista CAPES), concluiu o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais em 2008 (linha de pesquisa: Análise do Discurso) e o mestrado em Comunicação e Sociabilidade, pela mesma universidade, em 2000; graduou-se em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo em 1991. Atualmente é Professor Pleno, dedicação exclusiva, do Curso de Jornalismo (2006) e do Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagem (2012), na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Atua também como Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Representação, da Universiade estadual de Santa Cruz (UESC), desde 2021. É Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens - PPGCEL (2023 - 2025) e do GT Homocultura e Linguagens da ANPOLL (2021 - 2023).

1 INTRODUÇÃO

Este estudo baseia-se nas pesquisas sobre Análise Semiolinguística do Discurso, proposta por Charaudeau (2008, 2019) e adaptada por Machado (2015, 2022). Ademais, fundamenta-se nas teorias dos Atos de Fala, discutidas por Austin (1990), e nos estudos sobre performatividade de gênero, defendidos por Butler (2003), e reforçados por Joana Plaza (1999).

> [...] para definir gênero, é uma nominalizarão do verbo stylize, cuja melhor tradução seria fazer conformar a um dado estilo ou tornar convencional. Esse termo, portanto, tem menos a ver com estilo subjetivo (como no uso em português de estudos estilísticos), e muito mais com a repetição de normas sociais rígidas para convencionar práticas e comportamentos sociais (Plaza, 1999, p. 43-44).

A noção de performatividade de gênero, conforme proposta por Judith Butler (2003), desafia os sistemas normativos que sustentam concepções essencialistas e binárias sobre identidade de gênero. Tais sistemas se expressam por meio de normas cisgêneras, heteronormativas, machistas e patriarcais, que atuam como dispositivos de controle social e cultural, regulando comportamentos e expectativas em torno dos corpos e das identidades. A cisnormatividade pressupõe que a identidade de gênero deve corresponder ao sexo atribuído no nascimento, enquanto a heteronormatividade estabelece a heterossexualidade como padrão obrigatório, excluindo e marginalizando outras formas de vivência sexual e afetiva (Louro, 1997; Bento, 2006). Paralelamente, as estruturas machistas e patriarcais reforçam a hierarquização entre os gêneros, naturalizando a dominação masculina e a submissão feminina, tanto no espaço público quanto privado (Scott, 1995). Essas normas se manifestam em discursos cotidianos aparentemente inofensivos, como a associação de cores a determinados gêneros (“meninos vestem azul, meninas vestem rosa”), a rejeição da vaidade masculina ou a imposição de que mulheres devem ocupar exclusivamente o espaço doméstico. Contudo, tais imposições ignoram a fluidez do gênero e a multiplicidade de expressões identitárias. A teoria da performatividade afirma que o gênero não é uma essência inata, mas o resultado de atos reiterativos que produzem efeitos de naturalização. Nesse sentido, resistir a essas normas é um ato político que reivindica o direito de expressar identidades de forma autêntica, subvertendo os mecanismos de dominação que historicamente operam sobre os corpos dissidentes.

Essas performances fazem parte da nossa construção identitária, pois não somos seres estagnados em uma época. A identidade se constrói ao longo do tempo, através de nossas vivências, lutas, amores e, principalmente, pela interação com a sociedade em que vivemos. A identidade é um processo de construção contínua, resultado do confronto entre diferentes

discursos. Ela se forma, em grande parte, a partir da maneira como somos representados pela sociedade e do olhar dos outros, ou seja, da percepção externa sobre quem somos (Rocha, 2019).

Dando continuidade à reflexão sobre a identidade construída pela linguagem e pelo contexto social em que estamos inseridos, é possível analisar o impacto dos atos de fala na sociedade. Para Austin, (1990, p. 6), "o proferimento da sentença é, ou faz parte de uma ação", ou seja, ao dizer algo, realizamos um ato. Os atos de fala, segundo o autor, revelam que as enunciações linguísticas não são apenas representações do mundo, mas ações capazes de transformá-lo.

Entre esses atos, Austin distingue os atos performativos, que realizam a ação no próprio momento em que são ditos (como prometer, batizar, declarar), e os atos constativos, que apenas descrevem ou constatam estados de coisas no mundo (Austin, 1990, p. 4-6). O autor também propõe três níveis de análise do ato de fala: o ato locutório, que se refere ao próprio enunciado e à articulação linguística necessária para produzi-lo; o ato ilocutório, que corresponde à intenção do falante e à força que acompanha o dizer (como ordenar, afirmar, prometer); e o ato perlocutório, que diz respeito ao efeito da fala sobre o ouvinte, podendo provocar sentimentos, reações ou ações (Austin, 1990, p. 94-108). O ato perlocutório pode ainda se manifestar de forma explícita ou implícita, dependendo da interpretação do interlocutor e do contexto da enunciação.

A partir dessas ferramentas teóricas, propomo-nos a analisar os efeitos dos discursos de ódio proferidos durante cultos religiosos no Brasil, especialmente após a eleição de Jair Bolsonaro. Em um país que lidera os índices de assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+, tais discursos tornam-se ainda mais letais, intensificando uma violência simbólica que, por vezes, se converte em violência física, configurando uma verdadeira perseguição à comunidade LGBTQIAPN+[3].

Justifica-se este estudo pela urgência de compreender os impactos dos discursos religiosos no cenário social e político brasileiro atual, sobretudo no que tange à legitimação da violência simbólica e material contra sujeitos LGBTQIAPN+. Este artigo tem como objetivo principal investigar como os discursos religiosos, com ênfase no campo protestante e católico, têm operado como ferramentas de disseminação do ódio, moldando subjetividades, reforçando estruturas conservadoras e influenciando diretamente o cenário político contemporâneo.

Para tal análise, tomamos como corpus os discursos do pastor André Valadão, líder da Igreja Batista da Lagoinha, figura que atualmente se destaca como uma das vozes mais influentes na propagação de discursos de ódio contra a comunidade LGBTQIAPN+,

[3]A sigla LGBTQIAPN+ refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Pessoas Não Binárias e outras identidades de gênero e orientações sexuais que compõem a comunidade. Seu uso neste trabalho busca reconhecer a diversidade de sujeitos historicamente marginalizados. Ainda que o termo "gay" apareça com mais frequência em discursos de ódio, a violência atinge todo o espectro representado pela sigla, o que reforça a importância de uma abordagem inclusiva.

frequentemente utilizando o púlpito como espaço de articulação política alinhada ao conservadorismo. Como forma de balancear a análise e evitar uma abordagem unilateral, incluímos também o discurso do padre Paulo Ricardo, representante da ala mais tradicionalista da Igreja Católica, com o intuito de examinar como diferentes segmentos cristãos constroem seus enunciados em torno da sexualidade, da política e da liberdade religiosa.

Nos próximos tópicos, abordaremos: a eleição presidencial e suas consequências, analisando como o processo eleitoral reconfigurou o espaço discursivo e legitimou determinados posicionamentos religiosos e ideológicos; a metodologia utilizada nesta pesquisa; uma reflexão sobre a liberdade de expressão e seus limites, discutindo o que configura discurso de ódio dentro da legalidade brasileira; em seguida, trataremos sobre o poder dos discursos e suas consequências, compreendendo como tais enunciados podem legitimar práticas sociais discriminatórias; e, por fim, traremos as considerações finais, nas quais refletiremos sobre os achados do estudo e suas implicações para o debate sobre religião, política e diversidade no Brasil contemporâneo.

2 A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Em 2018, no Brasil, iniciava-se o trigésimo-segundo pleito eleitoral presidencial desde Deodoro da Fonseca. Após o golpe contra Dilma Rousseff em 2016, a direita brasileira emergia com um novo nome, um “salvador da pátria”, um falso “messias” que trazia como valores fundamentais de sua campanha “Deus, Pátria e Família”, impondo o Deus que ele professava a um país laico e defendendo um único modelo de família que, para ele, seria o ideal e correto. Seus discursos de ódio eram direcionados contra todos que não se enquadravam ou se opunham às suas ideologias, mas, principalmente, contra os homossexuais.

Diante de uma democracia fragilizada pelos acontecimentos recentes, os discursos de Bolsonaro encontraram terreno fértil nos corações de muitos brasileiros que acreditavam ser ele o homem que mudaria a história do país. Suas falas conservadoras e preconceituosas contra a comunidade LGBTQIAPN+ fizeram com que líderes religiosos, como pastores, padres e outras autoridades cristãs, o acolhessem e levassem toda sua ideologia para os púlpitos e altares, tornando-se cabos eleitorais do inominável. A eleição desse senhor para a presidência da República fez com que muitas pessoas revelassem seus preconceitos latentes, pois, após suas palavras, muitos encontraram liberdade e apoio para destilar suas falas e atos preconceituosos, especialmente durante os cultos religiosos, onde, usando a autoridade concedida pela religião, proferiam hostilidades contra a comunidade LGBTQIAPN+.

Os encontros religiosos passaram a ser verdadeiros comícios, nos quais se impunha aos fiéis a figura do presidente como representante e defensor do modelo de família ideal,

supostamente criado por Deus. Além disso, os líderes religiosos começaram a usar seus cultos para proferir hostilidades contra a comunidade LGBTQIAPN+, dizendo barbaridades e, muitas vezes, desejando até a morte das pessoas LGBTQIAPN+. Ao analisar esses discursos, mobilizo as pesquisas sobre atos de fala e a performatividade do discurso de John Austin (1990) e do professor Kanavillil Rajagopalan (2003); conforme Renato Corcioli (2019, p. 22), "[...] a linguagem serve para alterar e criar realidades, e não somente para descrevê-las ou representá-las."

Esse fenômeno pode ser analisado também à luz do biopoder, conceito trazido por Michel Foucault, que, segundo ele, "surge como uma forma de poder que regula a vida em sua totalidade, articulando dispositivos que operam desde o nível individual até o coletivo, visando otimizar a gestão da vida" (Foucault, 1979, p. 140).

Achille Mbembe por sua vez, contribui para essa discussão com o conceito da necropolítica, que afirma: "[...] a necropolítica se refere ao exercício do poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Mais do que o poder de controlar a vida, trata-se de decidir sobre a morte" (Mbembe, 2016, p. 123). Nesse sentido, a necropolítica ajuda a compreender como a figura do presidente eleito utilizava-se do poder para legitimar discursos de exclusão e até mesmo de violência contra determinadas populações. Quando confrontamos o biopoder com a necropolítica, percebemos que "[...] a necropolítica é, de certa forma, um prolongamento do biopoder, no qual a regulação da vida é levada ao extremo de legitimar práticas de extermínio" (Mbembe, 2016, p. 126).

A articulação entrebiopoder e necropolítica permite entender como discursos conservadores e religiosos podem se transformar em ferramentas de controle social e de eliminação simbólica ou física de grupos considerados desviantes ou indesejáveis, como a comunidade LGBTQIAPN+.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, ancorada na Análise do Discurso Semiolinguística, com o objetivo de compreender como os discursos de ódio proferidos contra a comunidade LGBTQIAPN+ se manifestam no contexto dos cultos religiosos no Brasil e como esses discursos articulam relações de poder, exclusão e normatização.

A coleta de dados empíricos foi realizada em março de 2025, a partir de uma busca no mecanismo de pesquisa *Google* com a seguinte frase: "discursos de ódio proferidos contra a comunidade LGBTQIAPN+ durante os cultos religiosos no Brasil". Essa frase foi escolhida com o intuito de identificar enunciados explícitos relacionados à temática de violência simbólica praticada em ambientes religiosos. É importante destacar que os resultados da busca variam conforme o histórico de navegação, localização geográfica e perfil algorítmico de cada usuário, um fenômeno amplamente discutido por diversos estudos sobre

personalização algorítmica da informação. Isso significa que, se outra pessoa realizasse a mesma busca com os mesmos termos, poderia se deparar com resultados distintos, o que levanta discussões epistemológicas importantes sobre o acesso ao conhecimento e a produção de sentidos na era digital.

Durante a análise dos resultados, observou-se uma recorrência significativa de matérias associando discursos homofóbicos ao pastor da Igreja Batista da Lagoinha, André Valadão. A cada cinco matérias exibidas nas primeiras páginas, pelo menos duas destacavam falas desse líder religioso, o que motivou sua escolha como foco da análise. Foram, então, selecionadas três reportagens jornalísticas como corpus da pesquisa: CartaCapital – "Pastor bolsonarista André Valadão diz que evangélicos deveriam matar LGBTs" (CARTA CAPITAL, 2023); Correio Braziliense – "Pastor André Valadão condena comunidade LGBTQIAP+: "Deus odeia o orgulho'" (CORREIO BRAZILIENSE, 2023); e UOL – "Na TV, padre diz que gays são 'anormais" (UOL, 2015).

Esses textos foram selecionados com base em sua circulação midiática, clareza na exposição dos enunciados de ódio e representatividade das práticas discursivas veiculadas em espaços religiosos.

A análise dos discursos foi realizada à luz da abordagem semiolinguística de Patrick Charaudeau (2008), que compreende a linguagem como uma prática social atravessada por condições de produção específicas, nas quais o sujeito é determinado por suas inserções socioculturais, institucionais e ideológicas. Tal abordagem permite compreender como os sentidos são construídos no interior de dispositivos discursivos marcados por relações de poder.

Para aprofundar a discussão sobre os efeitos desses discursos na constituição das subjetividades e no controle social, a pesquisa também se fundamentou nos conceitos de biopoder, formulado por Michel Foucault (1988), e de necropolítica, de Achille Mbembe (2018). É importante ressaltar que ambos os autores não se referem à "linguagem" em si, mas sim ao "discurso" como prática material de poder (Foucault) e à articulação entre discurso e dispositivo (Mbembe), ou seja, a um conjunto de estratégias que envolvem saber, poder e instituições.

Segundo Foucault, ao tratar do biopoder, mostra como os discursos religiosos contribuem para a produção de normas que regulam a vida e os corpos, definindo o que é aceitável ou desviante, legítimo ou abjeto. Em Mbembe, a necropolítica permite compreender como certos grupos são sistematicamente expostos à morte simbólica, social ou física, sendo considerados matáveis ou indesejáveis pelo discurso dominante.

Dessa forma, o presente estudo busca evidenciar como os discursos religiosos analisados não apenas reforçam práticas excludentes, mas também funcionam como instrumentos de controle e dominação, que contribuem para a perpetuação de violências estruturais contra a população LGBTQIAPN+.

4 LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SEUS LIMITES

A liberdade de expressão é um dos pilares fundamentais de uma sociedade democrática. Prevista no artigo 5º, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, esta garantia assegura o direito de manifestar opiniões, ideias e crenças sem censura prévia. Contudo, essa liberdade não é absoluta, sendo limitada por outros direitos igualmente protegidos, como a dignidade da pessoa humana e o direito à igualdade. No contexto brasileiro, a tensão entre a liberdade de expressão e o combate aos discursos de ódio é particularmente relevante, especialmente no âmbito dos discursos religiosos que, por vezes, promovem preconceito contra a comunidade LGBTQIAPN+.

A liberdade de expressão é regulamentada por diversos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de *San José* da Costa Rica). Esses instrumentos reconhecem a importância da liberdade de expressão, mas também estabelecem limites, incluindo a proibição de apologia ao ódio que incite discriminação, hostilidade ou violência (ONU, 1966; OEA, 1969).

No cenário nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) reafirma que a liberdade de expressão deve ser exercida em conformidade com os princípios da dignidade humana e da proibição ao preconceito. Em decisão histórica no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, o STF reconheceu a homotransfobia como uma forma de racismo, criminalizada pela Lei nº 7.716/1989.

No Brasil, líderes religiosos frequentemente utilizam seus púlpitos para disseminar mensagens que, sob o pretexto de liberdade religiosa e de expressão, reforçam estereótipos negativos e incitam preconceito contra pessoas LGBTQIAPN+. Declarações como “práticas abomináveis” e “ameaça à família tradicional” são comuns em sermões e redes sociais de pastores e padres.

Tais discursos contribuem para a formação de um ambiente marcado pela intolerância e pela violência simbólica, reforçando mecanismos de exclusão social direcionados à população LGBTQIAPN+. Além de representarem uma violação aos direitos humanos, podem também assumir caráter criminoso, ao estimularem comportamentos de ódio e incitação à violência.

O caso do pastor Silas Malafaia é emblemático no debate sobre os limites da liberdade de expressão religiosa. Em 2016, Malafaia foi denunciado pelo Ministério Público por discursos considerados homofóbicos. Embora tenha se defendido alegando liberdade religiosa, o caso trouxe à tona a necessidade de compatibilizar direitos fundamentais (STF, RE 1.010.606).

Outro exemplo relevante é a decisão do STF no caso da Marcha para Jesus de 2011, em que líderes religiosos utilizaram o evento para atacar publicamente pessoas LGBTQIAPN+. A Corte destacou que a liberdade de expressão não protege discursos que violem os direitos de terceiros.

A propagação de discursos de ódio por líderes religiosos tem consequências graves para a comunidade LGBTQIAPN+. De acordo com o Relatório Anual do Grupo Gay da Bahia (2022), o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+. com discursos de ódio contribuindo para a perpetuação dessa violência.

Embora a liberdade de expressão seja um direito fundamental, seu abuso para disseminar ódio contra a comunidade LGBT não pode ser tolerado em uma sociedade que preza pela igualdade e pela dignidade humana. O equilíbrio entre liberdade religiosa e proteção contra o preconceito requer um compromisso coletivo com os princípios democráticos e os direitos humanos.

5 O PODER DOS DISCURSOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Com todos os acontecimentos e a influência do então presidente do Brasil, os discursos de ódio enunciados contra a comunidade LGBTQIAPN+ intensificaram-se, retratando essas pessoas como seres inferiores e indignos de terem uma família ou uma vida digna. Esse ambiente criou uma sensação de licenciosidade, fazendo com que muitos se sentissem no direito de hostilizar e amaldiçoar todos as pessoas LGBTQIAPN+, especialmente em igrejas cristãs que, ao abandonarem a pregação do amor, passaram a adotar um discurso de extermínio em nome de Deus. O verbo amaldiçoar foi escolhido porque ele reflete a intensidade e o caráter de condenação explícita e simbólica associado ao discurso de ódio. Esse verbo traz à tona a ação de desejar o mal ou a destruição do outro, uma característica fundamental dos ataques direcionados à comunidade LGBTQIAPN+, que são muitas vezes tratados como “alvos” de desprezo ou até mesmo de vingança divina. Esse fenômeno é exemplificado pelos comentários do pastor André Valadão, proferidos durante um culto religioso.

Aqui, a escolha do verbo amaldiçoar é justificada pelo seu papel em intensificar a análise sobre a violência simbólica, não só verbal, direcionada à comunidade LGBTQIAPN+.

> (1) “Agora é a hora de tomar as cordas de volta e dizer: Pode parar, reseta! Mas Deus fala que não pode mais”, afirma o pastor. “Ele diz, ‘já meti esse arco-íris aí. Se eu pudesse, matava tudo e começava de novo. Mas prometi que não posso, agora tá com vocês” (**CartaCapital**).
> (2) “Agora, tá com vocês! Deus deixou o trabalho sujo para nós” (**CartaCapital**)
> (3) “Deus odeia o orgulho” (**Correio Braziliense**).

Essas declarações são ilustrativas de como líderes religiosos, como Valadão, usam a retórica religiosa para justificar e incitar o ódio, contribuindo para a marginalização e violência contra a comunidade LGBTQIAPN+.

No primeiro comentário, retirado da CartaCapital, podemos observar que o pastor André Valadão deixa claro que, segundo ele, a vontade de Deus era acabar com o mundo por causa das pessoas LGBTQIAPN+. Ele argumenta que isso não ocorre devido à nova aliança, referindo-se de maneira irônica ao arco-íris ao dizer "já meti esse arco-íris aí", zombando do símbolo central dos movimentos e lutas LGBTQIAPN+. Ele ainda afirma que, se Deus estivesse presente, mataria todos os homossexuais.

No segundo comentário, também publicado pela CartaCapital, Valadão garante, afirma e convoca seus fiéis a realizarem o trabalho de extermínio, matando todos os gays, pois, segundo ele, Deus não o fez. Ele argumenta que é responsabilidade dos "homens de bem" e da "família tradicional" manter a ordem e a decência. Ao declarar que "Deus deixou o trabalho sujo para nós", ele chama os membros da comunidade LGBTQIAPN+ de sujas, afirmando que essas pessoas devem ser eliminadas para "limpar" o Brasil e o mundo dessas pessoas impuras, pecaminosas e devassas.

O terceiro comentário, publicado pelo Correio Braziliense, refere-se ao mês do orgulho LGBTQIAPN+, celebrado em junho, com várias programações de conscientização contra todo e qualquer tipo de preconceito, exaltando o direito de amar e ser amado. Durante esse período, ocorre a maior parada LGBTQIAPN+ do mundo na cidade de São Paulo. Nesse contexto, Valadão usou um culto para declarar que "Deus odeia o orgulho", mais uma afirmação do pastor de que as pessoas LGBTQIAPN+ são odiadas e excluídas pelo seu Deus.

Este contexto demonstra como a linguagem e os discursos podem ser ferramentas poderosas na construção de realidades sociais e na perpetuação de ideologias discriminatórias. Valadão, ao utilizar sua posição de autoridade religiosa, legitima a violência e a discriminação ao criar uma narrativa na qual a eliminação da comunidade LGBTQIAPN+ é vista como um ato de fé. Ao distorcer o direito à liberdade de expressão para incitar o ódio, ele exemplifica como a retórica religiosa pode ser instrumentalizada para fins opressivos, exacerbando a marginalização e colocando vidas em risco.

A análise desses discursos, com base nos estudos de Charaudeau (2008) e Austin, (1990), revela a profundidade das relações de poder e a maneira como a linguagem é utilizada para consolidar ideologias e práticas sociais que perpetuam a exclusão e a violência. É fundamental que essas práticas sejam desafiadas e desconstruídas, promovendo um ambiente de respeito, inclusão e igualdade para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Esses atos de fala explícitos, conforme explicados por Austin, geraram e ainda geram muitos danos às pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil, uma vez que a performatividade desses discursos tem legitimado muitas mortes e agressões motivadas pela LGBTQIAPN+ fobia em nome de Deus. A destilação de ódio não se restringe apenas ao pastor Valadão; um padre católico, identificado como Ricardo, também usou uma missa para enunciar seu ato homofóbico.

(4) “homossexuais são pessoas anormais, comparando as relações dos gays com pedofilia” (**UOL**).
(5) “Pessoas do mesmo sexo não podem ficar juntos: “Seleção natural não faz isso. Você acreditar que um animal vai se criar com alguém do mesmo sexo? Cientificamente é impossível. Como é que duas pessoas com a mesma chave vão fazer isso? Quem é homem, levanta a mão. Quem tem dúvida, não precisa levantar e não levanta. E eu falo de você que pensa que aquilo (homossexuais) é normal. É anormal” (**UOL**).

De acordo com o enunciado quatro publicado pela UOL, o padre proferiu declarações altamente ofensivas, afirmando que as pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ não são normais, são anomalias. Ele chegou a acusar os membros dessa comunidade de pedofilia[4], incitando ainda mais o ódio entre os fiéis presentes ou aqueles que tiveram acesso a essa retórica de ódio através das mídias, potencialmente resultando em atos homofóbicos ao associar a homossexualidade ao crime de pedofilia, quando na verdade sabemos bem onde ocorre a maioria desses atos pedófilos.

No comentário cinco publicado pela UOL, o padre comparou pessoas homossexuais a animais, argumentando que, por serem da mesma espécie, não podem procriar e que isso subverte a lógica do sexo para procriação, considerada pecaminosa segundo os dogmas cristãos. O padre ainda hostilizou as pessoas presentes ao pedir que “levantassem as mãos aqueles que se consideram homens de verdade”, enquanto aqueles que têm dúvidas não deveriam levantar, expondo-as ao ridículo. Essa atitude reforça a crença de que gays e lésbicas são anormais, fornecendo subsídios para que pessoas LGBTQIAPN+ sejam desprezadas, maltratadas e deixadas à mercê de uma sociedade cristã, preconceituosa, LGBTQIAPN+ fóbica e patriarcal.

Esses enunciados exemplificam como líderes religiosos utilizam a retórica para disseminar ódio e discriminação, influenciando negativamente a percepção da comunidade LGBTQIAPN+ na sociedade. Ao associar homossexualidade a crimes graves como pedofilia e ao ridicularizar e desumanizar indivíduos com orientações sexuais diferentes, esses líderes contribuem para a perpetuação de um ambiente de intolerância e violência. Segundo Mbembe (2018), práticas discursivas que promovem a desumanização se conectam ao conceito de necropolítica, pois colocam determinados grupos em uma posição de morte

[4] Casos de abuso sexual envolvendo líderes religiosos têm sido amplamente documentados em diferentes contextos históricos e geográficos. A Igreja Católica, em especial, esteve no centro de investigações internacionais, como a conduzida nos Estados Unidos pelo Relatório John Jay (2004), que identificou mais de 10 mil denúncias de abuso sexual de menores por parte de cerca de 4.400 padres entre 1950 e 2002. No Brasil, a Revista Piauí (2022) destacou que há pelo menos 100 denúncias de abuso contra padres católicos formalizadas nos últimos anos, número que pode ser muito maior em razão da subnotificação e da omissão institucional. Igrejas evangélicas também têm sido palco de escândalos semelhantes, embora menos documentados sistematicamente. Reportagem do Fantástico (TV Globo, 2022) revelou casos de abuso sexual praticados por pastores contra fiéis, inclusive crianças e adolescentes, muitas vezes acobertados por lideranças das próprias denominações. Essas ocorrências revelam não apenas práticas individuais criminosas, mas dinâmicas estruturais de poder, silêncio e impunidade dentro de instituições religiosas que gozam de elevada autoridade moral e social.

social ou física, perpetuando uma lógica onde a vida de certos indivíduos é considerada descartável.

A análise desses discursos, com base nos estudos de Charaudeau (2008) e Austin, (1990), mostra como a linguagem pode ser usada para manipular e reforçar ideologias discriminatórias. Além disso, Foucault (1979) destaca que o biopoder opera ao regular corpos e populações, moldando comportamentos e impondo normas que excluem aqueles que fogem do padrão considerado "normal". A performatividade desses discursos tem um impacto real e tangível na vida das pessoas LGBTQIAPN+, legitimando a violência e a exclusão. É essencial que esses discursos sejam confrontados e desconstruídos para promover uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as pessoas sejam respeitadas e valorizadas independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que os efeitos causados pelos atos de fala, inicialmente enunciados por Bolsonaro e posteriormente capitaneados por líderes religiosos durante cultos, tomaram proporções gigantescas no Brasil, país que já carrega o título de nação que mais mata pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. Com a validação do então presidente da República e a perseguição aos gays incentivada por pastores e padres, a população se sentiu no direito de cometer diversos crimes contra a comunidade LGBTQIAPN+. Casais passaram a ser hostilizados por estarem de mãos dadas e desejarem constituir uma família, direito esse garantido por lei a todos.

De acordo com o Grupo Gay da Bahia, em pesquisa realizada em 2021, 38% das vítimas LGBTQIAPN+ mortas em 2019 eram mestiços e negros, enquanto 36% se definiam como brancos. Embora a maioria dos assassinatos envolva pessoas homossexuais (63% das vítimas, incluindo 10% lésbicas e 53% gays), os transexuais e travestis ocupam uma proporção elevada nessas estatísticas, com 124 pessoas assassinadas em 2019, mais de um terço do número total das vítimas registradas, segundo dados apresentados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

Segundo o G1, o Brasil registrou um aumento de mais de 50% nos casos de racismo e homofobia em 2022, conforme mostra o Anuário de Segurança Pública. Foram 2.458 ocorrências de crimes por preconceito de raça ou cor e 488 registros de homofobia ou transfobia. Além disso, mais de 2,3 mil pessoas LGBTQIAPN+ foram agredidas. Esses são apenas alguns dos efeitos da performatividade dos discursos de ódio implícitos e explícitos proferidos por Bolsonaro, pela bancada da bíblia no Congresso Nacional e pelos seus fiéis seguidores (pastores e padres) da direita ultraconservadora do Brasil.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ações. Tradução de Danilo Marcondes. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 jan. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL DE FATO. Violência, violação e desigualdade aumentaram sob Bolsonaro, diz grupo internacional. **Brasil de fato**, 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/violencia-violacao-e-desigualdade-aumentaram-sob-bolsonaro-diz-grupo-internacional. Acesso em: 18 abr. 2025.

BUTLER, J. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARTACAPITAL. Pastor bolsonarista André Valadão diz que evangélicos deveriam 'matar' LGBTs. **Carta capital**, 3 jul. 2023. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/pastor-bolsonarista-andre-valadao-diz-que-evangelicos-deveriam-matar-lgbts/. Acesso em: 18 abr. 2025.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e Discurso**. São Paulo: Ed. 2, Contexto, 2019.

CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. *In*: **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 59-95.

CORCIOLI, Renato. **Judith Butler e a crítica à violência**: por uma filosofia da não violência.São Paulo: Autêntica, 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. Pastor André Valadão condena comunidade LGBTQIAP: “Deus odeia o orgulho”. **Correio Braziliense**, 05 jun. 2023. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/06/5099724-pastor-andre-valadao-condena-comunidade-lgbtqiap-deus-odeia-o-orgulho.html. Acesso em: 18 abr. 2025.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Ana Maria Machado. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1988.

FOUCAULT, M. **The History of Sexuality**: Volume 1 - An Introduction. New York: Pantheon Books, 1978.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório Anual de Violência contra LGBT no Brasil**. Salvador: GGB, 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

MACHADO, Ida Lucia. A narrativa de vida como materialidade discursiva. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n. 2, p. 95-108, 2015.

MACHADO, Ida Lucia. O romance como materialidade discursiva. **Gráuks – Revista de Letras e Artes**, v. 22, n. 1, p. 4-64, 2022.

MAGALHÃES, Breno. A teia do silêncio. **Revista Piauí**, São Paulo, ed. 186, mar. 2022. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-teia-do-silencio/. Acesso em: 20 jul. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NATELINHA. Na TV, padre diz que gays são anormais e critica passistas de samba. **Natelinha**, 12 jan. 2015.Disponível em: https://natelinha.uol.com.br/noticias/2015/01/12/na-tv-padre-diz-que-gays-sao-anormais-e-critica-passistas-de-samba-84298.php. Acesso em: 18 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos**. Nova York, 1966.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. San José, 1969.

PINTO, Joana. **Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidade**. Delta, 2007, p. 1-26.

PLAZA, Joana Maria. **Heróis do cotidiano**: mídia, violência e polícia nas cidades do Rio de Janeiro e Nova York. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística aplicada crítica**. 4. ed. Campinas: Editora Pontes, 2003.

ROCHA, D. Identidade, representações e performatividade: palavras, ações e crucificação na Parada Gay em São Paulo. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 19, n. 4, p. 849-870, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbla/a/Z7PfYHTxDjGFHCSgkVHB4fy/?lang=pt. Acesso em: 15 mar. 2025.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **ADO 26**. Disponível em: https://www.stf.jus.br. Acesso em: 22 dez. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **RE 1.010.606**. Disponível em: https://www.stf.jus.br. Acesso em: 22 dez. 2024.

UNITED STATES. **The Nature and Scope of Sexual Abuse of Minors by Catholic Priests and Deacons in the United States, 1950-2002**. Washington: John Jay College of Criminal Justice, 2004.

TV GLOBO. Pastores evangélicos são acusados de abusar sexualmente de fiéis. **Fantástico**, 04 set. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/09/04/pastores-evangelicos-sao-acusados-de-abusar-sexualmente-de-fieis.ghtml. Acesso em: 20 jul. 2025.

Recebido em: 07/02/2025
Aceito em: 24/07/2025

A DESPATOLOGIZAÇÃO DO PENSAMENTO: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS INTEGRATIVAS ACERCA DE PESSOAS TRANS* SOB TUTELA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL

THE DEPATHOLOGIZATION OF THOUGH: INTEGRATIVE METHODOLOGICAL CONSIDERATIONS ABOUT TRANS PEOPLE UNDER THE SUPERVISION OF THE SOCIO-EDUCATIONAL SYSTEM IN BRAZIL*

Juliana Raquel Muzzi de Morais[1]
Bruno da Silva Campos[2]

Resumo: o presente estudo teve como objetivo elucidar aspectos referentes ao modo como as ações do sistema socioeducativo e seus agentes operam quando há necessidade de lidarem com a presença de corpos trans*. O percurso metodológico seguiu procedimentos qualitativos, através da revisão integrativa de estudos brasileiros publicados nas plataformas Scielo e CAPES. Os resultados ressaltaram a reprodução dos padrões heteronormativos, homofóbicos e transfóbicos em unidades do sistema socioeducativo brasileiro. Além disso, há uma prevalência da lógica punitiva do sistema, em detrimento de ações socioeducativas e do debate sobre gênero e sexualidade, resultando na violação de direitos, perpetuação da vulnerabilidade da comunidade LGBTQIAPN+ institucionalizada nesses espaços. Por fim, conclui-se que talvez, o desafio maior esteja em despatologizar o pensamento acerca da hegemonia hetero-cis-normativa, imposta como único modo permitido de performar e viver em sociedade.
Palavras-chave: Transexualidade; Socioeducação; Gênero; Juventude transgênero; Direitos humanos.

Abstract: the present study aimed to elucidate aspects related to how the actions of the socio-educational system and its agents operate when they must deal with the presence of trans* bodies. The methodological approach followed qualitative procedures, based on an integrative review of Brazilian studies published on the Scielo and CAPES platforms. The results highlighted the reproduction of heteronormative, homophobic, and transphobic patterns within Brazilian socio-educational system units. Furthermore, a prevalence of the system's punitive logic was observed, to the detriment of socio-educational actions and the debate on gender and sexuality. This results in the violation of rights, perpetuating the vulnerability of the LGBTQIAPN+ community institutionalized in these spaces. Finally, it is concluded that perhaps the greatest challenge lies in depathologizing the hetero-cis-normative hegemony, which is imposed as the only permissible way of performing and living in society.
Keywords: Transsexuality; Socioeducation; Gender; Transgender youth; Human rights.

1 INTRODUÇÃO

O Estado brasileiro consolidou, através da Constituição de 1988 (CF 1988), perspectivas acerca dos direitos humanos, inclusive em alinhamento aos dispositivos internacionais outrora vigentes. Ainda que os direitos da população LGBTQIAPN+ não

[1] Mestra em Administração Pública, especialista em Psicopedagogia Institucional, bacharela em Relações Públicas. Psicóloga Clínica.
[2] Doutor em Saúde Coletiva - PPGSC/ UFES (2018 - 2022). Mestre em Psicologia Institucional pela UFES (2016-2018). Especialista em Neuropsicologia, Avaliação Psicológica e Dependência Química. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo, (2008). Atualmente atua como coordenador do Curso de Psicologia no Centro Universitário Serra Dos Órgãos - UNIFESO e Professor do curso de psicologia no UNILASALLE_RJ, onde coordena o grupo de estudos em psicologia, saúde e Justiça.

estejam direta e claramente expressos em seu texto, os atores da esfera pública e jurídica têm se valido dos preceitos constitucionais para garantir a compensação, acesso e promoção de direitos na arena pública à referida comunidade (Almeida et al., 2023).

Consequentemente, adultos, crianças e adolescentes são percebidos como sujeitos abarcados naquela concepção de direitos. Para tanto, logo após a CF 1988, publicou-se, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069 de 1990. Entretanto, quando esses sujeitos estão sob tutela do Estado, via sistema socioeducativo, a manutenção e garantia do acesso aos direitos, ainda que previstos, se torna incerta e desafiadora (Garcia; D'ângelo, 2019).

Nessa perspectiva, é agravante caso o sujeito adolescente se identifique como uma pessoa trans*. Ainda que os estudos neste âmbito sejam escassos, é possível verificar, naqueles existentes, o frágil aparato institucional que se esforça para garantir o respeito, direito à própria vida e sua dignidade (Fontoura; Ribeiro, 2019). Conquanto, o entendimento negativo de crise, atribuída socialmente à fase adolescente, faz com que, sobretudo nos espaços socioeducativos, a questão da sexualidade ganhe evidência e sentinela por parte dos atores institucionais (Garcia; D'ângelo, 2019).

Portanto, o objetivo deste artigo é de elucidar aspectos referentes ao modo como as ações do sistema socioeducativo e seus agentes operam quando há necessidade de lidarem com a presença de corpos trans*. Para atingir esse propósito, o estudo apresentará, em seu referencial teórico, conceitos e aspectos relativos ao gênero, sexualidade, normatividade e identidade. Posteriormente, realizar-se-á uma breve contextualização do sistema socioeducativo. Em sequência, serão explicados o percurso e os procedimentos metodológicos para, então, apontar os resultados, discussão e as considerações finais.

2 GÊNERO, SEXUALIDADE, NORMATIVIDADE E IDENTIDADE

A questão do gênero e da sexualidade é trazida, historicamente, por diferentes atores sociais, do campo filosófico, científico e político. Em função disso, serão apresentados conceitos, de modo não exaustivos, atinentes aos âmbitos da ciência, filosofia, e da arena institucional política e social. Em sequência, serão colocadas perspectivas da construção conceitual das identidades de gênero no Brasil.

Sabe-se que esse território dos gêneros e sexualidades é, por vezes, um espaço imanente a conhecer em nossa experiência humana (Foucault, 2015; Foucault, 2018).Nesse debate sobre os entendimentos de gênero, vale trazer à cena as contribuições de Judith Butler (2015). A autora entenderá gênero como uma questão de *performance*, ou seja, tais prescrições atribuídas sobre os indivíduos, ao longo das suas condições sociais-materiais-culturais, os fazem desempenhar certos atributos, na qualidade de enquadramentos identitários. Estes atributos fazem sustentar uma idealidade, inscrevendo esse sujeito em um campo normativo.

> Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. Essas condições normativas para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, de modo que nossa própria capacidade de discernir e nomear o "ser" do sujeito depende de normas que facilitem esse reconhecimento (Butler, 2015, p. 17).

É atributo desses sujeitos, produzidos a partir dos dispositivos normativos, o descolamento de uma posição estática, uma vez que esses dispositivos normativos estão em um completo agrupamento, causando interferência e interrupções entres eles próprios. Além dessa perspectiva de gênero, podemos pensar, a partir de Donna Haraway, que "[...] gênero é um campo de diferença estruturada e estruturante, no qual as tonalidades de localização extrema, do corpo intimamente pessoal e individualizado, vibram no mesmo campo com as emissões globais de alta tensão" (Haraway, 1995, p. 29).

Efetivamente, é próprio, da categoria de gênero, apresentar atributos de diferenciação em meio à história de nossos tempos. Logo, é próprio também da vida, resistir a normatividade e construí-la ao mesmo tempo. Isso provoca contemplar as razões pelas quais há sujeitos que são reconhecíveis, enquanto outros, acabam recaindo em uma normatividade do esquecimento.

Para além da *performance* e de uma identidade estática, o uso do termo trans* - com asterisco, pretende problematizar a ideia de que o gênero se refere a um conceito dinâmico e composto de expressiva plasticidade. Dessa maneira, aspira-se colocar em xeque toda a certeza, inclusive patologizante, que realiza identificações diagnósticas e designa experiências incertas que refutam toda forma de violência discursiva imprecisa, incompleta, seja biomédica, seja social (Halberstam, 2023).

E, no tangente à violência, Favero (2020) salienta sobre o modo imprescindível em que se propõe uma desarticulação com o que comumente atribui-se à população LGBTQIAPN+. De um lado, o discurso hegemônico é de que os LGBT's são os corruptores do sistema tradicional. De outro lado, é justamente o tradicionalismo hegemônico que, numa exaltação violenta, se incomoda e identifica como problema modos diferentes de existir. Com efeito, não seria a população LGBTQIAPN+ responsável pela concepção controversa, mas, sim, a hegemônica supremacia cisgênero e heteronormativa.

Para tanto, diante da ordinária violência que constitui o modo libidinal em que a população ora referida se relaciona em sociedade, incumbe-se a colocação de um problema: o que seria uma vida LGBTQIAPN+ diante do cenário da violência? Tomar aquilo que Butler (2015) pensa sobre a violência e os enquadramentos diurnos dos corpos, é pensar que estes vetores constituem sobre nós disposições éticas, políticas e afetivas. Logo, é válido pensar que

> [...] uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva. Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras" (Butler, 2015, p. 13).

É acerca dessa formulação que se pode cogitar que os afetos e identidades são produzidos sobre os corpos, a partir de circuitos específicos de relações intragrupos e intergrupais. Resulta-se que as existências são como efeitos colaterais dos acontecimentos discursivos sobre a superfície do corpo. Portanto, frente à realidade contemporânea, não bastaria somente a denúncia catártica da violência constitutiva, mas, astutamente, agenciar, de alguma forma, com essa despossessão negativa produzida pela violência, o que estranhamente não é um elogio a violência.

Talvez, o agenciamento supracitado implicaria pensar em uma forma de se haver com essa experiência real de indeterminação e modificação dos nossos quadros, haja vista que "a condição precária da vida nos impõe uma obrigação" (Butler, 2015, p. 14). Logo, a gramática da violência faz funcionar verdadeiramente um horizonte destrutivo sobre aqueles corpos que escapam à norma, mas, ao mesmo tempo, em meio às ruínas, emerge uma nova construção.

Neste cenário, interessante resgatar Foucault (2015) em sua reflexão sobre a força repressiva em torno da sexualidade, emergida no século XIX. Para o autor, é como se, num relance, a sexualidade, que não era questão, se tornasse algo restrito a um casal, um quarto, com traços de utilidade, norma e poder. Neste sentido, nuances que extrapolam as perspectivas supracitadas são reprimidas, inexistentes e expulsas.

Com efeito, os mecanismos repressivos são capazes de informar, a quem não se enquadra na norma, a hipócrita afirmação de seu aniquilamento, supressão, inexistência e silenciamento. E isso desvela o quanto a sexualidade tornou-se um atributo privado e que, por vezes, está circunscrito ao quarto dos pais, pois é agora um assunto não-dito de privilégio dos adultos (Foucault, 2015).

Outrossim, Preciado (2018), numa análise às reflexões de Deleuze e Guattari elucida toda a censura, numa perspectiva de regulação sexo política, que buscava cercear o ânus, a masturbação e a homossexualidade. Neste caso, a problemática do ânus, num aspecto, impenetrável, marca a visão ocidental de homens privilegiados e fomenta a subjetiva masculinidade hétero. De outro, problematiza a divisão dos sexos, classes e posições econômicas, sejam lá quais forem.

Também, neste resgate teórico - histórico, é importante evidenciar o movimento de despatologização das identidades trans a partir da 72º Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, entre os dias 20 e 28 de maio de 2019. Esse momento culminou na retirada da classificação da transexualidade como transtorno mental da 11º versão da Classificação

Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID). Apesar do esforço de se discutir a temática trans* fora do escopo patológico, a CID 11 introduz o conceito incongruência de gênero, que, ainda, traz uma carga de inadequação e, portanto, patológica, tanto biológica quanto psicologicamente (Cano-Prais; Costa-Val; Souza, 2021).

Trazendo a discussão para a constituição de identidades para a arena brasileira, a despeito de um certo alinhamento à perspectiva internacional, é válido construir uma breve elucidação referente aos termos pessoas trans, transexuais, travesti, homem trans e não binário. Carvalho (2018) abordou a construção de identidades políticas, neste aspecto conceitual, a partir de pontos conflituosos na agenda de movimentos sociais brasileiros, ocorridos, no Brasil, em 2009 e 2015. Em linhas gerais, o estudo do referido autor permite inferir que:

> - Em se tratando das identidades femininas de gênero, os termos trans e transexuais foram adotados a partir de influências tanto sociais quanto biológicas, uma vez que envolviam pessoas com maior bagagem cultural, escolarização, e buscavam serviços médicos, submetendo-se às perspectivas tanto nosológicas quanto de adequação corporal. Isso marcou, socialmente, uma distinção entre essas e as travestis.
> - Sobre as travestis, atribui-se, de um lado, desinibição com seu corpo em razão das contingências, como a necessidade de se fazer programas. De outro, relaciona-se, às origens em classes sociais menos favorecidas, menor tolerância por comportamentos divergentes do normativo. Comumente, relata-se que "se a família descobre um menino muito feminino, muito afeminado, ele... simplesmente corta, não aceita, vai embora. Se você não quer ser homem, você vai embora da família".
> - No que se refere aos homens trans (ou transexuais, inicialmente), durante o processo de construção política, os entendimentos tencionaram nomenclaturas como "homem trans", "não-binários" (que se encontrariam nos meandros das várias possibilidades existentes entre o masculino e o feminino)[3] e "transmasculinos". O fato tinha origem em certo grupo, dentro do movimento social, buscava identificação, haja vista não se perceberem em nenhuma das classificações adotadas até aquele momento;
> - Em oposição as identidades femininas, que pareciam buscar maior adequação corporal quando vêm de camadas sociais mais favorecidas, no caso das transmasculinidades, era justamente nas camadas menos favorecidas socialmente, negros e periféricos, que se via esforço numa correspondência à cisnormatividade. Uma das justificativas seria a necessidade frente aos riscos de violência que os mais vulneráveis estariam, possivelmente, mais expostos. De outro lado, eram os jovens da classe média e brancos quem expressavam e problematizam a perspectiva da não-binariedade.

Diante do exposto, para melhor aproximação e alinhamento conceitual ao objeto analisado neste estudo, serão apresentadas, na seção seguinte, alguns elementos importantes que constituem o sistema socioeducativo brasileiro.

1 Tais argumentos encontraram guarida na perspectiva *queer*, que problematizam, justamente, a lógica binária do gênero e suas expressões (Carvalho, 2018).

3 O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL

No âmbito nacional, dois instrumentos normativos são elementos-chave na concepção do sistema socioeducativo: o ECA e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase. O primeiro, advindo em 1990, sinaliza a perspectiva cidadã da pessoa adolescente como sujeito de direitos e se esforça num discurso que rompe com o *modus operandi* punitivo. Já o segundo, instituído na década de 2000, tem como proposição a comunidade socioeducativa: um arranjo de gestão participativa que envolve trabalhadores do sistema e os jovens, tendo como pilar fundamental a solidariedade mútua (Balbinot *et al*., 2022).

Por conseguinte, são as medidas socioeducativas os mecanismos propostos, a partir daqueles instrumentos normativos de maior escopo, a tratarem da responsabilização dos adolescentes sobre os atos infracionais ora atribuídos. Esse modo de responsabilização encontra respaldo numa ideia, advinda de movimentos sociais e educacionais, que relaciona a prática pedagógica ao compromisso institucional tanto com os direitos humanos, quanto à mitigação de modos de produção balizados pela exploração (Silva; Alberto; Costa, 2022).

A saber, são as medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e, por fim, a internação. Tais medidas são uma tentativa de oferecer proteção social às crianças e adolescentes, a partir de uma compreensão em que houve alguma ação de omissão ou abuso dos pais, responsáveis, Estado, e, até mesmo, da sociedade. Apesar disso, há indicativos que colocam em xeque a efetividade das medidas socioeducativas (Costa; Alberto; Silva, 2019; Souza; Costa, 2013).

Para tanto, a criança ou adolescente, alvo daquelas medidas, são aqueles considerados em conflitos com a lei. Em grande maioria descritos como do sexo masculino[4], esses jovens são, de certa forma, capturados pelo sistema judiciário. Numa lógica dualista, esse sistema oferece, de um lado, a vigilância e a punição e, de outro, tenta conceder cidadania, propondo o acesso, desses jovens, às políticas públicas de saúde e educação, por exemplo. (Scisleski *et al*.,2015).

Na perspectiva da cidadania, sobretudo aplicada a pessoas travestis e transexuais, o Conselho Nacional de Justiça, em 2020, editou a resolução 348[5]. Essa resolução prevê direitos e garantias às pessoas LGBTI no sistema penal. Para o caso de pessoas trans sob tutela do sistema socioeducativo, prevê-se garantias: o direito ao nome social e revistas realizadas por profissionais do mesmo gênero. Ou seja, uma interna trans* deve ser revistada por uma profissional do gênero feminino e, um interno trans*, por um profissional do gênero masculino (Conselho Nacional de Justiça, 2020).

[4] Manteve-se a nomenclatura "sexo masculino" utilizada pelo autor referência da citação.

[5] Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/02/pessoas-lgbti-penal-cartilha-para-implementacao-resolucao-348-2020.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

4 PERCURSO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se configura em uma revisão integrativa sobre estudos brasileiros que contemplem as temáticas “socioeducativo”, e “trans”. Para o desenvolvimento, foram adotados procedimentos qualitativos. Para Whittemore e Knafl (2005), o “termo integrativa tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pesquisas utilizadas no método”, ponto esse que “evidencia o potencial para se construir a ciência” (Botelho; Cunha; Macedo, 2011, p. 127).

Ademais, a revisão integrativa se destaca como uma metodologia que vai além das revisões tradicionais, como a revisão sistemática. Ela permite a inclusão de diferentes tipos de estudos, como pesquisas quantitativas e qualitativas, possibilitando uma compreensão mais abrangente e holística de um tópico de pesquisa (Whittemore; Knafl, 2005). Essa abordagem analítica e reflexiva permite a identificação de lacunas no conhecimento existente e a formulação de recomendações para pesquisa futura.

Em um contexto em que a produção de conhecimento cresce exponencialmente, a revisão integrativa oferece uma contribuição inestimável. Ela ajuda a organizar e sintetizar informações dispersas, oferece *insights* abrangentes sobre um tópico e auxilia na construção de um corpo de evidências sólidas que orienta a prática clínica, a tomada de decisões políticas e o desenvolvimento de novas pesquisas (Whittemore; Knafl, 2005).

Consoante, a pesquisa qualitativa valoriza a percepção dos indivíduos, numa lógica de subjetividade e multiplicidade. Dessa maneira, tanto o pesquisador quanto o pesquisado contribuem para a construção da realidade que está em estudo. Além do mais, a experiência com o fenômeno, o pensamento indutivo, e a construção do raciocínio que parte de um ponto específico (e não de um conceito geral) são particularidades importantes a serem consideradas neste modo de pesquisar (Patias; Hohendorff, 2019)

Para a coleta de dados, a pesquisa bibliográfica se deu via plataforma Scielo Brasil e portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Na Scielo, utilizou-se, numa primeira busca, o termo “socioeducativo” e “transexualidade”, retornando um artigo. Posteriormente, a pesquisa utilizou os termos “socioeducativo” e “sexualidade", retornando dois estudos, sendo que, um deles foi incluído para análise.

Numa tentativa de ampliar o escopo, buscou-se, também, pelo termo “socioeducativo”, sem adições, na Scielo. Essa busca retornou 85 artigos, sendo que, dentre eles, os estudos de interesse que abordavam a temática trans* foram, justamente, os mesmos encontrados, tanto na Scielo, nas buscas mais específicas, quanto na CAPES. No portal CAPES, a busca por estudos incluiu os termos “socioeducativo” e “LGBT”, retornando 05 estudos. Dentre eles, 4 atenderam os critérios de busca. A pesquisa se restringiu a identificar estudos brasileiros.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

QUADRO 1 - Relação dos artigos analisados e síntese dos principais aspectos.

Título do artigo, autor e ano da publicação	Objetivo	Desenho e procedimentos metodológicos	Resultados e considerações sobre a sexualidade
Navegar nas águas profundas da Socioeducação: um aprofundamento sobre gênero, sexualidades e masculinidades. Sandra Regina Oliveira Faustino. 2019	Analisar questões de gênero, sexualidades, masculinidades, práticas sexistas e homotransfóbicas nas unidades do Novo Departamento Geral de Ações Socioeducativas - Degase - RJ.	Estudo exploratório-descritivo. Entrevistas semiestruturadas aplicadas a educadores e educandos; grupo focal entre adolescentes; revisão bibliográfica e documental.	Reprodução da heteronormatividade e exclusão dos corpos considerados desviantes. Na escola, as temáticas sobre a sexualidade em aspectos biológicos ainda são privilegiadas. Falta capacitação profissional no manejo às temáticas da sexualidade, gênero e masculinidades.
"Aqui é uma casa masculina"! Juventude trans e socioeducação. Márjori Heitich Fontoura e Fernanda Bittencourt Ribeiro. 2020	Apresentar o ingresso de uma adolescente transgênero, Rosa, em uma unidade socioeducativa da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (Fase - RS)	Estudo de caso. Estudo exploratório descritivo qualitativo, realizado por meio de observações, entrevistas informais e pesquisa documental. Também foi aplicado questionário semiestruturado com um jovem interno, dois servidores da instituição e com a Rosa.	Reprodução dos padrões heteronormativos, tanto pelos profissionais quanto por demais jovens internos; segregação e invisibilidade das questões de gênero, homofobia e transfobia. Ausência de políticas públicas e mecanismos institucionais para lidar com pessoas LGBT. Violações de direitos humanos.
Política para adolescentes LGBT no socioeducativo mineiro? Notas sobre um cenário de embates. Eduarda Lorena de Almeida; Fernanda Machado Givisiez; Thais Lemos Duarte; Marcella Furtado Magalhães. 2023.	Analisar a construção e perspectivas da Política Estadual de Atendimento e Tratamento da Pessoa LGBT em Minas Gerais e como se aplica nas unidades do sistema socioeducativo no estado.	Estudo de caso de caráter qualitativo. Utilizou-se da análise documental e entrevistas semiestruturadas.	Apesar da resolução 18/2018, o Estado de Minas Gerais carece de uma política socioeducativa robusta. Adesão fragmentada dos servidores da linha de frente, resultado da discricionariedade dos agentes, especialmente, nas unidades situadas fora da capital mineira. Manutenção de ações punitivas do sistema socioeducativo, sem solucionar as vulnerabilidades que acometem o público LGBT.
Tiranias na intimidade: impasse em torno da revista íntima de travestis presas. Vanessa Sander. 2023.	Refletir sobre o modo de produção de regulação moral, gênero e sexualidade que envolve travestis sob tutela do sistema prisional e socioeducativo, em especial no que se refere às resoluções que modificam o atendimento dispensado às pessoas LGBT nos referidos sistemas de Minas Gerais.	Ensaio e Estudo de caso desenvolvido através da etnografia.	À população trans, resta um lugar de massa carcerária, estratificada a partir de pressupostos generificados, raciais e classistas. Influência mútua entre o *modus operandi* do Estado e discursos da esfera privada da sociedade, acerca dos corpos e da estatização do gênero.
Sexualidade na medida socioeducativa de internação: traçando pistas por uma revisão da literatura. Aline Monteiro Garcia; Hebe Signorini Gonçalves. 2019	Mapeamento da bibliografia a fim de identificar como os profissionais do sistema socioeducativo lidam com as questões da sexualidade envolvendo adolescentes em cumprimento de medida.	Revisão bibliográfica, através de combinações diversas das seguintes palavras-chave: sexualidade, adolescentes, socioeducativo, direitos sexuais e direitos reprodutivos.	Descolamento da sexualidade enquanto proposta de trabalho na socioeducação. Predomínio de ações numa perspectiva de vigilância e controle, excluindo os jovens das questões da própria sexualidade, percebidas como algo a ser evitado.
Corpos trans* na medida socioeducativa de internação: desestabilizando práticas e produzindo novidades. Aline Monteiro Garcia; Luisa Bertrami D'Angelo. 2019	Apresentar como a chegada de uma jovem trans, Estrela, em uma unidade feminina do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro produziu e tencionou práticas e dinâmicas nas camadas institucionais e nos espaços.	Estudo de caso desenvolvido através da cartografia.	Obscuridade entre os conceitos de identidade de gênero e orientação sexual; a produção biológica dos sujeitos e reprodução da lógica binária de gênero. Desconhecimento por parte dos profissionais acerca dos aparatos legais que garantem direitos como o uso do nome social. Interferências de valores pessoais dos agentes socioeducativos.

Fonte: Autores (2025).

O quadro acima contém os estudos ora analisados e, adiante, serão construídas explicações mais detalhadas e discussões sobre eles. No que se refere aos objetivos dos estudos, identificou-se que dois deles pretenderam analisar situações sobre a admissão de internas ao sistema socioeducativo. Também, se esforçaram em discorrer sobre os dilemas e conflitos emergidos a partir da presença de corpos trans* em unidades do referido sistema, situadas nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Dois estudos tiveram como território analisado o estado de Minas Gerais. Um deles, objetivou analisar a configuração da Política Estadual de Atendimento e Tratamento da Pessoa LGBT em Minas Gerais e como se aplica nas unidades do sistema socioeducativo no estado. O outro, analisa eventuais desdobramentos, de uma audiência pública, sobre as resoluções mais recentes, advindas do âmbito nacional, sobre o atendimento que se orienta dar à população LGBT nos sistemas prisional e socioeducativo.

Um estudo se aplica a análise das questões de gênero, sexualidades, masculinidades, práticas sexistas e homotransfóbicas nas unidades do Novo Departamento Geral de Ações Socioeducativas - Degase - RJ. Também, um estudo realiza um mapeamento da bibliografia a fim de identificar como os profissionais do sistema socioeducativo lidam com as questões da sexualidade envolvendo adolescentes em cumprimento de medida.

Acerca do desenho e procedimentos metodológicos, dentre os seis estudos, identificou-se cinco estudos de caso, descritivos e qualitativos. Dentre eles, um se apresenta consideravelmente opinativo, com mais características de um ensaio, utilizando procedimentos etnográficos, enquanto que os outros três realizaram, também, entrevistas, análises documentais e revisão da literatura. Um deles se valeu de procedimentos cartográficos. Outro, de procedimentos qualitativos de revisão da literatura.

Quanto aos resultados e considerações dos estudos, vale esclarecer que, alguns dos elementos apresentados pelos autores foram resumidos em conceitos-chave. Isso se deu para viabilizar a sistematização desses mesmos resultados e fomentar a discussão, deste estudo, num nível conceitual pertinente.

Naquela perspectiva, o uso da palavra “trans” sem o asterisco deve-se ao fato de ter sido assim mencionada nos estudos em questão. Portanto, nesta seção, o uso do termo “trans” seguirá em consonância aos estudos que compõem esta análise. Além disso, o uso da sigla LGBT ao invés de LGBTQIAPN+ tenta obedecer, também, o que se encontrou nos estudos analisados.

Em sociedades coloniais e pós-coloniais, as violências generificadas são parte de um projeto de configuração social. Durante a colonização era comum o estupro de mulheres e o domínio das terras exercido por tropas compostas, em sua grande maioria, por homens. Portanto, a violência impetrada contra pessoas trans*, possivelmente, tem origem numa prática colonial que impõe regras e estrutura social a partir da classificação e hierarquização

de corpos, justificada tanto numa lógica de domínio quanto em noções de classe, raça e anatomia (Connell, 2016).

Por esse ângulo, os elementos identificados, neste estudo, provavelmente, se respaldam naquela trajetória histórica supracitada. Dentre eles, estão presentes de modo mais expressivo a reprodução da heteronormatividade, a homofobia e a transfobia. Por conseguinte, os efeitos percebidos, a partir de tais reproduções, culminam numa tentativa de construir as relações, significados e performances de gênero a partir de caracteres físicos e anatômicos, com base em perspectivas puramente biologicistas.

Efetivamente, houve prejuízo no acesso de pessoas trans a direitos básicos como a educação e acolhimento devidos. Ainda, somou-se uma possível ausência de qualificação e capacitação de agentes públicos Apesar de ocuparem um lugar que presta aos sujeitos acesso a um bem público, por direito, inerente aos seus atributos pessoais, físicos ou morais, esses atores institucionais parecem se pautar tanto numa ideia biologicista quanto nos valores pessoais, ainda que dissonantes de suas atribuições como agentes de Estado.

No que se refere à reprodução da heteronormatividade e consequentes homofobia e transfobia, parece haver certa fundamentação no conceito que Haraway (1995) propõe acerca do gênero. Para a autora, gênero é justamente colocado como um aspecto que é estruturante e estruturado, ao mesmo tempo. Ou seja, é provável que a ideia difundida entre o meio social seja assentada, de fato, numa estrutura que dê vazão a uma lógica estruturante a partir da norma vigente - a biológica.

Em consonância, Faustino (2019) considera a existência de uma projeção do universo social nas unidades socioeducativas. Portanto, o que se projeta, dentro delas, é justamente o preconceito, a heteronormatividade e a concepção estereotipada de gênero. E essa reprodução é extensiva e normalizada tanto no sistema socioeducativo quanto nas próprias organizações que operam crimes.

Nesse aspecto, Connell (2016) discute sobre a necessidade de aprimoramento da discussão de gênero. A autora evidencia o modo como as pesquisas do assunto têm, ainda, abordado a questão a partir da ideia do masculino e feminino, numa proposta estática e categórica, corroborando a ideia estruturante e estruturada trazida por Haraway (1995). Na prática, as conversas sobre a temática se fundamentam, ainda, nas diferenças categóricas ao invés de considerarem as experiências subjetivas.

Quanto ao prejuízo de acesso causado a pessoas trans, em relação aos direitos fundamentais, os resultados deste estudo corroboram com a reflexão trazida por Garcia e D'ângelo (2019). Para os autores, apesar de as pessoas adolescentes terem direitos fundamentais garantidos, seja através da Constituição Cidadã, seja por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez tutelados pelo sistema socioeducativo, torna-se desafiadora a garantia de acesso a direitos básicos.

Logo, se, de um lado, as Medidas Socioeducativas - MSEs, têm amparo no ECA e no Sinase, de outro lado, elas não deram conta de romper com a lógica disciplinadora herdada desde antes da existência desses novos arranjos institucionais. Entretanto, a lógica (prevalente) disciplinadora tenta enquadrar os sujeitos em modos aos quais eles não conseguem corresponder.

Na prática, as medidas socioeducativas acabam por se confirmarem e contaminarem-se de uma ideia higienista. Desse modo, são mantidos os fomentos do ciclo de pobreza, da criminalização dos sujeitos e da reafirmação dos preconceitos (Jimenez; Frasseto, 2015 *apud* Balbinot *et al*., 2022).

Outrossim, evidenciou-se a falta de capacitação do corpo profissional do sistema socioeducativo para lidar com as questões referentes à sexualidade, gênero, principalmente no que se refere à população LGBT. E, neste aspecto, merece destacar que tal incapacidade reflete, inclusive, no modo com que os próprios internos tendem a reproduzir as fobias e a heteronormatividade entre seus pares.

Baptista (1999) sugeriu a necessidade de debates, ainda nos ambientes de formação, que contemplem as temáticas de gênero e sexualidade. Isso por haver uma espécie de lacuna na academia, que ignora debates e não implementa esforços para configurar uma formação profissional que dê conta das questões de gênero. Essa lacuna tem, além do aspecto técnico, raízes de ordem ética, política e conceituais. Na prática, seria como a academia, de fato, também reproduzisse uma lógica cis-branco-heteronormativa.

À vista disso, o que se identifica é maior desproteção da comunidade LGBT institucionalizada nesses espaços, além da sistemática violação de direitos, inclusive para além do ambiente socioeducativo. Tal problemática pode ser analisada partindo de três perspectivas: a primeira, sobre os efeitos de não haver debates consistentes sobre questões de gênero na sociedade; a segunda, se refere à adolescência e, a terceira, sobre a população LGBT.

Negligenciar questões de gênero, sexualidade e suas perspectivas socioculturais, só contribui para a perenização de ciclos de intolerância e violência (Faustino, 2019). Nessa perspectiva, promover discussões pertinentes sobre a problemática do gênero e da sexualidade, ofereceria possibilidades de reposicionamento no campo das relações sociais com vistas mais equitativas.

Tais discussões poderiam ser um instrumento robusto para o aprimoramento dos processos de formação profissional, principalmente daqueles mais diretamente envolvidos com a temática (Baptista, 1999).

Referente à adolescência, há uma noção prevalente de que se trata de uma fase de crise. Nesse sentido, ações de vigilância e maior austeridade, no âmbito da sexualidade, seriam justificadas, a despeito da garantia de direitos respaldada pelos mecanismos legais e normativos (Garcia; D'ângelo, 2019).

Já no tangente à população LGBT, Favero (2020) explana que, se de um lado, a população LGBT é considerada corruptora do tradicionalismo, é justamente o tradicionalismo que se recusa em aceitar modos distintos de existir que não aqueles considerados pela hegemonia.

Neste cenário de tradicionalismo, por exemplo, a despeito da resolução 18/2018, em Minas Gerais, ocorreu um movimento reacionário por parte dos agentes socioeducativos, em geral. Várias fragilidades foram apontadas naquele processo, a saber: o acompanhamento insuficiente ou inexistente por parte dos gestores responsáveis pela implementação da resolução; um possível efeito da discricionariedade elevada dos burocratas do nível da rua acerca de suas condutas. Logo, o que se pereniza, em princípio, é a lógica punitiva do sistema socioeducativo e a vulnerabilidade de pessoas LGBT sob tutela deste sistema.

Tangente à lógica punitiva, é admissível que esta se desdobre em dois aspectos: a primeira, dada pela vigilância e controle e, a segunda, pelo comportamento de evitação sobre a abordagem de assuntos referentes à sexualidade em geral. Assim, a impressão é de que a socioeducação se baseia em mecanismos mais repressivos do que em modos de promover conhecimento e socioeducação.

Vinuto (2021), desenvolveu um estudo que pretendeu discutir aspectos referentes à generificação do trabalho de agentes socioeducativos no Rio de Janeiro. Seus achados corroboram a perspectiva de um sistema socioeducativo que valoriza procedimentos de segurança em detrimento às ações socioeducativas. Além do mais, há uma valorização de performances lidas como masculinas, pautadas na inibição da empatia e demonstração da agressividade para o desempenho profissional.

Dentre as vulnerabilidades que afetam pessoas trans no sistema socioeducativo, estão a inclusão numa lógica de encarceramento com vieses generificados, classistas e raciais persistentes. Tal lógica parece encontrar respaldo numa narrativa, oriunda da polivalência tática dos discursos, construída a partir dos conceitos de gênero e conectados, de modo proposital, violento e anticientífico, a preceitos religiosos, morais e de ordem privada, conforme interesses de certos atores sociais e agentes públicos (Sander, 2023).

Ou seja, como se a evitação sobre a abordagem da temática sobre sexualidade já não fosse suficientemente capaz de gerar danos, soma-se a construção de uma narrativa que parece demonstrar uma dinâmica entre o Estado e esses atores ou agentes públicos, no sentido de retroalimentação de um *modus operandi* opressor à população LGBT.

Além do mais, essa narrativa reforça um lado obscuro no que se refere ao entendimento sobre gênero e orientação sexual, reforçando, também, uma lógica binária, genital e biológica de produção de sujeitos, desconhecendo seus direitos perante as leis do próprio Estado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo elucidar aspectos referentes ao modo como as ações do sistema socioeducativo e seus agentes operam quando há necessidade de lidarem com a presença de corpos trans*. Configurado em uma revisão integrativa qualitativa, por seus meios, foram encontradas de modo expressivo reproduções heteronormativas, homofóbicas e transfóbicas por parte das instituições socioeducativas e seus agentes.

Outrossim, parece não haver uma distinção clara entre o papel do agente público enquanto agente de Estado e suas convicções de ordem privada, o que parece dificultar a implementação de decisões e políticas públicas neste sistema.

Entretanto, sugere-se parcimônia na consideração dos elementos trazidos à tona por este estudo. Sabe-se que os estudos qualitativos, como este, não permitem generalizações. Além do mais, a necessidade de se interpretar as elucidações dos estudos ora analisados em conceitos-chave, justamente para melhor conduzir o processo de revisão, é passível de viés por parte do pesquisador. Desta maneira, considera-se, aqui, as principais limitações deste estudo.

Todavia, os resultados deste artigo podem ser apreciados com o objetivo de instigar análises futuras, tanto as mais holísticas quanto outras mais específicas. No que se refere aos estudos generalistas, espera-se que este artigo contribua para que sejam encontrados melhores mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas públicas atinentes ao sistema socioeducativo.

Sobre aspectos mais específicos, é provável que pesquisadores interessados na temática consigam, além da produção do conhecimento e da identificação de fatores sociais, raciais e generificados (comuns nos casos aqui analisados), dar voz aos sujeitos que têm, cotidianamente, seus direitos violados.

Talvez, o desafio esteja situado em despatologizar o pensamento, a ideia cis-branco-heteronormativa de que esta é a única performance de viver uma vida digna. E isso implica afirmar os novos lugares das identidades de gênero e sexualidade em nossos cotidianos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. L. *et al*. Política para adolescentes LGBT no socioeducativo mineiro? Notas sobre um cenário de embates. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 93-118, jan.-abr. 2023.

BALBINOT, C. *et al*. O convívio entre adolescentes em medida socioeducativa de internação. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 27, e48317, 2022.

BAPTISTA, L. A. A atriz, o padre e a psicanalista: os Amoladores de Facas. *In*: BAPTISTA, L. A. **A cidade dos sábios**. São Paulo: Summus, 1999.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio-ago. 2011. Disponível em: https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220. Acesso em: 03 set. 2023.

BUTLER, J. Introdução: Vida precária, vida passível de luto. *In*: BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 13-56.

CANO-PRAIS, H. A., COSTA-VAL, A; SOUZA, E. R. Incongruências classificatórias: uma análise dos discursos sobre as propostas da CID11 em relação às experiências trans. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 62, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/4BxfjJ3wRFByzjyZDxBWRzs/. Acesso em: 12 nov. 2023.

CARVALHO, M. "Travesti", "mulher transexual", "homem trans" e "não binário": interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 52, p. e185211, 2018.Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/MyFKg4jJ4dBr6Zzfpb7vL9Q/abstract/?lang=pt#. Acesso em: 08 jul. 2023.

CONNELL, R. **Gênero em termos reais**. Tradução: Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Pessoas LGBTI no Sistema Penal** - Cartilha para Implementação da Resolução CNJ 348/2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/02/pessoas-lgbti-penal-cartilha-para-implementacao-resolucao-348-2020.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

COSTA, C. S. S.; ALBERTO, M. F. P., SILVA, E. B. F. L. Vivências nas medidas socioeducativas: possibilidades para o projeto de vida dos jovens. **Psicologia**: ciência e profissão. Brasília, v. 39, p. e186311, 2019.

FAUSTINO, S R. O. Navegar nas águas da Socioeducação: um aprofundamento sobre gênero, sexualidades e masculinidades. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 8-29, jan.-abr. 2019.

FAVERO, S. **Pajubá-terapia**: ensaios sobre a cisnorma. 2. ed. Porto Alegre: Nemesis Editora, 2022.

FONTOURA, M. H.; RIBEIRO, F.B. "Aqui é uma casa masculina"! Juventude trans e socioeducação. **Conversas e Controvérsias**, Porto Alegre, v. 7, n.1, p. 1-11, jan-jun 2020.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo, Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: o cuidado de si. São Paulo, Paz e Terra, 2018.

GARCIA, A. M., D'ÂNGELO, L. B. Corpos trans* na medida socioeducativa de internação: desestabilizando práticas e produzindo novidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, n. spe. 3, p 242-56, 2019.

HALBERSTAM, J. **Trans**: uma abordagem curta e curiosa sobre a variabilidade de gênero. Tradução: Daniel Kveller. Salvador: Devires, 2023.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

PATIAS, N. D; HORENDORFF J. V. Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. **Psicologia Em Estudo**, Maringá, v. 24, e43536, 2019.

PRECIADO, P.B. **Testo Junkie**: Sexo, drogas, biopolítica na era farmacopornográfica. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SANDER, V. Tiranias da intimidade: impasse em torno da revista íntima de travestis presas. **Revista Antropolítica**, Niterói, v, 55, n. 2, e55613, 2, maio - ago., 2023.

SCISLESKI, A. C. C. et al. Medida Socioeducativa de Internação: Estratégia punitiva ou protetiva? **Psicologia & Sociedadb**, Recife, v. 27, n. 3, p. 505–515, set. 2015.

SILVA, E.B.F.L., ALBERTO, M.F.P., COSTA, C.S.S. Socioeducação: concepções teóricas no contexto das medidas socioeducativas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 35, e022047, p. 1 - 14, 2022.

SOUZA, L. A.; COSTA, L. F. A significação das medidas socioeducativas para as famílias de adolescentes privados de liberdade. **Psico-USF**, v. 18, n. 2, p. 277–287, maio 2013.

VINUTO, J. Tudo é questão de postura": o trabalho emocional realizado por agentes socioeducativos em centros de internação do Rio de Janeiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n 61, e216115, 2021.

WHITTEMORE, R., & KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, n. 52, v. 5, p.546-553, 2005.

Recebido em: 18/01/2025
Aceito em: 24/07/2025

ENSAIOS

O PUDOR É A FORMA MAIS INTELIGENTE DE PERVERSÃO: ABUSO DE DROGAS, CHEMSEX E VIOLÊNCIAS HOMOAFETIVAS

MODESTY IS THE MOST INTELLIGENT FORM OF PERVERSION: DRUG ABUSE, CHEMSEX AND HOMOAFFECTIVE VIOLENCE

Icaro Machado Ribeiro[1]
Leonardo Rogério Vieira[2]

Resumo: este ensaio analisa o conceito de pudor sob uma perspectiva psicanalítica, compreendendo-o como um mecanismo de defesa que regula e reprime impulsos sexuais. Frequentemente entendido como uma restrição moral, o pudor pode paradoxalmente ocultar ou favorecer o surgimento de formas mais complexas de perversão, como o uso abusivo de substâncias, o chemsex (uso de drogas durante o sexo) e a violência em relações homossexuais, evidenciando uma relação entre repressão e comportamentos extremos. A partir das contribuições de Sigmund Freud, argumenta-se que o pudor funciona como um "guardião" da psique, regulando o desejo e promovendo a conformidade social, e o uso dessas substancias em contexto sexual, principalmente, busca o afrouxamento/repressão desse guardião. Como metodologia, foram analisadas produções audiovisuais, como a série Baby Reindeer (Netflix), artigos e estudos de caso, bem como um estudo netnográfico no Grindr, aplicativo de encontros entre homens. Além disso, foram realizadas entrevistas de perfil com homens gays, compondo uma narrativa ancorada também em um estudo etnográfico em espaços de sociabilidade sexual, como a boate Kit Kat Club, em Berlim – especificamente durante a festa techno de fetiche Piep Show – e os bares de cruising L'Uomo e The Hole, ambos cidade do Porto. A análise considera ainda aspectos da neurobiologia do prazer, com destaque para o papel da dopamina na flexibilização temporária de normas morais, permitindo a emergência de desejos reprimidos. Assim, defende-se que o pudor, apesar de sua função repressiva, é uma estrutura culturalmente moldada e flexível, cuja suspensão momentânea revela a complexidade da sexualidade humana e seus desdobramentos psíquicos e sociais.
Palavras-chave: pudor; homens gays; neurobiologia do prazer; chemsex; repressão sexual.

Abstract: this essay analyzes the concept of modesty from a psychoanalytic perspective, understanding it as a defense mechanism that regulates and represses sexual impulses. Often understood as a moral restriction, modesty can paradoxically conceal or encourage the emergence of more complex forms of perversion, such as substance abuse, chemsex (drug use during sex), and violence in homosexual relationships, highlighting a relationship between repression and extreme behaviors. Based on the contributions of Sigmund Freud, it is argued that modesty functions as a "guardian" of the psyche, regulating desire and promoting social conformity, and the use of these substances in a sexual context, primarily, seeks to loosen or repress this guardian. The methodology used here includes audiovisual productions, such as the series Baby Reindeer (Netflix), articles and case studies, as well as a netnographic study on Grindr, a dating app for men. Furthermore, profile interviews were conducted with gay men, composing a narrative also anchored in an ethnographic study of sexually sociable spaces, such as the Kit Kat Club in Berlin—specifically during the Piep Show fetish techno party—and the cruising bars L'Uomo and The Hole, both in Porto. The analysis also considers aspects of the neurobiology of pleasure, highlighting the role of dopamine in the temporary relaxation of moral norms, allowing the emergence of repressed desires. Thus, it is argued that modesty, despite its repressive function, is a culturally shaped and flexible structure, whose momentary suspension reveals the complexity of human sexuality and its psychic and social consequences.
Keywords: modesty; gay men; neurobiology of pleasure; chemsex; sexual repression.

[1] Jornalista (International Federations of Journalists), pesquisador, autor do livro de crónicas Criança Viada (2021) e de ensaios como "A Metamorfose da Identidade: Corpos Trans na Encruzilhada da Moda e da Aceitação"; "A contradição da explicitação: o consumo do masculino enquanto objeto de desejo homossexual numa sociedade machista-homofóbica", "Literatura Viada: Histórias para Contar aos Adultos" e outros.
[2] Graduado em Ciências Biológica (Licenciatura) pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui Mestrado em Bioquímica pela UFC e possui Doutorado em Bioquímica também pela UFC.

1 A FORMA MAIS INTELIGENTE DE PERVERSÃO: UMA INTRODUÇÃO SEM AMARRAS

O pudor, na maioria das vezes associado à vergonha e à repressão, é uma construção psíquica complexa que tem intrigado estudiosos antes mesmo da concepção do método psicanalista. Entretanto, foi Sigmund Freud um dos primeiros a identificar o papel fundamental do pudor como um mecanismo de defesa na formação social e psicossexual dos indivíduos ao agir na repressão dos impulsos sexuais, regularizando as normas sociais que moldam profundamente o desenvolvimento da psique humana. "O pudor, o asco, a moral e o ideal estético se desenvolveram paralelamente com o afastamento progressivo dos impulsos sexuais da consciência" (Freud, 2016, p. 41).

Numa sociedade onde os (bons)costumes e as tradições frequentemente ditam os limites entre o que pode ser considerado moral e imoral, o pudor assume esse papel paradoxal: ao mesmo tempo que protege o indivíduo do desconforto social, também reprime desejos considerados inaceitáveis, criando um ambiente propício para a perversão. Nesta tessitura textual ensaística, se pretende explorar essa ambivalência, refletindo sobre como o pudor se torna uma forma “inteligente” de perversão ao regular, mas também incentivar a busca por gratificações reprimidas.

Ao longo do tempo, a repressão sexual foi um tema amplamente discutido nas sociedades ocidentais, onde o pudor foi frequentemente usado como uma ferramenta de controle, especialmente sobre a sexualidade feminina e das minorias sexuais. Mesmo que este seja um agente dominantemente da psique humana, é imprescindível entender que o pudor está longe de ser um fenômeno puramente individual, sendo estruturado, principalmente, em conceitos e ideias moldadas pelas normas culturais — as construções sociais — e, indispensavelmente, pela moralidade religiosa. Todas essas normas que determinam o que é aceitável ou inaceitável são, essencialmente, estruturadas por valores machistas-patriarcais que buscam manter um controle rígido sobre os corpos e desejos que não sejam aqueles manifestados por homens-brancos-cisgéneros.

Além da misoginia, esse controle é particularmente evidente no campo das sexualidades não normativas, como a homoafetividade, que por muito tempo foi relegada ao campo do proibido e do perverso. Portanto, essa tessitura também explora algumas dessas dinâmicas contemporâneas de repressões e gozo, como festas fetichistas e o uso de substâncias psicoativas, que criam condições para a suspensão temporária do pudor, consentindo que os indivíduos explorem suas sexualidades de forma mais livre. Essas práticas, vistas de uma perspectiva psicanalítica, revelam uma interação intrigante entre desejo, repressão e prazer.

O aumento nos níveis de dopamina, induzido pelo uso de drogas como MDMA ou GHB, por exemplo, associados a ambientes onde as normas morais são afrouxadas, propiciam um estado de euforia e liberdade que permite a exploração de desejos reprimidos. Assim, o

pudor, que em situações normalizadas atua como um "guardião" psíquico, é suprimido, e os indivíduos experimentam uma liberação catártica de energia psíquica. A articulação entre pudor e perversão, então, levanta importantes questões sobre o papel das normas sociais na regulação dos comportamentos sexuais. Em uma sociedade onde as normas de comportamento são fluidas e em constante transformação, o pudor pode ser visto tanto como uma forma de controle quanto como um catalisador para a liberação de desejos reprimidos.

Neste ensaio, propõe-se uma reflexão crítica sobre tais dinâmicas e seus efeitos na psique humana, explorando como sentimentos como repressão e transgressão coexistem em um delicado equilíbrio, disputando o domínio da mente de indivíduos presos a questões morais, mas que encontram formas de contornar o próprio eu para experimentar plenamente sua imoralidade.

2 PUDOR: O GRANDE GUARDIÃO DOS DESEJOS REPRIMIDOS É, PARADOXALMENTE, UM REAL FACILITADOR DA PERVERSÃO HUMANA

A literatura, o cinema, as artes performativas e visuais, todas essas manifestações culturais sempre estiveram a cargo, junto com a religião institucionalizada, de ensinar o mundo sobre o amor: a nossa relação com o corpo, o outro além de nós e todo o desejo que envolve essas e tantas outras partes de um todo. Para a escritora norte-americana bell hooks, é justamente o estado de ignorância que dá ao amor um caráter erótico. Segundo a autora "ao aceitar o amor como objeto erótico de poder, regredimos enquanto sociedade coletiva". Logo, ao decidir abraçar o patriarcado como norma — e todo o seu status quo conservador —, a sociedade é obrigada a abandonar ativamente o seu desejo de amar para focar-se em "poder poder" (Han, 2017).

Na obra 'Tudo Sobre o Amor: Novas Perspectivas' (hooks, 1999), bell hooks explica, logo no início do texto, que nós não temos que amar. Escolhemos amar. Para a autora, um padrão que tornou a prática do amor especialmente difícil é com frequência "escolher estar com pessoas emocionalmente feridas, que não estão tão interessadas em ser amorosas, embora desejem ser amadas" (hooks, 1999, p. 47). A autora escreveu isso numa época em que estávamos a conhecer o *IBM Simon*, o primeiro 'celular inteligente', lançado em janeiro de 1999. Mas já se podia sentir o produto do objeto de meta que o outro viria a se tornar para nós. Cada deslize de dedos sobre a tela nos ajuda a escolher dentre as opções disponíveis nos "cardápios digitais" de aplicativos com *Tinder, Grindr e Scruff*.

Para que se compreenda melhor o sentido aqui atribuído ao amor, é importante explicitar que, ao longo deste texto, referimo-nos às relações humanas e todas as suas complexidades, trazendo o amor como uma pulsão de vida (Eros), fugindo totalmente da ideação do amor romântico, mas sem ignorar a sua existência. Diante disso, precisamente

sobre a maneira como lidamos com o prazer, o que faz do pudor a forma mais inteligente de perversão?

"Onde o desejo de poder é primordial, o amor estará ausente" (Carl Jung). O dicionário de *Oxford* define "pudor" como um substantivo masculino que se refere a um sentimento de vergonha, timidez ou mal-estar causado por qualquer coisa capaz de ferir a decência, a modéstia ou a inocência. Este mesmo índice também oferece uma segunda definição, apresentando a palavra como um sentimento e/ou atitude desenvolvidos por uma educação rígida [re]calcada por conceitos culturais muitas das vezes de base religiosa que, por exemplo, impedem que certas partes do corpo sejam expostas com naturalidade sem constrangimento.

Para Sigmund Freud, pai da psicanálise, e o 'autor-base' que sempre uso em minhas "reflexões" acerca do corpo-sujeito e das suas sexualidades, o conceito de pudor está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento social, psicossexual e às dinâmicas do inconsciente. "O sentimento de culpa, a vergonha e o pudor são formas variadas do mal-estar gerado pelo superego" (Freud, 2011, p. 93). É importante perceber que amor, assim como o pudor, também está interligado às esferas humanas: sociabilidade e prazer; mas acima disso, ao sentimento de poder investido pelo sistema capitalista que promove o aliciamento dos indivíduos. Freud afirma que o pudor surge como um mecanismo de defesa, atuando para reprimir desejos e impulsos que a sociedade decidiu serem inaceitáveis, por isso está intricadamente ligado ao processo de civilização (Freud, 2011).

Entre os produtos das indústrias culturais que mais contribuíram para a discussão pública sobre educação sexual e saúde mental entre jovens nos últimos anos, destaco a série *Sex Education* (Netflix, 2019–2023). A produção britânica assume esse papel formativo ao abordar, sem moralismos, questões como consentimento, desejo, identidade de gênero, deficiências, traumas e tabus, oferecendo um conteúdo educativo em meio ao entretenimento. A produção apresenta narrativas múltiplas que tencionam o pudor como estrutura repressora, revelando como ele pode atuar como barreira para a descoberta e a vivência plena da sexualidade, especialmente entre adolescentes.

Dois momentos fundamentais da série exemplificam como o trauma e o desejo se entrelaçam na formação da subjetividade jovem. No episódio em que a personagem Aimee sofre uma importunação sexual dentro de um ônibus (2ª temporada, 3 episódio), *Sex Educatio*n opta por explorar o pós-abuso de forma sensível e contínua: o corpo da personagem entra em estado de vigilância constante, sua rotina é afetada, e o toque se torna ameaçador. Não há exagero ou resolução rápida. A série evidencia que o impacto do trauma é prolongado, silencioso e corporal. A vergonha internalizada, alimentada pelo pudor e pelas narrativas que minimizam o abuso, ganha expressão, abrindo espaço para que outras mulheres também partilhem suas experiências e o sentimento de culpa seja resignado.

Outro momento emblemático é a cena em que a personagem Maeve faz sexo com um rapaz cadeirante (3ª temporada, episódio 4). A narrativa desconstrói a ideia normativa de que o sexo gira em torno da penetração ou da performance genitalizada. Há troca de toques, conversa aberta sobre limites e um prazer construído com afeto, respeito e escuta. Ao visibilizar esse encontro, a série transforma o pudor em ferramenta de aprendizagem: mostra que a sexualidade vai além dos roteiros pornográficos e dos *scripts* sexuais heteronormativos. No episódio, *Sex Education* oferece uma verdadeira aula sobre corporeidade, desejo e empatia, retirando o sexo do lugar do mistério ou do segredo vergonhoso e reinscrevendo-o no campo da comunicação e da reciprocidade.

Ainda, a relação entre os personagens Eric e Adam Groff, filho do diretor da escola, evidencia as formas sutis de violência simbólica que homens gays enfrentam desde a adolescência. O pai de Adam, autoritário e emocionalmente distante, representa a figura do superego social repressor, investido de poder institucional e patriarcal. Essa relação repressiva afeta diretamente o desenvolvimento da identidade de Adam enquanto homem gay, gerando comportamentos violentos, isolamento e negação do próprio desejo. A série evidencia como o pudor imposto pelo pai tenciona a distorção dessa construção de masculinidade e do afeto. Essas cenas e tramas permitem retomar a questão que guiará a próxima seção deste ensaio: seria imoral desejar experiências novas quando tudo ao redor oprime e reprime o desejo?

3 SOMOS BICHOS A APRENDER CONSTANTEMENTE SOBRE EXISTÊNCIA

Desde a infância, passamos por fases em que os nossos desejos e curiosidades sexuais são moldados pelas expectativas e normas sociais culturais vigentes. Durante o Complexo de Édipo, por exemplo, o sentimento de vergonha e pudor é intensificado à medida que a criança aprende a internalizar as proibições parentais sobre a sexualidade. Esse complexo, conceito elaborado por Sigmund Freud que faz essa analogia a tragédia grega Édipo Rei, designa o conjunto de desejos amorosos e hostis que a criança do sexo masculino desenvolve em relação à mãe, frequentemente acompanhados por sentimentos de rivalidade em relação ao pai. No caso das meninas, postula-se a existência de um fenômeno psíquico análogo, direcionado ao pai. Tal dinâmica foi posteriormente nomeada de complexo de Electra, formulação atribuída ao psiquiatra e psicoterapeuta suíço Carl Gustav Jung, fundador da psicologia analítica, o qual já citamos mais acima.

Para os meninos, tal complexo também pode ser entendido como um momento-chave 'embrionário' para a idealização do Superego, que se estabelece na psique do indivíduo quando este rompe com o complexo de Édipo, passando agora dar estrutura psíquica as suas referências morais a partir do cruzamento de suas próprias experiências no estado de

vigília[3] com todo o material mnêmico adquirido nos anos iniciais de sua vida. Com a quebra desse complexo, o Superego assume o papel, não somente dessa "gestão de caráter", mas enquanto guardião da moral e bons costumes intrínsecos aos indivíduos e que, possivelmente, o acompanharão por toda uma vida. É ele quem gere as relações externas a psique e do pudor enquanto servente dessa moral (Freud, 2011).

Na problematização de nossa existência humana, no texto O Ego e o Id (2011), o pai da psicanalise fundamenta o modelo estrutural da psique e relaciona os mecanismos de defesa com a repressão dos desejos inconscientes. Na obra, Freud não trata diretamente do pudor, mas ele explica como o ego (Eu)[4] age para reprimir os impulsos do id[5]. O autor argumenta que o pudor é uma manifestação dessa luta interna [incessante] entre o id, que busca a gratificação imediata de impulsos primários, e o Superego[6] (ideal do Eu), que incorpora essas normas e valores morais da sociedade. Esse conflito de razões e emoções são responsáveis por ministrar a nossa existência psíquica e todas as nossas relações, principalmente as interpessoais. O ego, tentando mediar este conflito, muitas vezes utiliza-se do pudor para manter os desejos reprimidos no inconsciente (Freud, 2011).

Assim, o pudor não é apenas uma expressão de vergonha ou moralidade, mas uma estrutura psíquica complexa que "protege" — numa ótica cívico-social, talvez — o indivíduo de conflitos internos e ansiedades externalizadas. Nessa perspectiva, o pudor é mais do que um sentimento de vergonha, é um guardião da psique ao controlar os fluxos de desejos afim de garantir a conformidade com os ditames sociais em que este indivíduo está inserido. É importante reconhecer que o pudor, enquanto estrutura psíquica e social, é moldado de maneira distinta em diferentes culturas ao redor do mundo. Em algumas sociedades, por exemplo, o luto pode ser representado pelo uso da cor preta, enquanto em outras, essa mesma cor pode simbolizar celebração ou prosperidade. Da mesma forma, normas de moralidade e expressões de pudor variam significativamente entre as culturas existentes, refletindo valores, tradições e convenções sociais específicas. Isso significa dizer que, o que em uma cultura pode ser considerado uma transgressão moral grave, em outra pode ser visto como uma prática aceitável ou até mesmo reverenciada.

Portanto, o pudor, ao atuar como um guardião dessa psique, adaptando-se aos ditames sociais, revela a sua complexidade, mas também uma certa "flexibilidade", sendo profundamente influenciado pelo contexto cultural em que o indivíduo está inserido. Essa diversidade cultural evidencia que as algumas das relações entre moralidade e pudor não são universais, mas sim relativas, e podem impactar as pessoas de formas variadas

3 Freud define estado de vigília quando o indivíduo está em sua consciência, ou seja, quando se estabelece o controle de suas ações, interações e, principalmente, reações ao mundo exterior.

4 A instância mediadora entre o id, o superego e a realidade. Age segundo o princípio da realidade, tentando equilibrar os desejos do id com as exigências morais do superego e as possibilidades do mundo real.

5 Segundo Freud, é a instância inconsciente ligada aos impulsos, desejos e pulsões. É regida pelo princípio do prazer.

6 Representa a internalização das normas sociais, culturais e morais — como uma espécie de "consciência moral". É a instância que julga, censura e impõe a culpa.

dependendo de suas raízes culturais, costumes e valores sociais. Mas também é preciso elucidar que existem muitas 'verdades universais' que estão a cargo de nos podar enquanto indivíduos, ativando o nosso guardião da psique, o pudor.

Perceber essa perspectiva deve nos ajudar a compreender como o comportamento humano é profundamente influenciado por forças inconscientes e, principalmente, pelas normas culturais preexistentes enquanto interventor desse eu *socialis*. Afinal, "a civilização é fruto da repressão", por isso, "quanto maior a nossa adaptação [castração] à civilização, maior a probabilidade de desenvolver neuroses" (Freud, 2011).

4 SAIR DO CONTROLE: É IMORAL QUERER EXPERIENCIAR COISAS NOVAS?

Celebração sexual: é só mais uma mordida de um amor divino. No filme 'Divino amor' (2019), do cineasta pernambucano Gabriel Mascaro, vale tudo para preservar a família e impor uma religião única. Qualquer semelhança com o extremismo contraditório evangélico e na hipocrisia presente na forte ascensão da extrema-direita no mundo não é coincidência. É apenas a arte que imita a vida — e vice-versa! O longa-metragem é uma obra de ficção futurista e, ao mesmo tempo, escatológica. O filme tem o seu início sob a narração de uma criança, numa celebração tipicamente neopentecostal, com direito a luzes, música moderna, dança, além de um ambiente típico de uma rave — seriam delírios de amor? A voz infantil situa o tempo e explica que o carnaval não é mais a festa principal do Brasil, tendo sido substituído por uma festa gospel conhecida como a "festa do amor supremo".

A institucionalização descarada do pudor. O filme é um retrato metafórico de um mundo demasiadamente humano. Aquela realidade crua que o cinema brasileiro carrega consigo com toda a sua maestria. No real, é aquela autoenganação do discurso moral cristão (Nietzsche). Afinal, tudo o que aprendemos sobre a vida nos foi ensinado. E o desejo sempre foi essa bússola norteadora que, segundo o budismo, é o que nos impede de ser felizes.

Em tempos líquidos, como indica o grande filósofo Zygmunt Bauman, as nossas relações se tornam tão fluidas quanto incertas. Bauman descreve a modernidade líquida como uma era onde nada é feito para durar; onde compromissos e certezas são substituídos por transitoriedade e efemeridade. A liberdade de amar sem amarras. Mas não há liberdade sem responsabilidades. O amor líquido, nesse contexto, é uma forma de relação em que o engajamento profundo é frequentemente evitado, substituído por conexões frágeis e temporárias. Ninguém quer sofrer, apenas ferir. Logo, "a nossa confusão em relação ao que queremos dizer quando usamos a palavra amor é a origem da nossa dificuldade de amar" (hooks, 1999, p. 11).

O conceito de liquidez de Bauman destaca como as relações humanas perderam a sua solidez. Tanto amigos como amantes são facilmente descartáveis, e as conexões são mantidas apenas enquanto oferecem algum benefício imediato. "Os relacionamentos são,

por assim dizer, relações de bolso: mantêm-se enquanto servem a um propósito ou trazem satisfação, mas são descartados com facilidade quando se tornam onerosos" (Bauman, 2004, p. 16). A durabilidade das relações, que outrora era um pilar fundamental das relações na sociedade, agora é uma exceção. Essa superficialidade relacional não apenas dilui o sentido de comunidade, mas também contribui para um sentimento crescente de isolamento e insegurança.

Em concordância com essa visão de Bauman sobre as relações contemporâneas, Byung-Chul Han, em "Agonia do Eros" (2017), argumenta que essa liquidez das relações corrói a profundidade emocional e a capacidade de conexão verdadeira ao erotizar as relações onde "a pornografia serve ao mero viver exposto" (Han, 2017, p. 21). Se Bauman afirma que nessa busca incessante por prazer imediato e superficial, perdemos a essência do amor e da intimidade, Han completa dizendo que o Eros (amor), entendido como uma força vital que nos conecta profundamente com o outro, está cada vez mais em declínio.

A nossa sociedade e-contemporânea digital, obcecada com o desempenho e a eficiência, transforma até o amor em um produto de consumo rápido, esvaziando-o de significado e profundidade: "hoje, o amor se positiva em sexualidade (...) sexo é desempenho. *Sexyness* é o capital que precisa ser multiplicado. O corpo, com seu valor expositivo, equipara-se a uma mercadoria" (Han, 2017, p. 26). Ao trazer essa agonia do Eros, o autor destaca a perda da nossa capacidade de contemplação e entrega, bem como a revogação de rituais — elementos essenciais à construção de vínculos verdadeiramente significativos. Em um mundo onde as relações são constantemente negociadas e avaliadas, "o neoliberalismo aciona uma despolitização geral da sociedade onde ele, não por último, substitui Eros por sexualidade e pornografia" (Han, 2017, p. 77).

O psicanalista brasileiro Christian Dunker, em sua obra 'Reinvenção da Intimidade: Políticas do Sofrimento Cotidiano' (2017), nos oferece uma análise perspicaz sobre a forma como a nossa intimidade vem sendo negociada ao ser redefinida no contexto e-contemporâneo digital. Se nos aproximarmos mais das suas perspectivas, essa discussão sobre o desejo e o pudor adquire novas nuances, refletindo também as transformações nas relações interpessoais e nas estruturas sociais.

Dunker argumenta que a intimidade moderna está em constante processo de reinvenção, influenciada, principalmente, por mudanças culturais, tecnológicas e políticas. Ele identifica um deslocamento nas formas de estabelecer e manter conexões íntimas, onde "o sofrimento e o desejo são elementos centrais". A partir dessa visão, podemos examinar como os conceitos de pudor e desejo se manifestam e se reconfiguram nas dinâmicas de intimidade. Para o autor, a superação do sofrimento cotidiano passa pela criação de novas formas de intimidade capazes de reconhecer e integrar, tanto os nossos mais profundos desejos, quanto o nosso pudor.

O psicanalista até defende uma abordagem que valoriza a capacidade de se estar junto e separado, promovendo relações baseadas na reciprocidade, no respeito e na autenticidade. Mas a verdade é que a sociedade está ocupada demais buscando suprir as suas necessidades e desejos mais animalescos, recorrendo a lugares, reagentes químicos e muita falta de controle para catalisar experiências sexuais num mundo imoral de prazeres instantâneos, mas com fortes ressentimentos no final.

5 A NEUROBIOLOGIA DO PRAZER: FESTAS DE FETICHES E O ABUSO DE DROGAS — A DOPAMINA E AS SUAS REAÇÕES PSICOQUÍMICAS NO AFROUXAMENTO DO PUDOR PARA SANAR A FALTA DE AMOR

"Alguém machucou você, não foi?" — a pergunta, feita com uma franqueza quase desarmante pela personagem Martha, ecoa como uma chave narrativa e emocional em *Baby Reindeer* (2024), minissérie criada pelo comediante escocês Richard Gadd e inspirada em sua própria história. Lançada pela *Netflix* e vencedora de cinco prêmios *Emmy* — incluindo o de melhor roteiro em minissérie —, a obra se constrói como uma forma extrema de exposição e terapia, mas também como um testemunho cru das cicatrizes deixadas pelo abuso sexual.

O impacto da série não está apenas na temática que aborda, mas na maneira visceral como a dor é encenada. Em um dado momento, uma curva abrupta na narrativa nos conduz diretamente à origem do abismo psicológico que consome Donny. Sem precisar nomear ou romantizar o trauma, a série revela, com precisão desconfortável, a violência que se aloja no silêncio, nos lapsos de memória, nos corpos que se calam para sobreviver.

Paralelamente à história de perseguição que movimenta os episódios iniciais, acompanhamos o cotidiano de Donny em sua luta por reconhecimento no competitivo mundo da comédia, num festival em Edimburgo. É nesse ambiente aparentemente cômico e inofensivo que surge Darrien (vivido pelo ator Tom Goodman-Hill), um escritor da indústria televisiva que oferece ajuda para alavancar sua carreira. O que se revela, no entanto, é uma relação atravessada por manipulação, poder e abuso de drogas.

Darrien, que se apresenta como mentor, é também o agente do trauma. Incitando o uso de drogas e explorando a vulnerabilidade de Donny, ele o agride sexualmente — primeiro de forma silenciosa, enquanto Donny está desmaiado; depois, num estupro explícito que rompe qualquer fronteira de proteção. A dinâmica de poder é tamanha que Donny não sente que pode sair. Preso, dopado e dilacerado, ele continua voltando. Entre as substâncias utilizadas, destaca-se o GHB (gama-hidroxibutírico), droga depressora do sistema nervoso central, tristemente conhecida por seu uso em crimes sexuais por causar sedação extrema e amnésia, depois de potencializar o desejo sexual.

O ácido gama-hidroxibutirato, ou GHB, é uma droga ilegal popularmente usada como uma "droga de festa". A substância produz sentimentos de euforia, relaxamento e

sociabilidade, além de potencializar o desejo sexual. A droga atua como um depressor do sistema nervoso, por isso representa um forte risco de dependência. Um pequeno aumento na dose 'considerada' pode causar efeitos graves ou morte.

O GHB vem de algumas formas, incluindo:

- um líquido incolor, inodoro, amargo ou salgado - vendido em pequenas garrafas ou frascos;
- um líquido de cor azul;
- cristais ou pó (isso é menos comum).

A droga é também conhecida como "*ecstasy* líquido", mas é completamente diferente do ecstasy. Outras reações ao GHB incluem danos corporais graves ou fantasias.

A neurobiologia do prazer e a sua relação com o afrouxamento do pudor em contextos de festas de fetiches e abuso de drogas revelam muito sobre a complexidade do comportamento humano e a busca incessante por gratificação — sentimentos como vergonha e a repulsa que Donny sente por si se espalham por todas as áreas de sua vida. O resto do episódio narra o drástico caminho em direção à imprudência sexual causada pelo transtorno de estresse pós-traumático, colocando-o em perigo várias vezes numa tentativa de neutralizar toda a sua confusão e autodepreciação. Ele nunca mais foi o mesmo.

Como já apresentado neste texto, o conceito de pudor, amplamente explorado na psicanálise freudiana, é uma construção intrincada que funciona como um guardião dos desejos reprimidos, moldando as interações sociais e sexuais. No entanto, existem situações específicas onde o pudor pode ser temporariamente suprimido, permitindo comportamentos que seriam considerados "inaceitáveis" em circunstâncias normais sociais. As festas de fetiches que geralmente promovem o uso dessas substâncias psicoativas são exemplos claros dessas situações onde os indivíduos sentem-se desinibidos, acolhidos pelo lugar propício por isso estão e quimicamente disponíveis para experienciar seus desejos mais profundos sem pudor, medo ou receio de julgamento. Freud chamaria perversões, a sociedade conservadora expurga fetiche: aquilo que você gosta de fazer sem que ninguém veja.

5.1 DOPAMINA: PRAZER, RECOMPENSA E ANGÚSTIA

A dopamina é um neurotransmissor produzido no encéfalo que atua em diversas funções do corpo humano, incluindo a regulação do sistema de recompensa e motivação prazerosas do cérebro. Esse mecanismo, do ponto de vista evolutivo, é vital para a sobrevivência, pois incentiva comportamentos como comer, beber, competir para sobreviver e se reproduzir. Pesquisas indicam que a dopamina no corpo aumenta em resposta a experiências prazerosas, como comida, sexo e drogas. Contudo, em contextos sociais e

e culturais específicos, a busca pelo prazer pode assumir formas mais extremas e hedonistas, como observado nas festas de fetiches e no uso de substâncias psicoativas.

Essas festas são eventos onde as normas sociais convencionais são temporariamente suspensas, permitindo uma exploração mais livre da sexualidade. Em tais ambientes, caracterizados por práticas sexuais não convencionais e a exploração de fetiches, cria-se um espaço onde os participantes podem experimentar uma intensa liberação de dopamina. Estudos científicos sugerem que altos níveis de dopamina causam euforia e excitação sexual intensa (Lembke, 2022).

Pervertidos. Além da excitação sexual, o afrouxamento do pudor nestes eventos tem um componente psicológico relevante. A permissão explícita ou implícita para transgredir normas sociais e morais gera uma sensação de euforia e liberdade, amplificada pela química cerebral. Esse fenômeno pode ser entendido à luz da teoria freudiana, segundo a qual a transgressão das proibições internalizadas pelo superego resulta em uma liberação catártica de energia psíquica, manifestada como prazer. O uso de drogas, como o *MDMA/ecstasy* (3,4-metilenodioximetanfetamina) e a cocaína, é comum em festas de fetiches e outros contextos de exploração sexual, principalmente entre homens. Essas drogas têm um impacto direto no sistema dopaminérgico, aumentando drasticamente os níveis de dopamina no cérebro. Ambas as substâncias são conhecidas por induzir o acúmulo de altas quantidades de dopamina, criando sensações intensas de euforia, empatia e conexão social.

É importante entender que a combinação de drogas e contextos fetichistas cria um ambiente neuroquímico propício para a suspensão do pudor. Com níveis elevados de dopamina, a capacidade do superego de reprimir desejos e impulsos é significativamente reduzida, levando a comportamentos que seriam inibidos em condições normais. Isso permite uma expressão mais livre e muitas vezes mais extrema da sexualidade. O afrouxamento do pudor em contextos de festas de fetiches e uso de drogas pode ser explicado pela interação complexa entre neurobiologia e psicodinâmica.

A liberação massiva de dopamina induzida por estímulos sexuais e drogas não apenas amplifica o prazer, mas também diminui a capacidade do cérebro de manter inibições morais e sociais. Estudos mostram que altos níveis de dopamina podem prejudicar o funcionamento do córtex pré-frontal, a região do cérebro responsável pelo controle executivo e pela tomada de decisões. Além disso, a experiência de prazer extremo e a quebra das inibições podem criar um efeito de retroalimentação positiva. O prazer intenso reforça o comportamento, criando um ciclo onde a busca por experiências cada vez mais extremas se torna um objetivo em si. Esse ciclo é característico de padrões de comportamento aditivo, onde o sistema de recompensa do cérebro é reprogramado para priorizar a busca por prazer imediato sobre as considerações morais e sociais.

Freud argumentou que a repressão dos desejos sexuais é uma fonte de sofrimento psíquico e que a liberação desses desejos, mesmo que temporária, pode proporcionar um

alívio catártico. Esse alívio, mediado pela liberação de dopamina e a suspensão temporária do superego, é observável em festas de fetiches e no uso de drogas. Do ponto de vista neurobiológico, a interação entre os sistemas de recompensa e as inibições sociais internalizadas cria um espaço onde a expressão sexual pode ser explorada de maneira mais aberta e menos restrita.

6 BERLIM: UMA CIDADE PARA SE ACHAR PERDIDO - MAIS QUE UM ESTADO DE ESPÍRITO, UM GRITO DE LIBERTINAGEM

Há muitas histórias que cercam a cidade de Berlim. Conhecida como a capital mundial do techno, é um epicentro vibrante onde a música eletrônica, a liberdade sexual e o uso de drogas convergem de maneira única e legalizada. Mas a capital da Alemanha não é apenas um destino para os amantes do techno; a cidade é muito famosa por sua cultura de festas de fetiches, onde a sexualidade é entorpecida para ser explorada de forma aberta e sem julgamentos.

Essa atmosfera permissiva, profundamente enraizada na história pós-guerra de Berlim, onde a cidade se reconstruiu como um símbolo de liberdade e experimentação, oferece um espaço onde o pudor é significativamente afrouxado, criando um ambiente propício para a liberação de impulsos reprimidos. É uma cidade para ser. Por isso, não se assuste ao cruzar com situações moralmente “estranhas” pelas ruas de Berlim. A sexualidade é investida e os corpos se manifestam como desejam ser vistos: objetos de desejo, fascínio e poder. Estamos falando de uma liberdade sexual sem precedentes.

A cena noturna de Berlim, com seus inúmeros clubes icônicos como o *Berghain* e o *KitKat Club*, exemplifica essa fusão de música, sexo e substâncias psicoativas, onde as normativas sociais tradicionais são suspensas, permitindo uma experimentação mais livre da identidade e dos desejos. Esse cenário *berliner* ilustra como o contexto cultural e social pode intensificar as respostas neurobiológicas ao prazer. As festas de fetiches, por exemplo, não são apenas eventos hedonistas, mas também espaços onde os participantes experimentam uma dissolução temporária das barreiras entre o eu e o outro, intensificada pela química cerebral alterada e embalada por uma explosão de sons que emanam cargas energéticas em suas batidas thechno.

Estive em Berlim algumas vezes. O bastante para sentir toda essa energia que a cidade emana nas ruas, transportes, bares, saunas, parques de *cruising*, boates e clubes noturnos. Dentro das experiências mais atravessadoras que se pode ter na esfera sexualidade, químicos e prazer, a festa *PiepShow*[7] — que se descreve como: a *rave techno queer* mais feliz e colorida de Berlim para todos que adoram dançar com tolerância — parece ser bem completa. A festa acontece sempre na última sexta-feira de cada mês, no famoso *Kit Kat Club* — que ficou famoso no *Tik Tok* por suas filas gigantescas que duram horas para

[7] https://www.instagram.com/piepshow_berlin/

acabar[8]. Com um *dress code* obrigatório e o uso de *smartphone* proibido, a *PiepShow* reúne centenas de pessoas numa megaestrutura de mais de dez ambientes e cinco andares, para festejar o fetiche. Doces são espalhados por todos os cômodos e há muitos seguranças que estão sempre à espreita para proteger as pessoas delas mesmos. É um lugar seguro para perder o controle, mas sempre respeitando o outro.

A música *techno*, com suas batidas hipnóticas, atua como um gatilho para a liberação de dopamina, sincronizando-se com o consumo de drogas, tornando as práticas sexuais ainda mais intensas. A combinação desses elementos cria uma espécie de "ritual moderno" onde a euforia e a transgressão alimentam-se mutuamente. A festa é um culto ao deus Baco nos moldes de Calígula, o depravado. Nesse ambiente, a dopamina desempenha um papel crucial, não só potencializando o prazer, mas diminuindo exponencialmente as suas inibições, permitindo que comportamentos normalmente contidos emergem. Em Berlim, a neurobiologia do prazer é amplificada por um contexto cultural que celebra a transgressão, tornando a cidade um laboratório vivo para a exploração das fronteiras do desejo humano.

A complexa interação entre pudor e perversão, mediada pela neurobiologia do prazer, revela muito sobre a condição humana e nossa incessante busca por gratificação. Festas de fetiches e o uso de drogas exemplificam como contextos sociais e culturais específicos podem criar espaços onde as normas e inibições são suspensas, permitindo uma exploração mais livre da sexualidade. A dopamina, como neurotransmissor central do sistema de recompensa, desempenha um papel crucial na mediação desses comportamentos, demonstrando como nossos desejos mais profundos podem ser tanto fonte de prazer quanto de potencial autodestruição.

Compreender a neurobiologia do prazer e suas implicações psíquicas é essencial para uma visão mais holística da sexualidade humana, onde o pudor e a perversão coexistem em um equilíbrio delicado, constantemente influenciado por nossas interações sociais e químicas cerebrais. A suspensão do pudor em contextos específicos permite uma expressão sexual mais livre, mas também pode levar a consequências negativas, como comportamentos de risco e dependências. Portanto, é crucial reconhecer a complexidade dessas interações para entender plenamente a mente humana e suas diversas manifestações de prazer e repressão.

Assim, um estudo mais aprofundado acerca desse “afrouxamento do pudor” através da neurobiologia do prazer vivenciadas em festas de fetiches agitadas por músicas techno e pelo uso abusivo de químicos poderia nos oferecer novas janelas para explorar os mais profundos e conflituosos desejos que definem a nossa existência. A busca incessante por prazer e a suspensão das inibições podem levar a comportamentos de risco, vícios e uma maior vulnerabilidade psicológica. A literatura científica aponta que o uso crônico de drogas pode levar à disfunção dopaminérgica, resultando em uma diminuição da capacidade de

[8] A *trend* das filas com milhares de pessoas fantasiadas está em alta nas redes sociais. Todos fantasiados com roupas fetichiosas, à espera de uma oportunidade de extravasar.

experimentar prazer naturalmente, um fenômeno conhecido como "anedonia". Esses estudos também levam em consideração o consumo de pornografia como obtenção de prazer e realização de fetiches.

Dados da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) apontam que o consumo de pornografia pode estar associado a várias alterações negativas na saúde e sexualidade humanas, desde problemas nas relações pessoais, depressão e falta de motivação, às disfunções sexuais e orgásmicas, perda de interesse sexual num parceiro real e perda de interesse no parceiro romântico.A ABP explica que o vício em pornografia é causado pelo mesmo mecanismo que leva à dependência de drogas e álcool. No entanto, o diagnóstico e tratamento do consumo excessivo de pornografia são mais difíceis e dependem do suporte familiar para o sucesso da recuperação.

Perceba, o uso de drogas nessas festas de fetiches torna a nossa fantasia pornográfica real. Assim como as dependências digitais têm capturado as nossas perversões e sanado esse nosso desejo sexual — tornando as nossas investidas sexuais cada vez mais latentes, levando-nos a extrapolar os nossos limites —, o abuso de drogas e a falta de informação tem levado muitos jovens a ingerir combinações perigosas. Os efeitos são tão entorpecentes, que eu já presenciei em festas de *chemsex*, homens saudáveis de 24 anos tomando Viagra para “levantar o astral” por estar tão “livres de seus pudores”. O coquetel de ácidos e químicos faz efeito e, na pior das hipóteses, pode culminar numa overdose de prazer.

7 *CHEMSEX*: UM AFROUXAMENTO DO PUDOR – UM PRAZER SEM LIMITES

Em 10 de abril de 2025, o jornal espanhol *El País* publicou o artigo “*El abuso invisibilizado de ‘chemsex’: “Es relacionarse al borde del abismo*”. Nele, a jornalista Jessica Mouzo analisa uma série de dados de estudos científicos que explicam porque a prática deve ser considerada perigosa.

Segundo a jornalista, o fenômeno conhecido como *chemsex* refere-se ao uso intencional de substâncias psicoativas com o objetivo de prolongar e intensificar a experiência sexual, sendo mais comumente observado entre homens que fazem sexo com outros homens (HSH). Para deixar mais claro, trata-se de uma prática que combina elementos de prazer e risco, pois envolve tanto o consumo de drogas com alto potencial de dependência, quanto o perigo de uma maior exposição às infecções sexualmente transmissíveis (IST), devido a falta de controle e, muitas vezes, a perda dos sentidos de autocuidado e limites.

Entre as substâncias mais associadas à prática do *chemsex* estão a metanfetamina, o GHB (popularmente conhecido como "*ecstasy* líquido"), a cocaína e a mefedrona. Essas drogas, além de seus efeitos imediatos, contribuem para a construção de uma dependência

não apenas química, mas também simbólica, na medida em que dificultam o estabelecimento de vínculos e práticas sexuais desvinculadas do consumo. Em centros comunitários e serviços de saúde especializados, tem-se observado um aumento nos relatos de indivíduos que não conseguem manter relações sexuais satisfatórias sem o uso dessas substâncias, o que evidencia a complexidade do fenômeno e a urgência de intervenções específicas.

Embora uma parcela significativa dos praticantes ouvidos durante as entrevistas relatam fazê-lo de forma pontual e recreativa, sem impacto negativo imediato em suas rotinas, cada vez mais dados indicam uma tendência crescente e preocupante no número de casos em que o uso se torna problemático.

Há muitos estudos científicos que analisam dados a partir de relatos de pacientes, lançando o olhar sobre algumas das situações extremas associadas ao consumo problemático no contexto do chemsex. Em 2017, o estudo britânico "*An observed rise in γ-hydroxybutyrate-associated deaths in London: Evidence to suggest a possible link with concomitant rise in chemsex*", da Unidade de Toxicologia, *Imperial College London*, no Reino Unido, alertava para o aumento das mortes por overdose de GHB. Segundo o estudo, grande parte do aumento de mortes no contexto da droga, ocorre em contexto dessa prática prevalente entre homens que transam com outros homens (HSH), na prática do chemsex. O estudo revelou:

> um total de 61 mortes associadas ao GHB (0,92% do total de casos), 184 mortes associadas à cocaína (2,8% do total de casos) e 83 mortes associadas a MDMA (1,3% do total de casos) foram identificadas. Houve um aumento de 119% na proporção de mortes associadas ao GHB detectadas em 2015 em comparação com 2014. No mesmo período, houve um aumento de 25% nas mortes associadas à cocaína e uma diminuição de 10% nas mortes associadas ao MDMA (Hockenhull, Murphy, Paterson, 2017).

Esses dados foram obtidos pelo estudo a partir de análises toxicológicas retrospectivas de 6.633 casos conduzidas pelo *Toxicology Unit do Imperial College London*, abrangendo sete das oito jurisdições de legistas em Londres entre janeiro de 2011 e dezembro de 2015.

Em meados de 2021, o estudo de caso intitulado "*Chemsex/slamsex-related intoxications: A case report involving gamma-hydroxybutyrate (GHB) and 3-methylmethcathinone (3-MMC) and a review of the literature*", realizado por pesquisadores ligados ao Serviço de Fármaco-Toxicologia e Farmacovigilância do Centro Hospitalar Universitário *Angers*, na França, e publicado na revista *Forensic Science International*, registrou 13 casos de intoxicação relacionados a esse fenômeno, dos quais seis resultaram em desfechos fatais. Dentro os casos,

> Um homem de 31 anos sem histórico médico específico foi internado no departamento de emergência por comprometimento grave da consciência após a administração de substâncias psicoativas durante uma festa de chemsex. Ao chegar, sua Escala de Coma de Glasgow estava em 3/15 e sua temperatura corporal estava abaixo de 35 °C (hipotermia). As pupilas eram de largura regular e normalmente reagiam à luz. O restante do exame clínico não encontrou mais particularidades. Seu eletrocardiograma foi normal (Drevin, 2021).

O uso problemático de substâncias no contexto do *chemsex* constitui um fenômeno multifatorial e dinâmico, no qual se entrelaçam condições individuais e determinantes sociais. Diversos fatores de risco têm sido identificados como predisponentes a esse tipo de prática, dentre os quais se destacam experiências traumáticas prévias, como abusos na infância e/ou relações abusivas, a ausência de redes de apoio social — sendo os sujeitos migrantes particularmente vulneráveis —, bem como a presença de transtornos mentais anteriores ao início do consumo. Soma-se a isso a natureza das substâncias utilizadas, algumas das quais apresentam alto potencial de dependência, além da via de administração adotada: o uso injetável (*slamming*), por exemplo, está associado a riscos significativamente mais elevados à saúde física e mental.

Nesse cenário, observa-se a emergência de um contingente expressivo de indivíduos que desenvolvem padrões de consumo abusivo, ainda que a dimensão quantitativa dessa população seja de difícil mensuração. Esses sujeitos, em sua maioria, permanecem à margem das políticas públicas de saúde e encontram carência de abordagens que considerem adequadamente suas vivências sexoafetivas, marcadas por estigmas e vulnerabilidades históricas, especialmente no caso de populações LGBTQIAP+.

As repercussões d o uso desregulado de substâncias no contexto do *chemsex* manifestam-se em múltiplas esferas da vida dos indivíduos, desde prejuízos significativos nas relações interpessoais até o desenvolvimento de quadros severos de sofrimento psíquico. Entre os efeitos mais recorrentes estão sintomas de depressão, ansiedade, episódios psicóticos e estados paranoides. Em situações-limite, há relatos de mortes associadas à overdose ou ao suicídio. A ausência de políticas públicas eficazes e integradas tem sido objeto de críticas por parte de diversos setores da sociedade civil, que denunciam a invisibilização da problemática e a carência de estratégias intersetoriais de enfrentamento que articulem saúde, educação, assistência social e garantia de direitos.

8 O ABUSO DE DROGAS TAMBÉM É SOBRE O IMPACTO DA HOMOFOBIA NUMA SOCIEDADE MACHISTA-PATRIARCAL HIPÓCRITA

O uso de drogas em contextos sexuais entre homens gays, por exemplo, emerge como uma estratégia para a suspensão temporária desse pudor inerente. Este comportamento não

deve ser entendido apenas como um hedonismo desenfreado, mas como uma resposta real e prática a um complexo cenário de repressão social e internalização de normas morais que visam controlar a expressão do desejo: a nossa sociedade machista que consome o corpo masculino como objeto de prazer e luxúria sempre culpabilizando este consumidor.

A psicanálise nos ensina que o pudor funciona como um guardião psíquico, reprimindo impulsos que não são aceitos pela sociedade. No entanto, em contextos específicos, como festas de fetiche ou encontros sexuais facilitados pelo uso de substâncias psicoativas, há uma ruptura dessa vigilância interna, promovendo um afrouxamento desse pudor moral.

A neurobiologia do prazer, particularmente o papel da dopamina, revela que essas práticas não são apenas mecanismos de liberação de desejo, mas respostas biológicas a uma repressão contínua. O uso de drogas como o GHB, ao "afrouxar" o pudor, facilita essa vivência sexual reprimida, mesmo que temporariamente, permitindo que o indivíduo transgrida as normas sociais que normalmente governam o seu id e que são fortemente lembradas pelo superego, quando não manipuladas pelo ego enquanto mediador entre os conflitos que afetam o id.

Este fenômeno reflete nessa busca por liberdade sexual, na tentativa de se romper com as amarras do superego que, conforme Freud apontou, é construído a partir das experiências e normas internalizadas desde a infância. Mas como tudo na vida, essa liberação vem com um preço. A dissolução temporária do pudor pode levar à exposição a riscos significativos, tanto físicos quanto psicológicos, gerando um ciclo onde o prazer imediato é seguido por sentimentos de culpa, vergonha e até mesmo trauma. E este ciclo se alimenta dessa necessidade de repetição do comportamento, criando uma dependência, não apenas das substâncias, mas da própria sensação de [falsa] liberdade que elas proporcionam.

8.1 SESSÕES DE CHEMSEX: RELATOS DE ENCONTROS NO GRINDR

A cartilha, Terá Sido Abuso? Guia Para Homens que Têm Sexo com Homens (2022), apresenta questões pertinentes para a discussão dessa temática. Produzida pela associação portuguesa, Quebrar o Silêncio[9], que presta apoio especializado a homens e rapazes sobreviventes de violência e abuso sexual, o documento informativo apresenta algumas situações onde o abuso de drogas podem incitar situação de abuso sexual, uma delas em festas e encontros *Chemsex*.

No documento, a prática do *chemsex* é definida como o consumo de certas substâncias psicoativas (principalmente GHB/GBL, metanfetamina e mefedrona) durante encontros e festas sexuais organizadas, muitas vezes, através de aplicativos como *Grindr*. O uso dessas

9 https://www.quebrarosilencio.pt/

substâncias está associado a efeitos como desinibição, euforia, excitação sexual, alteração da percepção e lapsos ou perda de memória, o que pode aumentar significativamente o risco de violência sexual. Essa prática é relativamente comum entre alguns homens que fazem sexo com homens (HSH). Contudo, o risco de violência sexual no contexto do *Chemsex* é uma realidade que muitos dos praticantes podem desconhecer ou até subestimar. Muito porque as relações sexuais entre homens tendem a ser, culturalmente, violentas.

De acordo com uma pesquisa do Gay *Star News* realizada em 2017, um em cada dez participantes relatou já ter sido vítima de abuso sexual durante sessões de *Chemsex*[10]. Os dados foram colhidos pela Gay *Star News* e em parceria com o aplicativo *Blued* e contou com 1117 pessoas. O estudo conclui que quase 1 em cada 4 (23%) daqueles que se envolvem em *chemsex* conhecem alguém que morreu após um "*chillout*", enquanto o mesmo número (23%) diz que eles próprios já tiveram uma overdose em "G". Quase dois terços (60%) relataram ansiedade ou depressão como resultado de uma sessão de chemsex. Dos homens participantes, 91% identificaram-se como homossexuais, 6% como bissexuais. 95% eram cisgêneros e havia um grande número vivendo em Londres, onde o problema emergente tem sido amplamente divulgado nos últimos anos.

Na esfera de abusos sexuais durante o uso de drogas nesses contextos, a vitimação pode ser ainda maior do que se pensa, já que o reconhecimento dos abusos é dificultado pelo estigma social, ideias estereotipadas sobre homossexualidade e homens que fazem sexo com homens, além do julgamento moral e a condenação dessas práticas sexuais. São consideradas situações de violência sexual em contexto de *chemsex* quando uma das partes envolvidas: continua as práticas sexuais quando o outro está inconsciente ou incapaz de manter o consentimento; força ou coage o outro para práticas sexuais não consentidas ou não acordadas previamente; cometem *stealth*, que é a remoção do preservativo sem conhecimento ou consentimento do outro.

8.2 OS HOMENS VITIMADOS NO CONTEXTO DE CHEMSEX PODEM

• Ficar em silêncio e se autoculpabilizar porque tomaram a iniciativa de participar na sessão, adquiriram e consumiram substâncias psicoativas;

• Experienciar momentos de *blackout*, perda parcial ou total de memória relativamente ao que aconteceu. Como citamos no caso da minissérie *Baby Reindeer* (*Netflix*).

9 CONSIDERAÇÕES: FELICIDADE CLANDESTINA

Essa tessitura não pretende obter uma resposta eficaz para uma questão tão complexa, mas trazer esse assunto à luz já é uma boa solução dialética. A análise aqui

10 Chemsex in Lisbon? Self-reflexivity to uncover the scene and discuss the creation of community-led harm reduction responses targeting chemsex practitioners. Disponível em https://ciencia.ucp.pt/en/publications/chemsex-in-lisbon-self-reflexivity-to-uncover-the-scene-and-discu

desenvolvida sugere que a relação entre o pudor e o uso de drogas em contextos sexuais é, acima de tudo, multifacetada. Ao mesmo tempo em que permite uma expressão mais plena do desejo, ela expõe as fragilidades e contradições inerentes à condição humana, especialmente em uma sociedade que ainda lida de forma ambígua com as suas sexualidades.

Contudo, essa observação deve servir para que se possa abrir cada vez mais espaço para essas reflexões acerca da nossa necessidade em compreender melhor essa estrutura psíquica de repressão e todos estes supostos mecanismos de liberação do desejo: como eles podem ser abordados de forma mais saudável, sem recorrer a meios que, em última análise, podem ser tão destrutivos quanto libertadores.

O pudor, entendido como um mecanismo de defesa psíquica que regula os impulsos sexuais, pode ser visto como uma das formas mais sofisticadas de perversão, justamente por sua capacidade de ocultar e reprimir desejos que, quando liberados, frequentemente se manifestam de forma intensa e até transgressiva. A ideia de que "o pudor é a forma mais inteligente de perversão" sugere que a repressão dos impulsos sexuais e emocionais pode criar uma tensão interna tão forte que, quando rompida, leva a comportamentos extremos, como o abuso de drogas, festas *chemsex* e a violências homoafetivas.

No contexto de homens gays, onde muitas vezes há uma luta com as pressões sociais e culturais para se conformar a normas heteronormativas, o pudor pode atuar como uma máscara para desejos profundos e intensos. Essa repressão não só dificulta a expressão saudável da sexualidade, mas também pode criar um ambiente propício para que esses desejos se manifestem de maneira distorcida e autodestrutiva. O abuso de substâncias e o *chemsex* são exemplos claros disso, onde a liberação temporária dos impulsos reprimidos ocorre em um contexto de anestesia emocional, potencializado pela dopamina e outras substâncias químicas que alteram o estado de consciência.

Além disso, a violência nas relações homoafetivas pode surgir dessa mesma dinâmica, onde os sentimentos de vergonha, repressão e frustração gerados pelo pudor não expressado de maneira saudável acabam por se transformar em comportamentos agressivos ou destrutivos. Nesse sentido, o pudor, ao invés de servir apenas como um regulador moral, age também como um fomentador de comportamentos perversos, justamente por sua capacidade de acumular e distorcer os desejos reprimidos.

A complexidade da relação entre pudor e perversão se revela na forma como essa suposta "proteção" da psique pode, paradoxalmente, levar à desintegração dos limites morais e sociais quando se encontra em contextos que facilitam a suspensão temporária da repressão, como o uso de drogas ou festas fetichistas. Isso nos leva a refletir sobre como estruturas capitalistas-patriarcais seguem criando mecanismos de violências. Respondendo à máxima dessa discussão, o pudor e a perversão são como *yin-yang* da sexualidade humana. Freud defende que a tensão entre esses dois elementos é responsável por moldar a

nossa psique, influenciando diretamente os nossos comportamentos e, principalmente, corroborando para o surgimento de neuroses. O curioso é que ambos são fundamentais para se entender a mente humana e toda a sua complexidade em existir.

O futuro digital nos trouxe a esta impactante reinvenção da intimidade. Por isso, tome fôlego. Somos todos produto de uma cultura que se alimenta de fatos constituídos de uma matéria-prima situacional que se amassa para caber num espaço "em aberto" dentro das disponibilidades idealizadas por um dos processos civilizatórios mais violentos: a construção social; esta, pungente na nossa memória coletiva, enraizada em violências, desejos e medos, desenvolvidas numa reação de autocontrole do prazer humano: o pudor dos naturalmente pervertidos. Que desvio!

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. Amor **Líquido**: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BERRIDGE, K. C. The debate over dopamine's role in reward: the case for incentive salience. **Psychopharmacology**, n. 191, v. 3, p. 391-431, 2007.

DREVIN, Guillaume; ROSSI, Léa-Héléna; FÉREC, Séverine; BRIET, Marie; ABBARA, Chadi. Chemsex/slamsex-related intoxications: A case report involving gamma-hydroxybutyrate (GHB) and 3-methylmethcathinone (3-MMC) and a review of the literature. **Forensic Science International**, v. 321, artigo 110743, fev. 2021.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Reinvenção da intimidade**: políticas do sofrimento cotidiano. São Paulo: Ubu, 2017.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução M.T. C. Albuquerque e J. A G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FREUD, Sigmund, 1856-1939. **O mal-estar na civilização**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics. Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund (1856-1939). **Obras completas, volume 16**: O eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925). Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund (1856-1939). **Obras completas, volume 6**: três ensaios sobre a teoria da sexua-lidade, análise fragmentária de uma histeria (*O caso Dora") e outros textos (1901-1905). Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GREEN, A. R., & Nutt, D. J. Pharmacology of MDMA and related drugs. **Neuropharmacology**, n. 87, p. 68-79, 2014.

HAN, Byung-Chul. **Agonia do Eros**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HOCKENHULL, Joanna; MURPHY, Kevin G.; PATERSON, Sue. An observed rise in γ-hydroxybutyrate-associated deaths in London: Evidence to suggest a possible link with concomitant rise in chemsex. **Forensic Science Internationa**l, v. 270, p. 93–97, 2016.

hooks, bell. **Tudo Sobre o Amor**: Novas Perspectivas. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

KAFKA, M. P. Hypersexual disorder: A proposed diagnosis for DSM-V. **Archives of Sexual Behavior**, n. 39, v. 2, p. 377-400, 2010.

KOOB, G. F., & Volkow, N. D. Neurobiology of addiction: a neurocircuitry analysis. **The Lancet Psychiatry**, n. 3, v. 8, p. 760-773, 2016.

LEMBKE, Anna. **Nação Dopamina**: Por que o excesso de prazer está nos deixando infelizes e o que podemos fazer para mudar. Tradução de André Fontenelle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

MESTON, C. M., & Buss, D. M. Why humans have sex. **Archives of Sexual Behavior**, n. 36, v. 4, p. 477-507, 2007.

ROBBINS, T. W., & Everitt, B. J. Limbic-striatal memory systems and drug addiction. **Neurobiology of Learning and Memory**, v. 78, n. 3, p. 625-636, 2002.

WISE, R. A. Dopamine, learning and motivation. **Nature Reviews Neuroscience**, n. 5, v. 6, p. 483-494, 2004.

WEBBIOGRAFIA

“Ainda é um tabu.” Denúncias de homens vítimas de abuso sexual aumentam em 2023, Diário de Notícias. Disponível em: https://www.dn.pt/3346852209/ainda-e-um-tabu-denuncias-de-homens-vitimas-de- abuso-sexual-aumentam-em-2023/. Acesso em: 15 set. 2024.

Quebrar o Silêncio, Associação Portuguesa que presta apoio especializado a homens e rapazes sobreviventes de violência e abuso sexual. Disponível em: https://www.quebrarosilencio.pt. Acesso em: 15 set. 2024.

Terá Sido Abuso? Guia para homens que têm sexo com homens, Quebrando o Silêncio, 2022. Disponível em: https://www.quebrarosilencio.pt/wp-content/uploads/2023/06/GUIA_HSH_WEB.pdf. Acesso em: 14 jul. 2024.

Mais de 120 homens denunciaram terem sido abusados sexualmente em 2023, **TVI Player**. Disponível em: https://tviplayer.iol.pt/programa/tvijornal/63ef5eb50cf2665294d5f87a/video/65a938310cf265bc9692b700. Acesso em: 25 ago. 2024.

Memórias de Infância. **Jornal O Povo**, 15 de junho de 2021. Documento digitalizado em: https://bf986fcb7b034448a8bb2017b5604fc7.filesusr.com/ugd/76d616_b46794f10b31498599c0f3a5a1359c08.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

Tiago foi vítima de abuso sexual durante 12 anos. "Tomei consciência de que não era normal no dia em que ele me masturbou". **CNN Portugal**. Disponível em: https://cnnportugal.iol.pt/abuso-sexual/homem/tiago-foi-vitima-de-abuso-sexual-durante-12-anos-tomei-consciencia-de-que-nao-era-normal-no-dia-em-que-ele-me-masturbou/20240118/65a151d2d34e65afa2f99782. Acesso em: 24 ago. 2024.

Homens e meninos também sofrem abuso sexual. Eles estão aprendendo a pedir ajuda. **Jornal El País Brasil**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-23/homens-e-meninos-tambem-sofrem-abuso-sexual-eles-estao-aprendendo-a-pedir-ajuda.html. Acesso em: 13 jul. 2024.

Depoimento Carlos Jorge | Vítima de Abuso Sexual, Canal YouTube Ministério Público do Alagoas, Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ifRbDrwKUFY. Acesso em: 27 set. 2024.

'Bebê Rena': a história real de perseguição e abuso sexual que inspirou série da Netflix. **Portal de Notícias BBC News Brasil**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce9rzyz8d4vo. Acesso em: 29 set. 2024.

MASTRANGELO, Gabriel. **Divino Amor**. Direção: Gabriel Mascaro. Produção: Desvia, 2019. 100 min. Filme.

WILLIAMS, Richard Gadd. **Baby Reindeer, episódio 5**: Direção: Jonathan Watson. Produção: Netflix, 2023. Série (1ª temporada).

piepshow_berlin, Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/piepshow_berlin/. Acesso em: 2 out. 2024.

Kitkatclub.oficial, Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/kitkatclub.official/. Acesso em: 2 out. 2024.

Recebido em: 21/05/2025
Aceito em: 10/07/2025

TRABALHOS ARTÍSTICOS

CORES DE CORISCO

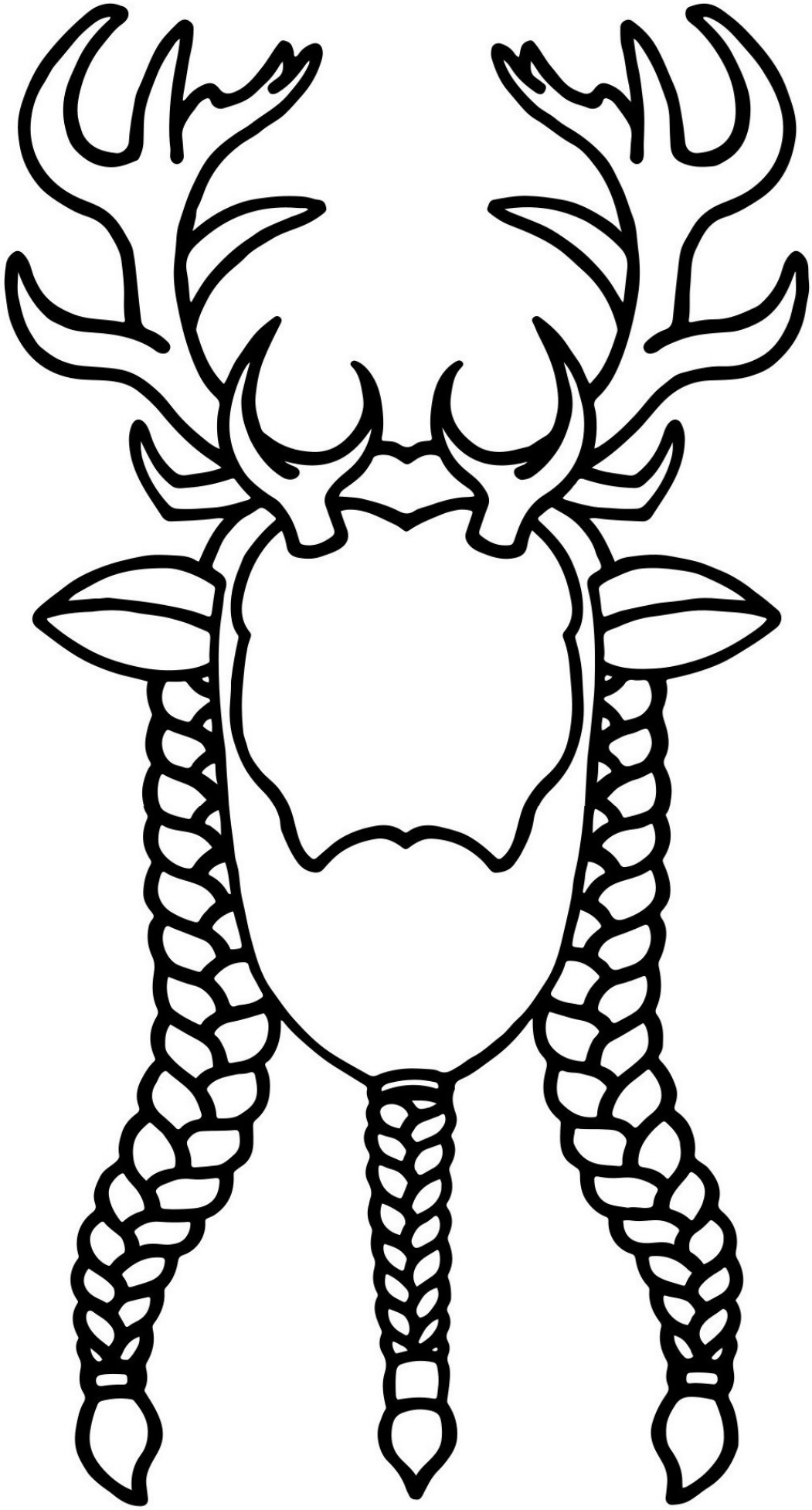
CORISCO COLORS

Honácio Braga de Araújo[1]

Resumo: este conto se passa em Corisco, a pequena cidade fictícia no Nordeste do Brasil onde vive a *drag queen* Safira Safari. Como autista LGBT, ela resiste às várias vezes em que tentaram invisibilizar a sua existência dissidente por meio das imposições de conformidade aos padrões hegemônicos. Através de expressões artísticas, ela busca enfrentar a discriminação e curar as feridas do passado, marcado por repressão e *bullying*. Permeado de memórias e reflexões sobre estigmas sociais interconectados, este conto é acompanhado por uma ilustração feita pelo autor.
Palavras-chave: *Drag queen*; Autista; LGBT.

Abstract: this short story is set in Corisco, a small fictional town in Northeastern Brazil where drag queen Safira Safari lives. As an autistic LGBT person, she resists the numerous attempts to make her dissident existence invisible by imposing conformity to hegemonic standards. Through artistic expression, she seeks to confront discrimination and heal the wounds of a past marked by repression and bullying. Filled with memories and reflections on interconnected social stigmas, this short story is accompanied by an illustration by the author.
Keywords: Drag queen; Autistic; LGBT.

[1] Doutorando em Direito pela UFPR com bolsa CAPES/PROEX, mestre em Direito pela UFSC com bolsa CNPq e graduado em Direito pela UFPI. Membro do Núcleo de Direitos Humanos e Vulnerabilidades da UFPR. E-mail: honacio@gmail.com



O meu nome é Safira Safari e eu nasci ontem. Safira Safari é o meu nome de *drag queen*, e ontem performei para um público pela primeira vez. Já que a minha *drag* é uma persona que criei como uma forma de expressão artística, a ideia de quem sou como *drag*, por um lado, e a ideia de quem sou como pessoa, por outro, moldam duas facetas de mim que se retroalimentam. Logo, a fim de melhor explicar uma, sinto que necessito explicar a outra.

Como *drag*: eu nasci aqui em Corisco, uma cidade nordestina cercada de mata, durante a festa do bicentenário da cidade, fundada em 1831. Por coincidir com o Dia do Saci (também conhecido como o Dia das Bruxas, ou *Halloween*), ela foi anunciada como uma festa à fantasia. Lá, me vi rodeado de gente vestida como criaturas míticas de outros países e seres folclóricos nacionais, como a Iara e o Cabeça de Cuia. Ou seja, nasci na sexta-feira dia 31 de outubro de 2031, em uma noite de lua cheia. Mais à frente, farei o relato dessa performance.

Como pessoa: sou um homem cis gay, de pele branca quase amarela, olhos marrons quase pretos, cabelo grisalho quase prateado, com quarenta e dois anos, baixo, barrigudo e barbudo – pela gíria gay, sou um pequeno urso. Diferente da minha homossexualidade, que foi percebida cedo (eu me entendi como gay entre a infância e a adolescência), confirmei que sou autista somente na idade adulta, tendo recebido o laudo aos trinta e dois anos.

Vivendo décadas sem saber que sou autista, notava que eu era diferente de algum modo, por ter dificuldade de entender os comportamentos das outras pessoas. Às vezes eu me imaginei explicando costumes humanos para alienígenas que viessem à Terra com o intuito de estudar a espécie Homo sapiens. Nessas ocasiões imaginárias, era como se a minha mente tentasse captar a essência dos modos de interagir dos demais, que tanto me causavam confusão. A ocorrência desses cenários de faz-de-conta ressaltava a maneira como as condutas sociais me intrigavam, a ponto de eu simular, em meus pensamentos, que estava ensinando sobre isso para quem não fazia a mínima ideia de quais eram os motivos e objetivos de tais hábitos e padronizações.

Ao obter o diagnóstico de autista, senti como se a minha vida tivesse sido um filme de suspense, com situações incompreendidas e desconexas até chegar a um evento-chave, no qual é revelado um detalhe que reúne várias pistas espalhadas ao longo da trama, agrupando as peças, preenchendo as lacunas e resolvendo o mistério. Saber que eu sou autista me trouxe um senso de paz e pertencimento. Paz, porque agora sei que certos desentendimentos não foram culpa de um problema meu, mas sim o resultado de ter um cérebro que funciona de um modo distinto do que é estabelecido socialmente como típico. E pertencimento, por saber que não estou sozinho, pois existe mais gente com vivências parecidas com a minha; eu tenho os meus pares.

A confirmação me fez entender que os meus modos de pensar e de agir não são errados, inferiores, defeituosos, inadequados: são atípicos, neuroatípicos, neurodivergentes,

autísticos. Aprendi que eles tinham nomes e explicações: comportamentos repetitivos, interesses restritos, dificuldades de comunicação e interação social, hiper e hipossensibilidades sensoriais etc.

Ao saber que sou autista, me questionei quem eu sou por trás da máscara que criei para interpretar um papel. Anos atuando para tentar não parecer dissidente me afastaram da pessoa que eu poderia ser sem essas amarras, que tanto me puxavam para baixo. Em consequência das autodescobertas, quis buscar meios de desmascarar o autismo em mim. Esse processo tirou um peso de cima de mim, e foi daí que veio a minha assimilação da noção de que havia muita coisa enterrada, como os meus anseios de criatividade com expressões artísticas – em áreas como as de moda, desenho e dança – que estivessem ligadas a temas LGBT.

As imposições alheias (e internalizadas) de camuflar gayanidade e autisticidade estavam interligadas, como elos de correntes que me aprisionavam. Então, decidi que era hora de me livrar desse falso eu, e resgatar o verdadeiro. Ao despertar partes adormecidas de mim, houve uma reação em cadeia, mais partes emergiram. Aos poucos, redescobri a minha autenticidade e reaprendi a me amar. Meus extravasamentos através de atividades artísticas impulsionam essas mudanças, no que diz respeito à minha liberação autística e lgbtística.

Desde que confirmei que eu sou autista, eu me entendo melhor e estou mais confiante para encarar o desafio de ser abertamente dissidente. Sou sobrevivente de uma série de vezes em que tentaram fazer com que a minha existência como autista LGBT fosse invisibilizada através de imposições para que eu me adequasse às expectativas de conformidade. Diante disso, o desenho e outras formas de arte são os meus instrumentos de cura das feridas do passado, que jamais sumirão totalmente. Sempre ficam cicatrizes, entretanto, posso enfraquecer as dores.

Desde a infância, passei por experiências de repressão que faziam crescer dentro de mim o medo de ser eu mesmo. Menosprezado de modo recorrente por ter atributos peculiares, eu me apegava aos meus interesses de arte, como desenhos animados e revistas em quadrinhos, para não me sentir tão mal com as lembranças dos casos de bullying que sofri em vários lugares. Conheço pessoas em situações equivalentes que tentaram suicídio, e vejo notícias sobre terapias de conversão, que não funcionam e causam sérios danos.

Desde que parei de tentar fingir que era outra pessoa para agradar quem me repreendia, comecei a me valorizar; cultivei autoconhecimento e colhi autoconfiança. Após sucessivas agressões, eu me mudei para a minha atual cidade, Corisco, onde encontrei as amizades que hoje considero como a minha família escolhida, formada de pessoas integrantes e aliadas das comunidades autista e LGBT.

Corisco é uma charmosa e tranquila cidade serrana, de clima ameno e um pouco afastada do litoral, localizada entre a Mata Atlântica e a Mata dos Cocais (uma zona de

transição entre a Floresta Amazônica, o Cerrado e a Caatinga). Diante dos impactos das mudanças climáticas, batalhamos para proteger as pessoas e outros seres frente à devastação aqui em Corisco, uma das inúmeras localidades brasileiras atingidas por incêndios.

Como a natureza, as comunidades estigmatizadas são atingidas por sistemas interligados de opressão do patriarcado cisheteronormativo capitalista, produtores dos privilégios de grupos dominantes que controlam as estruturas de poder na sociedade. Nesse sentido, escolhi Corisco como o meu lar por ser um refúgio de sossego em termos de aceitação de pluralidades culturais e de diversidades de grupos sociais que são minorizados em outros lugares.

Corisco é bastante múltipla em aparências e costumes de habitantes e visitantes. Duas de suas qualidades que são as minhas favoritas são a facilidade de ver gente com cabelo colorido – em tons de rosa, roxo, azul, verde e por aí vai – e a facilidade de ver gente com vestes vindas de várias nações. Aqui, gente diferente não atrai olhares de fascismo, mas sim de fascínio.

Eu me mudei para cá logo após confirmar que sou autista, logo, eu estava conhecendo um novo lugar e ao mesmo tempo me conhecendo melhor. Então, passei a ser mais eu mesmo, movido pelas circunstâncias de estar vivendo esses dois processos simultaneamente. Por isso, resolvi realizar alguns desejos que já tinha, como usar kilt e esmalte em ocasiões especiais.

Atualmente, como membro de movimentos sociais, procuro colaborar para as lutas pela eliminação das diversas formas de discriminação, pois, sendo gay autista, passei por exclusão e tentativas de me limitarem e tirarem a minha voz. Frente a isso, a apreciação de artistas *drag* me trouxe o bom humor e a esperança que busco repassar adiante. Para mim, ser artista é um meio pelo qual participo dos esforços coletivos por inclusão e justiça social.

Quando jovem, cheguei a imaginar a moda como uma possível área profissional, mas, na época, não trilhei esse caminho, por medos: achei que causaria decepção se trabalhasse com algo visto como coisa de viado; e achei que não seria bom o suficiente. Esses medos se fizeram presentes em múltiplos setores da vida, de modo que me dedicava excessivamente para ser um ótimo aluno, ótimo filho etc. na tentativa de compensar o fato de ser destoante dos demais.

Destoar é uma ideia também bastante recorrente para mim. Em muitos lugares e épocas, senti que eu destoava dos outros. Por um tempo, pensei se tratar apenas do fato de ser gay. Aos poucos, fui notando mais aspectos de dissidência que me compõem, como a condição de autista. É preciso ter coragem para ser abertamente diferente em uma sociedade que estigmatiza e exclui seres humanos por suas diferenças, tanto que às vezes não consigo manter a tranquilidade em público em certas situações. Há momentos em que corro risco de violência caso se incomodem pela simples existência de um gay autista em

um espaço coletivo. De vez em quando, lido com o desconforto de fazer mascaramento, nem sempre intencional, como um gay autista que tem passabilidade heterossexual e também passabilidade alística (ou seja, não autista). Por muito tempo, pensei, equivocadamente, que ser eu mesmo era ruim, indesejado, algo a ser evitado. Ainda criança, eu me dizia algo como: "Eu não gosto de mim." E isso é muito triste.

Todavia, a informação e a conscientização que tenho acessado recentemente contribuem para minha contínua desconstrução como alguém que já reproduziu modos machistas, racistas, lgbtfóbicos e capacitistas de pensar e falar, pois vivemos em uma sociedade estruturalmente machista, racista, lgbtfóbica e capacitista. Quem aceita tudo o que é amplamente disseminado em relação a preconceitos, sem refletir sobre as fontes dessas tradições de desprezo de certos grupos sociais por divergirem dos padrões, acaba absorvendo uma série de valores nocivos que são estimulados constantemente e ainda são muito pouco discutidos.

Eu cansei de me esconder por medo da rejeição; eu quero viver com liberdade para me expressar como me sinto bem. Por muito tempo, tentei conter os meus jeitos de andar, de falar e de gesticular a fim de que não me percebessem como LGBT, para não sofrer violência. Após saber que eu sou autista, eu me dei conta de que talvez, ao longo da vida, eu também camuflasse o fato de ser autista, com aspirações de assimilação ao entorno.

Quero libertar o meu jeito autístico e lgbtístico: me balançar ao caminhar, sacudir as mãos ao ficar feliz e desenhar com as mãos no ar quando falo. Fingir que eu não sou autista e que não sou LGBT me machuca. Eu não quero viver pela metade, me anulando para o conforto alheio. Repito para mim que ser como sou não é um erro, pois por tempo demais ouvi dizerem que era; e eu acreditava. Só quero ser eu de verdade, sem o peso do receio paralisante de sofrer hostilidade de quem não entende. Desejo reencontrar a pessoa que eu sufoquei dentro de mim para manter a farsa de ser neutro e dócil, mais fácil de tolerar.

Quero fazer as pazes com o meu eu original que ocultei, enfim, quero viver plenamente como uma pessoa dissidente e orgulhosa de ser assim. O orgulho LGBT, de modo semelhante ao orgulho autista e ao orgulho de outros grupos marginalizados, é uma resistência a tentativas de nos fazer acreditar que devemos ter vergonha de estar no mundo de modo autêntico. Hoje, sou abertamente gay autista a fim de ocupar espaços, gerar visibilidade e representatividade, para propagar o auto-amor, o auto-acolhimento e a autocelebração de pessoas dissidentes.

Falando em celebrar: após ser apenas admirador durante anos, oficialmente posso dizer que sou uma *drag queen*, pois ontem à noite fiz a minha performance de estreia. Foi ao ar livre, na festa de uma data especial para o local onde eu moro. Eu constava como Safira Safari, autista artista *drag*, no panfleto que mostrava a programação especial organizada pela prefeitura para o aniversário da fundação de Corisco. Na chegada à festa, na praça principal da cidade, eu me impressionei com a variedade de extraterrestres, fantasmas,

feiticeiras e demônios. Por onde eu passava, os entusiasmos que havia em mim e nos demais se estimulavam mutuamente, visto que – com fantasias caprichadas exaltando e enaltecendo figuras estranhas e esquisitas – os olhares transmitiam deslumbramento e carinho por quem nos gera identificação.

Quando chegou a minha vez e a música começou, subi ao palco montada com um visual *drag* confeccionado por mim. No ano passado, realizei o sonho de me aventurar a fazer roupas para mim, especialmente túnicas; e naquele palco, fiz uma exposição da minha obra de vestuário *drag*. Cheguei trajando um robe violeta que cobria tudo do pescoço para baixo. Coladas sobre o tecido, pedrinhas douradas refletiam as luzes formando uma simulação de constelações, com estrelas ligadas por linhas retas e sobrepostas pelos contornos dos desenhos de criaturas que são seus símbolos, tais como centauro, escorpião, leão, pégaso, touro, unicórnio e ursa.

Dancei ao som de uma sequência de músicas da Pabllo Vittar, justamente na véspera do aniversário dela. Após intensa preparação, acompanhei todas as letras com movimentos labiais primorosamente sincronizados. Além de maquiagem com traços exuberantes e tons vibrantes, eu usava peruca e extensão na barba (que já tinha deixado crescer por uns meses), combinando cabelo e barba com um único tom lustroso de laranja, que parecia lava de vulcão. Havia duas tranças no cabelo, uma de cada lado, e uma trança na barba, as três chegando à altura do coração, e chifres de veado com ramificações similares a galhos secos em tons de cinza. Coloquei cílios volumosos e próteses imitando orelhas de veado, com cor de vira-lata caramelo.

Durante a primeira música, desfilei e fiz várias poses, para mostrar em detalhes o mapa celeste reluzente que me envolvia. Na transição para a segunda música, retirei o robe, chifres e orelhas, revelando outro visual, composto por um *kaftan* cintilante como purpurina, botas e asas de borboleta nas costas. Todas essas peças tinham tons de vermelho, para representar uma fada vermelha. Com movimentação mais livre do que no visual anterior, comecei uma dança bastante agitada. Pontinhos cristalinos refletiam as luzes do entorno à medida que eu me movia.

Com os elementos de brilho, por um lado, e os elementos de animal, por outro, os meus visuais remetiam ao meu nome *drag* – Safira Safari. Aliás, a inspiração para esse nome veio dos *videogames* de *Pokémon*: na 3ª geração do jogo (dos anos 2000), havia uma versão chamada Pokémon Safira; e na 1ª geração (dos anos 1990), havia um lugar chamado Zona Safari, que ficava na cidade de Fúcsia. Então, o meu nome drag traz também a ideia de conexão com uma localidade, como homenagem à conexão entre Corisco e a minha história de vida.

Escolhi usar os chifres de veado para representar um viado – termo derivado de desviado ou transviado das normas da cisheteronormatividade, um insulto reivindicado como um sinal de orgulho – e, ao mesmo tempo, para representar os ramos das árvores

atingidas por chamas. A intenção era um protesto contra a caça de viados, no sentido de lgbtfobia, e a caça de veados, representando os animais não humanos explorados para atender aos interesses humanos e, junto com as queimadas, a crise ecológica e as agressões à natureza.

Montei o visual de fada vermelha em contraposição ao estereótipo de anjo azul, dirigido a autistas. Assim, fiz uma alusão ao movimento *Red Instead* e uma reapropriação do termo *fairy*, como ocorreu com os termos *queer* e viado, ressignificados pela comunidade LGBT. As cores das roupas, vermelho e violeta, referenciam as duas pontas do arco-íris, enquanto que a cor de ouro, nas constelações, aponta para seu uso como um símbolo pela comunidade autista. Havia também a contestação às normas que impõem a conformidade a caixas, entrelaçando símbolos masculinos (como a barba e a pelagem visível no decote) e femininos (que, segundo convenções de certas épocas e lugares, seriam alguns ornamentos e adereços). Eu gosto dessa mistura.

Eu me sentia maravilhado com o quão era prazeroso e gratificante poder expandir toda a minha expressão de arte e questionamento de normas. Movido pelas músicas e pelas torcidas do povo da cidade que escolhi chamar de minha, eu me deliciava com a sensação de ter a minha autoestima reciprocamente alavancada pela minha criatividade para as partes não coreografadas da dança. Com caras e movimentos em harmonia com as melodias e emoções, era extremamente satisfatório proporcionar entretenimento transbordando viadagem.

Enquanto estrelava no palco, a céu aberto, renovei o meu encantamento por mim e pela cidade que me abraçou. Com as belezas da sua natureza e os valores do seu povo acolhedor, Corisco eleva o ânimo e o otimismo de que preciso para continuar me desprendendo das aflições do passado. E para acreditar que o futuro é promissor para pessoas que, como eu, querem viver livres para expressar suas características autísticas e lgbtísticas. Simbolizando as comunidades autista e LGBT, usei unhas postiças multicoloridas, seguindo a sequência de cores contidas na bandeira LGBT e no símbolo de infinito colorido com o espectro das cores, criado por autistas para representar a neurodiversidade. Assim, minhas mãos eram como um duplo arco-íris.

Recebido em: 04/04/2025
Aceito em: 22/04/2025

ENTREVISTAS

O CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT JANAÍNA DUTRA ENQUANTO INSTRUMENTO DE ACOLHIMENTO DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN + DE FORTALEZA/CE: ENTREVISTA COM ALAN LUZ[1] E AMANDA FÉLIX[2]

THE LGBT REFERENCE CENTER JANAÍNA DUTRA AS A WELCOMING INSTRUMENT FOR THE LGBTQIAPN+ POPULATION OF FORTALEZA/CE: INTERVIEW WITH ALAN LUZ AND AMANDA FELIX

Mayara Barreto de Castro[3]

Resumo: O Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, em Fortaleza, é um espaço de acolhimento, defesa e promoção dos direitos da população LGBTQIAPN+, desempenhando um papel crucial na garantia de direitos e no enfrentamento das desigualdades e da violência que afetam essa comunidade. Criado pela Lei Complementar nº 133, de 28 de dezembro de 2012, o Centro surgiu como uma resposta à crescente demanda por serviços especializados voltados à população LGBTQIAPN+. Este Centro não é apenas um espaço físico de atendimento, mas um símbolo de resistência e luta pelos direitos humanos. Esta entrevista foi realizada com Alan Luz, homem gay, e Amanda Félix, travesti, profissionais vinculados ao Centro de Referência LGBT Janaína Dutra e que também fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+. Suas vivências conferem ainda mais força e legitimidade às falas sobre os desafios, avanços e limites do serviço público voltado a essa comunidade.
Palavras-chave: LGBTQIAPN+; Direito LGBTQIAPN+; Direitos Humanos; Direitos; Travestis; Transexuais.

Abstract: The Janaína Dutra LGBT Reference Center in Fortaleza is a space for welcoming, defending, and promoting the rights of the LGBTQIAPN+ community, playing a crucial role in guaranteeing their rights and addressing the inequalities and violence that affect this community. Created by Complementary Law No. 133 of December 28, 2012, the Center emerged as a response to the growing demand for specialized services aimed at the LGBTQIAPN+ community. This Center is not just a physical service space, but a symbol of resistance and the fight for human rights. This interview was conducted with Alan Luz, a gay man, and Amanda Félix, a transgender woman, professionals affiliated with the Janaína Dutra LGBT Reference Center and who are also part of the LGBTQIAPN+ community. Their experiences lend even greater strength and legitimacy to their statements about the challenges, advances, and limitations of public services aimed at this community.
Keywords: LGBTQIAPN+; LGBTQIAPN+ Law; Human Rights; Rights; Transvestites; Transsexuals.

1 INTRODUÇÃO

O Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, em Fortaleza, é um espaço de acolhimento, defesa e promoção dos direitos da população LGBTQIAPN+, desempenhando

[1] Antigo coordenador do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra. Pastor da Igreja Apostólica Filhos da Luz (IAFL), teólogo formado pela Faculdade Entre Rios do Piauí (FAERPI), militante pelos Direitos Humanos, especialista em Gestão de Recursos Humanos com MBA em Gestão de Pessoas pela Descomplica Faculdade Digital, professor de cursos no Senac Ceará e educador social.

[2] Educadora Social do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra. Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e em Inglês pela Casa de Cultura Britânica da Universidade Federal do Ceará (UFC), ambas em 2022.

[3] Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE, 2022). Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UECE (PPGS/UECE). Possui pós-graduação em Serviço Social, Política Social e Seguridade Social pela Faculdade do Maciço de Baturité (FMB). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Margens, Culturas e Epistemologias Dissidentes (GEPE MARGENS).

um papel crucial na garantia de direitos e no enfrentamento das desigualdades e da violência que afetam essa comunidade. Criado pela Lei Complementar nº 133, de 28 de dezembro de 2012[4], o Centro surgiu como uma resposta à crescente demanda por serviços especializados voltados à população LGBTQIAPN+. Este Centro não é apenas um espaço físico de atendimento, mas um símbolo de resistência e luta pelos direitos humanos.

Esta entrevista foi realizada com Alan Luz, homem gay, e Amanda Félix, travesti, profissionais vinculados ao Centro de Referência LGBT Janaína Dutra e que também fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+. Suas vivências conferem ainda mais força e legitimidade às falas sobre os desafios, avanços e limites do serviço público voltado a essa comunidade[5].

O nome do Centro é uma homenagem a Janaína Dutra, ativista trans nascida em Canindé, no interior do Ceará, que se tornou uma referência na luta pelos direitos das pessoas trans e na ampliação da visibilidade das questões de gênero e sexualidade. Janaína foi a primeira travesti a obter uma carteira profissional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), conquistando um marco histórico. Sua incansável atuação em defesa da igualdade e dos direitos humanos deixou um legado inestimável, amplamente reconhecido pela sociedade civil e pelos movimentos sociais. Inspirado por sua memória, o Centro Janaína Dutra honra seu legado ao oferecer suporte abrangente à comunidade LGBTQIAPN+ em diversas áreas, promovendo inclusão, dignidade e direitos.

O Centro é parte integrante da Política Municipal de Direitos Humanos de Fortaleza, e está alinhado com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a População LGBT, implementada pelo governo federal e outros órgãos públicos. Essas políticas públicas visam garantir o respeito, a inclusão e a proteção das pessoas LGBTQIAPN+ contra discriminação, violência física e psicológica, além de promover o acesso a serviços essenciais como saúde, educação, assistência social e jurídica. Assim, o Centro Janaína Dutra é não apenas um espaço de assistência, mas também um instrumento de cidadania e empoderamento para a comunidade LGBTQIAPN+ de Fortaleza.

4 BRASIL (Município). Lei Complementar nº 0133, de 28 de dezembro de 2012. Institui o Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e dá outras providências. Fortaleza, Disponível em: https://legislacao.pgm.fortaleza.ce.gov.br/images/4/40/LeiComp133-13.pdf3-3.pdf. Acesso em 28 de março de 2025.

5 Em 2024, foram realizadas as eleições municipais de Fortaleza para a escolha do prefeito, vice-prefeito e vereadores.

IMAGEM 1 - Centro de Referência LGBT Janaína Dutra



Fonte: Autora (2025)

2 ENTREVISTA COM ALAN LUZ E AMANDA FELIX

Mayara Barreto de Castro: Qual foi a principal motivação para a criação do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra?

Amanda Félix: A motivação para a criação do Centro surgiu da necessidade urgente de oferecer suporte à população LGBT, especialmente às travestis, que enfrentavam altos índices de violência e violação de direitos. Naquela época, a gente sofria todos os tipos de violação. A população LGBT, principalmente a população T (travestis e transexuais), não tinham acesso a serviços básicos como saúde e segurança. Com isso, se tornou essencial a criação de um Centro que pudesse atender as necessidades da população LGBT de Fortaleza.

MBC: Quais são os principais serviços oferecidos pelo Centro de Referência LGBT Janaína Dutra?

AF: A Lei Complementar nº 133, de 28 de dezembro de 2012 vai te dizer melhor sobre as competências do Centro e o que é exigido. Mas, de forma resumida, temos uma equipe multidisciplinar com profissionais do Serviço Social, do Direito, da Psicologia e da Educação em Direitos Humanos.

O atendimento do Serviço Social é um atendimento inicial, no qual o usuário chega, abre seu prontuário e apresenta sua demanda. Por meio de uma escuta qualificada, o Serviço Social compreende as necessidades do usuário, oferecendo orientações e encaminhamentos adequados.

Por exemplo, uma travesti que está em situação de rua pode ser direcionada ao Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua) pelo Serviço Social. Caso a assistente social identifique que a violência ou violação de direitos que ela sofre afeta sua saúde mental, poderá encaminhar ela para a Psicologia. A psicóloga, por sua vez, vai avaliar a necessidade do acompanhamento, e vai determinar se algumas sessões são suficientes ou se será necessário um encaminhamento para um serviço especializado. Caso a Psicologia e o Serviço Social identifiquem a possibilidade de uma denúncia, elas irão sugerir essa opção, e a usuária decidirá se deseja prosseguir ou buscar outra orientação. Caso opte pela denúncia, o encaminhamento será feito para o jurídico, garantindo o suporte necessário.

Existe também o “Grupo de Apoio e Convivência para Travestis, Transexuais e Pessoas Não-binárias”, que está em funcionamento desde 2017/2018 e é focado nessa população. O grupo é mediado pela psicóloga e conta com o apoio do setor educativo. Além disso, temos o nosso “Grupo de Estudos”, onde escolhemos um tema e o discutimos com toda a população, seja LGBT ou não, promovendo troca de conhecimentos e apoio.

Temos o "Diversidade na Cidade", que oferece formações e capacitações promovidas pelo Centro Janaína em parceria com outros equipamentos municipais, como CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), UBS (Unidade Básica de Saúde), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e Escolas, voltadas para os profissionais da rede municipal. Eu, enquanto parte do setor educativo, também sou responsável por ir às escolas municipais, dialogar com os profissionais e, sempre que possível, com a comunidade estudantil, buscando disseminar conhecimento e promover a inclusão.

Queremos retomar o "CineTrans", uma iniciativa em que selecionamos obras com temática LGBT para exibição, abertas a toda a população, seja LGBT ou não. Após a exibição, realizamos um “cinedebate”, onde discutimos os temas abordados nos filmes, promovendo um espaço de reflexão e troca de experiências.

Também realizamos ações pontuais, onde participamos como apoio. Um exemplo recente é o "pedal" em parceria com o movimento da AMC (Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania). Estamos sempre apoiando diversos eventos, e em junho teremos várias ações nas quais entraremos como apoio. Além disso, já recebemos doações de cestas básicas, que distribuímos para a população.

MBC: Houve algum serviço que foi oferecido no passado e que atualmente não está mais disponível?

Alan Luz: Devido a questões de organização política, estamos passando por algumas "podações". Não que os serviços tenham deixado de existir, mas sim que foram remanejados para outro setor, outra coordenadoria. Mas, os serviços básicos permanecem.

MBC: Há planos para a implementação de novos serviços no futuro?

AL: Temos muitas ideias, mas, por ser um serviço municipal e considerando o ano político (2024), é difícil te responder com precisão neste momento[6]. Acredito que, após a nova gestão, vamos conseguir estruturar um cronograma de trabalho. Temos muitas ideias voltadas à empregabilidade, que é uma área que ainda precisamos desenvolver por aqui. Entre elas, estão parcerias com empresas, para trabalharmos juntos em questões relacionadas à população, oferecendo formações e capacitações para que as pessoas possam ocupar vagas nessas empresas.

Também pensamos em criar um banco de talentos, com currículos prontos, já que recebemos muitas solicitações de indicações, especialmente buscando pessoas trans. Além disso, temos o plano de incluir o Centro Janaína na lista de visitas guiadas dos órgãos municipais, trazendo alunos e professores para um dia de visita, para que possam conhecer o local.

MBC: Qual é o serviço mais procurado?

AL: Retificação de nomes. Mas, vai muito de época. Hoje, a maior parte do público que procura o Centro Janaína são pessoas trans em situação de vulnerabilidade, especialmente para acessar programas sociais. Infelizmente, muitos equipamentos ainda reproduzem uma visão LGBTfóbica. "É LGBT? Vai para o Janaína Dutra", porém, não temos aqui serviços como os do CRAS, o que acaba obrigando a pessoa a retornar e buscar atendimento no seu bairro.

AF: Existe uma falha por parte dos próprios profissionais, que muitas vezes nem percebem essa situação como LGBTfobia. Em muitos casos, eles simplesmente não conhecem bem o funcionamento da rede de assistência. Uma travesti em situação de rua pode vir ao Centro Janaína para retificar seu nome, mas também busca informações sobre Aluguel Social[7] ou Bolsa Família[8]. Como está em situação de rua, a demanda dela deveria ser atendida por outro equipamento. No entanto, por ser travesti, acaba sendo encaminhada para cá por profissionais que não sabem que não realizamos esse tipo de atendimento. Assim, ela acaba voltando para o Centro POP ou indo até o CRAS para tentar resolver sua situação.

[6] Disponível em: https://blog.negociarimoveis.com.br/2024/07/01/aluguel-social/. Acesso em: 27 mar. 2025.
[7] Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia. Acesso em: 27 mar. 2025.
[8] Disponível em: https://www.hsm.ce.gov.br/2024/06/26/ambulatorio-sertrans-do-hsm-oferece-acompanhamento-especializado-em-processo-transexualizador-com-equipe-multidisciplinar/. Acesso em: 27 mar. 2025.

Também tem a questão de que muitos profissionais, devido à alta rotatividade, sequer compreendem o funcionamento da rede, pois estão mais focados na política do que no atendimento integrado. Assim, seguem uma lógica simplificada: "se a pessoa está em situação de rua, deve acessar aqui, mas se for LGBT, é automaticamente encaminhada para o Janaína Dutra".

E eu também concordo com o Alan. O maior público do Janaína Dutra é composto por travestis e transexuais em extrema vulnerabilidade, muitas em situação de rua, que buscam acessar direitos como Bolsa Família, aluguel social e atendimento no "Ambulatório Transexualizador"[9]. Nosso papel aqui é orientá-las e encaminhá-las para os serviços adequados, garantindo que tenham acesso aos seus direitos.

MBC: O Centro possui parcerias com outras organizações ou instituições? Se sim, de que forma elas contribuem para as atividades e serviços oferecidos?

AL: Algumas organizações municipais, como o IJI (Instituto Juventude Inovação)[10] e a Rede Cuca[11], fazem parte da nossa rede de parcerias. Além disso, estamos em processo de avaliação de algumas empresas, pois há um grande receio em firmar novas colaborações sem um entendimento claro do impacto delas. Já temos parcerias consolidadas com alguns movimentos e instituições que conhecemos bem, mas, em muitos casos, essas parcerias funcionam mais como indicações, especialmente com Casas de Apoio e organizações que atuam no acolhimento.

Já tivemos experiências passadas com empresas nas quais indicamos pessoas e, infelizmente, essas pessoas sofreram transfobia ou violência. Isso acaba manchando o nosso nome, pois fomos nós que fizemos a indicação. Por isso, uma das medidas que tomei aqui foi tentar, primeiramente, conhecer melhor essas empresas, para entender se estão realmente preparadas para receber os usuários. É fundamental saber como elas lidam com questões como o uso de banheiros e o respeito ao nome social.

No caso de duas empresas com as quais estamos trabalhando agora, elas estão querendo promover vagas afirmativas, então fomos até lá, fizemos uma visita inicial e vamos retornar para realizar uma formação com os funcionários. O foco será sobre o uso de nomes sociais, pronomes corretos e outros detalhes importantes. Isso é essencial porque, se indicarmos essas empresas, o usuário vai entender que, como fomos nós que fizemos a recomendação, o atendimento será de qualidade e respeitoso.

9 Disponível em: https://institutojuventudeinovacao.org/. Acesso em: 27 mar. 2025.
10 Disponível em: https://www.instagram.com/redecucaoficial/. Acesso em: 27 mar. 2025.
11 Em 2025 o Centro ainda permanece no mesmo endereço: Rua Guilherme Rocha, 1469 - Centro, Fortaleza - CE.

MBC: De que maneira a comunidade local e o governo têm apoiado o Centro em suas atividades e iniciativas?

AL: A interação com os movimentos sociais tem sido muito positiva, pois eles entendem as necessidades e se juntam nas reivindicações, o que é muito bacana. No entanto, em relação ao governo, seja em nível municipal, estadual ou federal, a política LGBT continua sendo uma das menos investidas. Os incentivos são escassos, e é raro ver avanços significativos nessa área. Este ano, por exemplo, foi uma das primeiras vezes que vimos um edital da cultura com algo específico para a população LGBT. Então, a gente passa por muitas violações ainda.

A resistência conservadora é muito forte, o que torna o trabalho para conquistar avanços ainda mais delicado e desafiador. Observamos o CRAS recebendo investimentos tanto do município quanto de verbas federais, enquanto nós não contamos com esse tipo de apoio.

MBC: Quantas pessoas, em média, são atendidas mensalmente pelo Centro? Há algum tipo de acompanhamento?

AL: Varia muito de temporada, mas geralmente são de 20 a 30 pessoas.

AF: Temos, sim, um acompanhamento constante dos atendimentos. Toda sexta-feira, realizamos uma reunião de monitoramento. Quando uma travesti vem até nós para retificar o nome ou solicitar o Aluguel Social, por exemplo, encaminhamos para um CRAS.

Depois de um período de 10 a 15 dias, trazemos alguns nomes para a reunião de monitoramento, entramos em contato com as pessoas para saber se o encaminhamento no CRAS foi bem-sucedido. Se a resposta for negativa, perguntamos se ainda têm interesse, já que muitas vezes, principalmente a população em situação de rua, perdeu documentos ou é roubada. Se conseguimos contato, monitoramos o caso.

Às vezes, elas nos dizem, por exemplo, que a assistente social pediu um título de eleitor, e aí perguntamos se elas querem tirar o título. Se sim, fazemos um novo encaminhamento e, depois, ligamos novamente para verificar se deu certo. Se tudo estiver resolvido, perguntamos se precisam de mais alguma coisa, e se não, encerramos o caso.

MBC: Como é composta a equipe de funcionários do Centro e quais são suas principais funções? Há requisitos específicos para trabalhar no local? Qual é o regime de contratação adotado?

AL: Atualmente, contamos com 5 funcionários: 1 psicóloga, 1 assistente social, 1 educadora, 1 coordenador e 1 pessoa na assessoria. Estamos aguardando a contratação de 2 novos profissionais: 1 assistente social e 1 jurídico, pois estamos no processo de ampliar o atendimento. Hoje, o atendimento ocorre apenas pela manhã, já que nossos técnicos trabalham 20 horas semanais.

Estamos esperando uma nova assistente social para trabalhar no turno da tarde, também com 20 horas, e um novo profissional jurídico, pois o último saiu. Não há exigência de que os funcionários sejam LGBT, já que a contratação é feita pela prefeitura, e o processo de seleção é conduzido por ela.

MBC: O espaço físico atual é adequado para atender às demandas do Centro? Há alguma necessidade de ampliação ou melhorias?

AL: O prédio atual não atende às nossas necessidades, e ele não pertence ao Centro de Referência. A promessa é de que ele será reformado e devolvido para a Igualdade Racial, enquanto nós seremos transferidos para um local que seja realmente nosso. O novo prédio já está pronto, mas ainda está passando por processos burocráticos. A previsão é que a mudança aconteça até o final de 2024[12].

MBC: Quais são os principais desafios que o Centro enfrenta na prestação dos serviços à comunidade?

AL: Recurso. Se tivéssemos mais recursos, poderíamos atender muito melhor. Hoje, por exemplo, não temos um carro à disposição, o que dificulta bastante o trabalho. Às vezes, precisamos ir até outras unidades, como o CRAS ou o posto de saúde, e o advogado precisa fazer acompanhamentos mais específicos, como ir até a delegacia. A falta de um veículo próprio acaba limitando bastante nossa capacidade de atendimento e acompanhamento dessas demandas.

MBC: Pode compartilhar alguma história de sucesso ou caso em que o Centro tenha feito uma diferença significativa na vida dos usuários?

AF: Uma usuária, que fala abertamente sobre sua sorologia, compartilhou sua história conosco. Quando foi diagnosticada com AIDS, não foi tratada como portadora de HIV, mas já diretamente com o diagnóstico de AIDS. Ela ficou em negação por muito tempo. Era uma travesti, preta, nordestina, que estava em São Paulo, tentando melhorar a vida, como muitas de nós travestis fazemos, se envolvendo na prostituição. Foi lá que ela foi infectada.

Ela ficou resistente ao tratamento, recusava-se a tratar, e, como resultado, começou a passar a doença para outras pessoas. Ela contou que teve AIDS sete vezes: começava o tratamento, mas, devido à drogadição, a carga viral voltava a subir. Eventualmente, ela foi para a rua e veio de São Paulo para cá. Aqui, conheceu uma travesti da nossa rede de afeto, que a convidou a vir ao Centro, dizendo que ela seria bem acolhida e que conseguiríamos

[12] Disponível em: https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/projeto-media-doacoes-de-roupas-e-acessorios-para-pessoas-lgbt-em-situacao-de-vulnerabilidade. Acesso em 27 de março de 2025.

auxiliá-la. Hoje, ela está indetectável. Ela acolheu a sugestão que fizemos sobre a importância do tratamento.

Durante esse período de luta contra a AIDS, ela teve uma infecção grave causada por urina e fezes de gato, o que comprometeu ainda mais sua imunidade e a levou a perder o movimento de um braço e de uma perna. Com nosso apoio, conseguimos viabilizar tanto o tratamento dessa infecção quanto o tratamento contínuo para o HIV. Conseguimos acessar uma série de políticas públicas que ela precisava e hoje ela está em uma situação bem diferente. Ela manda quase semanalmente mensagens lindas de agradecimento, dizendo que mudamos sua vida. Hoje, ela não está mais naquela extrema vulnerabilidade e tem uma nova perspectiva para o futuro.

A retificação não é só a mudança de nome, é a mudança de vida. Quando eu estudava na UECE (Universidade Estadual do Ceará), foi o Centro Janaína que fez a minha retificação. Na universidade, pensei em desistir várias vezes porque não respeitavam meu nome social, nem os professores, nem a coordenação do curso, nem a própria instituição. Eles nem me deram a oportunidade de colocar meu nome social na inscrição, e em 2017, a diversidade de gênero não era acolhida. Quando isso aconteceu, entrei em contato com o Centro Janaína, e o centro fez uma intervenção, pressionando a UECE para efetivar o nome social, que já era garantido por lei naquela época. Depois disso, nunca mais passei por constrangimentos, o que realmente mudou minha vida, assim como a de muitas outras pessoas trans.

AL: Fiquei muito mexido com a história de uma menina, super capacitada, fala 4 idiomas, é professora, mas, por ser trans, estava sem trabalho. No Natal, a gente conseguiu dar uma cesta básica pra ela, e ela disse que, se não fosse isso, não teria o que comer. Um dia desses, ela passou aqui pra agradecer e contar que conseguiu um emprego.

AF: O que podemos esperar de uma jovem com tanto potencial, mas que não tem sequer o que comer? Como ela pode ter perspectiva de futuro, se o básico está faltando? Não se trata de assistencialismo, mas sim de um direito que ela tem. Ela havia vindo antes para fazer a retificação, mas estava com medo de transicionar pelo processo e por temer sofrer transfobia. Ela dizia que, se não fosse o apoio da psicóloga naquele momento, teria desistido de tudo, até da vida.

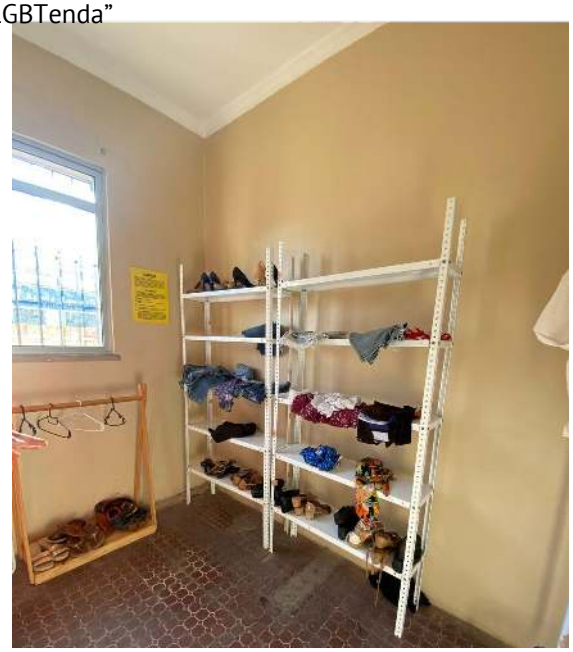
MBC: O Centro coleta feedback dos usuários? Se sim, como é feito esse processo?

AL: Sim, na recepção temos uma caixa de sugestões e feedback, além de um formulário online para facilitar o envio das opiniões. Durante nossas formações e reuniões, também sempre pedimos uma avaliação para entender melhor as necessidades e percepções. O “Grupo de Estudos” é uma iniciativa em que os temas abordados são sugeridos pelos participantes.

MBC: O Centro oferece oportunidades para voluntários? Como as pessoas podem se envolver e contribuir com o trabalho desenvolvido?
AL: Somos abertos para receber e acolher, mas a prefeitura impõe algumas restrições.

MBC: Como a comunidade pode contribuir para o crescimento e desenvolvimento do Centro?
AL: Divulgar as ações e cobrar os direitos é fundamental, pois muitas pessoas estão passando por violações de direitos e não sabem nem das leis que as protegem. Um dos meus planos é incluir o Centro Janaína Dutra na lista de visitas guiadas dos órgãos municipais, para que mais pessoas conheçam o trabalho que realizamos e a política do Centro. Hoje, recebemos um grupo do Direito, e eu comentei com eles sobre a importância de garantir que a informação chegue até o usuário. Muitas pessoas não conhecem o Centro de Referência, muito menos sabem sobre seus direitos, o que torna ainda mais difícil enfrentar situações de violação.
AF: Com doações. Existe um projeto chamado "LGBTenda", que recebe doações de peças trazidas pela comunidade. Nós fazemos uma triagem dessas doações e as distribuímos para a comunidade LGBT em situação de vulnerabilidade. Essa é uma grande maneira de ajudar, especialmente porque muitas das meninas e meninos que chegam até nós estão em situação de rua. Eles nos contam que passam frio e, às vezes, não têm nem o básico para se proteger. Então, é um pedido que fazemos: se você tiver peças de roupa em bom estado, nós aceitamos com muito carinho. No entanto, aqui não é depósito, então pedimos que as doações sejam de peças usáveis.

IMAGEM 2 - Sala do projeto "LGBTenda"



Fonte: Autora (2025)

MBC: Na sua opinião, quais são as principais barreiras legais e sociais enfrentadas pelas pessoas LGBT? Como o Centro está atuando para superá-las?

AL: Respeito ao nome social. Respeito ao uso do banheiro. A questão da LGBTfobia em equipamentos e em locais.

O centro está trabalhando ativamente nessas questões, promovendo o respeito ao nome social, ao uso do banheiro e combatendo a LGBTfobia. Hoje, os equipamentos da prefeitura estão passando por um processo de formação para melhor lidar com essas questões. Também avançamos na educação municipal, e ao final do ano, inauguramos a Coordenadoria de Diversidade e Inclusão, que criou células nos distritos de educação das regionais. Essas células têm o objetivo de atender os casos diretamente nas escolas. A equipe de formadores capacita outros monitores para garantir que esses direitos sejam respeitados no ambiente escolar.

No final de semana passado, conseguimos organizar um mutirão de saúde voltado para a população trans, o que representou um avanço significativo. Foi a primeira vez que tivemos algo específico para esse público. Embora ainda seja um passo inicial, é algo inédito, pois até então a saúde não havia oferecido um atendimento direcionado onde as pessoas trans, especialmente aquelas com útero, pudessem se sentir mais confortáveis ao buscar um ginecologista ou serviços relacionados. Esse mutirão foi um marco importante, e esperamos que seja o começo de outras ações desse tipo.

A gente ainda esbarra muito com questões relacionadas ao fundamentalismo, negacionismo e conservadorismo. A questão religiosa, em particular, é uma barreira imensa. Quando chegamos para fazer formações ou palestras, encontramos pessoas que se recusam a participar ou aceitar certas questões porque aprenderam que aquilo é errado com base em suas crenças religiosas.

Já temos leis que garantem nossos direitos, mas o que falta é a atualização dessas leis e, principalmente, a sua efetiva aplicação. A Amanda já sofreu transfobia em locais públicos, e eu também passei por homofobia no ambiente de trabalho. Existe uma lei municipal de Fortaleza, que estabelece o respeito às pessoas LGBT em estabelecimentos[13], mas, na prática, cadê a aplicação dessa lei? Muitas vezes não vemos essas proteções sendo cumpridas. Antes de você chegar, eu estava assistindo a um vídeo sobre uma menina trans, já redesignada, que foi recusada por um ginecologista no Sudeste, simplesmente por ser uma mulher trans, mesmo após ter feito a cirurgia. Então assim, é complicado.

[13] O Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues é um espaço de acolhimento e atendimento para a população LGBT+ no Ceará, vinculado à Secretaria da Diversidade (Sediv). Oferece serviços gratuitos de assistência social, psicológica e jurídica, além de apoio na retificação de nome e inclusão no mercado de trabalho. O Centro também combate a LGBTfobia e promove ações de inclusão. O nome homenageia Thina Rodrigues, ativista trans que lutou pelos direitos da comunidade LGBT+. Disponível em: https://www.diversidade.ce.gov.br/cerlgbt-thina-rodrigues/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 27 mar. 2025.

MBC: Quais os planos futuros do Centro? Há projetos de expansão ou novas iniciativas sendo planejadas?

AL: Nós dependemos de uma instância maior para que as mudanças realmente aconteçam. Podemos até sonhar com melhorias, mas se isso não se tornar uma política pública ou não for transformado em lei, acaba não se concretizando.

MBC: Há alguma articulação ou parceria com o Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues?

AL: Somente na questão da divisão de demandas. Quando a demanda é municipal, eles encaminham para a gente, e quando é uma demanda estadual, nós encaminhamos para eles. É um processo de encaminhamento baseado na esfera de responsabilidade de cada um[14].

REFERÊNCIAS

BRASIL (Estado). **Lei Nº 17.480, de 17 de Maio de 2021, do Ceará**: DETERMINA A FIXAÇÃO DE AVISOS NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS OU PRIVADOS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL OU IDENTIDADE DE GÊNERO. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/2731304504/lei-17480-21-ce. Acesso em: 27 mar. 2025.

Recebido em: 28/03/2025
Aceito em: 08/05/2025

14 Importante destacar que a entrevista apresentada neste material teve todas as falas das pessoas entrevistadas preservadas, sem alterações, com o objetivo de manter a fidelidade do que foi discutido durante o encontro.

O PAPEL DA DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES POR DISCRIMINAÇÃO RACIAL, RELIGIOSA OU ORIENTAÇÃO SEXUAL (DECRIM) NO COMBATE À TRANSFOBIA EM FORTALEZA/CE: ENTREVISTA COM YASMIN XIMENES PONTES[1]

THE ROLE OF THE POLICE STATION FOR THE REPRESSION OF CRIMES OF RACIAL, RELIGIOUS, OR SEXUAL ORIENTATION DISCRIMINATION (DECRIM) IN THE FIGHT AGAINST TRANSPHOBIA IN FORTALEZA/CE: INTERVIEW WITH YASMIN XIMENES PONTES

Mayara Barreto de Castro[2]

Resumo: a criação de delegacias especializadas, como a Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual (DECRIM), representa um passo importante na luta contra a intolerância e a violência direcionada a grupos historicamente marginalizados, como a comunidade trans. Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) indicam que, pelo 16º ano consecutivo, o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos dessa população, tornando-se um dos países mais perigosos para essas identidades. Diante disso, foi realizada entrevista com a delegada adjunta da Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual (DECRIM) em Fortaleza/CE.
Palavras-chave: DECRIM; Transfobia; Direitos Humanos

Abstract: The creation of specialized police stations, such as the Department for the Repression of Crimes based on Racial, Religious, or Sexual Orientation Discrimination (DECRIM), represents an important step in the fight against intolerance and violence directed at historically marginalized groups, such as the trans community. Data from the National Association of Transvestites and Transsexuals (ANTRA) indicate that, for the 16th consecutive year, Brazil leads the world ranking for murders of this population, making it one of the most dangerous countries for these identities. In light of this, an interview was conducted with the deputy chief of the Department for the Repression of Crimes based on Racial, Religious, or Sexual Orientation Discrimination (DECRIM) in Fortaleza, Ceará.
Keywords: DECRIM; Transphobia; Human Rights

1 INTRODUÇÃO

A criação de delegacias especializadas, como a Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual (DECRIM), representa um passo importante na luta contra a intolerância e a violência direcionada a grupos historicamente marginalizados, como a comunidade trans. Dados da Associação Nacional de Travestis e

[1] Graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em Direito pela mesma instituição e doutoranda em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Atua como pesquisadora e professora de pós-graduação, além de ocupar o cargo de Delegada Adjunta na Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual (DECRIM).

[2] Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE, 2022). Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UECE (PPGS/UECE). Possui pós-graduação em Serviço Social, Política Social e Seguridade Social pela Faculdade do Maciço de Baturité (FMB). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Margens, Culturas e Epistemologias Dissidentes (GEPE MARGENS).

Transexuais (ANTRA) indicam que, pelo 16º ano consecutivo, o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos dessa população, tornando-se um dos países mais perigosos para essas identidades. A expectativa de vida das pessoas trans no Brasil gira em torno de 35 anos, uma das mais baixas do mundo, refletindo um cenário de brutalidade que, infelizmente, ainda é comum no cotidiano dessas pessoas em nosso país (Benevides, 2025).

Em particular, o estado do Ceará destaca-se com índices preocupantes de violência contra a comunidade trans, se colocando entre as regiões com as maiores taxas de assassinatos. No ranking por estado, considerando os dados absolutos de 2017 a 2024, São Paulo lidera com 151 casos registrados. Em seguida, aparece o Ceará, com 107 assassinatos (Benevides, 2025).

O Ceará possui uma população consideravelmente menor do que a de muitos outros estados brasileiros. Portanto, ocupar a segunda posição em número absoluto de assassinatos indica uma taxa de violência desproporcional, sugerindo que o problema é ainda mais grave quando se considera o número de habitantes.

Além disso, é importante destacar que esses números refletem apenas os casos oficialmente registrados, o que deixa evidente a possibilidade de subnotificações, especialmente em contextos de transfobia institucional, invisibilidade social e dificuldades de identificação das vítimas nos registros oficiais. Isso sugere que a realidade pode ser ainda mais alarmante do que os dados indicam.

Diante desse cenário, a criação da DECRIM foi uma medida necessária para dar visibilidade à luta contra a transfobia e assegurar que vítimas de discriminação de gênero tenham um local seguro e especializado para registrar suas queixas e buscar justiça. A DECRIM desempenha uma função essencial ao não apenas investigar e reprimir crimes de transfobia, mas também ao ser um agente ativo na prevenção de novos crimes, atuando com ações educativas e de conscientização tanto no âmbito da segurança pública quanto na sociedade.

Importante destacar que a entrevista apresentada neste material teve todas as falas da entrevistada preservadas, sem alterações, com o objetivo de manter a fidelidade do que foi discutido durante o encontro. A entrevistada assinou previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), estando ciente da utilização das informações e declarações fornecidas neste contexto.

2 ENTREVISTA COM YASMIN XIMENES PONTES

Mayara Barreto de Castro: Houve um aumento específico nos casos de transfobia que justificou a criação de uma delegacia especializada?

Yasmin Ximenes Ponte: Eu entendo que, após o caso de Dandara[3], que teve uma repercussão nacional e internacional, ficou ainda mais visível a necessidade da criação de uma delegacia especializada. Isso porque, assim como sempre existiram crimes de violência doméstica e familiar contra as mulheres, também sempre houve, infelizmente, crimes motivados pela intolerância em razão da orientação sexual, da raça e da religião. Muitas vezes, temos vítimas que sofrem com os três tipos de crimes. Por exemplo, uma mulher negra, lésbica e que não é respeitada por ser candomblecista. Essas situações se cruzam.

MBC: Como é composta a equipe da DECRIM?

YXP: A equipe ainda é pequena, mas temos a esperança de que ela cresça à medida que o número de inquéritos aumente. Contamos com duas delegadas de polícia: a titular e eu, como delegada adjunta. Temos também o escrivão chefe, uma outra inspetora, dois inspetores e um terceirizado responsável pela manutenção da delegacia (limpeza). Mas, esperamos que, com o tempo, à medida que o trabalho seja mostrado, a equipe seja reforçada com mais servidores, principalmente com escrivães e inspetores da Polícia Civil.

MBC: Existe alguma exigência para trabalhar na DECRIM, além da especificidade da função?

YXP: Tem que ter um perfil humanizado. Já convidamos alguns inspetores da comunidade LGBT para se juntar a nós, mas, infelizmente, eles não aceitaram o convite.

MBC: A DECRIM possui recursos suficientes (humanos e materiais) para desempenhar suas funções de maneira eficaz?

YXP: É uma construção. Somos recém-nascidos no DEPGV (Departamento de Proteção aos Grupos Vulneráveis), e, por isso, estamos buscando solicitar a inclusão de mais escrivães e inspetores, além de dois terceirizados para nos apoiar em tarefas administrativas, como o preenchimento de livros e a resolução de questões menores do dia a dia. É uma construção.

[3] O Caso Dandara ocorreu em 2017, quando Dandara, uma mulher trans, foi brutalmente espancada e assassinada por um grupo de homens em Fortaleza, Ceará. O crime foi filmado e divulgado nas redes sociais, gerando grande indignação devido à violência e transfobia envolvidas. O caso chamou a atenção para os altos índices de violência contra pessoas trans no Brasil. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2024/07/06/relembre-a-historia-de-dandara-dos-santos-travesti-que-da-nome-ao-projeto-de-lei-que-aumenta-a-pena-de-lgbtcidio.ghtml. Acesso em: 29 mar. 2025.

IMAGEM 1 - Entrada da DECRIM



Fonte: Autora (2025)

MBC: A DECRIM atende somente pessoas de Fortaleza?

YXP: Por enquanto, ela atinge todas as pessoas de Fortaleza e algumas designações específicas da chefia. Caso a chefia determine que um crime ocorrido em outra localidade deva ser investigado aqui, seremos obrigados a cumprir. Porém, a princípio, atende apenas Fortaleza e a região metropolitana.

MBC: Quais são as principais estratégias utilizadas pela DECRIM para investigar e reprimir crimes de transfobia?

YXP: A Polícia Civil faz parte da polícia judiciária e tem a função de reprimir crimes. Temos dois tipos de polícia: a preventiva e a repressiva. A polícia preventiva, representada pela Polícia Militar e pela Polícia Federal, atua para prevenir e evitar que crimes aconteçam. Quando os crimes já ocorreram, entra a atuação da polícia judiciária, representada pela Polícia Civil e pela Polícia Federal (nos crimes transnacionais).

Então, a Polícia Civil entra em ação quando o crime já ocorreu, instaurando o inquérito para investigar a autoria e a materialidade do crime. No aspecto preventivo, a Polícia Civil pode atuar de maneira educativa, como no caso do projeto Divisão de Proteção ao Estudante (DIPRE)[4], onde policiais civis vão às escolas falar sobre o sistema para os adolescentes. Esse é um exemplo de trabalho preventivo da Polícia Civil. Além disso, também somos convidados a ministrar palestras em congressos, o que ajuda na divulgação da DECRIM, que muitas pessoas ainda não conhecem.

[4]Disponível em: https://www.policiacivil.ce.gov.br/2016/12/09/adipre/. Acesso em: 29 mar. 2025.

Temos muitos delegados, inspetores e escrivães que também são professores universitários, o que gera produção acadêmica e fortalece a troca de conhecimento.

MBC: A DECRIM possui equipes ou setores específicos para tratar de crimes de transfobia?
YXP: Não temos essa subdivisão, até porque contamos com um número reduzido de pessoal.

MBC: Existe treinamento especializado para os agentes que lidam com casos de transfobia?
YXP: Nós temos a obrigação de participar dos cursos de atualização. Já tivemos 3 dias de imersão em um curso aqui, com a presença de todos da casa. Tivemos aulas com professores da comunidade trans. Eu e a outra advogada participamos de uma capacitação no ISMEC (Instituto de Medicina Social e de Criminologia), que tratava exatamente sobre o atendimento a pessoas LGBT. Nossa professora foi uma mulher trans, e na outra aula tivemos um homem trans. Foi muito importante, pois envolveu juízes, magistrados e delegados, ouvindo e colocando no centro da produção acadêmica, uma professora e um professor trans.

Hoje, um policial aprovado no concurso, ao ingressar na academia estadual de segurança pública, já tem disciplinas como direitos humanos, atendimento a mulheres vítimas de violência e à comunidade LGBT.

MBC: Como é o processo de investigação de casos de transfobia desde a denúncia até a conclusão do caso?
YXP: O primeiro passo é noticiar o fato. A orientação é que a vítima venha até à delegacia, que funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h (sem intervalo para almoço), para registrar o Boletim de Ocorrência (BO). Seria interessante que ela trouxesse ou indicasse testemunhas (podem ser testemunhas visuais, que presenciaram o fato, ou testemunhas que souberam do ocorrido por meio de informações). É importante também verificar se no local do fato existem câmeras de segurança, pois vamos buscar essas imagens.

Se o ocorrido foi feito pelo *Instagram*, o ideal é que a vítima apresente o celular, e, se possível, vá até um cartório para fazer uma Ata Notarial (que tem valor de prova). Muitas pessoas acreditam que o *print* tem valor de prova, mas isso não é verdade, pois pode ser editado. Então, é válido apresentar o celular aqui para o escrivão, mas o mais seguro é levar ao cartório, mas algumas pessoas não têm condições para isso.

Com base no BO, o delegado avalia a situação, baixa uma portaria com base no BO e começa uma investigação, determinando o que deve ser feito (como localizar testemunhas e verificar se há câmeras de segurança). Com base no BO, o delegado pode transformar o caso em um Inquérito Policial (IP) ou em um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO). Na

maioria dos casos aqui, trata-se de inquéritos, pois a injúria racial tem pena grave, o que exige a instauração de um inquérito, não sendo considerada infração de menor potencial ofensivo.

Quando o inquérito é terminado, com o relatório pronto, ele é encaminhado para a justiça, através do sistema digital. Hoje, tudo é digitalizado. O juiz vai analisar o inquérito e, se considerar válido, dará início a um processo criminal, ouvindo novamente todas as partes envolvidas (vítima, acusado, testemunhas de acusação e defesa). Ao final, o juiz proferirá uma sentença, que pode ser absolutória ou condenatória. O objetivo do inquérito é investigar e reunir elementos suficientes para que o juiz possa decidir pela absolvição ou condenação da pessoa. E vale ressaltar que o inquérito tem prazo para ser concluído.

MBC: A DECRIM trabalha em parceria com outras instituições, ONGs ou grupos de apoio à comunidade trans? Se sim, como essas parcerias funcionam?

YXP: Eu e a outra advogada fazemos parte do "Grupo de Trabalho contra LGBTfobia nos estádios"[5], trabalhando em conjunto com o Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues[6]. Tivemos uma capacitação com a equipe do Thina, todos reunidos no auditório (Foto 2). Trabalhamos em rede, e por isso não faz sentido ficarmos isolados.

Podemos encaminhar para abrigos locais. Dependendo do caso, realizamos os encaminhamentos adequados. Por isso, é fundamental que a rede esteja ciente do que cada um faz para garantir a melhor resposta possível.

IMAGEM 2 - Auditório da DECRIM



Fonte: Autora (2025)

[5] Disponível em: https://ge.globo.com/ce/noticia/2024/05/08/grupo-de-enfrentamento-a-lgbtifobia-e-iniciado-em-estadios-cearenses.ghtml. Acesso em: 29 mar. 2025.

[6] O OiSol, criado pelo Decreto Nº 33.612 de 2020, monitora os indicadores sociais e as violações de Direitos Humanos no Ceará. Disponível em: https://www.sps.ce.gov.br/oisol-2/. Acesso em: 29 mar. 2025.

MBC: Existem colaborações com outras delegacias ou instituições para tratar de casos de transfobia?

YXP: Recebemos muitas dúvidas de colegas do interior, e há uma troca constante de informações, o que faz com que a DECRIM também seja uma produtora de conhecimento nesse sentido de informação.

Nas operações, caso envolvam vários locais, como interior e Fortaleza, trabalhamos em conjunto. Se há um alvo aqui e outro lá, a colaboração é essencial. Temos competência para Fortaleza e região metropolitana, mas, por exemplo, se um crime racial ocorrer em Crateús, a delegada de lá é quem vai investigar. Caso ela tenha dúvidas, ela nos liga e orientamos em tudo.

Excepcionalmente, se vier uma ordem superior, o caso pode ser alocado para cá. A chefia pode dizer: "Não, esse caso aqui vai ficar na DECRIM". Então, a gente tem que obedecer.

O cidadão pode registrar o boletim de ocorrência em qualquer delegacia, mas, se for vítima de transfobia, o caso será encaminhado para a DECRIM. Geralmente, as pessoas são orientadas a procurar diretamente a DECRIM.

MBC: Existem colaborações internacionais/nacionais para troca de informações e melhores práticas?

YXP: Se houver um crime transnacional, não há nenhum empecilho para que possamos acessar informações da Polícia Federal e atuar em conjunto. Embora ainda não tenhamos lidado com um caso internacional, é responsabilidade da Polícia Federal investigar crimes de natureza interestadual e transnacional, especialmente em situações que envolvam deslocamento ou conexões entre diferentes estados, como entre o Ceará e o Rio Grande do Norte.

MBC: Quais são os tipos mais comuns de crimes de discriminação investigados pela DECRIM?

YXP: O com mulheres trans e travestis. Falta de respeito com o nome social e com os pronomes corretos. Embora a lei não possa impedir uma pessoa de ser preconceituosa, ela determina que não se pode exteriorizar esse preconceito e ofender alguém.

Além disso, há muitos casos de intolerância religiosa, principalmente contra as religiões afro-brasileiras, e a questão racial também está muito presente. Tudo isso está interligado.

MBC: Quais são os tipos mais comuns de crimes de transfobia investigados pela DECRIM?

YXP: Injúria ou discriminação. Muitas vezes, se manifestam por meio de xingamentos no

âmbito familiar, no trabalho ou durante atendimentos, quando a pessoa é desrespeitada simplesmente por ser uma mulher trans.

Por isso, o trabalho do Centro Thina Rodrigues é tão importante, pois ele encaminha essas pessoas para o atendimento terapêutico. O que aconteceu não pode ser apagado, mas é possível ressignificar a dor e a experiência vivida, embora seja um processo muito cansativo. A mulher trans, a travesti, não pode esconder a sua essência, e por isso sofre agressões de todos os lados, de maneira gratuita.

A professora que nos capacitou na ISMEC, uma mulher trans, compartilhou conosco uma experiência pessoal. Ela contou que, às vezes, seus amigos a chamam para sair à noite, mas ela prefere ficar em casa com seus cachorros e gatos, a ir a um lugar e sofrer transfobia. Isso é muito grave, porque, na prática, o direito de ir e vir dessa pessoa não está garantido. Quando ela opta por ficar em casa, é uma decisão baseada no medo de ser agredida.

Quando você não tem essa noção, pode acabar considerando que essas pessoas estão sendo exageradas, mas não é o caso.

MBC: Você poderia compartilhar algumas estatísticas recentes sobre o número de casos registrados e resolvidos de transfobia na DECRIM?
YXP: Por questão de sigilo, apenas por meio do OiSol (Observatório de Indicadores Sociais)[7].

MBC: Há um perfil comum entre as vítimas de transfobia?
YXP: A mulher trans e a travesti, principalmente aquelas que se expressam livremente, são os alvos mais frequentes. Em comparação, um homem gay que não apresenta "trejeitos" e consegue se "camuflar" enfrenta menos riscos[8].

MBC: A DECRIM oferece algum tipo de suporte psicológico ou assistência para as vítimas de transfobia?
YXP: Temos uma parceria com o Centro Thina Rodrigues. Quando percebemos que a pessoa está muito abalada emocionalmente, a acompanhamos pessoalmente até lá. Explicamos o

[7] O Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues, localizado no mesmo prédio da DECRIM, é um espaço dedicado ao acolhimento e ao atendimento humanizado da população LGBTI+ que tenha sofrido violações de direitos. Oferece serviços nas áreas de Assistência Social, Psicológica e Jurídica, além de orientações e encaminhamentos para serviços públicos e apoio na educação profissional e empregabilidade. Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2023/02/13/centro-de-referencia-lgbt-thina-rodrigues-se-consolida-como-espaco-de-acolhimento-a-pessoas-trans/. Acesso em: 29 mar. 2025.

[8] Os termos "trejeitos" e "camuflar" são aqui empregados pela entrevistada sem caráter pejorativo, mas como forma de relatar uma percepção recorrente sobre os mecanismos de vigilância e repressão às expressões de gênero e sexualidade dissidentes. "Trejeitos" costuma ser utilizado socialmente para designar, muitas vezes de maneira estigmatizante, gestos ou modos de se expressar associados à feminilidade em corpos lidos como masculinos. Já "camuflar" refere-se à necessidade que algumas pessoas LGBTQIA+ sentem de ocultar aspectos de sua identidade ou expressão de gênero como estratégia de autoproteção frente à violência cisheteronormativa.

que já foi feito na DECRIM e como ela está se sentindo, para que possa ser acolhida imediatamente por um psicólogo.

MBC: Como você avalia o impacto da atuação da DECRIM na redução de casos de transfobia?

YXP: Tenho esperança de que haja uma divulgação maior. A cada mês, o número de inquéritos instaurados vem aumentando. Isso não significa necessariamente que os crimes estejam crescendo, mas sim que a visibilidade dessas ocorrências tem se ampliado. Muitas vítimas que chegam aqui ficam surpresas ao descobrir a existência da delegacia, pois não sabiam que havia um espaço dedicado a esse tipo de atendimento.

Acredito que ainda há uma grande subnotificação. Algumas pessoas desconhecem a DECRIM, enquanto outras acreditam que, por não haver testemunhas, o caso não terá desdobramentos. Mas, a orientação é clara: é fundamental registrar o BO. Cabe à polícia conduzir a investigação.

MBC: Quais são os principais desafios que a delegacia enfrenta?

YXP: O maior desafio é ampliar a divulgação da existência da DECRIM e aumentar o número de servidores e terceirizados.

MBC: Há resistência cultural ou institucional ao trabalho da delegacia?

YXP: O mais importante é quebrar rótulos, e isso as mulheres já fazem dentro da Polícia Civil. No concurso, por exemplo, muitas mulheres ingressaram e estão fazendo a diferença.

Ainda há muita desinformação sobre o papel da DECRIM, mas vejo isso como parte de um processo. Com o tempo, a importância da delegacia como um equipamento essencial para o suporte a grupos vulneráveis se tornará mais evidente. Afinal, todos nós temos parentes, amigos e pessoas próximas que fazem parte desses grupos e que também precisam de proteção.

MBC: Quais são as principais melhorias ou inovações que você gostaria de ver implementadas na DECRIM?

YXP: Transformar aqui em um polo de conhecimento. Embora seja uma delegacia de polícia, ela pode também ser um local de produção de conhecimento acadêmico. Recebemos colegas de outros municípios e estados que vêm conhecer o trabalho da DECRIM, para replicar esse modelo em outras partes do país.

MBC: Como a DECRIM se adapta às mudanças sociais e tecnológicas para melhorar sua eficácia?

YXP: Capacitação contínua. Principalmente no campo dos cibercrimes. A tendência atual é que os crimes não ocorram apenas de forma presencial, mas também no ciberespaço, através de plataformas digitais e meios de comunicação.

MBC: Como as políticas públicas podem apoiar melhor o trabalho da delegacia no combate à transfobia?

YXP: Divulgando a existência da delegacia, seu objetivo e seu público-alvo é importante para que os policiais aqui se sintam estimulados e acolhidos pelas políticas públicas. Isso também contribui para que mais pessoas saibam onde buscar apoio.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual (DECRIM) representa uma resposta concreta e necessária diante de um cenário alarmante de violência contra a população trans no Brasil, especialmente no estado do Ceará. A partir da entrevista com a delegada adjunta Yasmin Ximenes Pontes, é possível perceber os esforços da equipe da DECRIM em construir um espaço de acolhimento, escuta e resposta institucional às demandas de grupos historicamente marginalizados.

Apesar dos desafios, a DECRIM tem se mostrado um importante instrumento de resistência e transformação. Sua atuação vai além da repressão aos crimes: inclui ações educativas, produção de conhecimento e articulação com outras instituições, evidenciando a importância do trabalho em rede no enfrentamento à transfobia.

Além disso, a delegacia assume um papel simbólico de reconhecimento e valorização das identidades trans, ao capacitar seus profissionais com a participação de pessoas trans como educadoras e ao buscar formas de tornar seus atendimentos mais humanizados e eficazes. A existência da DECRIM, portanto, não apenas legitima as demandas da população trans no sistema de justiça, como também aponta caminhos para que as políticas públicas avancem no sentido da equidade, da proteção e da dignidade.

Entretanto, o impacto dessa atuação só poderá ser plenamente realizado com o fortalecimento das estruturas institucionais, a ampliação de sua visibilidade junto à sociedade e o compromisso contínuo com a formação antidiscriminatória dos agentes públicos. Em um contexto marcado por violências múltiplas e interseccionais, a DECRIM surge como um espaço essencial para o enfrentamento à transfobia, reforçando a urgência de um Estado que reconheça e proteja os direitos das pessoas trans como questão de justiça social e de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, B. G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2025. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

Recebido em: 29/03/2025
Aceito em: 08/05/2025



REVISTA COR LGBTQIA+

ISSN 2764-0426